

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LÚCIO VASCONCELLOS DE VERÇOZA

**Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo  
sobre trabalho e saúde**

São Carlos

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo  
sobre trabalho e saúde**

LÚCIO VASCONCELLOS DE VERÇOZA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

Financiamento: ANPOCS e FAPESP

São Carlos

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V549s Verçoza, Lúcio Vasconcellos de  
Os saltos do "canguru" nos canaviais alagoanos : Um estudo sobre trabalho e saúde / Lúcio Vasconcellos de Verçoza. -- São Carlos : UFSCar, 2016.  
208 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

1. Trabalho rural. 2. Agroindústria canavieira.  
3. Exploração-dominação. 4. Saúde. 5. Alagoas. I.  
Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

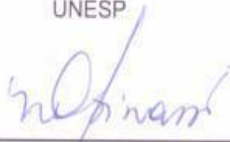
Folha de Aprovação

---

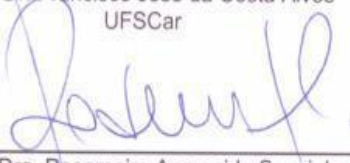
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Lúcio Vasconcellos de Verçoza, realizada em 10/03/2016:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fábio Kazuo Ocada  
UNESP

  
\_\_\_\_\_  
-Prof. Dra. Maria Orlanda Pinassi  
UNESP

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco Jose da Costa Alves  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho  
UFSCar

**Aos meus pais, ponto de partida.**

**À Sheley, amor de sempre.**

**À pequena Maitê, amanhã, semente.**

**Aos trabalhadores canavieiros,  
sentido maior deste trabalho.**

## Agradecimentos

Peço licença para iniciar citando os versos da poesia *Sobre Caules*, do amigo Marcus Vinícius (2015, p.20):

*Perdoem-me os afortunados autossuficientes,  
mas não acredito em flores sem caules*

*que flutuam sobre o nada  
a se alimentar, sós, do sol  
e independem de água e sal*

*Do autoaplauso do autodidata  
que do alto do planalto  
conserva o seu orgulho  
com reservas em se sentir tocado*

*Todo fruto vem de dois  
ou mais  
Sucesso solitário  
do ser incapaz  
De notar que há braços ao redor  
elo que não se desfaz*

Muitas vezes costumamos pensar que o indivíduo isolado realizou determinada tarefa; mas, como nos lembra Marquinhos, não existe “flor sem caule”, “todo fruto vem de dois, ou mais”. Não se trata de ter a pretensão de comparar este trabalho a uma flor (longe disso), mas de revelar aqueles que também participaram de sua construção, revelar os caules e raízes por trás do texto e dizer: muito obrigado!

Agradeço à professora Maria Aparecida Moraes Silva, pela maestria e paciência com que conduziu a orientação de cada etapa dessa pesquisa, mas, sobretudo, pela sensibilidade e afeto, fundamentais para superar os momentos mais difíceis dessa trajetória de quatro anos. Pelo imprescindível exemplo de docente e pesquisadora séria, que executa o seu trabalho como um ofício. Por persistir na ideia de realização de exames e avaliação física dos trabalhadores rurais, por não medir esforços na efetivação dos mesmos. Sou muito grato pelo seu apoio e por todos os ensinamentos.

Aos professores Fábio Ocada e Rosemeire Scopinho, pelas contribuições dadas no exame de qualificação. Aos professores Golbery Lessa, José Nascimento França e Cícero Péricles, pelas conversas férteis e estimulantes, pelo incentivo dado antes mesmo

do meu ingresso no mestrado e pelas contribuições ao longo de diversas etapas desta pesquisa de doutorado.

Aos trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos, em especial à Ana Maria Bertolo e Silmara Dionizio, pela atenção e simpatia na resolução de questões que envolviam a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS).

Aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração*, pelas salutares discussões, convivência e companheirismo: Alice Perez, Aline Hasegawa, Ana Carolina Leite, Beatriz Medeiros, Bernardo Macedo, Carmen Andriolli, Cássio Boecht, Ivo Farias, Juliana Dourado, Leonardo Reis e Tainá Reis.

Aos professores e companheiros do Grupo de Pesquisa *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo*, por toda rica convivência ao longo da graduação em Ciências Sociais e pela importância fundamental na minha formação: Golbery Lessa, Belmira Magalhães, Cícero Albuquerque, Edna Bertoldo, Gabriel Beltrão, Charles dos Santos, Marcus Vinícius, João Paulo dos Santos, Allan Queiroz, Jaqueline Souza, Carla dos Santos, Márcio Yabe e à professora Alice Anabuki – que me orientou na pesquisa de iniciação científica.

Aos colegas do PPGS, em especial aos amigos conterrâneos Rossana Marinho e Charles dos Santos, que compartilharam a experiência de viver e estudar longe de terras Caetés. Ao Rodrigo Spinoza, companheiro da turma de doutorado 2012 e amigo de uma solidariedade ímpar.

Aos amigos da república da rua “XV de Novembro”, em São Carlos, pela acolhida mais do que afetuosa, pela alegria dos nossos encontros: Daniel, Nina, Gisele, “Strogue” e Luís, em especial ao Leonardo Reis, que além de me apresentar a essa trupe de pessoas incríveis, é um amigo para todo instante, desde os sérios debates sobre o trabalho nos canaviais, até os projetos de viajar pelas margens do São Francisco de moto – sonhado ao som de um bom vinil.

À amiga Juliana Guanais, por ler criticamente boa parte desta tese e pelas conversas acerca de nossas inquietações teóricas, políticas e literárias.

Aos amigos da filosofia, pelas instigantes discussões realizadas e por me fazerem refletir sobre algumas questões que tangenciam esta tese: Murilo Seabra e Marcos Pinheiro, em especial ao Gabriel Antunes, amigo que me estimulou a escrever desde os tempos do ensino fundamental.

À estimada Ana Lúcia Freire, que, de modo muito atencioso, me orientou acerca dos procedimentos para submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, e sugeriu a aplicação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares.

Aos médicos cardiologistas Marco Mota, Patrícia Caldas e Ranieri Cabral, o primeiro pelo apoio fundamental na reformulação do projeto e na fase de sua submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), os outros por realizarem os testes ergométricos em pleno domingo.

Ao educador físico Michell Salgado Porto, amigo responsável pelas avaliações físicas dos cortadores de cana e que demonstrou uma disposição incrível para contribuir com a pesquisa – sua participação foi muito importante.

Ao fisioterapeuta Glauber Schettino, e à sua esposa Anita Mota, pela leitura atenta do projeto, pela empolgação, e pela contribuição em sua reformulação para aprovação do CEP.

Ao amigo João Paulo Santos, mestrando em Sociologia pela UFAL, que realizou transcrições de entrevistas e foi auxiliar de pesquisa de campo durante três dias, dando uma contribuição indispensável. À amiga Carla Santos, por me acompanhar durante alguns dias da pesquisa de campo e pela ânimo em relação aos rumos da pesquisa.

Aos agentes de saúde Gabriel Lima e Maria de Fátima Santos, amigos que fiz durante o período da pesquisa em Teotônio Vilela/AL, e que deram uma contribuição valiosa para minha imersão no campo – guardo grande estima por ambos.

Aos meus queridos tios Elcio e Ivanilda, pelo estímulo e atenção que sempre têm me dado – desde os escritos da escola –, pela revisão dos meus textos, pelas palavras e gestos animadores e afetuosos. A vibração e o carinho de vocês são fortalecedores!

Ao tio André, pela presença constante e pela preocupação zelosa comigo e com todos que o cercam. Meu querido tio, muito obrigado por tudo!

Aos meus pais, Roberto Lúcio e Hermé, pelo amor que precede a saída do útero, por tudo que representam na minha existência, pelo apoio, crucial, que possibilitou a realização desta pesquisa – sem sombra de dúvidas, essa pesquisa não teria sido realizada sem o envolvimento de vocês!

Aos meus irmãos, Maíra e Rodolfo, pelo afago, pela torcida, por sempre quererem o melhor para mim, por me ajudarem na tradução de textos, por serem meus irmãos.

À Sheley, meu amor, lembra daquele dia que nos conhecemos? Foi na Praça Rayol, no mesmo banco em que o Vô Fernando via minha Vó Zenaide passar no bonde, no mesmo banco onde o meu pai, ainda garoto, sentava com o Vô Bino para tomar



raspadinha, lembra? Pois é, sempre agradeço por ter estado lá naquele dia, naquela hora, com o cruzeiro do sul a 45 graus de nossas cabeças, pois foi ali que conheci o amor da minha vida, te amo!

À Maitê, minha pequena, um raio de luz em nossas vidas. Quanto amor! Quanta alegria!

Aos trabalhadores canavieiros, por confiarem nesta pesquisa, pelo suor e pela esperança.

À Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), pela bolsa concedida em 2012, por meio do Concurso BNB/ANPOCS de bolsas de mestrado e doutorado em Ciências Sociais - Cleantho de Paiva Leite. Esse apoio e reconhecimento foram muito relevantes.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento essencial para a realização dos exames, monitoramento da frequência cardíaca e pesquisa de campo. Sem esse apoio, dificilmente a pesquisa tomaria esse corpo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento do projeto *Novas configurações do trabalho nos canaviais. Um estudo comparativo entre os estados de São Paulo e Alagoas* (vinculado ao Edital MCT/CNPq N° 014/2011 – Universal), que, de modo indireto, também contribuiu para a realização deste trabalho.

*Parece muito doce aquela cana.  
Descasco-a, provo-a, chupo-a... ilusão trega!*

Augusto dos Anjos

*Trabalhei para a carne sair dos ossos.*

Juarez, trabalhador dos canaviais alagoanos

*Nas frentes de trabalho,  
nas terras do fazendeiro,  
a gente encontra a morte  
e ele muito dinheiro.*

Hélio Contreiras

## RESUMO

A presente tese visa ao estudo das condições de trabalho na agroindústria canavieira alagoana e seus reflexos sobre a saúde dos trabalhadores. A problemática estudada foi a análise das condições de trabalho e saúde vis-à-vis o momento atual da agroindústria canavieira alagoana, caracterizado pela reestruturação produtiva e pela intensificação do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. O aumento do esforço exigido nessa atividade laboral produz, além do sofrimento físico, o sofrimento moral e psíquico. A presente tese se justifica na medida em que ela objetiva preencher, ao menos, duas lacunas no tocante à abordagem da saúde dos trabalhadores rurais: a ausência de pesquisas que enfoquem a saúde física dos trabalhadores articulada ao sofrimento moral e psíquico; e a inexistência de estudos sobre os canaviais de Alagoas que dialoguem substancialmente com as pesquisas empreendidas nos canaviais de São Paulo. O objetivo principal desta pesquisa foi o de contribuir para as reflexões acerca donexo causal entre o adoecimento e o trabalho do corte da cana. Para atingir tal escopo, foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas com cortadores de cana, ex-moradores de engenho, trabalhadores desempregados por causa do adoecimento, cabos (fiscais), gerente de usina, médicos, dentre outros informantes-chave; além disso, foram efetivados: teste ergométrico, monitoramento da frequência cardíaca durante o trabalho, aplicação de Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares e avaliação física – procedimentos realizados com a colaboração de médicos e educadores físicos –. As entrevistas foram norteadas pela metodologia da história oral. O município de Teotônio Vilela foi o universo empírico privilegiado por concentrar um grande número de trabalhadores empregados em diversas usinas do sul de Alagoas. Os dados levantados apontam para a existência de relação direta entre o trabalho nos canaviais e o esgotamento prematuro das energias físicas e espirituais dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho rural; agroindústria canavieira; exploração-dominação; saúde; Alagoas.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to study the working conditions in the sugarcane agribusiness in Alagoas and its effects on workers' health. The issue studied was the analysis of working conditions and health in the face the current situation of sugarcane agribusiness in Alagoas: characterized by productive restructuring and the intensification of work in manual cutting of sugarcane. The increased effort required in this labor activity produces besides the physical, moral and psychological distress. . This thesis is justified to the extent that it aims to complete at least two gaps with regard to health approach to rural workers: the absence of research focusing on the physical health of workers articulated the moral and psychological distress; and the absence of studies on the cane fields of Alagoas that communicate substantially with the research undertaken in the cane fields of Sao Paulo. The main objective of this research was to contribute to the reflections on the causal connection between illness and the cane cutting job. To achieve this scope, field research and interviews were carried out with cane cutters, mill former residents, unemployed because of illness, cable (surpervisor), plant manager, medical, among other key informants; furthermore it was performed exercise testing, monitoring heart rate during labor, application Nordic Musculoskeletal Questionnaire and physical evaluation - procedures performed with the collaboration of doctors and fitness trainers -. The interviews were conducted by the methodology of oral history. The municipality of Teotônio Vilela was the privileged empirical universe by concentrating a large number of workers employed in various plants in the south of Alagoas. The data collected indicate existence of direct relationship between work in the cane fields and the early exhaustion of physical and spiritual energies of workers.

Key words: rural labor; sugar cane agro industry; exploration-domination; health; Alagoas.

## LISTA DE FOTOS, TABELAS, GRÁFICOS, FIGURAS E QUADROS

### I. FOTOS

Foto 1: Portão de entrada da vila.....	39
Foto 2: Corredor de casas geminadas.....	39
Foto 3: Cisterna que armazena a água da vila.....	40
Foto 4: Água armazenada ao relento.....	40
Foto 5: Sala da casa.....	40
Foto 6: Banheiro sem água encanada.....	41
Foto 7: Vista aérea dos canaviais nos tabuleiros alagoanos.....	66
Foto 8: Usina Sinimbu e seus tabuleiros.....	73
Foto 9: Usina Seresta entre os tabuleiros, moendo a todo vapor.....	73
Foto 10: Trabalho nos canaviais de Teotônio Vilela.....	106
Foto 11: Cabo no município de Ibateguara.....	107
Foto 12: Cana embolada.....	112
Foto 13: Frente de corte manual nos morros em Ibateguara.....	113
Foto 14: Corte da cana nas íngremes encostas de Ibateguara.....	114
Foto 15: Corte decorrente do trabalho na colheita da cana.....	137
Foto 16: Jovem canavieiro com o rosto coberto de fuligem.....	142
Foto 17: Teste ergométrico com trabalhador canavieiro.....	148
Foto 18: Teste ergométrico com esteira inclinada.....	148
Foto 19: Avaliação física dos cortadores de cana realizada no início da safra.....	158
Foto 20: Avaliação física no término da safra.....	158

### II. TABELAS

Tabela 1: Resultado preliminar do teste ergométrico e da avaliação física dos trabalhadores canavieiros safristas.....	47
Tabela 2: Aptidão Cardiorrespiratória.....	149
Tabela 3: Batimentos cardíacos, carga cardiovascular e produção.....	151
Tabela 4: Carga Cardiovascular associada a outras variáveis.....	156
Tabela 5: Avaliação Física dos cortadores de cana no início da safra 2014/2015.....	159
Tabela 6: Avaliação Física dos cortadores de cana no fim da safra 2014/2015.....	160

Tabela 7: Resultados da aplicação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares: principais partes do corpo comprometidas.....	162
--	-----

### **III. GRÁFICOS**

Gráfico 1: Faixa etária dos cortadores de cana da usina Coruripe – Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012.....	30
Gráfico 2: Dados detalhados do monitoramento da frequência cardíaca do trabalhador “18” .....	153
Gráfico 3: Dados detalhados do monitoramento da frequência cardíaca do trabalhador “13”.....	154

### **IV. FIGURAS**

Figura 1: Mapa do Estado de Alagoas com destaque para o município de Teotônio Vilela.....	25
Figura 2: Distribuição dos sertanejos que trabalham na usina Coruripe na Safra 2012/2013.....	30
Figura3: Mapa do relevo alagoano: destaque para a região dos tabuleiros.....	67
Figura 4: Microrregiões geográficas de Alagoas.....	68
Figura 5: Eito de cinco ruas.....	101
Figura 6: Eito de sete ruas.....	103

### **V. QUADRO**

Quadro 1: perfil dos entrevistados.....	49
---	----

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
Prelúdio	15
Apresentação	17
Introduzindo o tema	19
Resumo de um itinerário	27
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>52</b>
<b>Memória e expropriação no universo canavieiro: expansão dos canaviais e mudanças nas relações de trabalho</b>	<b>52</b>
1.1 O sistema de morada e seus corolários	52
1.2 Expansão dos canaviais e expropriação da terra e da memória	65
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>83</b>
<b>Trabalho e agroindústria canavieira</b>	<b>83</b>
2.1 A natureza do atual trabalho canavieiro	83
2.2 Traços gerais da reestruturação produtiva e o processo de exploração-dominação nos canaviais	89
2.3 Reflexões acerca das particularidades da agroindústria canavieiras e de sua relação com a degradação do trabalho	115
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>121</b>
<b>O “esbagaçamento” do trabalho: sofrimento físico e moral</b>	<b>121</b>
3.1 Breves considerações sobre o estranhamento do trabalho	121
3.2 O “canguru” e outras sequelas da superexploração da força de trabalho	123
3.3 A afirmação do nexa causal como uma forma de resistência	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>176</b>
Glossário	187
Apêndice: Um conto muito pouco contado	190
Anexos	193

## APRESENTAÇÃO

### Prelúdio<sup>1</sup>

Cidades cercadas, arroteadas por cana. Ruas de cana e ruas de gente parecem juntas. No fim da rua de gente, um canavial; no fim da rua de cana, casas e paralelepípedos – asfalto apenas nas ruas centrais. Cidades pequenas, cidades sem graça. Nos dias de festa tem muita cachaça. Cachaça da cana. Cachaça que engana ou que revela a desgraça. Cidades sem grande atrativo. Rotas de passagens... Rotas de fuga. Local de morada, morada na rua, nas pontas de rua, depois da perda de condição de morador nas fazendas. Fazenda de cana. Cana plantada em ruas. Ruas feitas para cana.

Depois da chegada, depois das primeiras entrevistas... ainda sou estranho. Não estou integrado a essas cidades; – quem está? Uma é plana, é terra plana de tabuleiro. Tem quadras quadradas e monótonas como as casas dos tabuleiros; tem peões, reis e rainhas como nos tabuleiros, tem peças sacrificadas como nos tabuleiros de xadrez. Outra fica no alto da Serra. Embaixo da Serra muita cana, subindo a Serra muita cana, no alto também. Usina na entrada da estrada que leva à cidade. Cidade de clima agradável à noite. Cidade de temperatura infernal durante o dia. Cidade sem sombra, cidade sem árvores. Na noite se avista o fogo dos canaviais subindo a Serra... é fogo de cana queimando. Amanhã tem serviço logo cedo!

Trabalho no calor de queimar os miolos. Miolos que fervem – é preciso força e concentração para golpear com o facão! Água, muita água. Cana, muito cana. Suor, muito suor. Água, muita água. Câimbra, muita câimbra. Salário, pouco salário.

No tabuleiro entrou mais uma peça: olha lá a máquina! Corta que corta. Corta cana, corta gente que perde o emprego. Mais outra que já vem vindo. – Será mesmo que ainda vai ter emprego? – Olha outra que já vem chegando! – Será mesmo que vamos fazer greve? – Greve? Que greve! – Grave? É greve!

...

Segue o treminhão, ou “tremiado”, em direção à usina. Abandona a estrada de terra e come o asfalto da BR 101 com uma carga de, aproximadamente, 100 toneladas de cana. Os três reboques, prestes a transbordar em cada curva, vão estalando por onde passam para que os transeuntes mais desatentos notem aquele disparate. Toda aquela cana

---

<sup>1</sup> O que denominamos como “prelúdio”, é um prelúdio escrito de modo lúdico.



se transformará em açúcar, vai abastecer o mercado internacional por meio dos navios que saem do porto de Maceió. A cana produzida vai embora em forma de açúcar, enquanto o trabalhador que a produziu continua nas cidades na forma de bagaço.

Nas margens da estrada, os canaviais: paisagem corriqueira. Quanta coisa eles escondem? Por trás do familiar, quanto mistério! Quem os plantou? Por que os plantou? O que tinha ali antes da cana? – Pergunta de menino! – É, é preciso fazer perguntas de criança para enxergar além das palhas... é preciso fazer perguntas de criança para a paisagem ir mudando...

## Apresentação

O caminhar da pesquisa não foi feito pelas retílineas rodagens de barro duro que arroteiam os talhões de cana. Muito menos pelas estradas de asfalto que levam o açúcar das usinas ao porto de Maceió. Se assim fosse, já partiríamos sabendo o ponto de chegada, e, desse modo, não haveria necessidade de realizar pesquisa. Por isso, o caminhar da pesquisa deu-se por dentro dos canaviais, se deu pelas bocas das grotas: em alguns momentos girando em círculo, respirando fumaça, ficando enganchado nos cipós e tiriricas. Apesar do caminho ser desconhecido, ele não se faz sem algum norte. Nas horas de muita fuligem, nas situações em que os cipós atrasam o caminhar, sempre tem algum livro que serve de facão, sempre tem uma palavra de amigos pesquisadores que serve de mangote,<sup>2</sup> uma palavra da orientadora que serve de bússola. Quando parece que a pesquisa morrerá, sempre surge por detrás das palhas um cortador de cana para compartilhar a sua água e o seu suor.

Muitas das questões que movem esta investigação de doutorado nasceram ao longo de duas pesquisas realizadas durante os anos 2008/2009 e 2010/2011: a Iniciação Científica<sup>3</sup> e a Dissertação de Mestrado<sup>4</sup>. Ambos os estudos abordavam o tema do trabalho nos canaviais alagoanos, todavia, enquanto o primeiro focava nos métodos de exploração da força de trabalho, o segundo ampliava o objeto de estudo, pois investigava como se processa a *exploração-dominação* nos canaviais de Alagoas – essa perspectiva abrange, não apenas a ampliação da extração de mais-valor, porque, na mesma, está inclusa a ideia de que exploração e dominação existem numa relação simbiótica que é atravessada pelos recortes de classe, gênero e etnia/raça<sup>5</sup>. Entretanto, dentro dos limites daquele trabalho, a nossa atenção foi centrada, sobretudo, no recorte de classe. Ainda no tocante à ampliação do objeto de estudo, investigamos também as formas de resistência construídas pelos trabalhadores canavieiros. A incorporação dessa temática foi essencial para que o horizonte da pesquisa não ficasse restrito apenas ao “como é o trabalho nos

---

<sup>2</sup> Equipamento utilizado para proteger o braço do trabalhador no momento do corte da cana.

<sup>3</sup> A referida pesquisa, da qual participei como colaborador, é intitulada “Trabalho na Agroindústria Canavieira de Alagoas”, e foi vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2008/2009) sob a orientação da Professora Alice Anabuki Plancherel, pela Universidade Federal de Alagoas.

<sup>4</sup> A dissertação de mestrado, intitulada “Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre trabalho e resistência”, foi defendida em março de 2012, sob a orientação da Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

<sup>5</sup> Extraímos essa perspectiva teórico-analítica do livro: *Errantes do fim do século* (SILVA, 1999), que, por sua vez, está apoiada em Saffioti (1988).

canaviais alagoanos”, mas, que pudéssemos imaginar também “o como pode ser esse trabalho”.

No decurso desses caminhos, deparamo-nos com diversos trabalhadores (e excortadores de cana) que conviviam com dores, câimbras, cicatrizes no corpo e na alma. Esses relatos eram recorrentes. Após várias safras de labor, grande parte desses trabalhadores não consegue mais se empregar no corte da cana – a maioria das usinas alagoanas exige uma média mínima diária de 7 toneladas de cana<sup>6</sup>. Ademais, existem enormes dificuldades para se comprovar o nexos causal entre o trabalho e o adoecimento. Devido ao próprio limite de alcance daquelas duas pesquisas, não pudemos analisar essas questões de modo aprofundado naquele momento.

Por isso, no presente estudo, a problemática a ser estudada é a análise das condições de trabalho e saúde, em face do momento atual da agroindústria canavieira alagoana: caracterizado pela reestruturação produtiva e pela intensificação do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. O aumento do esforço exigido nessa atividade laboral produz, além do sofrimento físico, o sofrimento moral e psíquico. A presente investigação propõe a análise da saúde física dos trabalhadores canavieiros, articulada ao sofrimento moral e psíquico; e um diálogo substancial com as pesquisas da mesma temática em São Paulo. Desse modo, o intuito é o de contribuir para as reflexões acerca do nexos causal entre o trabalho do corte da cana e o adoecimento dos trabalhadores, e para apreensão das particularidades desse labor em Alagoas.

---

<sup>6</sup> Nas usinas localizadas em áreas com topografia mais acidentada (no norte do estado), a média mínima diária pode chegar a 5,2 toneladas diárias.

## **Introduzindo o tema**

Fuligem – ritmo intenso –, agachamento, golpes de podão, carregamento de cana, arrumação, sol quente – mais cana. Fiscal reclama. Fuligem – ritmo intenso –, agachamento, golpes de podão, carregamento de cana, sol quente – mais cana. O ciclo repete-se. Mais uma hora. Mais um dia. Mais uma semana. Mais um mês. Mais uma safra. Mais uma cana. Mais duas, sete, oito toneladas num dia. Não foi por acaso que muitos dos trabalhadores que entrevistamos relataram algumas das sequelas deixadas pelo trabalho no corte da cana. Fuligem – ritmo intenso –, agachamento, golpes de podão, carregamento de cana, arrumação, sol quente – mais cana<sup>7</sup>.

Eis o retrato do trabalho cotidiano no corte manual da cana-de-açúcar. Poderíamos iniciar afirmando que o Brasil é o principal produtor internacional dessa matéria-prima (CONAB, 2014), que o estado de Alagoas é o sexto maior produtor nacional, e primeiro da região Nordeste (Idem), mas essa grandiosa imagem numérica, por si só, não revela como são produzidos os canaviais, não revela como são produzidas as pessoas que trabalham nos canaviais, não ajuda a compreender o porquê de tantas delas adoecerem e se acidentarem no trabalho<sup>8</sup>.

Diante dessas questões, faz-se necessário um estudo que investigue as recentes transformações do mundo do trabalho nos canaviais, pois, o processo de reestruturação produtiva – iniciado na agroindústria canavieira alagoana a partir dos anos 1990 (CARVALHO, 2009) –, alterou profundamente os critérios de recrutamento dos trabalhadores, o processo de trabalho e as formas de gestão (PADRÃO, 1997; MELLO, 2002). Essas mudanças, além de acarretarem novas configurações no universo canavieiro, resultaram em grande diminuição no número de empregos, em intensificação do ritmo de trabalho e elevação de sua produtividade.

---

<sup>7</sup> Para o trabalhador lograr um bom desempenho (do ponto de vista da usina), a cana precisa ser cortada rente ao chão, exigindo a total curvatura do corpo. Após abraçar as canas, são necessários vários golpes de podão, seguidos dos cortes dos ponteiros que contêm pouca sacarose e que, por isso, não são levados para a moagem. Em seguida, as canas são carregadas e lançadas em montes e, novamente, o ciclo é recomeçado. Conforme demonstra Laat (2010), o trabalhador no canavial paulista realiza, aproximadamente, 3.080 flexões de coluna (cerca de 1,88 flexões a cada 10 segundos) e pelo menos 3.498 golpes de podão para cortar 12.960 kg em um dia.

<sup>8</sup> Em 2012, 59% dos acidentes de trabalho registrados em Alagoas foram na agroindústria canavieira (3.334 acidentes), e desses, 65% foram com trabalhadores do cultivo ou colheita de cana – 2.190 acidentes. É válido mencionar que subnotificação de acidentes de trabalho ocorre com frequência nesse setor agroindustrial, portanto, o número de acidentes pode ser ainda maior do que os que foram registrados. Nesse mesmo ano, foram registradas 5 mortes por acidente de trabalho em terras de usinas alagoanas (MTE, 2013).

Entretanto, é importante sublinhar que as novas feições do trabalho foram construídas sobre as bases de um processo de modernização anterior da agroindústria canavieira alagoana, iniciado embrionariamente por volta dos anos 1950 (ANDRADE, 1959 e 1994, HEREDIA, 1988) e que possibilitou uma vertiginosa expansão do plantio de cana-de-açúcar por meio da expropriação das terras dos tabuleiros (áreas planas que eram consideradas impróprias para o cultivo da cana)<sup>9</sup>. Foi no bojo dessas mudanças no espaço geográfico e social ocupado pela lavoura de cana que, paulatinamente, ocorreu o colapso do sistema de morada, característico das relações de trabalho dos engenhos e que, naquele período, ainda predominava nas usinas.

A modernização da agroindústria canavieira alagoana engendrou um violento processo de expropriação, sofrido tanto pelos moradores das usinas e das fazendas de cana – que perderam o acesso ao roçado –, quanto pelos posseiros e sitiantes que ocupavam, sobretudo, áreas dos tabuleiros. Esse processo foi fundamental para a formatação dos trabalhadores “da rua”<sup>10</sup>, que hoje representam, junto com aqueles que migram do sertão para o corte da cana, a esmagadora maioria dos trabalhadores canavieiros. O processo de expropriação possibilitou, de um só golpe, abrupta expansão das lavouras de cana para áreas planas e consolidação da proletarização da força de trabalho, sendo ambos os aspectos basilares para a construção da mais recente reestruturação produtiva do setor.

Por isso, no Capítulo 1, revisitaremos a farta literatura que analisa as transformações ocorridas durante o período de modernização da agroindústria canavieira em Alagoas e no Nordeste (ANDRADE, 1959 e 1994; LOUREIRO, 1969; SANT’ANA, 1970; SIGAUD, 1980 e 2009; HEREDIA, 1988 e 2008; GARCIA, 1988; LIMA, 2001 e 2006; ALBUQUERQUE, 2009). Esse alargamento do recorte histórico da pesquisa tem o objetivo de analisar a formação dos atuais trabalhadores canavieiros. Abordaremos, sobretudo, as mediações necessárias para compreender o processo de expropriação e proletarização nesse período. Consideramos essa abordagem indispensável, pois não é possível analisar a relação entre o trabalho e o adoecimento desconhecendo a história dos sujeitos que trabalham e adoecem. Para atingir tal escopo, investigaremos como se deu a expansão dos canaviais para as regiões dos tabuleiros e as mudanças nas relações de trabalho ocorridas com o declínio do sistema de morada.

O Capítulo 2 terá como objeto de estudo a natureza do atual trabalho na agroindústria canavieira alagoana (muitas vezes caracterizado como trabalho escravo), os

---

<sup>9</sup> Adiante descreveremos os tabuleiros de forma mais detalhada.

<sup>10</sup> “Da rua”, ou “os da rua”, é como são denominados localmente os trabalhadores residentes nas áreas urbanas. Já os canavieiros migrantes provenientes do sertão, são denominados sertanejos.

sentidos da recente reestruturação produtiva dessa agroindústria e a análise das (novas) configurações do trabalho nos canaviais alagoanos. Num primeiro plano, focaremos a reestruturação produtiva do setor em Alagoas, tendo em vista a sua imbricação com o processo de reestruturação produtiva em âmbito mundial. Buscaremos, ainda, problematizar o tema das novas configurações do trabalho por meio de uma abordagem que relacione o trabalho nos canaviais alagoanos com o dos canaviais paulistas. Desse modo, objetivamos captar algumas das particularidades do processo de exploração-dominância do trabalho nos canaviais alagoanos e apreender as particularidades mais gerais do trabalho nessa agroindústria específica.

No capítulo 3, adentraremos a temática da saúde dos trabalhadores canavieiros. Nossa abordagem será ancorada, sobretudo, no referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 1987, 2000), cuja análise coloca a questão do sofrimento numa posição central, na concepção de saúde-doença como processo social (LAURELL, 1983 e LAURELL & NORIEGA, 1989), na teoria do Estranhamento do Trabalho (MARX, 2004) e na categoria superexploração (MARINI, 2005). Além do mundo interior dos sujeitos que trabalham, analisamos o impacto do trabalho no corpo dos cortadores. Mediante teste ergométrico, monitoramento da frequência cardíaca durante a atividade física, aplicação de Questionário Nórdico e avaliação física – procedimentos realizados com a colaboração de médicos e educadores físicos –; verificamos os seguintes aspectos: 1) se existe sobrecarga cardiovascular durante o trabalho nos canaviais alagoanos; 2) o gasto calórico médio de uma jornada de trabalho; 3) quais regiões do corpo são mais afetadas pelo trabalho (em termos de dor) 4) as mudanças no corpo após uma safra (em quesitos como peso, percentual de gordura corpórea, massa magra e massa gorda). A partir desses resultados, dialogamos, comparativamente, com pesquisas realizadas com trabalhadores dos canaviais paulistas. A amostra inicial dessa etapa da investigação consistiu em 33 trabalhadores safristas escolhidos aleatoriamente<sup>11</sup>. Por fim, tratamos das perspectivas daqueles que já tiveram sua energia vital, prematuramente, consumida pela intensa carga laboral e dos que ainda permanecem empregados no corte manual da cana.

Para realizar tal intento, partimos de pressupostos do referencial teórico-metodológico marxiano, que concebe o ser social como ser radicalmente histórico e social:

---

<sup>11</sup> A amostra inicialmente foi estimada em aproximadamente 30 trabalhadores, residentes no município de Teotônio Vilela, e que laboram no corte da cana. Adotamos uma amostragem não-probabilística por conveniência. O tamanho da amostra foi definido com base em trabalhos anteriores que realizaram investigações em um contexto semelhante ao nosso (LAAT, 2010; BARBOZA; 2010).

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2002, p. 21).

Em passagens como essa, fica explícita a concepção do ser social como um ser que se autoconstrói na sua integralidade. Isso implica afirmar que os fenômenos sociais são frutos da interatividade humana e que, tanto a aparência, quanto a essência humana são radicalmente históricas e sociais. Ao longo do ininterrupto processo dos homens e mulheres fazendo a sua própria história, a subjetividade desempenha um papel ativo, todavia, ela tanto atua sob determinadas circunstâncias que não foram fruto de sua escolha, quanto tem seu terreno de possibilidades de escolha delimitado pelas circunstâncias. Desse modo, a consciência não é mero reflexo mecânico da realidade objetiva, objetividade e subjetividade articulam-se numa síntese produtora do ser social. Por mais que, do ponto de vista ontológico, a objetividade seja o momento fundante, ambos são momentos que se determinam reciprocamente, o que não significa perda de suas especificidades.

A noção de *experiência*, proposta por Thompson (1981) – que é diretamente influenciada pela leitura da obra marxiana –, nos parece relevante, pois permite pensar os sujeitos como pessoas que experimentam situações em relações produtivas determinadas e que, posteriormente, “tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p.182). Essa perspectiva possibilita conceber as transformações a partir de embates cotidianos, sem cair na unilateralidade da objetividade ou da subjetividade.

Essa característica também está em sintonia com o referencial teórico de Dejours; nele, as questões relativas à saúde dos trabalhadores são compreendidas como inseridas em relações sociais determinadas, sem considerar o ser humano como ser meramente biológico – ou tratando os indivíduos como meros fragmentos. Tal proposta de abordagem permite enxergar a exploração-dominação da força de trabalho sem desprezar a sua articulação com o mundo interior dos sujeitos que trabalham.

Adotamos também a realização de entrevistas<sup>12</sup> por meio da perspectiva dos estudos sobre memória (THOMPSON, 1992; BOSI, 1987 e 2004), não apenas porque esse método possibilita uma reconstrução histórica das transformações na produção canavieira de Alagoas, mas, porque a história oral possibilita, ainda, que as experiências dos sujeitos ao longo da história sejam narradas por eles próprios. Os relatos orais também serão importantes porque “a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrão de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação” (THOMPSON, 1992, p. 184) dos sujeitos inseridos em determinadas realidades. Com isso, esse método permite ainda apreender como os trabalhadores percebem e significam a sua realidade e as suas experiências. Ademais, como salienta Joutard (1999), a história oral possibilita jogar luz em realidades indescritíveis e dar testemunhos a situações de sofrimento extremos.

Recorremos ainda aos seguintes instrumentos de pesquisa:

1) **Cadernos de Campo:** durante o período em que estivemos na pesquisa de campo, escrevemos Cadernos de Campo, com descrições sobre o contexto de interação das entrevistas, bem como sobre impressões e acontecimentos inusitados que escapam à capacidade de captação de qualquer gravador de áudio. Dessa forma, o Diário de Campo contribui significativamente para a análise das informações colhidas, assim como nos auxilia na reflexão sobre a nossa interação com os sujeitos pesquisados.

2) **Registro imagético:** foram produzidas fotos dos lugares percorridos pela pesquisa e os próprios cortadores de cana fotografaram, a pedido nosso, o ambiente de trabalho nos canaviais.

3) **Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares:** versão brasileira traduzida e validada por Pinheiro, Tróccoli e Carvalho (2002), é um instrumento simples de autopercepção de dor, e sua validade é reconhecida internacionalmente. Com o uso dele, podem-se detectar os locais do corpo que mais são acometidos pelos efeitos do corte da cana, pois os trabalhadores indicam os pontos de dor, desconforto, ou dormência que sentem em seus corpos. Esse instrumento pode contribuir na análise da relação entre a dor (e provável lesão) e a atividade laboral<sup>13</sup>.

4) **Avaliação Física** (realizada por Educador Físico, Michell Salgado Porto), **Teste Ergométrico** (supervisionado pelo cardiologista Roberto Lúcio de Gusmão Verçoza) e **acompanhamento da frequência cardíaca:** o teste ergométrico e o acompanhamento da

---

<sup>12</sup> A maioria do áudio das entrevistas foi gravada e transcrita.

<sup>13</sup> Anexo segue o modelo de Questionário Nórdico que adotamos.



frequência cardíaca (mediante o uso de frequencímetro), foram utilizados para verificar se existe sobrecarga cardiovascular durante o trabalho. O frequencímetro também tem a função de estimar o gasto calórico e a distância percorrida no eito de cana<sup>14</sup>. Além disso, objetivou-se realizar uma análise comparativa com os resultados de pesquisas realizadas anteriormente em São Paulo (NETA; 2009, LAAT, 2010; BARBOZA; 2010; PRADO, 2011), tendo em vista que, em Alagoas, existem particularidades climáticas, topográficas e na largura dos eitos (que, em geral, são formados por 7 ruas). A avaliação física possibilitou mensurar as mudanças no corpo dos trabalhadores ao longo da safra (peso, massa muscular, circunferência e etc.).

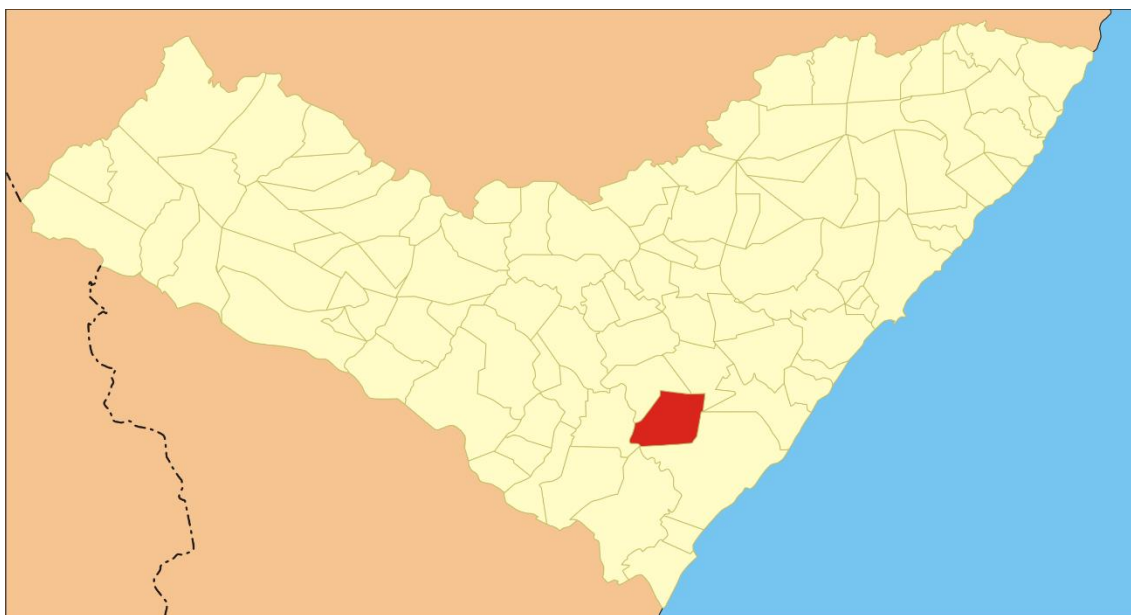
Elegemos o município de Teotônio Vilela/AL como o principal universo empírico da presente pesquisa de doutorado. Apesar de também termos realizado pesquisas de campo nos municípios de Ibataguara/AL e Coruripe/AL, privilegiamos Teotônio Vilela em razão, fundamentalmente, de este município estar localizado na principal região de produção canavieira do estado, abrigando, ainda, uma usina muito próxima da área de habitação urbana (usina Seresta), e por ser polo concentrador de trabalhadores para, pelo menos, cinco usinas de municípios próximos;<sup>15</sup> ademais, existe uma relevante pesquisa, desenvolvida por Heredia (1988), durante o final da década de 1970 e início de 1980, que nos serviu de ponto de apoio por analisar os impactos da expansão canavieira na área do referido município. Abaixo, aprofundaremos esses fatores e descreveremos algumas características de Teotônio Vilela.

---

<sup>14</sup> O modelo do frequencímetro é o RC3 GPS da Polar, que já contém um GPS embutido.

<sup>15</sup> Da área urbana, durante a safra partem diariamente ônibus para, pelo menos, as seguintes usinas: 1) Coruripe, localizada no município de Coruripe; 2) Caeté, localizada em São Miguel dos Campos; 3) Sinimbu, situada em Jequiá da Praia; 4) Triunfo, estabelecida em Boca da Mata e 5) Taquari, situada no município sergipano de Capela (única que não se localiza em território alagoano dentre as citadas).

**Figura 1: Mapa do Estado de Alagoas com destaque para o município de Teotônio Vilela**



**Fonte:**[http://pt.wikipedia.org/wiki/Teot%C3%B4nio\\_Vilela\\_\(Alagoas\)#mediaviewer/File:Teotonio\\_Vilela.png](http://pt.wikipedia.org/wiki/Teot%C3%B4nio_Vilela_(Alagoas)#mediaviewer/File:Teotonio_Vilela.png)

Antes da criação do jovem município de Teotônio Vilela<sup>16</sup>, fundado em 1986 (IBGE), o aglomerado urbano que lhe deu origem era conhecido como Feira Nova, e pertencia ao município de Junqueiro. Heredia, autora do livro *Formas de Dominação e Espaço Social* (1988), descreve no início da década de 1980 o aglomerado urbano de Feira Nova da seguinte forma:

O número de trabalhadores que ali habita, o processo de sua constituição, sua localização e composição social (trabalhadores assalariados, empreiteiros que o recrutam, ex-moradores e pequenos produtores) a transformam em um centro privilegiado para o estudo de pelo menos dois processos que aparecem combinados: o da expansão demográfica ligada à expansão do cultivo da cana na área e os das transformações que ali ocorrem (HEREDIA, 1988, p. 84).

---

<sup>16</sup> Segundo o Censo de 2010, o município de Teotônio Vilela tem 41.152 habitantes.

O estudo da autora demonstra que a origem da aglomeração urbana de Feira Nova está diretamente relacionada ao processo de expansão canavieira alagoana para as regiões dos tabuleiros, momento este que, como já foi citado anteriormente, foi marcado por expropriação dos pequenos produtores e pelo declínio do sistema de dominação de morada. Por estar localizada na região dos tabuleiros, Feira Nova não escapou da expansão da cana, “tornando-se o principal centro de acolhimento da massa de trabalhadores que chegava à área” (HEREDIA, 1988, p. 86).

A pesquisa realizada por Heredia foi um dos fatores que influenciaram nossa delimitação do universo empírico. Sem dúvidas, esta pesquisa é um relevante ponto de referência para compreendermos a história da expansão canavieira e do seu universo de trabalho até meados dos anos 1980, período este anterior à mais recente reestruturação produtiva, iniciada a partir de 1990, em Alagoas. Como partimos do pressuposto de que o momento presente somente pode ser compreendido quando pensado enquanto processo histórico, o estudo de Heredia tem uma importante contribuição para o desenvolvimento de nossa pesquisa, pois, nos serve como mais uma ferramenta que utilizaremos para buscar compreender esse processo histórico.

Por fim, também influenciou em nossa escolha o fato de já termos realizado pesquisas de campo em 2011, o que nos permitiu verificar uma expressiva incidência de problemas de saúde em trabalhadores canavieiros que residem nesse município. Ademais, essas pesquisas anteriores possibilitaram criar uma rede de contatos com agentes de saúde municipal e com cortadores de cana.

## Resumo de um itinerário

Após o cumprimento dos créditos das disciplinas obrigatórias do doutorado em sociologia da Universidade Federal de São Carlos – na segunda semana de dezembro de 2012 – rumei para Maceió. No cronograma do projeto, estavam previstas pesquisas de campo em dezembro de 2012. Os primeiros contatos com os trabalhadores ocorreram ainda em dezembro, quando telefonei para os trabalhadores da cidade de Teotônio Vilela e marquei algumas entrevistas. O campo em dezembro não foi produtivo, a segunda metade desse mês é marcada por datas como o natal e ano novo, o clima predominante era de confraternização. Nesse mês, reencontrei apenas um cabo (fiscal) e um trabalhador do corte da cana. Conversei um pouco sobre os objetivos do meu projeto de pesquisa de doutorado e me mantive atualizado acerca da vida deles. Não quis insistir com mais tentativas de entrevistas nos últimos dias de dezembro, tanto pela dificuldade encontrada, quanto pela possibilidade concreta de transferir o campo de dezembro para janeiro de 2013.

Em janeiro de 2013, retornei a Teotônio Vilela, realizei entrevistas com trabalhadores dos canaviais, ex-trabalhadores e com o cabo (fiscal). Deparei-me com um quadro semelhante ao de 2011: muito trabalho, problemas de saúde e medo do desemprego – a novidade agora era, sobretudo, o aumento de máquinas colheitadeiras na região de Teotônio Vilela.

Ainda em janeiro de 2013, realizei quatro dias de pesquisa de campo em Ibateguara – município situado ao norte de Alagoas. O campo foi realizado junto com mais três<sup>17</sup> integrantes do projeto *Novas configurações do trabalho nos canaviais. Um estudo comparativo entre os estados de São Paulo e Alagoas*, vinculado ao Edital MCT/CNPq N° 014/2011 – Universal<sup>18</sup>. Mesmo sendo uma pesquisa de campo relacionada a outro projeto, tratava-se de investigar temas semelhantes aos que movem a minha pesquisa de doutorado – inclusive pelo eixo comum da saúde. Nesses dias em

---

<sup>17</sup> Os três integrantes de projeto que me acompanharam nesse campo foram: Allan Queiroz (Mestrando PPGS – UFRGS), Jaqueline Souza (Graduanda CSO - UFSAL) e João Paulo Santos (Graduando CSO-UFAL).

<sup>18</sup> O referido projeto, coordenado pela Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva, contava com a participação de pesquisadores e estudantes da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade Federal de Alagoas. O objetivo geral do projeto era “o estudo das reconfigurações do trabalho nas agroindústrias canavieiras dos estados de São Paulo e Alagoas, tendo em vista o atual processo de mecanização do corte manual da cana de açúcar e seus reflexos sobre as condições de trabalho e a saúde dos (as) trabalhadores (as)”.

Ibateguara, entrevistamos cortadores de cana, cabos, gerente de fazenda de fornecedor, moradores de fazendas das usinas e sindicalista. Acompanhamos a festa da padroeira da cidade, o trabalho dos bituqueiros<sup>19</sup>, dos operadores de carregadeira, dos cortadores de cana e dos emboladores<sup>20</sup> das canas cortadas. Ao longo desse campo, realizamos filmagens e registros fotográficos do mundo do trabalho nos acidentados canaviais de Ibateguara<sup>21</sup>.

Após a pesquisa de campo em Ibateguara, consegui agendar uma conversa com um amigo economista e professor (UFAL) Cícero Péricles de Carvalho, autor do livro *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*, que nos tempos de mestrado havia se mostrado disposto a contribuir no estabelecimento de alguns contatos no interior das usinas. Ele demonstrou interesse em colaborar com minha pesquisa de doutorado, todavia, segundo o mesmo, o fato de a pesquisa prever exames médicos inviabilizaria a possibilidade de autorização da gerência das usinas.

Argumentei que o nome da usina não seria divulgado, porém, ele alegou que isso seria insuficiente para convencer os gerentes das usinas, pois, o açúcar de Alagoas é produzido, sobretudo, para o mercado externo, e existe um grande temor da imagem do açúcar alagoano ser relacionada ao trabalho degradante. Ou seja, caso a imagem do açúcar produzido em Alagoas esteja atrelada ao adoecimento dos trabalhadores, existe o risco de mercados estrangeiros fecharem as portas para o açúcar alagoano. Portanto, seria muito improvável que os gerentes autorizassem realização de exames com trabalhadores de suas usinas.

Cícero Péricles propôs que tentássemos fazer os exames mediante pedido de médicos dos postos de saúde, mas, afirmei que essa ideia não era a ideal, pois, além da burocracia e dos problemas relacionados ao tempo da realização dos exames – existe uma enorme dificuldade de agendar exames pelo SUS –, era necessário monitorar a frequência cardíaca e o gasto calórico do trabalhador ao longo da jornada de trabalho. Como realizar

---

<sup>19</sup> *Bituqueiro* é o termo utilizado para designar os trabalhadores que recolhem e arrumam as sobras de canas cortadas.

<sup>20</sup> . O serviço dos emboladores consiste em emaranhar as canas que foram cortadas por outros trabalhadores para rolá-las ladeira abaixo, de modo que elas cheguem até uma área que possa ser acessada por máquinas carregadeiras ou por animais de tração. Para tal tarefa, o trabalhador utiliza um longo cabo de madeira que serve como alavanca para levantar as canas, que se amontoam cada vez mais a cada levatada. A atividade consiste em se agachar, colocar o cabo de madeira embaixo do monte de canas, e puxar o cabo para cima, de modo que o monte de cana seja empurrado para baixo. À medida que o trabalhador segue avançando morro abaixo, vai se formando um bolo de cana cada vez mais pesado. Próximo ao pé do morro o esforço é ainda maior. A embolada termina quando o bolo de cana chega ao local acessível para os animais de tração ou máquinas carregadeiras.

<sup>21</sup> Algumas dessas fotos seguem em futuros capítulos da presente tese.

isso sem autorização da usina? Ele insistiu que não existia possibilidade de contar com a autorização da usina, e que eu deveria pensar em outras estratégias. Despedi-me agradecendo pela sua atenção, mas alertando que tentaria obter a autorização da usina por outras vias. Ele persistiu que seria um desgaste em vão... Agradei novamente. Saí pensando em outros meios de obter autorização.

Havia ainda o contato de uma nutricionista que trabalhava na Usina Leão, localizada no município de Rio Largo – próximo da capital alagoana. Essa expectativa positiva surgiu após ela ter mencionado que o cardápio para cortador de cana tinha que ser extremamente calórico e que isso decorria da alta carga laboral. Enquanto falava isso, era perceptível que isso lhe causava alguma revolta. Tentei marcar uma reunião com essa nutricionista, mas quando apresentei brevemente o objetivo do projeto de pesquisa, ela se tornou reticente. Provavelmente, sua fuga estava relacionada ao risco de perder o emprego. Por mais que ela quisesse fazer algo que pudesse contribuir para ajudar os cortadores de cana, ela precisava do emprego. Senti que ela considerava o risco alto demais. Não insisti mais nessa via.

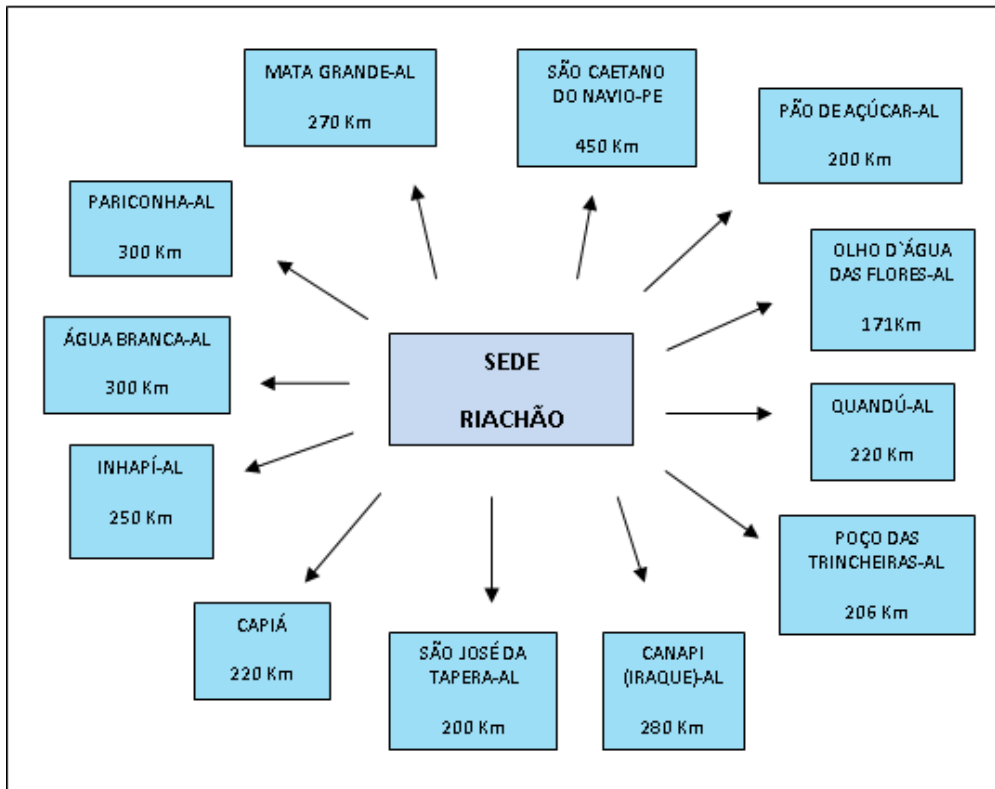
Em fevereiro, realizei novamente algumas entrevistas com cortadores de cana e com um fiscal de Teotônio Vilela, mas, grande parte do mês foi dedicada ao trabalho final das disciplinas cursadas. Faltava ainda encontrar um modo de obter autorização da usina...

Em março surgiu uma oportunidade, foi agendada uma entrevista com o gerente de recursos humanos da usina Coruripe – principal usina de Alagoas. Essa entrevista ocorreu em conjunto com membros do projeto *Novas configurações do trabalho nos canaviais. Um estudo comparativo entre os estados de São Paulo e Alagoas*<sup>22</sup>. A entrevista com o gerente foi positiva, ele nos forneceu uma série de dados da usina. Eis abaixo uma pequena amostra dos dados que nos foi fornecida:

---

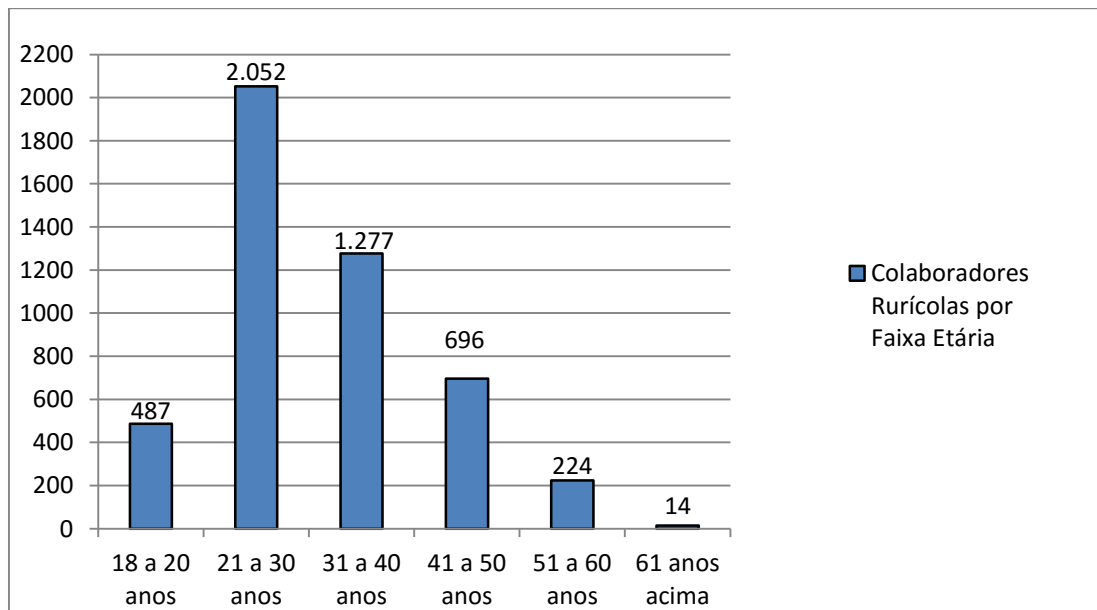
<sup>22</sup> Na referida entrevista estavam presentes a profa. Alice Plancherel (PPGS-UFAL), Marcio Yabe (Mestrando do PPGS-UFAL), João Paulo (Graduando em CSO-UFAL) e Lúcio Verçoza (PPGS-UFSCar).

**Figura 2: Distribuição dos sertanejos que trabalham na usina Coruripe na Safra 2012/2013**



Fonte: Informações cedidas pelo Coordenador de Planejamento e Administração Rural da Usina Coruripe

**Gráfico 1: Faixa etária dos cortadores de cana da usina Coruripe –Janeiro de 2012 a Dezembro de 2012**



Fonte: Gráfico cedido pelo Coordenador de Planejamento e Administração Rural da Usina Coruripe

Após a conversa, visitamos o alojamento da usina Coruripe, abrigo de aproximadamente 2.000 cortadores de cana oriundos do sertão de Alagoas e de Pernambuco. Como indica o gráfico acima, a maior parte desses trabalhadores é de jovens – esse dado reforça a ideia de que possivelmente exista desgaste prematuro da força de trabalho nessa atividade laboral. Realizamos algumas entrevistas com trabalhadores no alojamento, e ainda uma rápida e infértil entrevista com a médica da usina Coruripe, pois ela estava em horário de trabalho. Por fim, visitamos uma frente de corte manual da cana que estava numa área plana de tabuleiros – 90% dos canaviais da usina estão nas terras planas dos tabuleiros.

Como o gerente de recursos humanos da usina Coruripe demonstrou certa<sup>23</sup> abertura durante essa nossa entrevista, falei brevemente da minha pesquisa de doutorado, ele disse que eu poderia telefonar outro dia para marcar uma reunião. Após algumas semanas, telefonei para ele, perguntou-me especificamente do que tratava o meu projeto. Quando mencionei que o eixo central seria o tema do trabalho e saúde, senti uma mudança em seu tom de voz. Ele disse que não tinha autonomia para decidir se a usina poderia colaborar com a minha pesquisa, sugeriu que eu encaminhasse o projeto para ser avaliado pela diretoria da usina. O tom de sua voz indicava que aquilo poderia ser um estratagema para despistar o desinteresse da usina em colaborar com o meu projeto de doutorado. Em conversa com a minha orientadora, decidimos que não valeria a pena enviar. O argumento do Cícero Péricles mostrou-se válido, precisávamos encontrar outros meios...

Retornei a São Carlos e após algumas reuniões de orientação com a Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva, decidimos que seria melhor tentar o contato direto com os trabalhadores. Ela me alertou sobre a tese do Gustavo Prado (2011), nela os exames foram realizados sem passar pelo crivo da gerência da usina, pois, os trabalhadores foram convidados para integrar a pesquisa a partir de locais fora da propriedade das usinas. Ademais, a Profa. Maria Moraes levantou algo de extrema relevância e que não havíamos cogitado até aquele momento: e se os gerentes das usinas selecionarem para os exames apenas os trabalhadores mais saudáveis e disciplinados? Essa hipótese, tão plausível, no início não tinha passado pela nossa cabeça. De certo modo, o fato de não termos conseguido autorização da usina teve esse aspecto positivo.

---

<sup>23</sup> Certa abertura não é o mesmo que franca abertura, ao mesmo tempo em que ele revelava algo, encobria outros aspectos do tema tratado. Ele revelava o que não julgava prejudicial para a imagem da empresa.



Em julho, desembarquei novamente em Maceió; o desafio era o de encontrar cortadores de cana dispostos a fazer o teste ergométrico e avaliação física antes da safra, ter um dia de trabalho monitorado pelo frequencímetro e repetir a avaliação física após o término da moagem. Fiz várias incursões por Teotônio Vilela, encontrei muita dificuldade nessas tentativas, alguns demonstravam medo da pesquisa acarretar risco de desemprego ou de punição por parte da empresa, outros diziam que ainda não sabiam se seriam empregados na safra 2013-2014 (eles entregam a carteira de trabalho apenas poucos dias antes do começo da safra, até lá ficam sem ter garantia absoluta acerca da contratação), havia aqueles que aceitavam participar, mas não encorajavam os colegas a fazer o mesmo. Esse tipo de aceite poderia ser apenas por não quererem dizer não ao meu convite (isso poderia implicar o não comparecimento nos dias agendados para os exames).

O tempo estava passando e eu não conseguia avançar por esse caminho. Impressionou-me o medo das pessoas, elas temiam que o fato de colaborar com minha pesquisa implicasse retaliação da usina. Por mais que eu explicasse que o anonimato seria preservado, o medo continuava presente. O medo, tão presente na Zona da Mata alagoana (marcada por histórias de violência)<sup>24</sup>, dificultou o avanço por esse caminho.

O tempo corria, e eu corria contra ele, pois a safra em Alagoas começa no início de setembro. A alternativa que se mostrou mais consistente, foi a de conversar com o Sr. Francisco<sup>25</sup>. Ele trabalha como cabo (fiscal) de uma usina próxima a Teotônio Vilela. Em pesquisas anteriores, as minhas conversas com ele, muitas vezes, fugiam do roteiro de pesquisa, de modo que construímos uma relação de proximidade e confiança mútua. Abri totalmente o jogo com ele, falei sobre detalhes do meu projeto de pesquisa e das enormes dificuldades que estava encontrando para realizar os exames. Ele ouvia com muita atenção, enquanto eu falava com preocupação e franqueza sobre os rumos da pesquisa. Falei da dificuldade em conseguir autorização da usina, dos percalços em reunir trinta trabalhadores para fazer os exames pela via do contato direto, que se fossem trinta trabalhadores da mesma turma seria melhor, que tudo isso exigiria uma antecedência, pois era necessário articular a agenda dos trabalhadores de Teotônio Vilela com a dos médicos

---

<sup>24</sup> Na região, existem inúmeros relatos orais sobre o caráter violento de usineiros e fazendeiros. Um dos mais mencionados (e que costuma ser contado olhando para os lados e com o tom de voz muito baixo), é sobre duas crianças que supostamente foram flagradas ateando fogo nos canaviais de um autoritário usineiro alagoano, e, como punição, o usineiro teria ordenado que ambas fossem jogadas na fornalha da usina.

<sup>25</sup> Os nomes dos informantes-chave e entrevistados não serão revelados para evitar qualquer tipo de retaliação que porventura possa ocorrer contra eles. Por isso, seus nomes foram substituídos por outros fictícios.

e com o educador físico de Maceió. Ele me olhava com seriedade e com ar reflexivo, como se estivesse pensando em alternativas para ajudar na efetivação dos exames.

Disse-me que poderia convidar os trabalhadores da turma que ele coordena, falei que sua intenção era excelente, mas não ajudaria muito, pois a turma que ele coordena atualmente trabalha o ano todo (não é uma turma de safrista), e faz diversas tarefas ao longo do ano: corta cana crua para fazer semente, realiza o plantio, corta cana queimada esporadicamente durante a safra. Argumentei que os sujeitos das minhas pesquisas eram os que cortam a cana durante a safra, que se os exames fossem realizados nos trabalhadores da sua turma o resultado da pesquisa seria comprometido. Ele concordou comigo, disse que não adiantaria. Perguntei se ele não poderia conversar com outro cabo – de sua confiança – que coordenasse uma turma de safristas e que pudesse contribuir com a pesquisa. Ele disse que essa alternativa era possível, que conversaria com o colega e que faria o que estivesse ao seu alcance para que os exames fossem realizados. Saí de lá animado. Já era tarde da noite, e peguei a estrada para Maceió bem menos angustiado do que quando parti para Teotônio. Era uma nova porta entreaberta...

Alguns dias depois, fui me reunir com eles. O Sr. Francisco marcou o encontro em sua própria casa. Eu estava muito apreensivo, pois, sabia que aquela conversa seria decisiva. O Sr. Francisco começou dizendo que me conhecia já fazia tempo, e que me tinha como um amigo, que ele confiava em mim e que por isso o Joaquim (outro cabo) poderia confiar em mim. Os olhos de Joaquim eram atentos. A sala estava bem quente, enquanto eu falava sobre o projeto, sentia os pingos de suor escorrendo pelo meu corpo. Após me fazer algumas perguntas, Joaquim comprometeu-se a ajudar na pesquisa. Disse que falaria com os cortadores de cana de sua futura turma, e que era provável que ele conseguisse a participação de 30 trabalhadores. Isso me encheu de alegria.

Por causa da seca, que atingiu não só o sertão alagoano, a usina que empregava esses cabos adiou o início da moagem. Normalmente, ela ocorre no começo de setembro e finda no início de março. Mas esse ano eles adiaram bastante; por falta de cana madura, eles marcaram o início da safra para começo de outubro. A turma do Joaquim demorou a ser formada, isso causou grande dificuldade para o agendamento dos exames. Além disso, 16 cortadores de cana da sua turma eram do sertão, e só iriam para Teotônio na véspera da moagem. Por isso, Joaquim só conseguiu confirmar com 15 trabalhadores o

compromisso de fazer os exames<sup>26</sup> na data marcada (dia 21 de setembro de 2013) – antes do início da safra.

Todavia, no dia 19 de setembro surgiu uma nova questão, a médica responsável pelo teste ergométrico perguntou se o projeto havia sido aprovado por algum Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Até aquele momento, para nós aquilo não era uma questão, pois em sociologia não é comum submeter projetos de pesquisa a CEPs, tanto porque não existe essa obrigatoriedade<sup>27</sup>, quanto pelo fato dos atuais parâmetros rígidos que norteiam os CEPs dificultarem de fato as investigações que envolvem entrevistas e pesquisa de campo<sup>28</sup>. Ademais, não faríamos nenhum tipo de exames inovadores ou experimentais, que pudessem pôr em risco a saúde dos entrevistados. Tratava-se de exames considerados rotineiros, que estão na lista de *check-up* básicos. Por isso não havíamos cogitado a possibilidade de enviar para o CEP.

A médica responsável pelo teste ergométrico disse que se o projeto não fosse aprovado pelo CEP não poderia realizar os exames, pois, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, para realizar pesquisas envolvendo qualquer tipo de exames médicos, é obrigatória a aprovação de algum CEP. Mesmo que tentássemos prosseguir com os exames existiram dois entraves: 1) a médica não o faria; 2) caso ela fizesse, a validade da pesquisa poderia ser questionada pelo fato de o projeto não ter sido aprovado por um CEP. Diante disso, fomos obrigados a desmarcar os exames que já estavam engatilhados. Expliquei o motivo ao Sr. Francisco e ao Joaquim, eles foram compreensivos. Tudo isso foi muito frustrante.

Depois do cancelamento, discutimos os desdobramentos gravíssimos que poderiam ocorrer caso não seguissemos as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde : 1) Como os testes ergométricos não seriam solicitados por médicos com uma indicação clínica, o médico que faz o exame sem que o paciente tenha passado previamente por uma avaliação cardiológica pode criar uma condição potencialmente

---

<sup>26</sup> Estavam agendados os exames de teste ergométrico e a avaliação física, feita por um profissional de educação física.

<sup>27</sup> A ANPOCS defende “ ‘um sistema alternativo de avaliação da ética em pesquisa nas ciências humanas fora do Ministério da Saúde’ dadas as especificidades dessas áreas e das dificuldades históricas que pesquisadores das humanidades têm com os parâmetros da CONEP, que pouco dialogam com as particularidades das Ciências Humanas.” Essa resolução está disponível no seguinte endereço <http://portal.anpocs.org/blog/?p=459>.

<sup>28</sup> Por exemplo, o termo de consentimento livre esclarecido, pode intimidar entrevistados que tenham medo de sofrer alguma retaliação pelas informações concedidas, pois, no termo devem constar informações que identificam o entrevistado. Em pesquisas com cortadores de cana, muitas vezes o simples fato de perguntarmos o nome do entrevistado pode causar desconfiança. Imagine anotar o nome completo no papel e pedir para o entrevistado (que, em muitos casos, sequer sabe ler) assinar!

perigosa, pois, esse trabalhador pode ser portador de uma condição que até contraindique o exame, expondo-os a um risco desconhecido; 2) A Zona da Mata alagoana é região endêmica para Doença de Chagas, com graves complicações cardiovasculares como arritmias potencialmente fatais; 3) Mesmo que não haja complicações na hora do exame, se for diagnosticada alguma doença, o que deveria ser feito depois? Seria providenciado tratamento ou não? Como seria providenciado esse tratamento? 4) Quais os desdobramentos econômicos da responsabilidade dos pesquisadores e das instituições que financiam a pesquisa? Não são questões simples.

Nesse cenário, restou-nos um impasse: abandonar os exames ou realizá-los em 2014, após o projeto ser aprovado por um CEP e com todas essas indagações previstas. Após intensas conversas com a Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva, decidimos continuar com a perspectiva dos exames para 2014. Isso acabou gerando uma alteração no cronograma de pesquisa.

Apesar de o projeto de doutorado ter como principal universo empírico o município de Teotônio Vilela, consideramos que a pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2013, em Ibateguara, foi importante por ampliar a análise acerca da relação entre o trabalho e o adoecimento nos canaviais de Alagoas. O primeiro ponto é que lá também encontramos vários relatos de problemas de saúde que acometem os trabalhadores dos canaviais. Até aí, nenhuma novidade. Entretanto, os canaviais de Ibateguara têm particularidades que afetam o universo do trabalho (esse é o ponto decisivo): grande parte dos canaviais é plantada em área acidentada, com alto grau de declividade e num relevo de Serra; o serviço de embolar cana é frequente; ainda existe presença significativa de cambiteiros<sup>29</sup>; expressivo número de trabalhadores sem carteira assinada – clandestinos – em terras de fornecedores.

De um lado, Teotônio Vilela, município localizado na área plana dos tabuleiros da São Miguel dos Campos; de outro, Ibateguara, município localizado na acidentada Microrregião Serrana dos Quilombos, no norte alagoano.

Ibateguara é celeiro de força de trabalho para a Usina Serra Grande, que fica localizada no município vizinho, São José da Lage. Ademais, muitos fornecedores empregam trabalhadores que residem na cidade de Ibateguara ou em povoados próximos. Durante a pesquisa de campo encontramos, no corte manual de cana, assentados de área de reforma agrária. Um deles definiu o trabalho nos canaviais como um inferno.

---

<sup>29</sup> Trabalhador que transporta cana em burros de cargas ou em carros de boi até um local que possa ser acessado por máquinas carregadeiras.

No segundo semestre de 2013, cursei duas disciplinas na UFAL como aluno especial<sup>30</sup>. As aulas estenderam-se até fevereiro de 2014 e, neste período, dediquei-me à leitura dos textos indicados pelos professores, revisão bibliográfica dos eixos da pesquisa e diálogos com o intuito de encaminhar o projeto para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Mais adiante, abordaremos o tema do CEP; por enquanto, cabe apenas mencionar que no supracitado período os diálogos foram pouco produtivos. A primeira parte do mês de março foi dedicada aos trabalhos finais das disciplinas cursadas. Após a conclusão dessa etapa, rumei, no dia 22 de março, para o município de Teotônio Vilela.

Os contatos em pesquisas anteriores com os agentes de saúde do Posto do Programa de Saúde da Família (PSF), do bairro Inhumas, foram fundamentais. Os agentes de saúde intermediaram a minha relação com os cortadores (ou ex-cortadores) de cana que apresentavam algum tipo de adoecimento. Os dramas narrados foram diversos, desde trabalho diário com dor e automedicação<sup>31</sup> até a completa impossibilidade de continuar trabalhando na cana por causa de problemas de saúde – são os descartados pelas usinas, descartados após anos de intenso trabalho. O sentimento de humilhação era uma marca constante desses relatos, sofrimento moral de diversas ordens: por não conseguir mais levantar um monte de cana, por não conseguir provar que essa impossibilidade decorre do adoecimento relacionado ao trabalho, pela forma como foram tratados pela usina, pela maneira como foram tratados ao tentar marcar exames, pelo modo como os servidores do INSS os encaram, pelo julgamento das pessoas nas ruas, na feira e nas praças. Foram entrevistados trabalhadores de diversas idades. Em geral, pude perceber que os safristas tendem a viver numa condição ainda mais vulnerável do que os que trabalham com contrato por tempo indeterminado.

Além dessas questões relacionadas ao trabalho e à saúde, alguns entrevistados relataram acontecimentos importantes sobre o período da chegada da usina (início dos anos 1970) e da expropriação das terras de camponeses e pequenos produtores. Essas narrativas, que tratam da violência desse processo de expropriação, fortalecem a leitura

---

<sup>30</sup> As disciplinas cursadas foram: “Economia e Agronegócio” e “Emancipação Política versus Emancipação Humana”. A primeira, no Programa de Pós-Graduação em Economia e a segunda, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social”.

<sup>31</sup> O uso de anti-inflamatório para amenizar dores é deveras elevado. Na enorme maioria das vezes o medicamento é comprado sem prescrição médica. O principal anti-inflamatório utilizado é o Diclofenaco. O uso em excesso desse medicamento pode acarretar graves problemas (tais como: doenças renais e úlceras no estômago).

realizada por Heredia (1988), e enfraquecem análises como as de Osman Loureiro (1969), que retratava as terras dos tabuleiros como “solidões semidesérticas”.<sup>32</sup>

Outro objetivo dessa pesquisa de campo foi o de conferir a possibilidade de morar em alguma vila – onde residem os cortadores de cana mais pauperizados. Em 2011, eu havia entrevistado trabalhadores que moravam em vilas. No presente ano, felizmente, encontrei várias dessas vilas desativadas. Algumas possuíam somente um banheiro para todos os moradores. Suponho que parte desse processo deve-se, tanto à ação da prefeitura (de fechar as vilas mais insalubres), quanto pelo programa de construções de casas estimulado pelo governo federal (como no conjunto Portelinha e Frei Damião). A despeito dessa mudança, a existência de vilas precárias permanece. Os moradores desses lugares geralmente são estigmatizados. Abaixo das vilas, apenas a rua, a ausência de teto. O intento de morar numa vila só foi efetivado em maio, mas, antes de adentrar esse período, devemos destacar as atividades realizadas no mês anterior.

Em abril, a pesquisa de campo continuou com o foco nos cortadores de cana que carregam alguma sequela física ou psíquica que podem estar relacionadas ao excesso de trabalho. Além dessa atividade, foram realizados alguns avanços importantes no âmbito dos documentos necessários para submeter o projeto de pesquisa ao CEP. Conforme orientação de pesquisadores da CLINICOR, precisaríamos de um Hospital de Referência (que atendesse pelo SUS) para submeter o projeto – pois, caso ocorresse qualquer problema de saúde com o sujeito pesquisado, o Hospital de Referência seria responsável pelo tratamento. Eles sugeriram que a melhor opção seria o Hospital Universitário (HU) da UFAL, tanto porque é um hospital escola, quanto pelo fato de o meu projeto ser vinculado a uma Universidade Federal. Os pesquisadores do supracitado centro de pesquisa informaram-me que em outros momentos realizaram pesquisas indicando o HU como Hospital de Referência (para atender aos sujeitos pesquisados em caso de intercorrência), e que não tiveram problema.

Em março consegui conversar com a diretora médica de cardiologia do HU, apresentando, de modo resumido, o projeto de pesquisa para ela. A diretora médica, disse que eu deveria procurar outro hospital de referência em cardiologia – ou a Santa Casa de Maceió ou o Hospital do Açúcar – pois, segundo ela, seriam melhores (com mais estrutura) que o HU da UFAL. Tentei contra-argumentar, mas, foi inútil.

---

<sup>32</sup> Adiante abordaremos esse tema.

O “plano B” naquele momento seria tentar incorporar a Santa Casa de Maceió como Hospital de Referência. Essa possibilidade desagradava-me em altíssimo grau, tanto porque o caráter filantrópico da mencionada instituição é duvidoso, quanto pelo fato de o diretor médico de cardiologia ter sido vice-governador – no período 2006/2010 – de Teotônio Vilela Filho (usineiro e proprietário da usina Seresta). Ainda bem que, antes de procurar o diretor médico de cardiologia da Santa Casa, decidi tirar dúvidas com a coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa do “Centro de Estudos Superiores de Maceió” (CESMAC), Ana Lúcia Freire. Nessa conversa perguntei sobre os prazos, documentos e expliquei a difícil situação que envolvia o Hospital de Referência. Para minha grata surpresa, ela me informou que, como a pesquisa não faria uso de medicamentos, nem de exames inovadores, existia a possibilidade de submeter sem a necessidade de formalizar algum Hospital de Referência. Todavia, ela mencionou que eu deveria obter uma declaração de um médico responsável por acompanhar e encaminhar os sujeitos pesquisados (em casos de intercorrência). Isso não era obstáculo, pois contamos com a colaboração do cardiologista Roberto Lúcio de Gusmão Verçoza.

Retornando ao tema da pesquisa de campo, no mês de maio, finalmente, efetivei o plano de morar numa vila de Teotônio Vilela. A escolha de alugar naquela vila específica, deveu-se ao fato de ela estar localizada na mesma rua onde reside o Gabriel (agente de saúde que colaborou com a pesquisa), e de dois cortadores de cana morarem nela. A ideia era passar, aproximadamente, um mês para conviver no espaço de reprodução social dos trabalhadores, para tentar captar aspectos que não costumam ser notados quando realizamos somente uma entrevista semiestruturada. Ademais, para compreendermos a relação entre o trabalho e o adoecimento dos trabalhadores, se faz necessário compreender também o que se passa fora do mundo do trabalho, pois essas esferas, esses dois momentos, estão articulados.

Na vila encontrei ratos correndo pelos caibros dos cômodos minúsculos e mal arejados. Não encontrei pia, cozinha, ou sinal de água encanada no banheiro. O banheiro tinha somente um vaso sanitário sem caixa de descarga. A água que chegava na cisterna coletiva, e que os moradores transportavam com baldes, já chegava com odor e coloração pouco confiáveis. Além disso, a cisterna não tinha tampa ou cobertura, a água ficava ao relento. Os vizinhos da vila alertaram-me que aquela água não podia ser ingerida, já que algumas pessoas adoeceram provavelmente por bebê-la. Os agentes de saúde falaram-me da suspeita de casos de hepatite motivados pela água que abastece a cidade, havia denúncias e indícios de que ela não era tratada adequadamente. Outra questão no tocante

ao abastecimento, é que, durante alguns dias da semana, a água não chegava até as torneiras. Por isso, os moradores costumam armazenar a água em cisternas ou tonéis. O odor do esgoto, que ficava dentro de caixas vazadas, tomava conta do corredor que dava acesso às casas<sup>33</sup>.



**Foto 1: Portão de entrada da vila. Foto: Lúcio Verçoza, maio de 2014.**



**Foto 2: Corredor de casas geminadas. Foto: Lúcio Verçoza, maio de 2014.**

---

<sup>33</sup> Em anexo seguem fotografias da vila.





**Foto 3: Cisterna que armazena a água da vila. Foto: Lúcio Verçoza, maio de 2014.**



**Foto 4: Água armazenada ao relento. Foto: Lúcio Verçoza, maio de 2014.**



**Foto 5: Sala da casa. Foto: Lúcio Verçoza, maio de 2014.**



**Foto 6: Banheiro sem água encanada. Foto: Lúcio Verçoza, maio de 2014.**

Além da precariedade em termos do básico da estrutura física, existe a ausência de privacidade derivada do fato de as casas serem divididas por estreitas paredes. Os passos, movimentos e a respiração do vizinho podem ser acompanhadas pelo ouvido – assim como no clássico livro *Germinal*, em que Zola retrata o amanhecer dos mineiros franceses no séc. XIX. Nesse ambiente, os vizinhos podem acompanhar o som de uma noite de tosse ou de amor. Essa expropriação da privacidade também ocorre no momento em que os pratos ou roupas são lavados, pois, como não existe torneira ou pia nas casas, são utilizados os tanques coletivos que ficam no corredor.

Existem outras dimensões que só foram captadas por causa dos dias em que morei na vila. Essas dimensões tocam diretamente no tema do medo e da violência. O último já está presente no próprio processo de expulsão dos moradores das fazendas, na queima de seus roçados, e no morar “na rua” (na cidade) como alternativa para encontrar um teto. Também está presente no assalariamento, na venda da força de trabalho como único meio de sobrevivência, sem direito sequer a uma pequena fração de terra para plantar um roçado. A violência está no próprio espaço físico onde vivem, distante de água potável e encanada, próximo do cheiro do esgoto. Mas, não se trata apenas dessa violência já naturalizada pela maioria dos olhares. Ainda existe outra, presente no cotidiano da vila, que passa pelo assassinato de pessoas que já moraram ou que frequentam as vilas. Não me refiro ao *assassinato social* nos termos de Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (presente na água contaminada, falta de saneamento básico, excesso de trabalho e etc...), falo da eliminação física com faca ou arma de fogo. Foi impressionante ouvir os relatos de assassinatos envolvendo os moradores das vilas. Algo

abominável e apavorante. Pude ver rostos nos números que fazem com que Alagoas seja o estado mais violento do país, e um dos mais violentos do mundo. Pude ver os buracos de bala na parede e ouvir sobre o dia em que um morador foi executado ali, bem no começo do corredor da vila (os relatos de assassinatos eram por motivos diversos: roubos, dívidas, desentendimentos...).

Gostaria ainda de sublinhar brevemente uma última questão que só pôde vir à tona por causa da convivência com os moradores da vila: ela diz respeito às conversas sobre aparições de “malassombros”<sup>34</sup>, sobre causos espantosos vivenciados pelos narradores, e histórias sobre os lobisomens. Essa questão não se relaciona somente com a temática do medo, mas também com o tema da memória e da morte do narrador no ambiente urbanizado (tema caro para Walter Benjamin). Aquelas histórias remetiam a um tempo anterior ao das expulsões dos moradores, mas, de alguma maneira, dialogava com o medo vivenciado no tempo presente<sup>35</sup>.

O período em que morei na vila foi mais curto do que o previsto, foi de apenas cinco dias. O motivo da saída antecipada está relacionado aos boatos de que eu seria um agente da Polícia Federal disfarçado de pesquisador. Explicarei com mais detalhes: em 2013, um policial disfarçou-se de usuário de drogas para investigar o tráfico em Teotônio Vilela. Essa investigação resultou em prisões. No caso da vila em que eu estava residindo, havia duas jovens moradoras (com 16 e 15 anos de idade) que eram viciadas em craque e se prostituíam. Por conta disso, o movimento de jovens usuários de drogas na vila era intenso. Esses jovens estranharam a minha presença e especularam que talvez eu estivesse ali para investigar as atividades deles. Diante desse risco, após me reunir com a Profa. Maria Aparecida Moraes Silva, decidimos que não valeria a pena continuar passando por tal risco. Além do mais, o curto tempo em que eu havia morado na vila já tinha trazido novos e importantes elementos para a pesquisa.

Ainda durante o mês de maio, mantive contato com o Sr. Francisco e o Joaquim – os cabos que se comprometeram em colaborar com a pesquisa. Conversei novamente sobre os exames e a necessidade de manter contato com a turma de trabalhadores que fariam os exames médicos. Eles disseram que só na véspera da safra, saberiam quais trabalhadores seriam empregados. Essa indefinição sobre quais trabalhadores fariam os exames acarretou mudanças no cronograma, pois os exames seriam realizados apenas, na melhor das hipóteses, em final de agosto/início de setembro. Mas, como eu conseguiria

---

<sup>34</sup> Termo nativo para mal-assombro.

<sup>35</sup> Isso será tratado mais à frente.

organizar os exames se nesse período estava planejado o início do doutorado sanduíche no México?<sup>36</sup> Realizar os exames sem a minha presença estava fora de cogitação, tanto porque seria prejudicial para os rumos da pesquisa, quanto porque seria impossível organizar tudo isso estando em outro país. Por causa dessas circunstâncias, decidimos que seria melhor cancelar o plano de doutorado sanduíche.

Em junho, as atividades foram concentradas na realização de uma entrevista coletiva com 8 trabalhadores de três usinas alagoanas, nos ajustes e providências necessárias para submeter o projeto ao CEP do CESMAC (adaptação do projeto, reformulação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido [TCLE], confecção de declarações e documentos<sup>37</sup>), e na organização dos dados coletados.

Ainda em julho, após os ajustes necessários para submeter o projeto ao CEP, me reuni novamente com a coordenadora do CEP do CESMAC. O objetivo era saber se estava tudo dentro dos conformes. Ela alertou-me que se eu cadastrasse a Universidade Federal de São Carlos como instituição proponente, haveria grande possibilidade de o meu protocolo ser enviado para o CEP da UFSCar. Isso acarretaria problemas, pois os exames seriam realizados com trabalhadores de Alagoas, e de acordo com a resolução 466/12 do Conselho de Saúde, o projeto deve ser avaliado por um CEP de uma instituição do estado onde será desenvolvida a pesquisa. Perguntei como deveria proceder para que o meu protocolo fosse enviado para um CEP local, ela informou-me que eu deveria cadastrar uma instituição alagoana como instituição proponente. Porém, eu não tinha vínculo formal com nenhuma universidade de Alagoas, meu vínculo mais recente era com pesquisadores do Centro de Pesquisa da CLINICOR, que colaboraram na reformulação do projeto. Indaguei se eu poderia enviar o meu projeto vinculado à CLINICOR, ela confirmou que não haveria problemas.

Por causa desses pormenores, para submeter o projeto ao CEP do CESMAC, tive que explicar a situação aos pesquisadores da CLINICOR, e solicitei que o Coordenador do Centro assinasse a folha de rosto da submissão. Ocorre que o Coordenador não estava muito certo de que esse procedimento seria o mais adequado e, a princípio, relutou em assinar. Após alguns esclarecimentos, finalmente o documento foi assinado e o projeto pôde ser submetido ao CEP.

---

<sup>36</sup> No projeto estava previsto um período de doutorado sanduíche na Universidade Nacional Autónoma do México.

<sup>37</sup> O TCLE segue anexo.

Nesse período continuei mantendo contato com o Sr. Francisco e o Joaquim, eles permaneciam firmes no propósito de colaborar com a pesquisa. Esse contato deixava-me menos apreensivo, pois a colaboração deles era fundamental para a realização dos exames.

No início de setembro o projeto foi aprovado pelo CEP do CESMAC, os exames já podiam ser realizados<sup>38</sup>. No entanto, o atraso da safra 2014/2015 foi ainda maior do que o esperado. No caso do município de Teotônio Vilela – universo empírico da presente pesquisa –, a safra 2014/2015 começaria apenas nos últimos dias de outubro. Esse atraso teve forte relação, tanto com fatores climáticos, quanto com a crise da agroindústria canavieira alagoana (quatro usinas pararam de moer) e com a reconfiguração das usinas que não faliram (algumas destas reformaram suas caldeiras para ampliar a capacidade produtiva, em alguns casos – como no caso da usina Seresta, essa reforma sofreu atraso). Diante desses acontecimentos, programamos os exames para o final de outubro.

A previsão do início da safra foi se aproximando, o compromisso de colaboração do Sr. Francisco e do Joaquim, cabos da usina, permanecia de pé. Eles informaram que a usina estava demorando a formar as turmas, e que só poderiam ser agendados os exames quando os trabalhadores estivessem com a carteira assinada. A safra começaria no dia 21 de outubro, como, segundo os cabos, não seria possível realizar os exames antes da safra, agendei os exames para o dia 26 de outubro. Entretanto a eleição presidencial foi para o segundo turno, e a data era justamente no mesmo dia em que eu havia agendado os primeiros 15 testes ergométricos, avaliações físicas e aplicação de Questionário Nórdico. Diante dessa coincidência, cancelei os exames do dia 26 de outubro. Agendei novamente para os dias 2 e 9 de novembro – pois, o único dia de folga dos cortadores de cana é o domingo.

A data marcada para os primeiros exames foi se aproximando. Estava tudo confirmado com o médico, secretária, técnica de enfermagem do Hospital do Coração de Maceió, educadores físicos, auxiliar da pesquisa de campo, motorista da van, e com o Sr. Francisco e com o Joaquim. No dia 30 de outubro eu havia combinado de falar diretamente com os trabalhadores sobre a pesquisa. Nessa data tive uma infeliz surpresa: Joaquim informou que não poderia mais colaborar com a pesquisa. Ele estava nitidamente envergonhado e com medo, seu medo era o de perder o emprego.

---

<sup>38</sup> Segue anexa cópia do parecer do CEP do CESMAC.

Joaquim e o Sr. Francisco relataram que na safra 2013/2014 eram apenas 3 máquinas colheitadeiras na usina em que eles trabalham; nessa, começou com 7 e havia a estimativa da chegada de mais três máquinas. Nesse ambiente, a gerência da usina anunciou que poderia demitir até 6 turmas. Joaquim ficou apavorado, ele temia que a turma supervisionada por ele estivesse entre essas, e temia dar motivos para entrar nessa lista de turmas *non gratas*. Diante do elevado risco de desemprego optou por não se arriscar. Percebi que insistir seria tempo perdido, pois ele estava apavorado e decidido. Também temia que ele fosse demitido por colaborar com a pesquisa. Eu disse que compreendia os motivos do Joaquim, que ele não deveria se sentir envergonhado. Despedi-me afirmando que tentaria realizar os exames por outros caminhos.

Saí da casa do Sr. Francisco direto para a residência do Juarez (cortador de cana que conheço desde 2009). Já era tarde, ele disse que no dia seguinte convidaria os colegas de sua turma para participar da pesquisa. Eu estava muito apreensivo e ansioso. Comuniquei-me imediatamente com a Profa. Maria Aparecida de Moraes, ela concordou que eu deveria insistir no contato direto com os trabalhadores – algo que já havia sido sugerido por ela em 2013, mas que na época foi descartado, tanto pelas dificuldades de convencer os trabalhadores antes do início da safra, quanto pelo receio de comprometer a segunda fase da pesquisa (porque, sem o consentimento do cabo, o monitoramento da frequência durante o trabalho poderia ser inviabilizado).

Nos dias seguintes reuni-me com vários trabalhadores, expliquei detalhes do projeto. Alguns já me conheciam das pesquisas que eu havia realizado em outros momentos. Esse fato, aliado ao empenho de amigos cortadores de cana (como o Juarez e o Fernando), foi crucial para estabelecer uma relação de confiança – sobretudo numa conjuntura de crise de usinas, avanço da mecanização e ameaça de desemprego. Quando eu falava sobre o projeto, tentava transmitir o máximo de segurança e me esforçava para expor os detalhes de modo didático. Eu sabia que cada palavra ou gesto poderiam ser decisivos.

Na manhã do dia 2 de novembro, partimos de Teotônio Vilela com destino ao Hospital do Coração de Maceió. Eram, aproximadamente, 7h, a van zarpou com 14 cortadores de cana. Levando em consideração os imprevistos do curvilíneo caminho da pesquisa, eu estava extremamente feliz pela participação dos trabalhadores na etapa dos exames. Caso eles não aceitassem o convite, uma parte importante da pesquisa não seria realizada.

No dia 9 de novembro foram efetivados os exames de mais 9 trabalhadores. Esse número ainda era insuficiente, havíamos definido uma amostra de, aproximadamente, 30 trabalhadores. Por isso, resolvemos estender os exames por mais um domingo. Essa etapa foi concluída com êxito no dia 16 de novembro. Nesse dia, realizamos os exames de mais 10 trabalhadores, totalizando um total de 33 cortadores de canas voluntários. A opção de incluir três trabalhadores além do estimado, deveu-se ao fato de existir a possibilidade de ocorrer alguma desistência ou demissão ao longo das outras etapas de pesquisa – de monitoramento da frequência cardíaca e do gasto calórico durante a jornada de trabalho, e de avaliação física após o término da safra. Esse momento da pesquisa envolveu médicos, educadores físicos e um estudante de Ciências Sociais (que participou como auxiliar de pesquisa de campo no dia dos exames)<sup>39</sup>

Abaixo segue tabela com os resultados dessa primeira etapa<sup>40</sup>:

---

<sup>39</sup> O auxiliar de pesquisa de campo, João Paulo Santos, é aluno concluinte do curso de graduação em Ciências Sociais da UFAL, membro do Grupo de Pesquisa *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo*, e foi aprovado na seleção do mestrado em Sociologia da UFAL. Ele contribuiu com a realização de algumas entrevistas, que foram norteadas por um roteiro previamente estabelecido.

<sup>40</sup> Relembrando que, para preservar o anonimato dos participantes da pesquisa, seus nomes foram trocados por nomes fictícios.

**Tabela 1: RESULTADO PRELIMINAR DO TESTE ERGOMÉTRICO E DA AVALIAÇÃO FÍSICA DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS SAFRISTAS**

NOME	IDADE	ALTURA	PESO	%G - POLLOCK 7	M.M	M.G	IMC	RCQ	PAS	PAD	PESO IDEAL	VO2máx.	Fc pico teste
GRACILIANO	27	1,615	62,8	14,25	53,84	14,25	24,22	0,83	109	70	63,34	54,83	176
MACHADO	26	1,72	66	7,22	61,23	4,76	22,3	0,82	158	87	72,03	55,83	180
IVO	40	1,59	68,5	25,19	51,24	17,25	27,09	0,94	159	78	60,28	67,03	168
LEDO	31	1,74	73,4	17,64	60,44	12,95	24,24	0,85	129	78	71,11	66,85	159
JOSUÉ	42	1,53	75,1	28,99	53,32	21,77	32,08	0,97	158	102	67,73	44,98	172
GREGÓRIO	26	1,7	68,4	14,27	58,63	9,76	23,66	0,87	118	86	68,98	65,57	171
DORIVAL	40	1,62	64,8	12,96	56,39	8,4	24,69	0,85	125	76	66,35	69,45	179
JAYME	42	1,7	62,3	14,45	53,29	9	21,55	0,87	148	81	62,69	62,09	162
MIRANDA	20	1,52	51,5	8,21	47,27	4,22	22,29	0,86	108	67	55,61	70,74	157
MANOEL	34	1,61	65,8	19,86	52,73	13,06	25,38	0,88	141	93	62,03	54,35	155
LISBOA	27	1,72	59,6	6,22	55,88	3,71	20,01	0,83	108	77	65,75	51,83	167
NELSON	42	1,6	56,5	18,79	54	12,49	25,97	0,96	124	87	63,53	45,65	171
GERALDO	52	1,635	82,3	9,12	47,25	4,74	19,57	0,82	103	71	55,59	48,7	162
VANDRÉ	44	1,65	63,5	20,24	50,64	12,85	23,32	0,92	116	80	59,58	53,28	150
WALTER	22	1,685	65,5	15,43	55,39	10,1	23,2	0,85	147	80	65,16	49,18	157
NILSON	24	1,69	58,2	9,31	52,77	5,42	20,37	0,87	115	72	62,09	51,83	166
EDUARDO	27	1,6	56,7	14,53	48,45	8,24	22,14	0,83	133	85	57	45,72	173
GALEANO	26	1,84	84	18,06	68,82	15,17	24,81	0,83	105	71	80,97	44,71	172
ANTÔNIO	36	1,59	69,3	23,89	52,74	16,55	27,41	0,92	146	91	62,09	52,31	144
GERMANO	46	1,52	59	17,08	48,92	10,02	25,53	0,93	117	70	57,55	42,65	175
MÁRIO	50	1,525	63,7	22,05	49,65	14,04	27,57	1	104	67	58,41	53,07	149
LAGO	36	1,67	77	25,22	57,58	19,41	27,6	0,96	111	77	67,74	47,75	159
ZUMBA	34	1,55	60,5	21,97	47,2	13,29	25,05	0,85	122	77	55,53	55,86	160
EZEQUIEL	44	1,6	66	18,22	53,97	12,02	25,78	0,92	128	89	63,49	62,91	169
GIOCONDO	31	1,71	77,5	20,48	61,62	15,87	26,5	0,81	142	80	72,5	67,62	173



ASTROGILDO	30	1,65	65	8,5	59,47	5,52	23,87	0,88	101	66	69,96	70,14	172
JUAREZ	48	1,8	70	9,91	63,05	6,94	21,6	0,87	105	61	74,18	45,65	148
SEBASTIÃO	44	1,65	73	17,8	59,99	13	26,81	0,89	141	84	70,58	52,63	151
LUÍZ	21	1,8	60	5,82	56,5	3,49	18,51	0,81	140	87	66,47	68,66	173
GONZAGA	37	1,72	79	23,31	60,58	18,41	26,7	0,88	123	75	71,23	60	167
BENILDO	28	1,71	74	20,71	58,67	15,32	25,3	0,89	128	75	69,02	69,65	167
MARCOS	33	1,57	69,5	27,01	50,72	18,77	28,19	0,91	140	81	59,67	49,84	165
BINO	21	1,7	72	12,07	63,03	8,69	24,91	0,89	145	91	74,47	62,54	171

MÉDIAS	34,2727272	1,6524242	67,2848484	16,6296969	55,311212	11,49939	24,491515	0,8806060	127,181818	79,151515	65,233636	56,4818182	164,848485
DESVIO PADRÃO	9,16267130	0,0830109	7,78103141	6,35306790	5,3289819	5,017134	2,8530347	0,0496197	17,6943750	9,0142984	6,2848149	8,97806753	9,48064216

#### ABREVIATURAS

%G - Percentual de Gordura

M.M - Massa Magra

M.G - Massa Gorda

I.M.C - Índice de Massa Corporal

R.C.Q - Relação Cintura Quadril

P.A.S - Pressão arterial Sistólica

P.A.D - Pressão arterial Diastólica

VO2máx. - Volume de Oxigênio Máximo

FC pico - Frequência Cardíaca Pico

A etapa de monitoramento da frequência cardíaca foi iniciada no dia 17 de novembro 2014 e encerrado no final de dezembro do mesmo ano. Em decorrência de remanejamento para outra função, afastamento por problema de saúde, ou demissão, a amostra final no momento do monitoramento da frequência cardíaca no trabalho ficou com 22 trabalhadores (ainda próximo da meta inicial que era de 30). Esses dados são importantes para verificar se os trabalhadores atingem uma carga cardiovascular acima do limite consagrado como parâmetro do aceitável pela literatura especializada, e, conseqüentemente, para elucidar se a carga laboral exigida no corte da cana acarreta desgaste prematuro da energia vital dos trabalhadores. Ainda no que tange ao monitoramento do trabalho, os dados são relevantes para apontar a média de toneladas de cana cortada por dia, o consumo médio de água durante a jornada de trabalho, a própria média de horas da jornada de trabalho; o gasto calórico médio, e os picos máximos de batimento cardíaco. Em março de 2015 foram realizadas as avaliações físicas do fim da safra, com elas apreendem-se as mudanças antropométricas ao longo da safra.

Abaixo seguem quadros com o perfil dos entrevistados, ao todo foram, aproximadamente, 80 horas de entrevistas gravadas:

### **Trabalhadores Safristas**

<b>N.</b>	<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>
1-	GRACILIANO	27
2-	MACHADO	26
3-	IVO	40
4-	LEDO	31
5-	JOSUÉ	42
6-	GREGÓRIO	26
7-	DORIVAL	40
8-	JAYME	42
9-	MIRANDA	20
10-	MANOEL	34
11-	LISBOA	27
12-	NELSON	42
13-	GERALDO	52
14-	VANDRÉ	44
15-	WALTER	22
16-	NILSON	24

17-	EDUARDO	27
18-	GALEANO	26
19-	ANTÔNIO	36
20-	GERMANO	46
21-	MÁRIO	50
22-	LAGO	36
23-	ZUMBA	34
24-	EZEQUIEL	44
25-	GIOCONDO	31
26-	ASTROJILDO	30
27-	JUAREZ	48
28-	SEBASTIÃO	44
29-	LUIZ	21
30-	GONZAGA	37
31-	BENILDO	28
32-	MARCOS	33
33-	BINO	21
34-	DORA	51
35-	FLORISVAL	28
36-	DAMIÃO	47
37-	EDMILSON	53
38-	ALOÍSIO	31
39-	FABIANO	37

### **Canavieiro por tempo indeterminado**

40-	JORGE	29
41-	DE LIMA (RECEBENDO BENEFÍCIO)	44
42-	EUGÊNIO	38
43-	BENÍCIO	46

### **Canavieiro aposentado ou desempregado**

44-	MANOEL	61
45-	CÂNDIDO	56
46-	ANTÔNIO	59
47-	ROBERTO	63
48-	AUDÁLIO	79
49-	NAZARÉ	92
50-	VICTOR	48

### **Cabo (fiscal)**

51-	FRANCISCO	56
-----	-----------	----

52-	JOAQUIM	40
-----	---------	----

**Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais**

53-	LUÍS	50
-----	------	----

**Nutricionista**

54-	ESTELA	28
-----	--------	----

**Médico de Usina**

55-	AMANDIO	56
56-	ENEIDA	40

**Gerente de Recursos Humanos da Usina Coruripe**

57-	GUIMARÃES	52
-----	-----------	----

## CAPÍTULO I

### Memória e expropriação no universo canavieiro: expansão dos canaviais e mudanças nas relações de trabalho

#### 1.1- O sistema de morada e seus corolários

Segundo Suarez (1977), a figura do *morador* nas lavouras canavieiras do Nordeste precede a abolição da escravatura. Sua “institucionalização como forma predominante de relações de trabalho é, no entanto, um fenômeno característico do final do século XIX e começo do século XX” (Idem, p. 22). Para a mesma autora, o uso do trabalho escravo e do trabalho do morador foi fundamental para o modelo de produção de cana-de-açúcar do Nordeste por

[...] possibilitar à grande propriedade voltar-se para o seu auto-sustento sempre que as condições para produção comercial não eram favorecidas pelo mercado internacional, ocasionando o fechamento da propriedade em torno da produção para subsistência de seus membros. Esta foi a maneira típica de reagir do setor açucareiro do Nordeste, em decorrência das oscilações do mercado internacional (1977, p. 22 e 23).

Portanto, de acordo com Suarez, a imobilização de parte da força de trabalho era de suma importância para a manutenção da grande propriedade nos momentos de crise das exportações de açúcar. Esse é um dos fatores que explicam o predomínio do trabalho do morador após o fim da escravidão. Mas o que significava ser morador? Para responder tal questão, é válido transcrever a seguinte definição elaborada por Garcia (1988, p. 9, grifos no original):

Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao *senhor de engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a morada acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças que podia vir pedir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estreita dependência do *senhor*, à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios

suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria (mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos). [grifos no original]

Como foi sublinhado por Garcia na transcrição acima, era o trabalhador quem pedia morada ao senhor, o trabalho vinha como corolário da morada. O pedido já indicava toda a fragilidade da condição de candidato a morador, pois explicitava que este sequer tinha acesso a algo básico para sua reprodução social: uma casa. Não era qualquer pessoa que estava habilitada a pedir morada, “só era admitido como *morador* o *trabalhador* que fosse chefe de família, isto é, que tivesse esposa e/ou filhos” (HEREDIA, 1988, p.118). Isto porque interessava ao grande proprietário de terras acumular, graças ao seu patrimônio fundiário, o máximo de “força social específica, tanto material, pelo número de ‘braços’ à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que o reconheciam como *senhores*” (GARCIA, 1988, p. 9). Tanto Garcia, quanto Heredia ressaltam a dívida moral que ancora esse tipo de relação de trabalho:

O simples fato de ser o próprio trabalhador quem pedia *casa de morada* fazia com que, no próprio ato de ser constituído *morador*, contraísse uma dívida moral, um reconhecimento para com o *senhor de engenho* que lhe concedia, por esse mesmo ato, uma *casa* e trabalho. [...] A concessão do *senhor de engenho* e o reconhecimento a que se obrigava o *morador* que a recebia constituíam partes de um único sistema de dominação. A relação assim constituída era o pilar sobre o qual se estruturava a relação de *morada* (HEREDIA, 1988, p. 118 e 119, grifos no original).

Era o *senhor* que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava, por sua vez, esperanças de novas recompensas. O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quando o dominado concebia seus próprios interesses como idênticos aos do dominante [...] (GARCIA, 1988, p.11, grifo no original).

Esta “forma específica de dominação” (PALMEIRA, 1977, p.113, *Apud* ALBUQUERQUE, 2009, p.70) estimulava gratidão e fidelidade do morador ao grande proprietário, pois, a casa, o roçado (terra na qual o morador produzia os cultivos de subsistência), a criação de animais (os moradores costumavam criar aves no terreiro da casa) e inclusive as festas, muitas vezes eram considerados pelos trabalhadores como um “dom” recebido.

É válido sublinhar que, em geral, eram da incumbência das senhoras de engenho a “promoção e o patrocínio das festas religiosas, assim como a promoção de batismo e casamento” (HEREDIA, 2008, p. 57). Por isso, a imagem da senhora de engenho,

frequentemente, era associada a alguém de “bom coração”<sup>41</sup>. No entanto, havia a constante incerteza da garantia das supracitadas “vantagens” materiais e simbólicas, que poderiam “ser reduzidas a zero por meio de uma decisão unilateral do *senhor*” (GARCIA, 1988, p. 15).

. Por isso, em contrapartida aos “dons” recebidos,

[...] os moradores tinham obrigações de trabalho precisas. Nos engenhos o mais comum era a obrigação de trabalhar ao [sic] proprietário cinco dias por semana durante a estação seca, quando a cana é cortada e se processa a moagem, e três dias durante a estação úmida, época em que são plantados os cultivos de subsistência, mas, quando o canavial exige menos trabalho. Estes dias de trabalho ao patrão eram remunerados a dinheiro, a taxas inferiores às pagas aos não-moradores para tarefas idênticas (Idem, p. 10).

Além da desvalorização da força de trabalho dos moradores, expresso na remuneração<sup>42</sup> mais baixa quando comparada aos não-moradores, ainda existe para os primeiros o inconveniente de estarem disponíveis a qualquer hora do dia ou da noite e para executar qualquer tipo de trabalho, como demonstra o depoimento abaixo de uma ex-moradora, que entrevistamos no município de Teotônio Vilela:

*Entrevistada (E): Ele [o senhor de engenho] tinha um filho que falou assim para o meu marido: “Eita Francisco, eu estou com vontade de moer uma caninha hoje para fazer uma rapadurinha, mas não tem lenha. Que jeito tu dá?” [...] Aí meu marido disse: “Se você quiser é agora”. Ele pegou uma estopa, forrou o ombro... serviu de burro carregando lenha no ombro, para botar no engenho, que era para o finado Alberto fazer um tanto de rapadura para ele antes do pai chegar [o senhor de engenho estava negociando na feira de Viçosa e as mercadorias que seriam comercializadas foram transportadas em todos os animais de carga do engenho]. E assim, meu marido disse: “eu servi até de burro, carregando lenha nas costas, para o Seu Alberto moer cana escondido do pai”.*

---

<sup>41</sup> Entrevistamos uma ex-moradora que nos relatou que sua festa de casamento só foi possível por causa do apoio direto da senhora de engenho. Esse relato era marcado pela gratidão. Não foram por acaso os famosos versos de Capiba, escritos em 1943, e imortalizados na voz de Nelson Rodrigues: “Maria Betânia, tu és para mim a senhora do engenho”. A metáfora de Capiba significava um elogio máximo à Maria Betânia.

<sup>42</sup> Nem sempre os dias de trabalho ao patrão eram remunerados em dinheiro. Como assinala Heredia (2008, p.52), os moradores dos sítios no interior dos engenhos alagoanos (equivalentes aos foreiros de Pernambuco), por disporem de sítios na propriedade do engenho davam, em contrapartida, o cambão ou “dias de condição”: determinados dias de trabalho para o engenho e sem remuneração. Essas informações também foram confirmadas por ex-moradores entrevistados durante nossas pesquisas de campo em Teotônio Vilela.

Não cumprir as ordens do grande proprietário, ou, como no caso mencionado acima, dos seus filhos, significava ser considerado ingrato e, conseqüentemente, colocar em risco a casa, o roçado e a própria reprodução social da família.

O sistema de morada não é caracterizado somente pela hierarquia entre o grande proprietário e os moradores. Existem ainda complexas distinções entre os moradores no que tange a aspectos como: 1) o tamanho do roçado concedido; 2) o que pode ser plantado no trabalho para si; 3) os animais que podem ser criados; 4) o direito de frequentar as feiras; 5) o tipo de atividade exercida nos dias de trabalho para o grande proprietário<sup>43</sup>.

Conforme Palmeira (1977, p.105-106 apud NEVES & SILVA, 2008, p. 20, grifos no original),

Se a casa e o terreiro constituem elementos inerentes ao próprio contrato de moradia, o mesmo não é verdade do *sítio* a que pode ter acesso o morador... [A]... possibilidade de acesso (a um *sítio*) ... é dada pelo 'contrato' e nunca o sítio em si, que é apenas uma forma de retribuição do proprietário ao morador por seu trabalho na cana e a que todos os *moradores* (estamos nos referindo naturalmente aos moradores de condição) são candidatos potenciais. [...] Mas não há dúvidas que a concessão de *sítios* representa o mais importante dos 'prêmios' que o senhor de engenho atribui ao *morador*, pois significa o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade [...] E mais do que isso [...] [o morador com *sítio*] representa um mecanismo central de diferenciação interna dos *moradores* de um engenho. Esse mecanismo pode ser reforçado por outros expedientes que redobram essa diferenciação, como a permissão de plantar dentro dos *sítios* a cana, produto 'nobre' e rentável. Essa diferenciação vai se expressar na própria organização espacial do engenho...

Palmeira destaca que a distinção entre os moradores de uma grande propriedade canavieira ocorre fundamentalmente entre os moradores com sítio e os moradores que usufruem apenas do roçado (moradores de condição). Os primeiros detinham vantagens como: 1) realizar o trabalho para si numa parcela de terra maior; 2) plantar árvores frutíferas próximas à morada; 3) criar não somente aves, mas, porcos e outros animais de maior porte. Ainda ocorriam distinções internas aos moradores dos sítios, dentre as quais podemos destacar: nem todos eram autorizados a vender ou comprar produtos nas feiras; somente um número muito reduzido de moradores tinha permissão para plantar cana-de-

---

<sup>43</sup> Entrevistamos um ex-morador de 53 anos de idade que viveu sua infância e adolescência numa fazenda de cana em Chã Preta/AL. Ele nos informou que seu pai era um morador "privilegiado" por ser um trabalhador antigo e fiel ao fazendeiro. A atividade que este morador exercia nos dias de trabalho para o grande proprietário era de conserto de cercas, sendo que nem toda semana havia demanda para esse tipo de serviço. Por isso, esse morador tinha mais tempo para se dedicar ao trabalho para si e, além disso, ele estava autorizado a vender a produção de seu roçado na feira.



açúcar no sítio; alguns chefes de família com sítio assumiam a função de supervisionar o trabalho dos moradores nos canaviais (HEREDIA, 1988 e 2008).

Era nessa complexa trama de diferenciações

[...] que o *senhor de engenho* estabelecia entre o conjunto dos *moradores* a ele ligados que se acrescentava a dívida moral e, portanto, também a fidelidade dos *moradores* para com ele. Assim, cada nova concessão, ou ‘prêmio’, acentuava e, portanto, garantia a reprodução dessa relação de dominação (HEREDIA, 1988, p. 124, grifos no original).

Ser morador com sítio “era o modelo que todos os moradores pretendiam atingir” (Idem). No entanto, aqueles que se encontravam no topo da hierarquia dos moradores eram os que demonstravam “maior adesão ao *senhor de engenho*, tendo internalizado em maior medida, portanto, as normas desse sistema de dominação” (Ibidem, p. 125). Em outras palavras, a “maior liberdade” dos moradores do sítio quando comparada à situação dos moradores de condição, é somente aparente, pois, o maior número de concessões do grande proprietário implica maior fidelidade e lealdade do morador. O fato de o morador com sítio estar no topo da hierarquia dos moradores não impede que este perca “da noite para o dia”<sup>44</sup> o acesso ao sítio, aos produtos do trabalho para si e a morada

Por isso, Garcia (1988, p. 11) afirma que no sistema morada a “troca objetiva toma a forma de ‘troca de favores’, distanciando-se das formas mercantis onde cada parceiro reflete sobre os seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa”. A possibilidade de o morador conquistar vantagens materiais e simbólicas depende muito mais da relação que o morador tem com o grande proprietário do que de seu trabalho direto (Idem).

Quando esses mecanismos de exploração-dominação não eram totalmente eficazes, ou seja, quando os moradores desobedeciam às ordens ou comprometiam o funcionamento desse sistema social de alguma forma, poderia ser usada a violência física. Muitas vezes, os castigos corporais eram realizados diante dos demais moradores, como num dos casos relatados cruamente no livro de memórias de Gregório Bezerra (1979, p. 52):

O cruel senhor do engenho chamou o homem e perguntou-lhe por ordem de quem havia chupado a cana. A desventurada criatura respondeu que estava com fome, por isso cortara a cana para chupar, mas, a pagaria assim que começasse a trabalhar; não sabia se tinha sido proibido chupar cana no

---

<sup>44</sup> O termo “da noite para o dia” é literal, pois não existia um aviso prévio em caso de expulsões de moradores.

engenho, porque antes era permitido [fazia poucos meses que o engenho havia sido arrendado por um novo senhor de engenho]. O tatuíra, como resposta, mandou amarrá-lo no mourão da Casa Grande, lubrificá-lo com mel e ordenou a seu *capataz* pôr o gado para lambê-lo. Dentro de poucos minutos, o homem começou a gritar e a pedir por Deus, por todos os santos que o sádico tatuíra o libertasse, ele passaria o resto da vida trabalhando de graça para o tatuíra, mas que o perdoasse [...] Pouco tempo depois, o homem era uma pasta de carne. O sangue escorria, o gado lambia-o e ele ainda implorava perdão do bandido latifundiário. Este, desgraçadamente, tinha um coração de tigre e [...] queria demonstrar sua *autoridade* perante os moradores, que, em pânico, eram obrigados a assistir àquela revoltante cena, para tomarem como exemplo. Mas ainda não estava no fim. O tatuíra, insatisfeito, mandou afastar o gado e desamarrar sua vítima, que estava em carne viva. Ordenou novamente lubrificá-lo com mel e prendê-lo no tronco de pés e mãos, para as formigas darem conta do resto. E deram. No dia seguinte, o homem amanheceu morto, transformado num grande formigueiro. Esse crime apavorou os habitantes do engenho [grifos nossos].

Esse suplício, que na aparência faz lembrar os relatos dos suplícios na Europa durante a Idade Média (FOUCAULT, 2002), ocorreu num engenho da Zona da Mata pernambucana, em 1908. Gregório Bezerra, nesta época, tinha oito anos de idade, e testemunhou, junto com outros moradores, o fato descrito. Mas por que algo aparentemente insignificante – chupar uma cana – motivou essa demonstração brutal de força do recém-chegado senhor de engenho? Talvez Gregório explicasse argumentando que a motivação do senhor de engenho estava em “demonstrar sua autoridade”. Na mesma linha, mas de forma mais aprofundada, Garcia (1988, p.15) explica que “os castigos corporais eram infligidos diante dos demais moradores, de maneira a produzir um efeito de demonstração e marcar claramente quem detém o uso legítimo da violência”. Portanto, a mensagem do senhor de engenho não significava somente reafirmar quem detinha autoridade, para além disso, estava sendo frisado quem podia e quem não podia fazer uso da violência, ou ainda, quem era senhor do próprio corpo e quem não era<sup>45</sup>.

Diante desse quadro, como os trabalhadores resistiam ao processo de exploração-dominação a que estavam submetidos? De um lado, uma forte dependência da morada que pertencia ao grande proprietário, da terra do roçado – que pertencia ao mesmo –, do barracão onde se comprava querosene e outros mantimentos – que também era do proprietário –, em suma: a reprodução social do morador ocorre sem ele ser proprietário de praticamente nada, sequer é plenamente proprietário da sua força de trabalho, do seu corpo<sup>46</sup>. Isto não somente pela supracitada questão do uso legítimo da violência, mas

---

<sup>45</sup> Esse comentário sobre o uso do corpo também está apoiado em Garcia (1988).

<sup>46</sup> Com esta afirmação não queremos dizer que o morador seria um escravo, pois o morador não era uma mercadoria, somente era mercadoria a sua força de trabalho e a de sua família. Diferentemente do escravo, o morador podia procurar morada e trabalho em outra fazenda. Como bem define Marx (1980, p. 18 e 19), “o escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende o

também no tocante à imobilização da força de trabalho, que deve ser fiel ao grande proprietário que cedeu à morada. A venda da força de trabalho numa grande propriedade vizinha, ou, muitas vezes, até a saída dos domínios do engenho para ir à feira, por exemplo, tinha que passar pelo crivo do grande proprietário, conforme o relato de um ex-morador entrevistado:

*Pesquisador (P): O senhor morava em terra própria?*

*Entrevistado (E): Eu trabalhava para o engenho que fazia rapadura. [...] Nós trabalhávamos no cambão, que é trabalhar para pagar renda. Trabalhávamos três dias de condição para o fazendeiro e dois dias para a nossa roça.*

*P: E a roça era grande?*

*E: A roça era pequena. Negócio de quatro tarefas de terra [aproximadamente 1,2 hectare].*

*P: Vocês recebiam salário no dia de trabalho de condição?*

*E: Não. Era só para pagar o arrendamento. Além de pagar o arrendamento com três dias de condição, ainda tinha mais ... no final da safra da nossa roça ainda tínhamos que tirar para pagar com algodão. Era o fazendeiro mesmo que comprava, sabe? Mas juntava tudo na comissão para pagar a renda. [...]*

*P: Quando o senhor trabalhava para o engenho, era na área do campo?*

*E: Eu trabalhava na área do campo cambitando<sup>47</sup> cana para o engenho. [...] Mas só que no inverno também trabalhávamos zelando a cana [nos tratos culturais do canavial], que era para quando chegar o tempo da moagem o engenho moer. Trabalhávamos limpando os matos [...]*

*P: Nessa época o senhor também trabalhava para fazendeiros próximos ao engenho?*

*E: Trabalhava.*

*P: Na diária?*

*E: Na diária. E a diária era trabalhada, rapaz...*

*P: E o fazendeiro do engenho não reclamava?*

*E: Não. Ele dizia assim: “Quando não tiver serviço aqui na minha fazenda vocês podem trabalhar em outro canto” Aí trabalhávamos... Mas era difícil também...*

---

produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, duma vez para sempre ao comprador. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. É ele mesmo que constitui a mercadoria e não a sua força de trabalho.”

<sup>47</sup> “Cambiteiro” é como costumava ser denominado o trabalhador responsável pelo transporte dos feixes de cana do campo para o engenho. Em geral, os feixes de cana eram transportados amarrados no lombo de burros de carga ou em carros de boi. Com o avanço da mecanização no transporte de cana, o serviço de “cambitagem” foi tornando-se periférico.

De acordo com outro ex-morador entrevistado, existia um grande risco de expulsão da morada nos casos de assalariamento em outras fazendas sem autorização do grande proprietário:

*Entrevistado: [...] Tem morador que mora nessa fazenda, mas através de uma remuneração oferecida melhor, ele vai para outra. Então corre o risco de perder aquela morada que ele tem. Pois ele deixou o compromisso com o patrão e foi servir a outro senhor. Então isso já ocorreu muito.*

As tentativas de fuga desse circuito fechado, que é o domínio da grande propriedade, poderiam resultar em expulsão da morada, em perda da produção do roçado, ou ainda, nos casos mais extremos, em castigos corporais públicos. Como resistir nesse cenário?

Para refletirmos sobre as formas de resistência nesse contexto, consideramos válido retomar passagens da abordagem de Scott sobre a temática da resistência dos camponeses:

Não somente são comparativamente raras as circunstâncias que favorecem levantes camponeses de larga escala, mas também as revoltas por elas provocadas são quase sempre totalmente esmagadas. [...] Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores fabris dedicados inteiramente a greves gerais e a protestos. [...] Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes (2002, p.11).

Existem algumas congruências da situação do camponês descrita por Scott<sup>48</sup> com a dos moradores das fazendas canavieiras, principalmente no tocante à grande dificuldade de organizar ações coletivas e aos maiores riscos de esmagamento de lutas públicas. Como vimos anteriormente, a vida do morador é marcada pelos domínios da grande propriedade em diversas esferas, e aí está incluída a do uso legítimo da violência.

---

<sup>48</sup> Os camponeses analisados por Scott residiam numa vila produtora de arroz na Malásia. A referida pesquisa foi realizada entre 1978 e 1980.

As relações extremamente pessoais do universo do sistema de morada atreladas ao permanente risco de expulsão da terra por qualquer prova de infidelidade, são alguns dos aspectos que dificultam a organização de enfrentamentos públicos contra os grandes proprietários. Mas, como indicam Thompson (1981, 2004) e Scott (2002), a ausência de resistência de caráter público não significa, necessariamente, completa ausência de resistência.

Começamos investigando a reação dos moradores após o suplício que citamos acima. Certamente, a maioria esmagadora dos moradores achou que aquele ato fora uma cruel injustiça cometida pelo novo senhor de engenho. Mas, como esses moradores reagiram? Ou será que não reagiram?

Vejamos os seguintes fragmentos das memórias de Gregório Bezerra (1979, p. 52):

Nesse mesmo dia [no dia do término do suplício], minha mãe despachou meus irmãos para ir à casa da vovó [que ficava localizada na região do agreste pernambucano] pedir-lhe que a mandasse buscar, que não podia ficar naquele inferno, nem mais por uma semana. De fato, cinco dias depois estávamos viajando rumo ao sítio da vovó, em Panelas de Miranda, de onde havíamos saído acossados pela seca em dezembro de 1904.

Mas isto é somente a reação de uma família de moradores. A fuga seria uma prática isolada ou seria significativa para o conjunto dos moradores? Bezerra não descreve se outras famílias também fugiram após o suplício, mas uma passagem de sua memória sobre o momento da chegada do novo senhor de engenho é bastante elucidativa:

Mas o pior mesmo para os habitantes do engenho foi a notícia concretizada do arrendamento do engenho ao mais cruel dos latifundiários da região sulina do Estado de Pernambuco. O fato é que o velho coronel Magalhães [...] preferiu arrendá-lo ao comparsa Joaquim Campos, homem cruel, frio e covarde, que assumiu a posse do engenho em dezembro de 1907. Mais de dois terços dos habitantes do engenho, apavorados com o novo dono, mudaram-se para outras bandas, longe do engenho Brejinho e do seu dono. Como havia uma dura estiagem na zona agrestina, minha mãe resolveu ficar por algum tempo, até caírem as primeiras chuvas (Idem, p. 51).

Nessa passagem fica evidenciada que a saída da grande propriedade era uma corriqueira estratégia de insubmissão a situações consideradas intoleráveis pelos moradores. Entrevistamos ex-moradores, que nos informaram que essa prática era frequente; alguns desses relataram que a saída, muitas vezes, poderia ser tranquila, mas que também havia casos de fugas na madrugada, pelo risco de eles terem produtos de sua

roça confiscados ou de serem humilhados pelo grande proprietário<sup>49</sup>. Isso dependeria muito da conjuntura que antecedia a saída. Albuquerque também ressalta que esse era “um instrumento muito comum [...] quando as condições de trabalho e regras impostas” não pareciam adequadas na leitura dos moradores (2009, p. 75).

Entretanto, cabe indagar se o abandono de uma grande propriedade por outra pode ser considerado um ato de resistência. Pode até ser considerada do ponto de vista da luta mais vital pela reprodução social da família do morador, mas isto coloca em xeque, ou altera qualitativa e quantitativamente as relações de trabalho do sistema de morada? Enfim, essa é uma questão que exige uma análise mais aprofundada, entretanto, ainda que de forma embrionária, podemos afirmar que o alcance desse tipo de ação, se não for realizado em massa, tende a ser muito limitado. Por isso, achamos válido o comentário de Albuquerque quando afirma que essas ações “tiveram um efeito redundante” (2009, p. 75).

Outra indagação diz respeito aos trabalhadores que detinham maiores concessões, como é o caso dos moradores com sítio: estes abandonariam a grande propriedade por vontade própria após anos de dedicação objetivando receber os “prêmios” ou “dons”? O fato de esses, provavelmente, não terem o mínimo interesse de abandonar a terra por vontade própria, e de tenderem a ter maior fidelidade em relação ao grande proprietário, implicaria necessariamente total passividade deles em relação ao grande proprietário?

Sobre essa questão, vejamos a seguinte passagem do romance *Menino de Engenho* (REGO, 1973, p. 36-37):

Meu avô me levava sempre em suas visitas de corregedor às terras do engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor dos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar ordem. Andávamos muito nessas suas visitas de patriarca. Ele parava de porta em porta, batendo com a tabica de cipó-pau nas janelas fechadas. [...] E quando o meu avô queria saber por que o Zé Ursulino não vinha para os seus dias no eito, eles arranjavam desculpas:

– *Levantou-se hoje do reumatismo.*

O meu avô então gritava:

– Boto pra fora. Gente safada, com quatro dias de serviço adiantado e metidos no eito do Engenho Novo. Pensam que eu não sei? Toco fogo na casa.

– É mentira, Seu Coronel. Zé Ursulino nem pode andar. Tomou até purga de batata. O povo foi contar mentira pro senhor. Santa Luzia me cegue, se estou inventando.

---

<sup>49</sup> Na Fazenda Amália, localizada no estado de São Paulo, os casos de fuga noturna dos moradores eram conhecidos pela expressão “anoiteceu e não amanheceu” (SILVA, 2008b).

E os meninos nus, de barriga tinindo como bodoque. E o mais pequeno na lama, brincando com o borro sujo como se fosse areia de praia.  
– Estamos morrendo de fome. Deus quisera que Zé Ursulino estivesse com saúde.  
– Diga a ele que pra semana começa o corte da cana.  
E quase sempre mais adiante nós encontrávamos Zé Ursulino de cacete na mão e com sua saúde bem rija.  
– Já disse à sua mulher que boto pra fora. Não vai trabalhar na fazenda, mas anda vadiando por aí. Não quero cabra safado no meu engenho.  
E era a mesma conversa. Que pra semana ia na certa. Que andava doente de novo, com dores pelo corpo todo.

Essa passagem é de uma riqueza ímpar<sup>50</sup>. A descrição das visitas do grande proprietário aos seus moradores revela como o senhor de engenho estava no centro da organização da vida social de sua propriedade. As visitas não eram somente para “dar os seus gritos de chefe”, também eram ouvidas as “queixas do povo”. Dessas conversas surgiam, por exemplo, autorização para o morador pegar bacalhau e remédios na casa grande, ou até mesmo queixas de moradoras em relação à conduta doméstica de seus maridos<sup>51</sup> (Idem, p. 38). Como se pode perceber, a autoridade e interferência do senhor de engenho efetivam-se em diversas esferas da vida social. Como não cumprir fielmente as ordens do grande proprietário?

Zé Ursulino nos dá um bom exemplo de insubordinação. Mesmo desautorizado pelo grande proprietário a vender sua força de trabalho em outros engenhos, ele a vende, e sempre sem assumir que a vendeu. Por mais que várias testemunhas o tenham visto trabalhando no Engenho do Meio, ele nega, e com a cumplicidade de sua esposa, que acusa as testemunhas de mentirosas. Por mais que sua presença em outros eitos denuncie que ele não estava de cama com reumatismo, a esposa nega: “que Santa Luzia me cegue se ele não estava doente”.

Essa estratégia de negar, mesmo diante de inúmeras evidências contrárias, marcada pela dissimulação e subordinação falsa, seria o que Scott denominaria como “armas dos fracos”<sup>52</sup> (2002, p. 12). Admitir publicamente insubordinação ao senhor de

---

<sup>50</sup> A despeito da obra *Menino de Engenho* (1973) ser um romance, esta não perde seu valor enquanto registro histórico, pois se trata de uma construção literária a partir das memórias da infância de José Lins do Rego num engenho paraibano.

<sup>51</sup> Um exemplo desse tipo de interferência nas esferas íntimas da vida dos moradores foi narrado pela supracitada ex-moradora entrevistada. Ela nos contou que após seu noivo ter dançado com outras moças no dia da festa do seu casamento, a senhora de engenho interveio: “Ela chamou ele e disse: ‘Carlos, não é assim não. A primeira parte você tinha que dançar com a sua noiva. Você ao invés de dançar com a sua noiva vai dançar com outra?’ ”.

<sup>52</sup> Em pesquisa de campo realizada entre 1978 e 1980 numa vila produtora de arroz na Malásia, Scott encontrou trabalhadoras que boicotavam a colheita de arroz dos proprietários que aderiam à mecanização. Apesar de o boicote ser concreto e evidente, as mulheres publicamente sempre o negavam, por meio de desculpas que justificassem a sua ausência na colheita (2002).

engenho seria assinar uma sentença de expulsão que poderia resultar em efetivação da ameaça de “tocar fogo na casa”.

Nas manifestações culturais dos moradores das fazendas canavieiras de Alagoas também encontramos protestos marcados pela dissimulação. O guerreiro<sup>53</sup>, por exemplo, começava sempre com cânticos de louvações aos donos da casa (ou casa-grande), como nos versos abaixo:

Sinhô dono da casa  
Oios de cana caiana  
Quanto mais a cana cresce  
Mas omenta a sua fama  
[...]

Sinhô dono da casa  
Cum o sinhô não tem  
O sinhô manda im sua casa  
Depois do sinhô ninguém

Sinhô dono da casa  
Taiada de melancia  
Sua muié, istrela d’arva  
Sua fia, luz do dia (BRANDÃO, 2007)

Todavia, versos como esses poderiam significar uma falsa submissão. Um entrevistado presenciou uma apresentação de guerreiro em 1966, no município de Colônia de Leopoldina/AL, que foi iniciada com o mestre louvando o senhor de engenho, depois foi cantada e dançada de forma alegre, até mesmo no momento em que os versos denunciavam que o guerreiro só não estava mais bonito e alegre por conta da falta de dinheiro para reformar as roupas e os enfeites:

Como é qui eu vou dançar  
Qui nem um farrapo humano?  
Pois o pano qui eu preciso  
Qui eu nem posso comprar.<sup>54</sup>

De forma “alegre” e dissimulada, o mestre do guerreiro protestava, diante dos olhos do senhor de engenho, contra a pobreza dos moradores do seu domínio que sequer podiam comprar panos para confeccionar a indumentária de apresentação artística.

---

<sup>53</sup> O guerreiro é uma manifestação cultural com cânticos e danças. Para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, ver os estudos do folclorista alagoano Théo Brandão (2007).

<sup>54</sup> Conforme relato oral do Professor de Serviço Social aposentado José Nascimento de França, que presenciou a referida apresentação de guerreiro em 1966. O depoimento foi colhido em fevereiro de 2011, em Maceió.



Da mesma forma pode ser interpretada a seguinte adivinha que circulava nas áreas canavieiras de Alagoas:

Eu fui preso e ajojado  
Por ordem do seu tenente;  
Vi meu sangue derramado  
No meio de tanta gente (DIEGUES JR., 2006, p. 304).

À primeira vista, temos a impressão de que a adivinha está se remetendo a um trabalhador vítima de um suplício e, no fundo, a intenção de quem fez essa adivinha foi causar essa impressão. Mas, a resposta oficial da adivinha seria: a cana. Como explica Diegues Jr., seria “a cana presa e ajoujada [sic] em feixe por ordem do senhor de engenho que aí aparece na qualidade de ‘seu tenente’, isto é, o que manda; quando esmagada pelas moendas, o caldo que é seu sangue, se derrama” na presença dos trabalhadores; “tanta gente” (Idem). Ou seja, a cana é uma metáfora utilizada para falar da situação do trabalhador.

Os incêndios nos canaviais também podem ser considerados uma forma de enfrentamento velado. Um dos ex-moradores entrevistados nos informou que essa prática, que, atualmente, é utilizada com muita frequência, já é deveras antiga. Ela consiste em incendiar – secretamente – as canas antes do seu ponto ideal de maturação, desse modo, o objetivo da ação é causar prejuízo aos donos dos canaviais<sup>55</sup>.

Essas formas limitadíssimas de resistência foram as mais praticadas durante o período em que o sistema de morada foi hegemônico. Ao longo desse período, em Alagoas, eram raros os casos de greves dos moradores<sup>56</sup> ou atuação via sindicato combativo (LIMA, 2006). Ainda que as limitadas formas de resistências analisadas aqui não tenham o objetivo de colocar em xeque os pilares do processo de exploração-dominância, achamos que essas formas de ação não podem ser desconsideradas,

---

<sup>55</sup> No entanto, cabe indagar se essa prática seria executada exclusivamente pelos trabalhadores, pois, no bojo da concorrência entre usineiros, senhores de engenho e fornecedores de cana, o incêndio poderia (e ainda pode) ser um dos expedientes da disputa.

<sup>56</sup> Encontramos em Heredia (1988) um relato de greve dos moradores de um engenho logo após este ter sido comprado por uma usina. Esse caso muito raro de greve acabou resultando em expulsão dos moradores. Cabe ainda indagar se a escassez de relatos de conflitos públicos envolvendo moradores das fazendas de cana em Alagoas (em especial entre os anos 1940 e 1970) foi ainda mais potencializada pelo boicote dos jornais da época. Recuando um pouco mais na história, encontraremos ainda a emblemática Guerra dos Cabanos que resultou numa longa guerra de guerrilhas no início do Brasil Império (ANDRADE, 1989). Os rebeldes eram compostos, sobretudo, por escravos, índios, moradores e pequenos produtores do norte de Alagoas e do sul de Pernambuco. Para maiores esclarecimentos sobre a Guerra dos Cabanos, ver o estudo de Lindoso (2005).

principalmente quando estamos tratando de um universo social “fechado”, que imobiliza a força de trabalho, como no caso do sistema de morada presente nas grandes propriedades canavieiras do Nordeste. Ademais, desprezar as formas de resistências cotidianas pode resultar numa leitura fantasmagórica da luta de classes: como se estas ocorressem apenas em alguns poucos momentos da história.

## **1.2- Expansão dos canaviais e expropriação da terra e da memória**

Segundo Lima (2006, p. 101), a evolução da agroindústria canavieira alagoana, entre o período de construção do IAA até 1990, está constituída por três etapas: “a da consolidação do parque usineiro (1930-1950), a do processo de expansão e modernização (1950-1975) e a de um segundo surto expansivo ligado ao Proálcool (1975-1989)”. De acordo com o mesmo autor, no que tange a todo esse longo período, a decisão de expandir as lavouras de cana para os tabuleiros (na década de 1950) foi o fato “mais importante para moldar a estrutura produtiva alagoana” (idem). Mas o que são os tabuleiros? Por que eles foram tão decisivos para os rumos da agroindústria canavieira alagoana?

Recorreremos ao geógrafo Manuel Correia de Andrade (1959), pois ele descreve os tabuleiros e suas vantagens para o cultivo da cana:

As zonas dos tabuleiros estendem-se desde o pediplano de Arapiraca [município localizado no agreste alagoano] até às formações litorâneas, possuindo nas Alagoas muito maior largura do que em Pernambuco. Acha-se inclinada, *grosso* modo, em direção ao mar, pois alcança quase 200m de altitude a Oeste de Arapiraca, para descer até os 40 ou 50m nas proximidades da praia onde forma abruptas falésias (Idem, p. 24, grifo no original).

Observou-se então, como salientou o agrônomo MORAIS (Rodolfo de A – 1958), que os tabuleiros apresentam uma série de vantagens; por ser plano, é o tabuleiro menos atingido pela erosão, facilitando, por conseguinte, a mecanização, o tratamento e a colheita da lavoura (os canaviais da [usina] Sinimbu são cortados por rodagens paralelas e perpendiculares umas às outras, de cinquenta em cinquenta metros, formando quadrados semelhantes a um tabuleiro de jogo de damas); outra vantagem é a de que nos tabuleiros as canas suportam melhor a estiagem, são mais uniformes e menos sujeitas a doenças. Todos esses fatores, sobretudo a fácil mecanização, trazem grande economia para a usina, que cultiva diretamente seus canaviais (Idem Ibidem, p. 56).



**Foto 7: Vista aérea dos canaviais nos tabuleiros alagoanos. Foto: Sheley Almeida – 16.03.2011.**

Foi esse conjunto de fatores que resultou na subida dos canaviais alagoanos para os tabuleiros (até o início de 1950 os canaviais eram tradicionalmente concentrados nas várzeas dos vales úmidos). A iniciativa pioneira foi da usina Sinimbu que, por meio de uma adubação adequada, logrou êxito na incorporação dos tabuleiros (ANDRADE, 1959 e 1994; LOUREIRO, 1969; SANT'ANA, 1970). Essa experiência bem sucedida (do ponto de vista do usineiro) foi seguida por outras usinas do estado. Assim, os tabuleiros possibilitaram uma drástica expansão da fronteira agrícola da cana, sendo hoje a principal área produtora dessa cultura em Alagoas.

**Figura3: Mapa do relevo alagoano: destaque para a região dos tabuleiros**



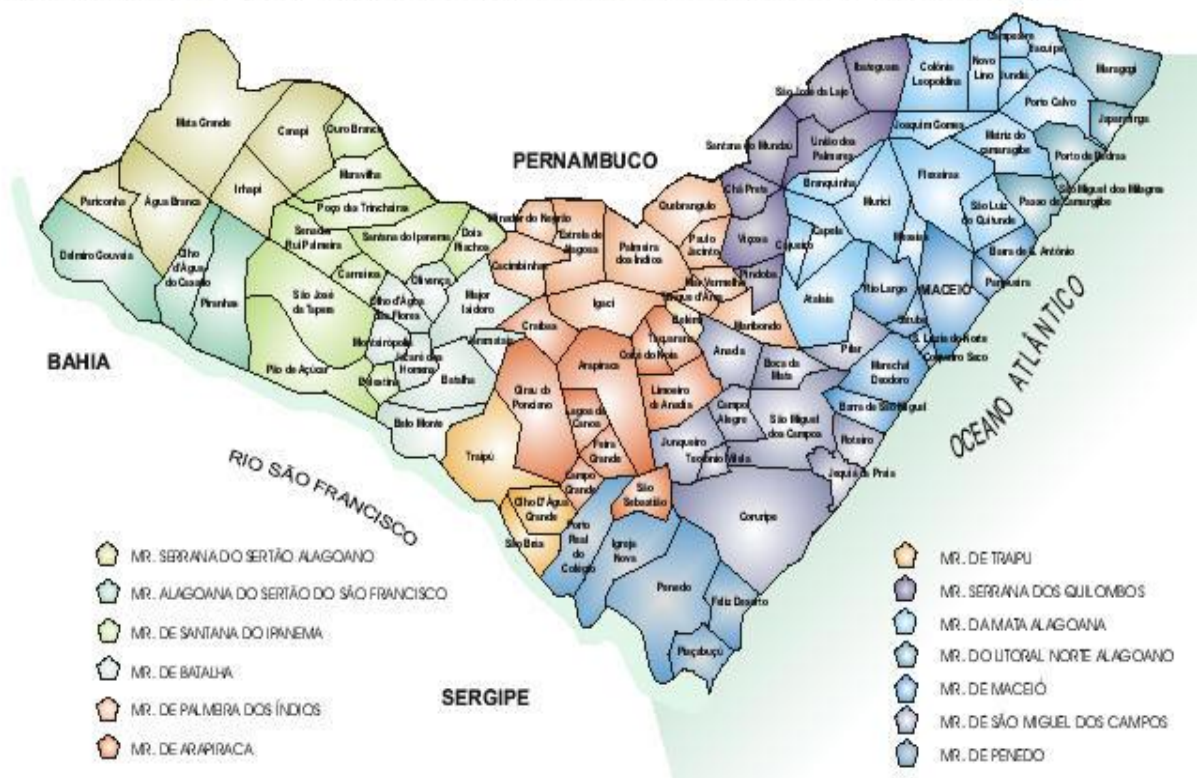
Fonte: [www.frigoletto.com.br/geoalagoas/relevo.htm](http://www.frigoletto.com.br/geoalagoas/relevo.htm)

Apesar de as áreas dos tabuleiros se estenderem do Rio Grande do Norte ao estado de Sergipe (ANDRADE, 1994), elas destacam-se em Alagoas por serem, em geral, mais largas e compridas quando comparadas às dos outros estados. No entanto, elas não são homogêneas: ao sul de Alagoas, os tabuleiros se caracterizam por sua maior dilatação de largura e profundidade, enquanto, ao norte, são menos extensos (LIMA, 2006). Por isso, atualmente a maior concentração de usinas de Alagoas está na microrregião dos tabuleiros de São Miguel dos campos, ao sul do estado<sup>57</sup>.

<sup>57</sup> A figura 2 ilustra a localização dos municípios da microrregião dos tabuleiros de São Miguel dos Campos: São Miguel dos Campos, Roteiro, Jequiá da Praia, Boca da Mata, Campo Alegre, Anadia, Junqueiro, Teotônio Vilela e Coruripe.

Figura 4: Microrregiões geográficas de Alagoas

## MAPA DE ALAGOAS POR MICRO-REGIÕES GEOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS



**FONTE:** Resenha Estatística de Alagoas - SEPLAN/AL, apud [www.frigoletto.com.br](http://www.frigoletto.com.br)

Consideramos que essa breve contextualização do papel dos tabuleiros na expansão dos canaviais seja fundamental para compreendermos por que atualmente Alagoas é líder nordestina de produção dessa matéria-prima. Todavia, é impossível compreender tal liderança se nos limitarmos apenas às potencialidades dos aspectos geográficos. Por trás do período “de expansão e modernização” (LIMA, 2006) dessa agroindústria em Alagoas, estão, dentre múltiplos aspectos, vários episódios de expropriação e de mudanças nas relações de trabalho. Começamos investigando as expropriações dos pequenos produtores.

No livro *Açúcar: notas e comentários*, Osman Loureiro, que foi usineiro e ex-governador do Estado, comete um “ato falho” ao revelar aquilo que ele próprio queria esconder. Vejamos o seguinte trecho:

A esta primeira primazia quanto à posse de trecho geográfico especial, é preciso adir-se a zona dos chamados tabuleiros [...] esses altiplanos, tidos e havidos de velha data como impróprios à cultura da cana, e *apenas admitindo as pequenas lavouras de subsistência*, como a mandioca, a batata e algumas frutas, serviam, entretanto, por igual, para a grande lavoura. Tudo era conterá-los [sic] com adubação adequada. As experiências, por eloqüentes, tiveram seguidores. Em breve, vastos canaviais começaram a desertar-se por esses chapadões, outrora relegados por inadequados, e hoje avocados ao serviço de nossa cultura maior. [...] Para quem atravessou essas *solidões semidesérticas* e hoje entresachadas [sic] de vigorosos canaviais, o coração se lhe desaperta na antevisão do futuro que nos aguarda (LOUREIRO, 1969, p. 244 e 245, grifos nossos).

Nessa passagem Loureiro descreve os tabuleiros de duas formas: a primeira é como área das *pequenas lavouras de subsistência*, enquanto a segunda é como espaço das *solidões semidesérticas*. Ora, se esses espaços admitiam as pequenas lavouras de subsistência como poderiam ser solidões semidesérticas? Então, era insignificante o número de pequenos produtores nessas áreas? Essa questão é de suma importância, pois, se aceitarmos a premissa das solidões semidesérticas a expropriação dos pequenos produtores nessas áreas teria sido quase nula. Por outro lado, recusando essa premissa – e adotando a de que seriam áreas ocupadas por pequenas lavouras de subsistência – a vertiginosa expansão da cana nos tabuleiros só poderia ter ocorrido por meio de um “xeque mate” nos pequenos produtores.

Heredia foi a pesquisadora que se aprofundou de forma mais minuciosa nessa temática. Em estudo realizado no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, que incluía pesquisas de campo na área que deu origem ao município de Teotônio Vilela, a autora deparou-se com a seguinte situação:

Os pequenos produtores – inclusive os que eram proprietários – faziam uso, no passado, das parcelas localizadas fora dos limites da grande propriedade, que eram por eles denominadas “terras de hereu” ou “terras sem donos”. Os tabuleiros da Área, situados fora das grandes propriedades, eram, pelo povo do sítio, designados desse modo. [...] Nelas [nas terras dos tabuleiros] foram se instalando os pequenos produtores, e seu usufruto passou a ser transmitido de geração em geração. É, pois, precisamente porque esse conjunto de relações foi afetado que a passagem da situação anterior para a atual não significou apenas o fim do acesso a terra para aqueles que delas desfrutavam, mas, também, e fundamentalmente, a mudança nas relações sociais até então existente entre os pequenos produtores (HEREDIA, 2008, p. 60).

Nesta pesquisa, Heredia conseguiu reunir diversos depoimentos, além de outras evidências que comprovam que a expansão da cana para os tabuleiros só foi possível por

meio da expropriação dos pequenos produtores<sup>58</sup>. Em nossas pesquisa de campo, antigos habitantes de Teotônio Vilela também relataram sobre como era o acesso a terra no final dos anos 1960:

*Pesquisador (P): Tem gente que diz que as áreas de tabuleiros eram terras que não tinham donos, que eram de todo mundo, por que...*

*Entrevistado (E): É porque era muita terra, ai não era comprado, abria-se um rumo aqui e dizia, isso aqui é meu! Na Cachoeira mesmo e em Peri-peri era assim.*

*Entrevistado (E): Quando a gente se mudou para aqui, tinha muita terra na época. O cabra chegava aqui, coragem tivesse para trabalhar.*

*Pesquisador (P): Era terra barata?*

*E: Ninguém pagava, era terra de graça aqui. Não pagava nada! Pedia, quem não tinha terra pedia aquele pessoal que tinha. “Homem plante o que você quiser”.*

Dentre os mecanismos de expropriação dos pequenos produtores identificados por Heredia, destacamos os seguintes: 1) boatos de que os usineiros tomariam as terras daqueles que não tinham o documento que comprovasse a posse, resultaram em vendas de terras por um preço muito abaixo do valor de mercado; 2) as usinas compravam o lote de um herdeiro, mas, por fim, registravam como se a compra fosse da área total de todos os herdeiros; 3) aqueles que não vendiam sua terra, muitas vezes ficavam cercados por grandes propriedades e sofriam diversos tipos de pressão, que iam desde fechamento da saída da propriedade, até a invasão paulatina de parte de sua terra (Idem, 1988 e 2008).

Abaixo seguem trechos de entrevistas, realizadas com antigos habitantes de Teotônio Vilela, que confirmam algumas dessas práticas:

*Pesquisador (P): Teve muita gente que perdeu o roçado?*

---

<sup>58</sup> Conforme o Censo agrícola de 1920, no município de Coruripe (que faz fronteira com Teotônio Vilela) as lavouras do coco (1.217 hectares/ ha.), de feijão, milho e mandioca (1.102 ha.) ocupavam uma área plantada superior à da cana-de-açúcar (863 ha.) (HEREDIA, 1988, p. 49). Noventa anos após o Censo de 1920, a área do plantio de feijão, milho e mandioca foi reduzida pela metade (restando atualmente o equivalente a 650 ha, segundo levantamento das lavouras do IBGE em 2009), enquanto a da cana-de-açúcar cresceu vertiginosamente de 863 ha. para 52.238 ha. No tocante à produção agrícola do município de Teotônio Vilela, segundo o levantamento do IBGE sobre as lavouras (realizado 2009), a plantação de cana-de-açúcar é líder, com aproximadamente 1 milhão de toneladas de cana colhidas numa área plantada de 15.500 hectares. A esmagadora liderança só se torna evidente quando comparamos esses números com os dos cultivos de outros produtos: o que mais se aproxima da cana-de-açúcar é a do feijão, que ocupa apenas 200 hectares de área plantada, seguida do milho com 100 hectares e da mandioca com inexpressivos 55 hectares de área plantada.

*Entrevistado (E): É, foi perdendo porque a usina fechava. Uma comparação: o cabra tinha duas terras de roça no terreno, aí a usina chegava e comprava o terreno encostado. Depois pronto, aquela roça se acabou, porque a usina passava o veneno e matava tudo da roça. Naquela época aqui, quem tinha aquele terreno encostado ia brigar com o usineiro e não podia, porque quando eles tocavam fogo, quem tinha roça perto da cana, aquele fogo queimava meio mundo de roça de lavoura. A usina não pagava. O pessoal foi desgostando por causa disso, por isso vendia aquela terra encostada. Foi assim que foram tomando de conta. [...] Porque outro não comprava, só quem comprava era a usina. Aí o cabra dizia, vamos supor: “vendo por dois mil e quinhentos.” A Usina dizia: “o que?!” Botava quinhentos. Como não tinha quem chegasse para oferecer mais, o cabra ficava se apertando, se apertando, e terminava vendendo para usina. Muita gente aqui foi assim. Olha, o meu pai mesmo, o meu pai vendeu o terreno dele como eu disse, para a usina. Nós tínhamos cento e cinquenta tarefas de terra no Saco do Meio, cento e cinquenta tarefas de terra, nós não vendíamos na época, mas a usina comprou a terra de um lado, comprou a terra do outro, e nós ficamos no meio, ali. Quando era fogo de cana queimada, pronto, a roça queimava meio mundo. Meu pai conversava com o administrador: “Rapaz, vamos ajeitar para a usina pagar. Vamos ajeitar isso aí.” Aí nisso ficava. Meu pai dizia: “Meu filho, eu não vou brigar com gente rico, o cabra perde mesmo.” Ele terminou vendendo uma parte, ficou somente com uma partezinha aqui na caixa d’água. Os filhos cada um fez uma casa, [...].*

Essas formas fraudulentas de acumulação e expropriação remetem ao conceito de “acumulação por espoliação,” proposto por Harvey ao analisar as formas contemporâneas de acumulação. Para este autor, traços característicos daquelas formas de acumulação descritas como restritas ao período da “Acumulação Primitiva do Capital” (MARX, 1985), não se extinguiriam ao longo da consolidação e expansão mundial do capitalismo, muito pelo contrário: formas de acumulação baseadas no uso de fraudes e da violência seriam intrínsecas ao capitalismo. Desse modo, Harvey nos alerta para os limites das abordagens que

[...] relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de [Rosa de] Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é, por conseguinte, muito necessária [...]. Como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2004, p. 120 e 121).



Mecanismos de expropriação e acumulação muito semelhantes aos descritos por Heredia também ocorreram (e ainda ocorrem) em nível nacional. O período estudado por Heredia foi marcado nacionalmente pelo processo de “modernização trágica” (SILVA, 1999) da agricultura brasileira, que intensificou diversas formas de expropriação de pequenos produtores e alterou as relações de trabalho. Como demonstrou Maria Aparecida de Moraes Silva, esse processo não pode ser entendido somente como impulsionado pela lógica da acumulação do capital agroindustrial, o papel do Estado, por exemplo, foi fundamental para a sua consolidação. Por meio da análise do Estatuto da Terra (ET) e do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), a autora demonstra como estes mecanismos, que aparentemente poderiam representar algum avanço para os trabalhadores, no fundo regulamentaram a intensificação da exploração da força de trabalho (Idem). Na análise do processo de expropriação dos pequenos produtores alagoanos também não podemos negligenciar o papel desempenhado pelo Estado.

Abaixo seguem fotografias da usina Sinimbu<sup>59</sup> e da usina Seresta<sup>60</sup>, ambas estão situadas nos vales úmidos – próximas dos rios – e entre os tabuleiros. O tabuleiro é a parte alta no horizonte, plana como o horizonte.

---

<sup>59</sup> Usina situada no município de Jequiá da Praia.

<sup>60</sup> Usina localizada no município de Teotônio Vilela.

**Foto 8: Usina Sinimbu e seus tabuleiros. Foto: Lúcio Verçoza 23-01-2011**



**Foto 9: Usina Seresta entre os tabuleiros, moendo a todo vapor: Foto: Lúcio Verçoza – 27.11.2014.**

A incorporação das terras dos tabuleiros pelas usinas recebeu o estímulo direto do Estado, através do IAA e de diversos programas<sup>61</sup> que, nesse momento, objetivavam

---

<sup>61</sup> Dentre os principais programas do Estado nesse período estão: 1) Plano de Expansão da Agroindústria Canavieira (1963); 2) Programa de Racionalização de Agroindústria Canavieira (1971); 3) Programa

e elevar a produtividade do setor e reduzir os custos da produção. Nesse contexto, foram adotadas diversas medidas que acabaram beneficiando as principais agroindústrias canavieiras do estado, destacando-se, dentre estas: financiamento público para a compra de terras, melhoramento genético da cana e isenção de impostos para importação de maquinários (HEREDIA, 2008; LIMA, 2006; MELLO, 2002). Essa conjuntura possibilitou uma vertiginosa expansão dos canaviais alagoanos, sobretudo na microrregião dos tabuleiros de São Miguel dos Campos (TSM Campos), como demonstrou Novaes (1993)<sup>62</sup>.

Entretanto, a consolidação da invasão da cana nas áreas dos tabuleiros não determina necessariamente o esgotamento do sistema de morada, pois, afinal, o sistema de morada poderia continuar intacto mesmo sem a presença dos pequenos produtores expropriados dos tabuleiros. Então, quais foram as principais causas do colapso do sistema de morada?

O estudo de Afrânio Garcia (1988), *Sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste*, aponta três mediações que o autor considera fundamentais para a compreensão do declínio do sistema de morada no Nordeste: 1) concorrência das usinas com os engenhos; 2) possibilidade de deslocamentos maciços para as cidades industriais; 3) organizações políticas camponesas e o novo quadro jurídico. A partir dessas mediações propostas por Garcia, analisaremos o declínio do sistema de morada em Alagoas.

No tocante à primeira mediação, a chegada das primeiras usinas em Alagoas ocorreu no final do século XIX (SANT'ANA, 1970). Apesar de as usinas terem representado uma revolução no aspecto da técnica produtiva, quando comparada aos engenhos, o mesmo não pode ser dito sobre as relações de trabalho:

A análise da trajetória de alguns trabalhadores que consideravam ter sido *moradores* no passado revela que nem sempre tinham estado ligados ao *senhor de engenho*, tendo alguns deles sido *moradores* de propriedades que pertenciam às usinas. A análise das relações sociais em ambas as situações – longe de nos levar a pensar que estávamos diante de expressões vazias de conteúdo – revela que o engenho, enquanto sistema social, permaneceu dominante mesmo depois do surgimento das usinas, e mais ainda, que as usinas instaladas na área adotaram, inclusive, o sistema de *morada* característicos do engenho (HEREDIA, 1988, p. 161, grifos no original).

---

Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (1971); 4) Programa Nacional do Álcool (1975). Para uma leitura detalhada dessas políticas, ver Lima (1998).

<sup>62</sup> De acordo com o Censo Agropecuário de 1970, a microrregião TSM Campos apresentava 19.684 hectares de área plantada com cana, em 1987, esse número subiu para 210.371 hectares (NOVAS, 1993).

A incorporação do sistema de morada pelas usinas de Alagoas ocorreu no bojo da intensa concorrência entre senhores de engenho e usineiros. As disputas não se limitavam aos aspectos de financiamento estatais; existiam duradouros embates sobre o acesso à terra, aos rios e às linhas férreas para escoar a produção<sup>63</sup> e à força de trabalho (Idem). Segundo Heredia, é por conta da resistência dos senhores de engenho no plano da maior imobilização de força de trabalho possível, que ocorre uma incorporação do sistema de morada pelas usinas em Alagoas:

Uma vez que se instalaram [as usinas] em áreas de engenhos, nas quais, conseqüentemente, o acesso à terra e à mão-de-obra estava fundamentalmente sob o controle dos senhores de engenho, as usinas tiveram que acabar adotando, de fato, as relações dominantes nos engenhos como a única maneira de obter a mão-de-obra necessária. [...] Na área, a usina Sinimbu construiu casas melhores e 'mais higiênicas' e até escolas, como forma de incentivar os trabalhadores a nela se estabelecerem (1988, p. 170).

Sendo assim, a chegada das usinas em Alagoas não significou, num primeiro momento, o declínio no sistema de morada, mas o inverso: o sistema de morada foi reiterado. Como sublinha Heredia, “o fim dos engenhos enquanto fábricas” constituiu-se num longo processo histórico que, em Alagoas, “demandou meio século” (Idem, p. 162). Mesmo que a concorrência das usinas com os engenhos tenha resultado em eliminação dos últimos, não podemos concluir, a princípio, que o sistema de morada estaria fatalmente extinto com o fim dos engenhos, pois, como já vimos, as usinas o adotaram. O que poderia impedir sua continuidade, como relação de trabalho hegemônica, até os dias de hoje? Em suma, a concorrência entre engenho e usina, enquanto mediação isolada, não ajuda a compreender as causas do declínio do sistema de morada.

Sobre a segunda mediação destacada, os deslocamentos em massa para cidades industriais, em especial para as do sudeste, a partir de 1940 e 1950 com as melhorias nos transportes<sup>64</sup>, teriam gerado uma alternativa de rompimento com o universo rural/privado. Para Garcia (1988), estas migrações enfraqueceram o sistema de morada, tanto no que se refere à diminuição no número de moradores em decorrência da maior concorrência pela

---

<sup>63</sup> Heredia analisa em Alagoas um caso em que o transporte terrestre entre a usina e o rio era obrigado a passar por propriedades do engenho. Isso acarretou intenso conflito, com tentativas de cobrança de pedágios por parte dos engenhos (1988, p.164).

<sup>64</sup> No município de Teotônio Vilela/AL, entrevistamos uma ex-moradora que migrou para o interior paulista na década de 1950. A viagem durou 12 dias e o destino era uma fazenda de café. A entrevistada nos informou que achava a vida mais próspera em São Paulo, e que só não se fixou porque seu marido quis retornar.

força de trabalho, quanto no tocante à mudança de representação dos que migraram sob o sistema de morada e a luta por direitos. A migração de moradores das propriedades canavieiras para centros urbanos industriais também foi um fenômeno que ocorreu em Alagoas no mesmo período destacado por Garcia, no entanto, é difícil medir o seu impacto sobre o sistema de morada.

Retomando a terceira mediação, para Garcia, o surgimento da primeira organização política expressiva dos camponeses – as Ligas Camponesas criadas por volta de 1955 –, não estava, apenas, relacionado a uma nova representação sobre as lutas por direitos, proporcionada pelas viagens aos centros industrializados. A mudança de conjuntura, que propiciou uma maior possibilidade de atuação dos moradores, está intimamente ligada com a saída de um significativo número de grandes proprietários para morar nas cidades:

A situação particular desses antigos moradores tem por origem o deslocamento, para as cidades, de certos proprietários que tentaram enfrentar a decadência de seus engenhos através da reconversão de suas atividades, passando para o comércio ou para cargos administrativos e favorecendo os investimentos escolares de seus filhos. [...] A submissão direta a todo instante deixava de se materializar, o que permitia a esses moradores muito particulares exercer o controle das decisões sobre a exploração da terra e sobre a comercialização dos produtos [...] No momento em que os senhores quiseram aumentar as prestações em dinheiro, ou, retornando à propriedade e querendo controlar os trabalhos agrícolas [...] liquidando as vantagens materiais adquiridas [pelos moradores], os trabalhadores puderam apelar para os serviços de Francisco Julião, advogado residente em Recife e deputado estadual (Idem, p. 25).

Considerando esse aspecto, a concorrência entre engenhos e usinas, que resultou no deslocamento de senhores de engenho em crise para as cidades, abriu uma fissura na dominação de morada dos engenhos e fazendas decadentes. No entanto, essa mediação isolada ainda nos diz muito pouco, pois, como já vimos anteriormente, as usinas também adotaram o sistema de morada. Ela só se torna uma mediação relevante quando articulada ao surgimento das primeiras organizações políticas expressivas dos moradores. Pois, sem a decadência dos engenhos – que resultou no deslocamento de alguns grandes proprietários –, o terreno no qual foram organizadas as Ligas seria ainda mais espinhoso, as correlações de forças seriam mais adversas.

A atuação das Ligas por meio da justiça tinha um “efeito simbólico preciso: colocava no mesmo plano a palavra do morador e do senhor e materializava a existência

de um poder acima do senhor” (Idem). A entrada na justiça foi acompanhada por ameaças, surras e assassinato de moradores. O risco de condenação na justiça ameaçava o capital simbólico do senhor (Idem). Apesar dessas retaliações, moradores continuavam se organizando, como no caso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), ligadas ao PCB.

No início dos anos 1960 ocorreu uma ascensão das lutas de classes no país. Foi nesse cenário de pressão por Reformas de Base, que foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 2 de março de 1963. O referido Estatuto estendia alguns importantes direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais<sup>65</sup>, ou melhor, para os trabalhadores rurais permanentes, pois, como bem observa Maria Aparecida de Moraes Silva, os temporários não estavam contemplados. Por isso, a autora afirma que esse é um ponto

que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isto é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão dos trabalhadores da fazenda (1999, p. 64).

Esse aspecto fundamental do ETR não é ressaltado por Garcia (1988). O autor foca, sobretudo, em como a “economia da morada foi afetada” com essa legislação, “pois o que constituía seu próprio fundamento, o dom ou favor do senhor que acarretava o contradom do morador, destinado a saldar a dívida, ficou definido como uma simples contrapartida numa relação contratual” (Idem, p. 27). A substituição da noção de favor pela de direito, certamente afeta o sistema de morada. Entretanto, essa substituição não ocorre automaticamente após a aprovação da legislação. Existe uma longa e cotidiana luta para substituição da referida noção<sup>66</sup>.

No que tange mais especificamente à realidade alagoana, segundo Albuquerque, “a luta por direitos e por mudanças na estrutura fundiária, principais plataformas políticas das Ligas Camponesas, chegou a Alagoas com três décadas de atraso” (2009, p. 103). O ETR não tomou corpo no estado (Ibidem). As Ligas, que surgiram no vizinho estado de Pernambuco, e logo foram estendidas para a Paraíba, assumindo posteriormente um

---

<sup>65</sup> Eram esses direitos fundamentais: salário mínimo, férias anuais pagas e avisos prévios.

<sup>66</sup> É válido lembrar que essa luta contava com toda a adversidade causada pelo contexto de ditadura civil-militar no país, após 31 de março de 1964.

caráter nacional (OLIVEIRA, 2007)<sup>67</sup>, não conseguiram adentrar Alagoas. Na época de efervescência das Ligas, os trabalhadores rurais de Alagoas, “das áreas canavieiras principalmente, não desenvolveram qualquer experiência de luta organizada neste período histórico”<sup>68</sup> (LIMA, 2006, p. 119).

Para Albuquerque,

Apenas no final da década de 1980, quando a expropriação do trabalhador rural com o esgotamento do sistema de moradia atinge um grau ainda mais avançado e o êxodo alcança patamares até então inéditos, é que se dão as condições objetivas para um maior enfrentamento entre trabalhadores e patrões (Ibidem, p. 102).

Segundo Albuquerque, somente no momento de auge do declínio do sistema de moradia em Alagoas, é que se dão as condições objetivas para um enfrentamento coletivo e público. Ao falar “de maior enfrentamento”, o autor está se referindo às campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL no final dos anos 1980 e início de 1990, que paralisaram, por alguns dias, parte dos cortadores de cana. Ainda assim, a greve dos trabalhadores rurais em Alagoas estava em grande descompasso com os movimentos grevistas de outros estados nordestinos. Após o desmantelamento das Ligas e dos sindicatos combativos durante os primeiros governos da ditadura militar, foi desenvolvida uma retomada das lutas públicas em outros estados por meio da expressiva greve dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco, em 1979 (SIGAUD, 1980; NOVAES, 1993), das mobilizações no Rio Grande Norte, iniciadas em 1982, e na Paraíba, em 1984<sup>69</sup> (MELLO, 2002).

O fim dos anos 1980 em Alagoas, além de ser um período marcado pela intensificação das expulsões de moradores, também representou um momento de pico do ingresso de moradores e ex-moradores na justiça, mais especificamente no período de 1986 a 1988 (ALBUQUERQUE, 2009). Nesse cenário de reabertura política e de Assembleia Constituinte, de campanhas salariais promovidas pela FETAG/AL e de aumento dos processos judiciais, foi ainda mais acelerado o ritmo das expulsões dos

---

<sup>67</sup> Segundo Camargo (Apud OLIVEIRA, 2007, p. 108), as Ligas Camponesas atuaram nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Acre, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

<sup>68</sup> Essa é uma questão que precisa ser mais estudada, pois, nesse mesmo período, em Alagoas, o PCB tinha uma atuação expressiva nas áreas urbanas (LESSA, 2011) e estimulava a fundação de sindicatos rurais (LIMA, 2006).

<sup>69</sup> Para uma análise mais aprofundada da atuação e limites dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais nesse período, ver Novaes (1993) e Mello (2002).

moradores. Segundo estimativas dos usineiros, que eram compatíveis com os dados oficiais do governo do Estado de Alagoas, entre 1990 e 1995 foram demolidas 40 mil casas de antigos moradores (CARVALHO, 2009, p. 95).

Em maio de 1995, o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar – AL) foi indagado por um correspondente do Jornal *Folha de São Paulo* sobre o que motivava a abrupta expulsão dos moradores. O representante dos usineiros respondeu da seguinte maneira: “A destruição das casas é loucura, mas foi a lei trabalhista que criou isso” (CIPOLA, 1995 apud QUEIROZ, 2011, p. 48). Uma das estratégias utilizadas pelos usineiros para acelerar a saída dos moradores consistia em proibir o acesso ao roçado (MELLO, 2002).

Contudo, afirmar que o sistema de morada entrou em colapso não é o mesmo que dizer que esse foi completamente extinto. A despeito do referido colapso, a figura do morador ainda está presente nas usinas de Alagoas:

A partir da atual reestruturação produtiva, a atual condição de morador, mais do que uma questão semântica, designa hoje um grupo mais enxuto de trabalhadores fichados, rigorosamente selecionados e contratados pelas usinas. Gradativamente, vão sendo mais qualificados, contratados por suas aptidões, avaliados por desempenho, e estabelecendo-se novos padrões de lealdade (Idem, p. 105).

A reestruturação produtiva em curso consolidou o processo de proletarização do morador das fazendas de cana. Até mesmo o atual morador das usinas, que hoje representa um número insignificante, foi deveras reconfigurado<sup>70</sup>. Nas periferias dos aglomerados urbanos, junto com os antigos moradores, estão agora os ex-posseiros e pequenos proprietários que sofreram as consequências do processo de expropriação das terras dos tabuleiros e do roçado da morada. Muitos desses não conseguem mais trabalho na lavoura canavieira, pois não estão enquadrados no perfil de trabalhador extremamente produtivo<sup>71</sup>. Dentre os “inempregáveis” estão as mulheres, que foram excluídas das diversas etapas de trabalho nos canaviais alagoanos (plantio, tratos culturais e colheita)<sup>72</sup>. Aqueles que ainda permanecem empregados no corte manual da cana têm, ao longo das

---

<sup>70</sup> Entrevistamos um cabo (fiscal) que nos informou atualmente existirem cerca de 50 moradores na usina que o emprega. Estes são tidos pela empresa como os trabalhadores mais confiáveis. Dificilmente são destinados ao corte da cana, em geral participam do plantio, irrigação, vigilância de máquinas e queima do canavial.

<sup>71</sup> Conforme informações colhidas em pesquisas de campo, em Alagoas algumas usinas demitem os trabalhadores que não alcançam a média mínima diária de 7 toneladas de cana cortada.

<sup>72</sup> Cf. depoimentos colhidos em nossas pesquisas de campo.



safras, a saúde degradada pelo processo de precarização e intensificação dessa atividade laboral (PLANCHEREL & QUEIROZ & SANTOS, 2011; SANTOS, 2009). Um grande número desses trabalhadores não se aposenta pelo fato de não conseguir comprovar o nexos causal entre o trabalho e o adoecimento. Ademais, os mesmos não trabalhavam com carteira assinada durante o tempo em que eram moradores. Alguns dos ex-moradores condenados à “inflexibilidade do não-emprego” (SILVA, 2004, p.42) passaram a engrossar as fileiras dos movimentos de luta pela terra. Outros vivem de pequenos “bicos” e com o auxílio dos programas de bolsas do governo federal.

É durante a transição do sistema de moradia à proletarização plena, que Garcia (1988) depara-se, no brejo paraibano, com os termos “sujeitos” e “libertos”. Em Alagoas, Albuquerque (2009) deparou-se com os termos “cativeiro” e “liberdade”. Esses termos representam a oposição entre a moradia nos domínios da grande propriedade e na cidade. O primeiro é identificado como período de escravidão, o segundo, de liberdade.

Todavia, em entrevista que realizamos com ex-moradores, nem todos consideravam melhor a vida no meio urbano:

*Entrevistado: Muitas vezes o meu pai até chorava quando se lembrava da época que morava na fazenda. E é muito diferente morar na cidade, quem mora na cidade é a mesma coisa de um passarinho dentro de uma gaiola, porque não tem para onde correr, é viver do jeito que Deus quer. Tudo que a gente come e que a gente bebe na cidade é comprado, se não tiver o dinheiro ele nem come e nem bebe. Já na fazenda era muito diferente, a gente não pagava a luz nas fazendas que tinham luz, nós apenas pagávamos o imposto do INSS, mas na rua você compra uma caixa de fósforos e nela já vem uns 15% de tributos. Hoje até para pisar no chão tem que pagar, se cuspir no chão tem que pagar. Hoje em dia se uma pessoa dissesse que me daria uma casa para morar em uma fazenda com tantas tarefas de terra para morar e plantar, eu daria graças a Deus! É por isso que hoje em dia a fome é de todo lado, por que muita gente não tem condições de trabalhar, muita gente tem a família grande e os pais já estão de idade e não tem condições de trabalhar. As empresas só ficham [assinam carteira de trabalho] a parti dos 18 anos e só ficam até os 40 anos, se passar dos quarenta não ficha. Então esse pai de família com mais de quarenta anos vai passar fome, porque vai ficar desempregado e a família vai passar fome.*

Outro ex-morador entrevistado, que conseguiu sua casa própria com dinheiro da indenização recebida após sua saída dos domínios da grande propriedade, chegou a

utilizar o termo “cativo” ao se referir ao passado. Essas leituras positivas e negativas sobre a condição de ex-morador – repletas de contradições – demonstram que a proletarização da força de trabalho “insere-se num processo longo, necessariamente histórico, pleno de meandros e sutilezas nem sempre visíveis e reconhecíveis” (SILVA, 1990, p.6).

Foi muito frequente ouvirmos o termo “os da rua” como oposição aos moradores da grande propriedade. Ser “da rua”, “da ponta de rua”, é a denominação para morador da cidade. Se buscarmos compreender o sentido da expressão “os da rua”, veremos que ainda existe por trás dessa expressão uma centralidade do rural, da morada como lugar ligado à terra, pois, a rua é lugar de passagem; é um caminho; é lugar de acesso ou saída da casa, mas nunca a morada. Portanto, ser “da rua” é ser de lugar nenhum. Se essa leitura estiver correta, ser “da rua” é ser de lugar nenhum porque as raízes de muitos “dos da rua” ainda estão fincadas na terra, e não no asfalto ou paralelepípedos.

Entrevistamos um ex-morador que atualmente é cabo (fiscal) e nos disse o seguinte:

*Entrevistado: Hoje a gente trabalha com muitos trabalhadores que já foram moradores. Às vezes começa a chover, e eles me dizem: ‘Ó Francisco, que cheiro da terra e eu sem poder plantar’. Lamenta... Eles têm vontade de plantar, mas não têm aonde. [...] Eu mesmo, me criei na agricultura e quando chove eu ainda tenho vontade também.*

Teotônio Vilela segue cercado de cana. Os trabalhadores também prosseguem, apesar do medo da doença, mesmo com medo das máquinas colheitadeiras e, alguns, com medo de assombração. Matutando um pouco sobre essas questões, talvez os "malassombros" não tenham nada de irreal, isso tanto por ele remeter a um momento real que precedia o desenraizamento (da infância camponesa sem energia elétrica e ouvindo os mais velhos contando “causos”), quanto pelo "malassombro" ter relação concreta com assombrações da condição desenraizada do presente.

São fagulhas de pensamentos embrionários que serão expostas brevemente, mas que têm relação com o fato de uma das principais marcas das histórias de "malassombro" ser o medo. E o medo, diante das incertezas (como: "o ‘malassombro’ é real ou não?"), é uma das principais marcas do atual trabalho no corte da cana. Obviamente, antes também existiam vários medos, mas, talvez, na condição de morador não havia alguns medos importantes, como o medo de não conseguir pagar aluguel, gás, água e feira. Ou o de ficar inempregável por não atingir mais a meta diária de produção. O medo da máquina. Ou

ainda, o de encarar um jovem de 14 anos que comercializa craque... Medo de humilhação e violência também eram presentes no passado, mas a impessoalidade da cidade ("da rua") retira a necessidade de prestar satisfação, o agressor não presta satisfação a ninguém porque a própria vida na cidade já é humilhante e violenta – estamos pensando bem alto. Os "malassombros" vão ganhando contornos tão vigorosos, que fica difícil não tomar sustos. Com tantos medos, com tanto esforço, o olhar assustado pode caminhar para o olhar de desalento...

Todavia, contraditoriamente, a outra principal marca que aparece nas rodas sobre histórias de "malassombro" é a da coragem. É a coragem de olhar para o "malassombro", de encarar o lobisomem e de sair vivo para contar a quem tem coragem de ouvir. Medo e coragem habitando as mesmas histórias. Assim como estranhamento e resistência habitam os mesmos eitos. Assim como muitos cortadores de cana caminham adiante, mesmo que seja mancando.

Pedimos desculpas se divagamos demais sobre esse tema, o fizemos porque talvez o medo possa ter relação com outros temas, como trabalho, saúde e “expropriação do afeto” (termo utilizado pela Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva), pois não se trata apenas da expropriação da força de trabalho, ou do mais valor.

Existe o arruinamento de um modo de vida, o soterramento da relação com os lugares, pessoas e com a natureza. Um soterramento que não é completo, pois no fundo do quintal (quando a casa tem quintal) ainda resta um pé de macaxeira. Pois em volta duma lâmpada incandescente, que ilumina o escuro corredor de uma vila urbana, ainda existe um narrador: alguém que, quando era criança, viu seu pai – com um punhal – enfrentar o lobisomem e sobreviver para contar a história. A pergunta que fica é: quando a luz incandescente se apagar, quando o narrador morrer, quem contará essa história?

## CAPÍTULO II

### Trabalho e agroindústria canavieira

#### 2.1- A natureza do atual trabalho canavieiro

Segundo Caio Prado Júnior (2004), a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo foram os fatores que determinaram a estrutura agrária do Brasil Colônia. Aproximadamente quinhentos anos após a primeira plantação de cana em solo alagoano, o latifúndio e a monocultura ainda predominam na paisagem geográfica, social, política e econômica da Zona da Mata de Alagoas. Apesar dos traços comuns entre os engenhos do Brasil Colônia e as atuais agroindústrias canavieiras, seria um equívoco imaginar que esse processo de transformação estaria reduzido apenas a uma mudança de roupagem ou de nomenclatura, pois existem elementos originais na moderna forma de produzir derivados da cana. A dimensão distinta da agroindústria canavieira não se limita apenas a questões quantitativas, como, por exemplo, o aumento da capacidade produtiva, mas se refere também, dentre outros aspectos, às relações objetivas e subjetivas entre capital e trabalho.

As degradantes condições de vida e de labor dos trabalhadores da moderna lavoura canavieira, especialmente daqueles do corte manual da cana, muitas vezes suscitam o entendimento do cortador de cana de hoje como sinônimo de escravo<sup>73</sup>. Caso essa forma de interpretação esteja correta, o trabalho degradante nos canaviais seria uma espécie de aberração, uma herança arcaica que estaria em descompasso com os parâmetros do trabalho assalariado. No limite dessa leitura, o usineiro contemporâneo seria senhor de escravos, e não um burguês.

Nossa reflexão caminhará no sentido contrário, pois, parece-nos que existem diferenças significativas entre o trabalho escravo e aquele que atualmente é realizado nos canaviais alagoanos. Essa delimitação nos parece fundamental tanto para compreender a natureza deste trabalho, quanto para tentar contribuir no debate sobre o norte da luta dos trabalhadores.

---

<sup>73</sup> Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no segundo semestre de 2013, Alagoas registrou a marca de 454 trabalhadores em “condições análogas à de escravidão” – todos trabalhavam na cultura da cana-de-açúcar. É válido sublinhar que, em outros estados brasileiros, foram classificados como “escravos”, trabalhadores de outros setores (como da construção civil, carvoaria e etc.). Dados disponíveis no seguinte endereço: <http://reporterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php>

Após essas breves considerações metodológicas, cabe indagar: Quais são os atributos mais gerais do trabalho escravo? O que, fundamentalmente, o difere do trabalho assalariado? De modo inicial, recorreremos às seguintes passagens:

A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, duma vez para sempre ao comprador. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. É ele mesmo que constitui a mercadoria e não a sua força de trabalho. [...] O operário livre, pelo contrário, vende-se a si mesmo, pedaço a pedaço. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, aos proprietários das matérias primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, aos capitalistas. O operário não pertence a nenhum proprietário nem está preso a nenhuma terra, mas as oito, dez, doze, quinze horas da sua vida diária pertencem a quem a compra. (MARX, 1980, p. 18 e 19)

Consideramos pertinente transcrever esse excerto, pois ele contém uma caracterização sucinta das duas supracitadas formas de trabalho. O trabalhador escravo é como uma mercadoria (capital) que, assim como o gado, ao ser comprado, exige do proprietário investimento, vigilância e controle em tempo integral. A compra do escravo não significa apenas compra do tempo em que o escravo está trabalhando, mas sim do seu tempo total de existência, que inclui o tempo necessário para a reprodução social da força de trabalho, como o momento de alimentação e descanso. Portanto, o controle e a vigilância devem ser integrais, pois, afinal, não podem ser resumidos ao momento produtivo. A fuga, doença ou morte do escravo implica perda de produção e de capital para o proprietário. O escravo não se vende e nem escolhe o seu proprietário. Por coerção física ele é comprado no mercado de escravos.

No caso do trabalho assalariado, o capitalista não compra o trabalhador, mas tão somente a sua força de trabalho, que é vendida pelo próprio trabalhador. O período em que o trabalhador não está produzindo não é mais da responsabilidade do patrão, mas, sim, do próprio trabalhador. Dessa forma, o lucro do capitalista é retirado fundamentalmente sobre a força de trabalho do assalariado – única mercadoria que cria valor –, ou seja, por meio da apropriação do trabalho não pago. Diferentemente do escravo, o trabalhador assalariado deve ser obrigatoriamente livre, isso num sentido duplo: tanto no dispor da sua força de trabalho como sua mercadoria, quanto por estar separado “das condições objetivas de sua realização – do meio de trabalho e do material de trabalho” (MARX, 2011, p. 388).

A partir dessas formulações marxianas, Gaudemar (1977), salienta que o trabalho assalariado se realiza por meio de duas formas distintas de liberdade – ambas intrinsecamente ligadas: liberdade positiva e liberdade negativa. A primeira decorre de a força de trabalho ser uma mercadoria que pertence ao trabalhador, e, justamente por isso, ele dispõe livremente de sua força de trabalho. A segunda está relacionada ao fato de o trabalhador assalariado ter como única alternativa a venda da força de trabalho, afinal, “na prática, ou vende sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre” (Gaudemar, 1977, p. 190).

Obviamente, a liberdade de negociar e vender a força de trabalho, condição intrínseca do trabalho assalariado, está assentada no processo de estranhamento que obstaculiza a efetivação da atividade vital consciente e livre (como corolário, o assalariado não se reconhece no produto do trabalho, na própria atividade produtiva, em si mesmo e no gênero humano), pois, desprovidos de meios de produção, os trabalhadores assalariados apenas têm a venda da força de trabalho como meio para garantir a sua sobrevivência.

Para que o ato fundante do trabalho assalariado possa existir – compra e venda da força de trabalho –, é necessário que existam indivíduos livres, iguais e proprietários. O escravo, por sua natureza, não tem nenhum desses atributos: não é livre sequer para escolher seu dono, a desigualdade integral é um pressuposto (inclusive formal), não é proprietário de nada, é tão somente uma propriedade de quem o comprou. Porém, seria um equívoco imaginar que exista efetiva igualdade com o trabalho assalariado. O ato de compra e venda da força de trabalho determina uma aparência de igualdade entre quem vende e quem compra a força de trabalho, todavia essa igualdade é apenas formal<sup>74</sup>. Como bem salienta Tonet (1997, p. 167):

para que possa ser feito um contrato de compra e venda de força de trabalho (e outros contratos), é preciso que os contratantes sejam pessoas livres, iguais e proprietárias. Eles têm que ser sujeitos de direitos. No entanto, a igualdade exigida pelo contrato não é uma igualdade em todas as esferas, mas apenas enquanto contratantes. Vale dizer, enquanto indivíduos abstratos. A desigualdade, que consiste no fato de que o capitalista é proprietário de trabalho acumulado (isto é, de meios de produção) e o trabalhador, apenas da sua força de trabalho, permanece intacta, apesar da igualdade jurídica.

Por essas variadas distinções, os trabalhadores dos canaviais alagoanos, mesmo vivendo em condições degradantes comparáveis à do escravo, não são trabalhadores

---

<sup>74</sup> Sobre esse aspecto, ver a teoria acerca do *fetichismo da mercadoria* (MARX, 1985) e sobre a *reificação* (LUKÁCS, 2003).

escravos. Os trabalhadores do corte da cana, em Alagoas, recebem remuneração pela venda da sua força de trabalho<sup>75</sup>, sendo esta a única mercadoria que esse trabalhador tem para vender e sobreviver, diferentemente do escravo que é a personificação de uma mercadoria.

Apesar dessa diferenciação existente entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado, é corrente a confusão quando o assunto remete ao trabalho no corte da cana. A noção de trabalho escravo é utilizada, muitas vezes, para classificar situações de superexploração da força de trabalho – como fazem a ONG Repórter Brasil e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) –, ou então, como já foi mencionado, para definir genericamente o trabalho no corte.

Algumas fiscalizações espaçadas das forças-tarefa que contaram, como no caso recente em Alagoas, com o Ministério Público do Trabalho, têm encontrado situações precárias de trabalho que foram classificadas como trabalho escravo. Segundo dados da CPT, no ano de 2008, Alagoas atingiu a marca de 656 trabalhadores vinculados à agroindústria canavieira “libertos”, em condições análogas à de escravidão, sendo esse número menor apenas em relação aos estados de Goiás e Pará. O total nacional de trabalhadores “escravizados” no setor canavieiro – naquele ano – foi de 2.553, o que corresponde a 49% dos “libertos” em todos os setores da economia (Comissão Pastoral da Terra, 2009), indicando que o setor agroindustrial canavieiro costuma estar entre os líderes nos quesitos precarização e degradação do trabalho.

Tomando como referência os relatos do Ministério Público do Trabalho (MPT), concluimos que o critério que define o “trabalho análogo a escravo” é bastante impreciso. As informações do MPT tendem a apontar que o critério adotado seria o não cumprimento de alguns pontos da legislação trabalhista e o grau da precariedade e degradação do trabalho. Isso indica que muitos casos relatados como trabalho escravo podem ser aqueles em situações que definimos como trabalho assalariado superexplorado.<sup>76</sup>

Relacionando a temática da escravidão com a do trabalho contemporâneo no corte da cana, a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* do dia quatro de abril de 2007, que foi reproduzida no site do Centro de Mídia Independente (CMI), afirma que a estimativa da média de vida útil dos

---

<sup>75</sup> No universo dos canaviais alagoanos, existe o contrato de trabalho por tempo determinado (apenas para o período da safra) e o contrato por tempo indeterminado. No caso dos trabalhadores clandestinos (que ainda podem ser encontrados em fazendas de fornecedores de cana), esse contrato é feito verbalmente.

<sup>76</sup> Mais adiante, trataremos da superexploração.

cortadores de cana “está por volta dos 12 anos”<sup>77</sup> (CMI, 2009). Estabelecendo relações entre a estimativa de vida útil do escravo do Brasil Colônia e Império, com a dos trabalhadores do corte da cana da atualidade, Silva levanta as seguintes questões:

Comparando as condições de trabalho dos cortadores de cana com a dos escravos africanos do século XIX, o historiador Jacob Gorender comenta que até 1850, o ciclo de vida útil dos escravos na agricultura era de 10 a 12 anos. Depois que o tráfico de escravos africanos foi proibido, os proprietários passaram a cuidar melhor dos escravos, e a vida útil subiu para 15 a 20 anos. A professora da UNESP afirma que os cortadores de cana têm, portanto, uma vida útil menor que a dos escravos africanos da segunda metade do século XIX. Isso ocorre porque os usineiros modernos e seus grandes fornecedores não precisam ter a preocupação de preservar a vida dos trabalhadores assalariados. Eles podem comprar a força de trabalho no mercado e usá-la com a máxima intensidade até que esta se desgaste completamente, para depois trocá-la por outra mais nova, pois o mercado de trabalho está repleto de desempregados que necessitam trabalhar para sobreviver.

Só é possível fazermos um paralelo lúcido entre o trabalho assalariado contemporâneo no corte da cana e o trabalho escravo se levarmos em conta os seus, respectivos, traços distintivos. No comentário acima, as diferenças entre o trabalho escravo e trabalhado assalariado são levadas em consideração. Como vimos, não é o tempo de vida útil do trabalhador que serve como critério para definir um trabalho como escravo ou assalariado. Entre ambos existe uma diferença clara nas formas de exploração: no primeiro, a mercadoria é o próprio escravo e no segundo, é somente a força de trabalho. Disso decorre o fato de a valorização do preço do escravo no mercado, após a proibição do seu tráfico, ter ocasionado um aumento na média de vida útil do mesmo. Sobre a questão da vida útil do trabalhador assalariado e escravo, Marx (1989, p. 301 e302) afirma que:

Se o prolongamento da jornada de trabalho contra as leis naturais (o qual o capital necessariamente quer conseguir em seu impulso desmedido para expandir seu valor) encurta a vida do trabalhador e com isso a duração da força de trabalho, torna-se então necessária a mais rápida substituição dos elementos desgastados. Aumentam os custos de desgaste na reprodução da força de trabalho. O mesmo ocorre com uma máquina: quanto mais ela se desgasta, tanto maior a proporção de valor a ser reproduzida diariamente. O interesse do próprio capital parece indicar a conveniência da jornada normal de trabalho. O senhor de escravo compra um trabalhador, como compra um cavalo. Ao perder

---

<sup>77</sup> Ainda que o tempo de vida útil do trabalhador possa ter relação com a estimativa de sua vida total, o tempo de vida útil refere-se apenas ao tempo em que a força de trabalho se mantém produtiva. Como se sabe, a força de trabalho sofre desgastes ao longo do tempo que variam, dentre outros aspectos, com o grau da intensidade do trabalho.



um escravo perde um capital que tem que substituir por meio de um novo dispêndio no mercado de escravos. [...]

Dessa forma Marx explica por que o tempo de vida útil do trabalhador assalariado pode ser menor do que o do escravo. Todavia, aponta que, se o tempo de vida útil da força de trabalho do trabalhador assalariado for muito reduzido, poderá acarretar desvantagens para o capital. Isto porque ocasionará necessidade de o capitalista repor mais rapidamente a força de trabalho perdida prematuramente. Porém, mais adiante, Marx (1989, p.303) vai demonstrar que, em determinadas circunstâncias essa necessidade de reposição mais acelerada da força de trabalho não é necessariamente um empecilho para o capital:

Vimos como o trabalho em excesso dizima em Londres os empregados das padarias; entretanto, o mercado de trabalho de Londres está sempre superlotado de alemães e de outros candidatos à morte, para trabalharem em panificação. A cerâmica conforme vimos é um dos ramos industriais cujos trabalhadores morrem mais cedo. Faltam por isso trabalhadores nessa indústria?

Silva (CMI, 2009) utiliza o mesmo ponto de vista adotado por Marx, quando esta busca explicar porque a vida útil do trabalhador canavieiro contemporâneo chega a ser menor do que a do escravo. Só interessa ao capital agroindustrial canavieiro desgastar prematuramente a força de trabalho porque o mercado de trabalho para o corte da cana está superlotado. Dessa forma, a rápida e barata reposição da força de trabalho está garantida.

Conforme aponta Marini (2005, p. 156), “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho” são características da superexploração do trabalho. Suspeitamos que nos canaviais alagoanos esses mecanismos de exploração ocorram de modo combinado. Ou seja, tanto o trabalhador tem a sua força de trabalho prematuramente desgastada pela alta intensidade do trabalho, quanto a jornada de trabalho é estendida e o trabalho é remunerado abaixo do seu valor. Essa é uma das pistas analíticas que encontramos em Marini.

Defender a importância de distinguir o trabalho escravo do trabalho assalariado para a análise das relações entre capital e trabalho no setor agroindustrial canavieiro não significa negar que existam, no trabalho assalariado do corte da cana, aspectos tão degradantes e precários quanto na condição de trabalho escravo. Muito menos se trata de afirmar que as lutas por direitos não sejam importantes. Porém, evitar a confusão de

pensá-los como semelhantes, é um passo na busca da apreensão da lógica da superexploração da força de trabalho na agroindústria canavieira contemporânea.

Além disso, a noção “trabalho escravo” pode ser considerada tática do ponto de vista político, servindo como forma de denúncia das atuais condições precárias de trabalho no corte da cana, como está fazendo a CPT. Assim, como termo de denúncia, *aparentemente* é válido, mas para fins analíticos pode ser um equívoco que tende a uma leitura de imutabilidade histórica do universo canavieiro.

Esse *aparentemente* acima se refere ao nosso questionamento quanto à suposta validade da noção “trabalho escravo” como termo de denúncia, pois, o termo “trabalho escravo” esconde que a *essência* da barbárie do trabalho nos canaviais está na barbárie do trabalho assalariado. Como consequência desse equívoco na apreensão da natureza do trabalho, a causa da barbárie acaba sendo procurada fora do trabalho assalariado e das relações capitalistas. Desse modo, temos uma grave consequência para a atividade prática: o caminho para acabar com a degradação humana que arrasa os cortadores de cana passaria pela “entrada” de relações capitalistas nos canaviais – tal absurdo pode ser comparado a jogar mais água sobre alguém que está se afogando (o absurdo não está em jogar mais água, mas em achar que esse ato pode salvar aquele que se afoga)!

Com isso não estamos querendo diminuir a importância da luta no terreno da emancipação política, é óbvio que a luta pelo cumprimento e ampliação dos direitos é importante, é evidente que (do ponto de vista do trabalhador) é melhor, por exemplo, uma legislação que reduza o tempo da jornada de trabalho do que uma que o amplie. Todavia, também nos parece patente o limite das lutas nesse terreno, qual seja: os pilares da exploração do homem pelo homem permanecem intactos. Consideremos que o problema não está em lutar no terreno da emancipação política, pelo contrário, existem lutas importantíssimas nessa esfera, o problema está em acreditar que a emancipação política é o horizonte mais alto da humanidade. Ou ainda: em supor que a luta restrita meramente ao terreno da emancipação política pode levar ao fim da exploração-dominação da força do trabalho.

## **2.2- Reestruturação produtiva e o processo de exploração-dominação nos canaviais**

A reconfiguração do sistema produtivo surge como uma resposta do capital à crise de diminuição nas taxas de lucro, iniciada por volta dos anos 1970. As alternativas encontradas pelo capital para tentar superar a crise resultaram em intensas mudanças nos

processos de produção de mercadorias. Por meio de novas formas de gestão organizacional, acumulação flexível (HARVEY, 1996), mudanças na gestão da força de trabalho, reorganização tecnológica, trabalho polivalente e precarizado, aplicação de novos modelos alternativos ao taylorismo/fordismo (com destaque para o toyotismo), dentre outras medidas, o processo produtivo e o mundo do trabalho sofreram mutações (ANTUNES, 1998).

No bojo das complexas medidas adotadas pelo capital em escala mundial – sublinhando que elas não se limitam, somente, a mudanças nas formas de produzir mercadorias, o neoliberalismo, por exemplo, foi uma medida adota no plano político – tentaremos destacar brevemente alguns traços que nos parecem gerais e que apontam tendências da lógica do processo de reestruturação produtiva em curso. Adotando esse caminho, corremos um grande risco de cair no simplismo, negligenciando aspectos fundamentais da reestruturação produtiva. Mas, por outro lado, temos que reconhecer os limites do nosso texto, que se propõe a analisar o processo de exploração-dominação da força de trabalho nos canais alagoanos e sua relação com o adoecimento dos trabalhadores.

Seguindo a proposta descrita acima, o depoimento de Satochi Kamata revela-nos alguns dos traços mais gerais da reestruturação produtiva em curso:

não é tanto para economizar trabalho mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% de 'movimentos desperdiçados' são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores e esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores, alcança surpreendente aumento na sua produção. Todo tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção. (KAMATA, *apud* ANTUNES, 2003, p. 56.)

Ainda que esse traço não seja exclusivo do toyotismo, pois, essa preocupação também estava presente no taylorismo e no fordismo, podemos inferir desse relato que o principal segredo do sucesso do toyotismo foi efetivar ainda mais essa meta de diminuição dos postos de trabalho, aliada com o aumento da sua produção. Por meio de uma reengenharia no processo produtivo e de gestão da força do trabalho, o toyotismo demonstrou ao capitalismo que o caminho para tentar superar a crise era “enxugar a empresa” e apostar na acumulação flexível. O custo dessas transformações para o mundo do trabalho foi muito alto. A intensificação da exploração da força de trabalho, do

aumento de trabalho precarizado, terceirizado, temporário e informal, tornou a classe trabalhadora ainda mais heterogênea e complexa (ANTUNES, 1998, 2001 e 2011).

A reestruturação produtiva em curso assume um caráter global. Todavia, é importante sublinhar que ela também é marcada por singularidades em cada país e em cada ramo industrial. As tendências gerais apontadas acima podem assumir diferentes feições em distintos processos produtivos, ou no mesmo processo produtivo de diferentes localidades. Por isso, as tendências gerais nos servem apenas como parâmetros da direção que o processo produtivo adota mundialmente.<sup>78</sup>

Na agroindústria canavieira brasileira o processo de reestruturação atingiu diversas fases do processo produtivo, desde a parte agrícola até a parte industrial. Na fase de produção agrícola, que é nosso principal foco<sup>79</sup>, ocorreram transformações diversas no preparo do solo, no plantio, no trato da cultura, na colheita e no transporte da cana. Dentre algumas alterações de ordem científica, que não deixam de alterar também o processo de trabalho, podemos citar: o investimento em melhoramento genético, que elevou a produtividade da cana e o prolongamento de sua vida útil, resultando num menor número de replantios; a irrigação que hoje ocupa grande parte do canavial; os avanços de produtos químicos no combate a pragas e ervas daninhas; a mecanização no plantio e na colheita e outras inovações que, “sem sombra de dúvidas, aumentaram a produtividade do trabalho e diminuíram a quantidade de trabalhadores empregados.”. (SILVA, 2004, p. 33)

Além dos impactos causados no mundo do trabalho pelo avanço tecnológico, ocorreram também mudanças de gestão da força de trabalho que contribuíram significativamente para o aumento da produtividade do trabalho e diminuição dos postos de trabalho (NOVAES, 2007).

Com base em Carvalho (2009), podemos afirmar que o recente processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira em Alagoas teve como marco fundamental o início da década de 1990, mais precisamente no contexto da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Diante da desregulamentação estatal, as usinas de Alagoas foram obrigadas a se reestruturar produtivamente para sobreviver à forte

---

<sup>78</sup> Graça Druck (2009) demonstra bem essa afirmativa ao estudar a temática da terceirização no Brasil. O seu trabalho aborda o tema da reestruturação produtiva sob a ótica de “processos de caráter mundial, mas que apresentam especificidades em cada país” (Idem, p.225).

<sup>79</sup> A agroindústria é resultado da fusão da agricultura com a indústria. Embora o enfoque da presente investigação esteja na análise do processo de exploração-dominância da força de trabalho na parte agrícola, não podemos considerar a agricultura como algo dissociado da indústria, uma vez que o processo de produção das mercadorias derivadas da cana-de-açúcar depende de ambos os ramos. Ou seja: no caso da agroindústria, agricultura e indústria são ramos imbricados, e essa característica nunca deve ser negligenciada quando da análise de qualquer etapa do processo produtivo do setor.

concorrência intercapitalista, marcada por um grande atraso das usinas alagoanas (em termos de produtividade) quando comparadas às do sudeste.

Sobre as várias mudanças ocorridas no setor para garantir sua sobrevivência, Carvalho afirma que as usinas adotaram a linha do “aumento da produtividade, somado ao aproveitamento econômico dos recursos subutilizados, mudanças na estrutura administrativo-gerencial, alterações no perfil de financiamento e na base tecnológica” (2000, p. 45).

Consideramos importante relembrar que as recentes transformações analisadas por Carvalho (2000) foram construídas sobre as bases de um processo de modernização da agroindústria canavieira, iniciado embrionariamente por volta de 1950 (ANDRADE, 1994; LIMA, 2001). Como já foi mencionada anteriormente, a referida modernização garantiu a expansão do plantio de cana-de-açúcar e acarretou, aos poucos, o declínio do sistema de morada, característico das relações de dominação dos engenhos banguês e que ainda predominava nas usinas. Os trabalhadores que eram moradores com roçado foram sofrendo, paulatinamente, um processo de proletarização plena, marcado pela falta de acesso à terra e, conseqüentemente, pela venda da força de trabalho como único meio de sobrevivência. A intensificação desse processo ocorreu no fim dos anos 1970 e chegou ao auge no fim dos anos 1980 e início de 1990 (ALBUQUERQUE, 2009).

Foi assentada nessas alterações, que a agroindústria canavieira de Alagoas pôde reestruturar-se doravante, garantindo a sua competitividade. Mudanças tecnológicas e de gestão da força de trabalho na recente reestruturação foram realizadas com o mesmo objetivo geral da reestruturação produtiva em nível global: reduzir os postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se eleva a produtividade<sup>80</sup>.

Quanto à efetivação dessa meta na agroindústria canavieira, os dados levantados por Mello são claros:

Assim, durante a década de 90, a usina Coruripe, a maior em atividade atualmente no nordeste, localizada nos “tabuleiros” alagoanos pertencentes ao Grupo Tércio Wanderley, através de equipes de trabalho crescentemente monitoradas por recursos da informática, dobrou a moagem de cana e reduziu o número de empregos em torno de 30%. (MELLO, 2002, p. 99)

A lógica que move a reestruturação produtiva é a de diminuir os custos, em geral, da produção, ao mesmo tempo em que a produtividade deve ser elevada. A diminuição

---

<sup>80</sup> Reconhecer essa semelhança de objetivos não significa afirmar automaticamente que sejam idênticos os métodos para atingir esses fins. Como já foi assinalado anteriormente, existem particularidades na reestruturação produtiva da agroindústria canavieira.

dos custos é conseguida, não somente pelas inovações tecnológicas que diminuem os postos de trabalho e aumentam a produtividade do trabalhador, mas, também, pela intensificação direta da exploração dos trabalhadores que ocupam as escassas vagas do processo produtivo.

Os sinais da intensificação do trabalho, evidenciam-se desde o processo de seleção dos trabalhadores a serem empregados no corte da cana. Com a recente reestruturação produtiva da agroindústria canavieira alagoana, iniciada após o fim do IAA (CARVALHO, 2000), a capacidade produtiva tornou-se um dos principais critérios adotados pelas usinas do estado<sup>81</sup>. A propósito, a citação parcial do estudo de Novaes torna-se valiosa:

Para serem selecionados pela usina, os candidatos terão que cortar no mínimo dez toneladas de cana/dia. Caso contrário eles serão demitidos. Geralmente essa “poda” se faz até sessenta dias após a admissão. O sistema de seleção funciona dessa maneira. Sem nomear a usina, relato um caso que observei. A Usina X contratou cinco mil trabalhadores no início da safra. No primeiro mês calculou-se o rendimento médio dessa turma. No caso analisado, foram descartados dois mil trabalhadores, que não conseguiram alcançar a média. No segundo mês, o mesmo procedimento se repete, agora com três mil trabalhadores. Nessa etapa, foram “podados” mais mil trabalhadores que tiveram uma produção inferior à média da turma. Assim, os dois mil trabalhadores, altamente produtivos, selecionados nesse processo, conseguiram realizar o *quantum* de produção dos cinco mil trabalhadores que iniciaram a safra. Esses trabalhadores selecionados chegam a cortar até vinte toneladas de cana/dia e manter uma média mensal entre 12 e 17 toneladas dia (NOVAES, 2007b, p. 171-172).

Consideramos importante transcrever a longa citação de Novaes (2007), mesmo não se tratando de uma usina de Alagoas, pois, nela, a racionalização do método de seleção e a sua lógica estão explícitas. O objetivo é contratar o mínimo de trabalhadores e por meio deles produzir o máximo possível. Esse mínimo de trabalhadores selecionados deve ser dotado de habilidade e resistência física máxima para atingir as metas fixadas pelo capital agroindustrial<sup>82</sup>. Assim, o princípio de mínimo nos gastos com o trabalho e elevação máxima da produtividade é efetivado.

---

<sup>81</sup> Nesse estudo, destacamos o critério da capacidade produtiva, porém, este não é o único critério adotado na seleção. Como constatamos em entrevista com trabalhador residente no município de Teotônio Vilela, existem também critérios políticos operacionalizados por meio de listas de *persona non grata*. Essa prática de intimidação e exclusão, que busca moldar o perfil político do trabalhador, foi explicitada na seguinte frase do entrevistado sobre os critérios de seleção: “o computador acusa quem tem a carteira limpa na Justiça do Trabalho”. Os trabalhadores com “carteira suja” (os que enfrentam os interesses do patrão) geralmente não são contratados. Ademais, existe também o critério de assiduidade; entrevistados nos informaram que o limite de faltas nas usinas é de 10 dias, aqueles que ultrapassam essa marca não são empregados na safra seguinte.

<sup>82</sup> Ao longo dos anos a média mínima de toneladas diárias para corte da cana sofre aumento. Atualmente, na região dos tabuleiros de Teotônio Vilela, encontra-se em torno de 7 toneladas diárias. Adiante veremos porque a média mínima de toneladas diárias em Alagoas é menor do que em São Paulo.

Os trabalhadores que não atingem a média estipulada de produção diária estão condenados à “inflexibilidade do não-emprego” (SILVA, 2004, p.42). Muitos dos dois mil que conseguiram cumprir as metas serão, num futuro breve, descartados, pois, o grau de intensidade do trabalho exigido desgasta prematuramente a força de trabalho, deixando sequelas, não somente pelo desemprego, mas no corpo e na vida dos trabalhadores.

Esse método de seleção significa somente o primeiro método, isto é, o que determina quem será empregado. Os trabalhadores que vencem esse funil encontram no processo de trabalho uma gama de outros métodos do capital agroindustrial canavieiro com basicamente o mesmo viés: elevar a produtividade do trabalho e diminuir ao máximo os custos com o trabalhador.

Ao analisar o processo de reestruturação produtiva na usina Coruripe, em Alagoas, Padrão (1997) faz a seguinte afirmativa acerca dos motivos de diminuição dos postos de trabalho:

Com efeito, segundo diferentes narrativas, se no final da década de 80 a empresa empregava, nos períodos de safra, cerca de 6.000 trabalhadores, a partir do chamado “enxugamento da folha” este número foi reduzido para cerca de 2.800. É evidente que a incorporação de equipamentos tecnológicos à base de produção foi importante neste processo. No entanto, não é este o fator ressaltado nas narrativas da gerência, e sim a introdução de formas consideradas racionais de “maximizar o trabalho”, cujos pontos centrais teriam sido, por um lado, a implementação, no decorrer dos últimos anos, de uma rigorosa política de seleção, através da qual somente seriam incorporados à empresa trabalhadores dotados de um certo perfil produtivo; e, por outro, de uma não menos rigorosa “política educativa”, destinada à formação de um “novo trabalhador”, o que efetivamente teria lugar a partir da introdução de múltiplos aparatos de controle e disciplina da mão de obra (1997, p. 138-139).

Podemos inferir do estudo de Padrão (1997) que o termo “maximizar o trabalho” é o mesmo que intensificar o trabalho, pois, como aponta Dal Rosso (2008, p. 22), intensidade do trabalho significa “o esforço exigido pelo trabalho ou o engajamento humano com o trabalho ou ainda a carga total de trabalho”. Como aponta a citação acima, a intensificação do trabalho nos canaviais não ocorre somente por meio do método de seleção dos trabalhadores mais produtivos; existe, ainda, uma gama de outros métodos, que Padrão denominou como “política educativa”.

A formação deste “novo trabalhador” é impulsionada, tanto por medidas de caráter coercitivo, quanto por métodos que objetivam a “geração de consentimento”<sup>83</sup> (Idem, p.

---

<sup>83</sup> Souza (2011), em pesquisa que demonstra como a política de Recursos Humanos das usinas paulistas contribui para o aumento da produtividade do trabalho no corte da cana, utiliza o termo “binômio

141). Como nos lembra Gramsci (2007, pp. 272 e 273), a “adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas através da coação social [...]. Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso”. No bojo do segundo método, Padrão destaca a “implantação de um sistema de premiações através do qual se concedem periodicamente incentivos materiais e simbólicos” (Idem, p.141) aos trabalhadores com assiduidade e produtividade mais elevadas. Essa prática, além de estimular o aumento da produtividade, também induz os trabalhadores a competirem entre si, a enxergar o trabalhador ao lado como adversário na busca da recompensa prometida. Em nossas entrevistas com trabalhadores canavieiros residentes nos municípios de Teotônio Vilela/AL, constatamos que esse método não é apenas utilizado pela usina Coruripe. Sobre essa temática, um cabo de uma usina alagoana nos concedeu a seguinte informação:

*Pesquisador (P): Existe atualmente premiação para quem corta mais cana?*

*Entrevistado (E): Têm usinas por aí que tem hoje umas premiações diferentes. Cada usina é de um jeito. Aqui na usina o primeiro lugar ganha mil reais. Depois, os vinte...*

*P: Abaixo do primeiro?*

*E: Os dezenove, abaixo do primeiro, cada um recebe quinhentos [reais]. Depois desses aí... ou melhor, já tirando esses! O melhor de cada fazenda<sup>84</sup> recebe duzentos e cinquenta [reais]. Os prêmios da usina são esses aí: mil, quinhentos, duzentos e cinquenta reais.*

*P: E o senhor percebe se isso estimula o trabalhador a procurar cortar mais?*

*E: Estimula. Por esse prêmio de mil [reais] e de quinhentos [reais] o pessoal corre atrás. [...] Nós temos aqui essa turma de elite lutando por esse prêmio. Toda semana sai uma folha com os vinte melhores. Ai eles olham, e dizem: “Esse aqui não me acompanha não, se me acompanhar tem alguma coisa errada.”*

*P: Tem uma espécie de competição entre eles?*

*E: Exatamente. Tem essa competição.*

*P: Está em quanto a média do campeão atualmente?*

*E: Já faz duas semanas que eu não pego, porque esse campeão não está na minha turma. Porque agora eu estou mais no plantio. Por isso eu não estou sabendo quanto está a média nessa semana, mas deve ser em cima de dezoito toneladas [diárias]. [...] É muita coisa, não*

---

prêmio/castigo”. Scopinho (2003), que apontou conclusões semelhantes em relação ao papel fundamental dos Recursos Humanos na elevação da intensidade do trabalho, utiliza os termos incentivo e punição.

<sup>84</sup> As turmas da usina são responsáveis pelo corte da cana em diferentes áreas, essas áreas distintas são denominadas de fazendas.



*é? Você ter essa média... Os que estão lutando por isso, eles têm de quatorze [toneladas] acima ... de treze [toneladas] acima.*

Esse relato revela como as premiações podem estimular a competição entre os trabalhadores e a elevação da média diária de cana cortada. Os trabalhadores nos informaram, ainda, que, dentre os prêmios fornecidos pelas usinas alagoanas, estão cestas básicas, bicicletas, fogões e rádios.

A ideia de “geração de consentimento” refere-se exatamente à capacidade desses métodos em induzirem o trabalhador a se autoimpor uma intensidade de trabalho que seja a mais elevada possível. Então, o trabalhador corta o máximo de cana possível porque quer? Ora, é óbvio que o cortador de cana não faz isso por querer e/ou por gostar, pois, como se sabe, existe uma coerção intrínseca à condição de trabalhador assalariado. A ideia de “consentimento” quer indicar a ausência de uma máquina ou feitor que determine o ritmo de trabalho porque, diferentemente do trabalhador que recebe por tempo de trabalho, o trabalhador do corte da cana é remunerado por produção.

Historicamente, o trabalho agrícola é remunerado por produção. Praticamente todas as culturas utilizam esse método em algumas de suas fases (DIEESE, 2006, p. 22). O salário por produção, empreitada ou tarefa “são uma única coisa, ou seja, referem-se ao salário por peças” (SILVA, 1999, p.86).

No salário por produção, o trabalho não se mede por sua duração direta, senão pela quantidade de produtos na qual o trabalho se condensa durante determinado período de tempo. Por esse método, o capitalista obtém “uma medida inteiramente determinada para a intensidade do trabalho” (MARX,1985, p. 140).

Como a intensidade e qualidade do trabalho são controladas mediante o próprio produto, grande parte da supervisão do trabalho torna-se supérflua. Além disso, essa forma de salário “se torna fonte mais fecunda de descontos salariais e de fraudes capitalistas” (Idem, p.140).

Sobre como esse método de remuneração induz o trabalhador a empregar maior força de trabalho, Marx afirma o seguinte:

Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois, com isso, sobe seu salário diário ou semanal. (Idem, p.141)

Assim, o trabalhador, na esperança de aumentar o salário, que depende da quantidade de mercadorias produzidas, se autoimpõe uma elevação do ritmo de trabalho de forma dupla, podendo, inclusive, ser combinada: intensificando ao extremo a aplicação de sua força de trabalho, por meio da produção do máximo de quantidade possível de peças dentro de um tempo determinado e/ou estendendo ao máximo a sua jornada de trabalho. Nas duas formas ocorre elevação do trabalho excedente, ambas resultantes do maior esforço do trabalhador. No caso do corte da cana não é possível o trabalhador estender por vontade própria a sua jornada de trabalho, pois quem determina a quantidade de cana que será moída por dia não é ele, mas o departamento técnico da usina<sup>85</sup>. Estender a jornada após atingir o *quantum* diário de cana a ser processada resultaria em prejuízo para a usina, já que a cana, após ser cortada, perde rapidamente o seu teor de sacarose.

Enquanto no clássico filme *Tempos modernos*, de Chaplin, vemos a impactante imagem do operário que tem seu ritmo de trabalho condicionado à velocidade da esteira rolante, enquanto no toyotismo as luzes indicam o ritmo a ser trabalhado, no salário por produção, o trabalhador se autoimpõe um ritmo mais intenso possível para tentar elevar o seu salário.

Outro aspecto do salário por produção, destacado por Silva (1999), é que nele a divisão entre o trabalho necessário e o trabalho excedente é ainda mais camuflada. O salário por produção torna mais dissimulado o trabalho excedente porque, “além de conter o princípio de igualdade, contém também os de justiça. Aqueles que trabalham mais recebem mais” (SILVA, 1999, p.108). O princípio da “igualdade” está presente na troca de mercadorias entre trabalhador (força de trabalho) e capitalista (dinheiro). O de “justiça” está presente na ideia de “ganho o quanto trabalho”, como se o valor do salário fosse idêntico ao valor produzido pelo trabalho ao longo do mês.<sup>86</sup>

Ainda sobre a característica que o salário por peça tem de elevar a intensidade e extensão do trabalho, achamos válido transcrever a observação que até Malthus foi capaz de fazer, ainda em meados do século XIX:

---

<sup>85</sup> Fatores como a capacidade de moagem diária da usina e ponto de maturação dos canaviais interferem diretamente nesse cálculo.

<sup>86</sup> Esse pensamento expressou-o muito bem um amigo meu. Na época, éramos alunos da mesma escola de ensino médio e discutíamos a exploração do trabalhador no capitalismo. Ele defendia a posição de que era justo existirem diferentes classes sociais. Diante disso, recorri à situação dos cortadores cana, tentando convencer o colega a mudar de opinião. Para minha surpresa, ele saiu-se com a seguinte frase: “Mas se o cara for um bom trabalhador pode cortar muita cana e ganhar um bom dinheiro. O cara fica pobre se for preguiçoso e não quiser trabalhar”. O tom de sua voz tinha uma pitada de ironia, ao mesmo em que era marcada por sinceridade na crença do princípio da “justiça”. Essa crença é muito antiga, já estava presente no velho ditado: “Preguiça não faz casa de sobrado”.

Confesso que vejo com desgosto a grande difusão da prática do pagamento por peça. Trabalhando realmente duro, durante 12 ou 14 horas por dia, ou durante qualquer período mais longo, é demais para o ser humano. (MALTHUS, apud MARX, 1985, p.143)

Nos canaviais brasileiros, até a década de 1960 e 1970 predominava o pagamento por feixe de cana. Nesse modelo, deveriam ser amarradas de 18 a 20 canas para formar um feixe<sup>87</sup> (SILVA, 1999, p. 90). Com o avanço tecnológico, as máquinas carregadeiras foram incorporadas para acelerar o transporte das canas para as usinas e o pagamento por feixe perdeu o posto de predominante. Atualmente, o pagamento é por metro (ou braça)/tonelada. Apesar das particularidades de cada forma, ambas são salários por produção, pois, o salário está condicionado à quantidade de cana cortada.

Diferentemente do salário por peça estudado por Marx (1985) e por Malthus, no qual o trabalhador detinha o conhecimento da quantidade de peças que produziu na jornada de trabalho, podendo, portanto, calcular o seu salário pela multiplicação da quantidade de peças produzidas pelo valor pré-estabelecido da unidade de peça<sup>88</sup>, no caso do corte da cana o trabalhador não detém o controle exato da quantidade produzida e do valor pago por ela. Isto porque quem faz a medição da metragem cortada no fim do dia são os encarregados da usina (denominados como cabos<sup>89</sup>, fiscais de turma, apontadores, dentre outras denominações), sendo, na maioria das vezes, fraudulenta essa medição, pois, a forma de medir é imprecisa<sup>90</sup> e os “erros” sempre tendem a diminuir o que efetivamente foi cortado (ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 2005, p. 9). Por esse aspecto, no pagamento por feixe as fraudes tendiam a ser menores.

Além da incerteza e falta de controle quanto à medição da cana cortada, ainda existe o desconhecimento do preço que será recebido pelo metro, pois o cálculo que converte toneladas em metro e que, portanto, determina o preço do metro, é feito por

---

<sup>87</sup> O trabalho “por cento”, que significa 100 feixes de cana, contendo cada feixe aproximadamente 23 canas (esses dados demonstram as singularidades locais).

<sup>88</sup> Para facilitar a visualização dessa afirmativa fizemos o seguinte exemplo: o valor pago ao trabalhador por uma gravata produzida é três reais; se o trabalhador produziu dez unidades em um dia, ao fim do dia o trabalhador sabe que receberá 30 reais.

<sup>89</sup> É válido sublinhar que o nome cabo, provavelmente derive do tempo em que os senhores de engenho eram chamados de coronéis e capitães. Em Alagoas ainda predomina o uso da palavra cabo em detrimento de fiscais.

<sup>90</sup> Em Alagoas, a cana cortada é medida por uma unidade de comprimento chamada braça, unidade de medida muito utilizada no período colonial, que equivale a 2,20 metros. O instrumento utilizado para medir é uma vara com uma braça de comprimento. Em nossas entrevistas com trabalhadores canavieiros foi comum ouvir comentários sobre a existência de fraudes na medição.

técnicos da usina. Conforme entrevistas realizadas com trabalhadores canavieiros, em Alagoas, na maioria das vezes o trabalhador conhece o valor do metro apenas no final do dia de trabalho, sem ter controle nenhum sobre o cálculo feito pela usina.

Se o salário por produção já tem por característica intensificar a produtividade do trabalho, quando o trabalhador não tem controle da quantidade produzida e do valor que receberá por seu trabalho, essa característica tende a ser ampliada.

Ao estudar essa questão, Francisco Alves faz a seguinte constatação:

No caso da cana [o pagamento por produção] é mais perverso ainda, pois o ganho não depende apenas dos trabalhadores, mas de uma conversão feita pelo departamento técnico das usinas. (2006, p.93)

Diante desse descontrole do trabalhador em relação ao *quantum* de canas que efetivamente foram cortadas durante a jornada de trabalho – que resulta, conseqüentemente, em imprevisibilidade da quantia em dinheiro que será recebida pela venda da sua força de trabalho –, foi criado em Cosmópolis/SP o sistema de “quadra fechada”. Esse sistema objetiva evitar fraudes mediante o controle do sindicato sobre a pesagem da cana e sobre o cálculo de conversão de tonelada em metro<sup>91</sup>. No entanto, como demonstrou a pesquisa de Guanais (2010), essa experiência tem diversos limites. Ademais, não elimina o caráter perverso do salário por produção: de induzir o trabalhador a se autoimpor um ritmo de trabalho que seja o mais intenso possível.

Essa forma de remuneração tem a capacidade de fazer coincidir o interesse do usineiro com o interesse imediato do trabalhador (de elevar a intensidade do trabalho). Obviamente, não podemos desconsiderar os interesses antagônicos entre o trabalhador do corte da cana e o usineiro, pois, quanto maior a extração de mais-valia da força de trabalho do cortador de cana, maior a acumulação de capital do usineiro. Portanto, a coincidência de interesses mencionada acima é limitada à condição específica analisada, considerando a perspectiva imediata do trabalhador (de tentar elevar o salário).

---

<sup>91</sup> “*Quadra fechada* funciona da seguinte forma: antes de iniciar o trabalho, a cana de uma quadra inteira (de um talhão inteiro) é medida para se saber quantos metros lineares de cana existem nela. Depois disto, se inicia o trabalho e os trabalhadores passam a cortar toda a cana existente naquela quadra. Terminado o corte, toda a cana cortada é colocada num caminhão e levada para a balança da usina. Depois de ser realizada a pesagem, encontra-se a quantidade de toneladas de cana por metro linear existente naquela quadra, através da divisão do peso da cana pela quantidade de metros lineares da quadra. Após encontrar a relação tonelada/metro (ou quilo/metro), insere-se nela o valor do preço da tonelada (o qual já foi definido no Acordo Coletivo de Trabalho), para se descobrir o preço do metro linear de cana” (GUANAIS, 2010, p. 87). Nesse sistema, essas etapas devem ser acompanhadas por representantes dos sindicatos.

Um segundo tipo de método adotado pelo capital agroindustrial canavieiro consiste em “práticas de controle coercitivo” (PADRÃO, 1997, p. 142) que objetivam disciplinar e controlar a força do trabalho de acordo com os padrões de trabalho e qualidade exigidos. Enquanto os métodos de “geração de consentimento” prometem “prêmios”, as práticas de controle coercitivo anunciam punições para aqueles trabalhadores que não se enquadram no perfil exigido pela usina.

Um sistema rígido no padrão do corte da cana vem sendo exigido com a finalidade de proporcionar “aumento do rendimento da cana, além da redução na impureza mineral e perda da matéria-prima” (GUIMARÃES *et al.*, 2008). Essas preocupações com o rendimento industrial da cana alteraram aspectos do processo de trabalho e do controle e disciplina da força de trabalho. Como pudemos notar em entrevistas com trabalhadores residentes em Teotônio Vilela/AL e Ibateguara/AL, existe uma exigência relativamente recente<sup>92</sup> de cortar “toco dentro da terra, palha afastada da esteira e o ponteiro tirado no ar”. Esses três padrões técnicos de trabalho são apresentados e exigidos pelo cabo logo nos primeiros dias de trabalho. “O toco dentro da terra” consiste em cortar a cana rente ao chão para evitar perda de sacarose<sup>93</sup>. “A palha afastada da esteira” significa arrumar a cana cortada em local bem afastado das palhas para que as carregadeiras recolham apenas a cana, evitando o processamento de minerais e vegetais indesejáveis. “O ponteiro tirado no ar” é a parte superior da cana (ponta), que deve ser cortada uma a uma e em um local preciso, a fim de evitar prejuízos no teor de sacarose.

Essas mudanças, ao mesmo tempo que aumentam a produtividade industrial da cana, tendem a diminuir a produção do trabalhador, pois este terá de gastar muito mais energia e tempo com movimentos que buscam produzir uma cana cortada inserida em determinado padrão de qualidade imposto pela usina. A imposição dessa exigência é acompanhada por um aumento do controle do processo de trabalho e da disciplina por parte do capital agroindustrial canavieiro. Caso constatado o não cumprimento do padrão exigido, daí segue-se uma série de punições que, segundo relato de alguns trabalhadores, pode variar desde descontos salariais à suspensão de dias de trabalho.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Conforme entrevista com o cabo (fiscal), a usina que o emprega adota essas exigências desde 2000/2001.

<sup>93</sup> Um trabalhador nos relatou que o cabo exigia esse padrão sob os seguintes termos: “Quero andar por aqui e pisar no chão como se não tivesse havido uma cana”. Perguntamos se ele conseguia cumprir integralmente essa exigência; respondeu-nos ele ser impossível.

<sup>94</sup> Segundo trabalhadores entrevistados, após quatro suspensões o trabalhador é demitido.

Outro mecanismo adotado, que interfere diretamente no processo de trabalho e na exploração da força de trabalho, diz respeito ao número de fileiras (ou ruas)<sup>95</sup> de cana que o trabalhador terá de cortar. Para entendermos como é estruturada a dimensão do espaço físico destinado a cada trabalhador no corte da cana, a descrição de Alves (2007, p.30) nos serve como uma ilustração precisa:

O processo de trabalho no corte de cana consiste, desde a década de 1970, perdurando até hoje, no fato de o trabalhador cortar toda a cana de um retângulo, com 8,5 metros de largura, contendo cinco ruas de cana (linhas em que é plantada a cana, com 1,5 metros de distância entre elas), por um comprimento que varia de trabalhador para trabalhador. Esse pequeno retângulo, contido no retângulo maior, que é o talhão, é chamado de eito pelos trabalhadores. O comprimento do eito varia, pois depende do ritmo de trabalho e da resistência física de cada trabalhador. Portanto, trata-se de um retângulo de cana com área variável, porque o comprimento é verificado, ao final do dia, quando o trabalho é concluído. É o comprimento do eito que será o ganho diário de cada trabalhador. Portanto, o que este receberá pelo dia de trabalho é o comprimento do eito, medido em metros multiplicado pelo valor do metro.



**Figura 5: Eito de cinco ruas. Fonte: SENAR, 2009, p.45.**

A descrição de Alves é precisa e didática, porém, as cinco fileiras de cana que compõem o eito de trabalho nem sempre foram padrão, nem mesmo no estado de São Paulo, no período entre 1970 até a atualidade. A emblemática greve de Guariba, em 1984, relembra esse importante detalhe. Segundo as palavras do próprio presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, o principal motivo da greve, que assumiu

---

<sup>95</sup> No universo social canavieiro as fileiras de cana são chamadas de ruas ou carreiras de cana.

proporções que a fazem ser lembrada até hoje, foi “que os trabalhadores se negaram a continuar trabalhando no sistema de sete ruas” (ZÉ DE FÁTIMA *apud* GRAZIANO, 1997, p.84).

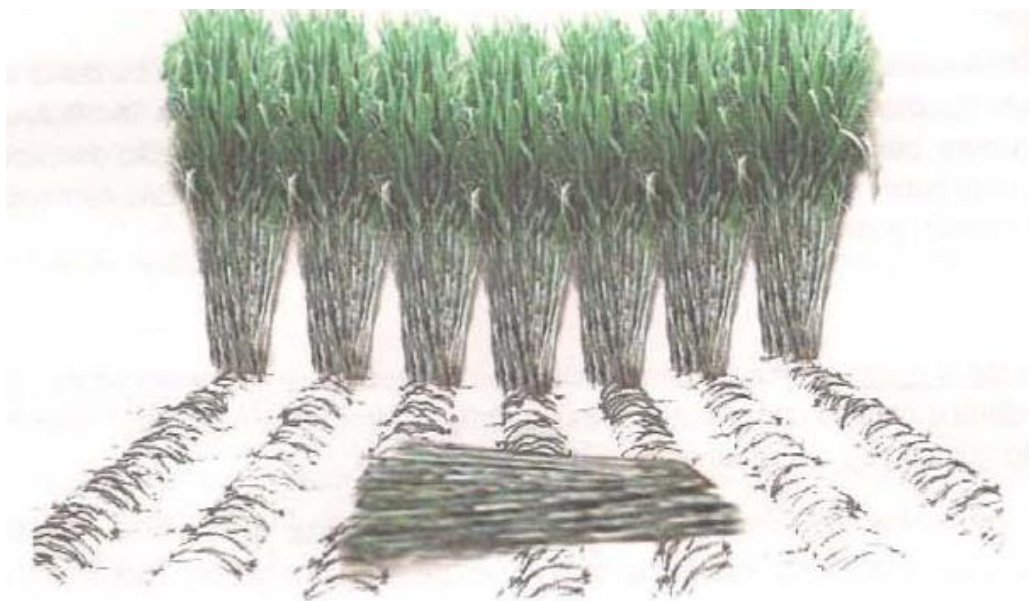
A redução do número de ruas também foi um dos pontos de reivindicação das históricas greves da região de Leme. Carlita da Costa, que era uma das líderes das greves da região de Leme de meados dos anos 1980 e fundadora do sindicato de trabalhadores rurais de Cosmópolis, relata como foi o início de sua participação nas greves e cita a importância dessa reivindicação:

*Carlita Costa: [...] Estava uma onda de greve daqui, dali, em 1986. Um dia, a gente estava descendo para trabalhar, eu sentava no primeiro banco assim perto do motorista. Primeiro banco eu sentava. Aí veio um aviso da Usina. Oh! Desvia o ônibus porque estão em greve e estão parando aqui na ponte. Falaram para o Nilo bater ficha, que ele era o nosso motorista. Desvia o ônibus. Eu escutei ele falar, sai o carrinho, o Nilo já ia desviar, eu falei: “Nilo você não vai desviar coisa nenhuma não, não é você que está cortando sete ruas. Você vai tocar esse ônibus para lá onde está o povo parando, sim, ou você toca ou eu quebro o vidro de seu ônibus agora.” Aí a turma já começou a gritar, ali já demos o primeiro grito (Entrevista gentilmente concedida e realizada por Maria Aparecida de Moraes Silva e por Jadir Damião Ribeiro, em 2006. Grifos nossos).*

Em ambas as greves essa reivindicação acabou sendo vitoriosa e, após as greves, o sistema de sete ruas foi abolido e o oito passou a ser composto novamente por cinco ruas. O fato de Alves ter descrito o oito como contendo cinco ruas, sem mencionar sequer possíveis variações, indica que provavelmente, em São Paulo, o oito de cinco ruas, se não for a única forma de oito, é a esmagadoramente predominante. O estudo do DIEESE sobre as convenções coletivas da categoria canavieira revela que, em São Paulo, as convenções dos anos 1989, 1995 e 2005 determinam que o oito deve ser composto por cinco ruas (DIEESE, 2006, p. 26). Isso é um sinal de que as greves de Guariba e de Leme devem ainda manter-se vivas na memória dos usineiros daquela região – e isso se reflete nos acordos coletivos.

Mas, por que uma alteração aparentemente insignificante no processo de trabalho gerou uma luta de classes de grandes proporções entre os trabalhadores e os usineiros? Investigaremos primeiro por que o sistema de sete ruas interessa aos usineiros. Sobre essa questão, Graziano (1997, p. 60) argumenta, apoiado em Gebara e Baccarin, o seguinte:

Com o corte de cana em sete ruas, as vantagens do ponto de vista do usineiro se multiplicam. Em primeiro lugar, devido à forma como é recolhida e transportada para o caminhão, a cana é recebida sem impurezas, permitindo economia com a lavagem, além de maior rendimento industrial. O espaçamento entre as “bandeiras” é menor do que no método da cana amontoada e, portanto, em menos metros lineares de cana se colhe a mesma quantidade com consumo de combustível menor. A redução calculada no trânsito de máquinas é de 28,6%; com isto, os gastos com combustível podem ser reduzidos em 40%, além das evidentes vantagens quanto à compactação do solo.



**Figura 6: Eito de sete ruas. Fonte: SENAR, 2009, p.46.**

A partir da citação de Graziano, podemos inferir que as principais vantagens do sistema de sete ruas para os usineiros são o melhor rendimento industrial oriundo da diminuição de impurezas e a economia de gastos e tempo no transporte da cana. A base dessas vantagens está na seguinte questão: quando se aumenta o número de ruas que formam o eito, amplia-se o tamanho do eito e, conseqüentemente, ocorre uma diminuição da quantidade de eitos por hectares. Como cada trabalhador deve arrumar todas as canas cortadas na fileira central do eito, no sistema de sete ruas as canas cortadas ficam mais concentradas e em um número menor de fileiras por hectares. Esse detalhe economiza o tempo de trabalho das máquinas carregadeiras que transportam a cana para os caminhões. Além disso, a redução no número das fileiras de canas amontoadas faz com que a distância entre as respectivas fileiras seja maior, decorrendo disso uma maior proteção da cana contra as impurezas derivadas da arrumação e do transporte.



Agora, precisamos descobrir por que o sistema de sete ruas não interessa aos trabalhadores. Para isso, recorreremos à seguinte observação feita por Graziano (Idem, p. 62):

Para o trabalhador, a introdução do sistema de sete ruas significou a intensificação do seu trabalho. De fato, os cortadores de cana têm que jogar as canas de uma distância de 3,0 m maior (1,5 m de espaçamento para cada rua), o que representa um dispêndio de energia maior e, ainda assim, com uma redução de sua capacidade de corte, variando entre 20% e 40%, segundo as estimativas dos próprios usineiros. Com o maior desgaste proporcionado pelo sistema e pelo rendimento menor ao final do dia de trabalho, o trabalhador volante tem buscado a incorporação de elementos da família na empreitada a fim de completar a tarefa.

A citação acima demonstra que no eito de sete ruas o dispêndio de energia do trabalhador é maior. Isto ocorre porque a ampliação da largura do eito impõe ao trabalhador uma maior distância entre as canas cortadas e o local em que elas devem ser amontoadas (o centro do eito). Esse fator, ao mesmo tempo em que aumenta o gasto de energia física do trabalhador, reduz a sua remuneração por estar condicionada somente ao *quantum* de canas cortadas. Se considerarmos que a perda na produção do trabalhador varia entre 20% e 40%, como sugere Graziano, apoiado nas estimativas dos usineiros, chegamos à conclusão de que ocorre uma grande perda salarial com esse sistema.

É válido ressaltar que, ao falarmos em perdas de produção do trabalhador, estamos nos referindo somente à produção de canas cortadas, pois é ela que condiciona o salário do cortador de cana. Mas, como vimos anteriormente, para o capital, o trabalho no sistema de sete ruas torna-se mais produtivo, pois, além de elevar a produtividade industrial e reduzir os custos com as máquinas de transporte, amplia a extração de mais-valia.

Entrevistamos trabalhadores que afirmaram já ter cortado cana em Alagoas em eitos não somente com sete ruas, mas também com nove<sup>96</sup>.

*Pesquisador (P): São quantas ruas de cana?*

*Entrevistado (E): São sete. Agora têm muitas usinas que são nove.*

*P: Tem usina com nove?*

*E: É.*

---

<sup>96</sup> A convenção coletiva dos trabalhadores canavieiros de Alagoas para a safra 2014/2015, estipula que os eitos devem ter o limite máximo de sete ruas, com um espaçamento de 1,10 metros entre elas. Entretanto, como demonstram os depoimentos dos trabalhadores entrevistados, esse acordo não é cumprido. Segundo informações concedidas por um cabo, os eitos de sete ruas ne uma usina localizada na região dos tabuleiros de São Miguel dos Campos, têm o espaçamento de 1,40m. Portanto, os eitos continuam sendo mais largos do que os de cinco ruas com espaçamento de 1,50 metros.

*P: A [usina] Santa Clotilde está com quantas?*

*E: A Santa Clotilde é nove, onze...*

*P: Chega a onze?!*

*E: É porque tem carreira dupla. Carreira dupla são duas pertinho da outra.*

*P: O senhor cortou com nove aonde?*

*E: Em Vitória mesmo eu cortei com nove. Na usina Seresta, cortava com onze carreiras.*

*P: Na Seresta com onze?*

*E: É.*

*P: E para o trabalhador, é melhor com quantas ruas?*

*E: Rende mais nas braçagens. Mas o esforço é maior, porque fica muito distante para jogar a cana.*

*P: Mas se o senhor pudesse escolher a quantidade de ruas... Era melhor quantas?*

*E: Cinco carreiras.*

Desse trecho da entrevista podemos extrair algumas conclusões: que nas usinas de Alagoas os eitos são drasticamente maiores que os de São Paulo,<sup>97</sup> e que os eitos acima de cinco ruas tornam o trabalho do cortador de cana ainda mais degradante. Um trabalhador entrevistado justifica a segunda conclusão: “o esforço é maior, porque fica mais distante para jogar a cana”.

O “eito gigante” de Alagoas é um dos fatores, senão o principal, que explica a exigência de índices de toneladas de cana tão desiguais entre as agroindústrias canavieiras paulistas e as alagoanas. Como já vimos anteriormente, enquanto a média diária mínima de toneladas exigidas para empregar o trabalhador em São Paulo é de dez toneladas, chegando a doze toneladas após as podas dos primeiros meses, em Alagoas esse índice chega a sete toneladas. Ou seja, em Alagoas é exigida uma média consideravelmente menor do que aquela exigida em São Paulo. Entrevistamos um trabalhador que afirmou fazer uma média entre doze e 14 toneladas diárias quando trabalhou em Minas Gerais; já em Alagoas a sua média ficava entre seis e oito toneladas.

---

<sup>97</sup> Essa afirmação que compara os eitos de Alagoas com os de São Paulo foi fundamentada pela descrição do eito, feita pelo artigo de Alves (2007) e por informações do DIEESE (2006), ambas já mencionadas anteriormente.



**Foto 10: Trabalho nos canaviais de Teotônio Vilela (Fotografia de Wilson, trabalhador canavieiro, em dezembro de 2014).<sup>98</sup>**

O fato de a média de toneladas diárias dos trabalhadores canavieiros em Alagoas ser, aproximadamente, metade da paulista não significa que os trabalhadores da agroindústria canavieira de São Paulo trabalhem mais do que os de Alagoas, nem demonstra que em São Paulo a exploração do trabalho seja mais intensa. Como já vimos, com os “eitos gigantes” o capital agroindustrial canavieiro rebaixa o salário do trabalhador, ao mesmo tempo em que eleva o dispêndio de energia do trabalho para obter aumento da produtividade industrial e de transportes. Com os “eitos gigantes”, o trabalho torna-se, ao mesmo tempo, mais produtivo para o capital e menos remunerado para o trabalhador.

Se, de acordo com a estimativa dos próprios usineiros, a taxa de redução na média de toneladas no corte da cana em oito de sete ruas, quando comparados aos de cinco fica entre 20% a 40% (GRAZIANO, 1997), quanto será a média de redução com o oito de nove ruas? Se nos guiarmos pela estimativa que os usineiros fizeram sobre o sistema de sete ruas, seria no mínimo 40%.

Em Alagoas, além dos fatores “eitos gigantes”, e incidência de algumas áreas de canaviais em relevos acidentados (sobretudo na região norte), ainda encontramos a vara. A vara é o instrumento utilizado por usinas de alguns estados do Nordeste para medir a

---

<sup>98</sup> Durante a pesquisa de campo, fornecemos uma máquina fotográfica e pedimos para os trabalhadores registrarem momentos do trabalho nos canaviais.

metragem das canas cortadas.<sup>99</sup> Ela tem uma braça de comprimento (padrão métrico do período colonial), que equivale a 2,20 metros. Diferentemente do compasso, instrumento utilizado para fazer a metragem de canas cortadas em São Paulo (DIEESE, 2006), que dificulta fraudes por marcar o chão no momento da medida,<sup>100</sup> a vara é um instrumento de medida mais impreciso, que amplia a possibilidade de fraudes por prever saltos que podem subtrair metros que foram efetivamente cortados (ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 2005, p. 9). É nesse “pulo da vara” que o usineiro dá mais um “pulo do gato”.

Abaixo segue o retrato do cabo com seu instrumento de trabalho – a vara:



**Foto 11: Cabo no município de Ibateguara. Fotografia de Jaqueline Souza, janeiro de 2013.**

A prática frequente de não contabilização de metros cortados, que vários trabalhadores entrevistados denominaram como roubo, é uma das várias formas encontradas pelo capital agroindustrial canavieiro de Alagoas para extrair cada vez mais

---

<sup>99</sup> Segundo informações do DIEESE, “algumas usinas do Nordeste já adotam o compasso, mas, de forma geral, ainda se usa a vara” (DIEESE, 2006, p.22). A convenção coletiva dos trabalhadores canavieiros de Alagoas, estipula que o instrumento de medição pode ser a vara ou o compasso. Em entrevistas com os trabalhadores canavieiros, fomos informados de que, em Alagoas, o instrumento de medida adotado pelas usinas é somente a vara.

<sup>100</sup> O compasso é um instrumento de medida com 2 metros de largura e pontas de ferro “para não ‘pular’ no chão e diminuir o rendimento do trabalho” (DIEESE, 2006, p.22). Por isso, o compasso é um instrumento mais preciso quando comparado com a vara.

mais-valia. Como demonstram esses depoimentos, a ampliação do trabalho excedente não ocorre somente mediante o aperfeiçoamento dos métodos de dominação-exploração que intensificam o trabalho do assalariado canavieiro, a fraude é também um expediente muito utilizado. Além da imprecisão na medição dos metros de cana cortados, ainda ocorrem fraudes na conversão das em toneladas metros. Os trabalhadores não têm controle sobre a pesagem da cana e sobre o cálculo que converte toneladas em metros. Alguns trabalhadores nos relataram que a fraude mais significativa está na pesagem.

Entrevistamos um cabo que confirmou a existência de fraude na pesagem. Segundo o mesmo, a ordem da gerência da usina é a de não contabilização de 20% da cana que efetivamente foi cortada. A justificativa dada por seus superiores é a seguinte: “Esses 20% são de canas perdidas no carregamento e transporte. As canas subtraídas são as que não serão moídas pelas usinas”. É evidente que essa subtração significa ampliação direta do trabalho não pago. O cabo relatou, ainda, que publicamente a gerência nega adotar essa prática, se constituindo como uma prática real, mas não oficial.

Essa pilhagem praticada pelos usineiros demonstra que a *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2005) não está baseada somente nas formas ardilosas e violentas de obtenção do direito privado sobre a terra, matas, rios e aquíferos (como foi visto no Capítulo I); no descumprimento da legislação ambiental e trabalhista<sup>101</sup>; e no saque aos cofres públicos<sup>102</sup>, pois, essa agroindústria espolia até a mercadoria força de trabalho (no sentido de que ela não se apropria somente do trabalho excedente, mas, também, de parte do trabalho necessário), logo a única mercadoria que cria valor.

Mas, antes de nos aprofundarmos nessa questão, relembremos que exploração e a dominação estão imbricadas, sendo impossível a primeira se realizar sem a segunda e vice-versa. Ambas são indissociáveis no processo de formatação do “bom cortador de cana”, pois não se trata apenas de um trabalhador com alta capacidade produtiva, ele deve ser ainda um “sujeito moral”, “impregnado de valores ideológicos (burgueses e individualistas), tais como: crença na justiça, tendência ao ‘bom mocismo’, crença na interferência no próprio destino, princípios de lealdade, honestidade, capacidade de adiar recompensas, autoestima” (SILVA, 1999, p. 204).

---

<sup>101</sup> Sobre o descumprimento da legislação trabalhista pelas usinas de Alagoas, ver Queiroz (2011).

<sup>102</sup> O fatídico “acordo dos usineiros” é um exemplo emblemático disso. Para mais informações sobre o “acordo dos usineiros”, ver o livro *A crise que vem do verde da cana* (LIMA, 1998) e o terceiro capítulo da dissertação de mestrado de Lima (LIMA, 2001).

No universo canavieiro alagoano, os trabalhadores migrantes são vistos pela gerência da usina como “os mais produtivos e disciplinados” (PADRÃO, 1997, p.140). Eles migram do sertão alagoano e pernambucano para trabalhar na região da Zona da Mata durante os seis meses de safra (de setembro a março). Nesse período, a maior parte deles habita os alojamentos localizados nos domínios das usinas, a outra parte reside em casas alugadas nas cidades canavieiras.

Os trabalhadores “da rua” (os do lugar) também costumam identificar os sertanejos como os mais produtivos:

*Os mais fracos tiravam 40 braças [...] Os bons, bonzão, tiravam 80 braças [...] Os sertanejos se esforçam muito para ganhar mais dinheiro, não pegam sombra. Não se importam com o sol quente na cara nem com quentura, passam da hora de comer. O negócio deles é ganhar dinheiro, não se importam de morrer não. A gente, não. Tem uns que tiram 70, 80 reais no dia quando a gente tira 20 contos.<sup>103</sup>*

Os termos “fraco” e “bonzão” indicam uma divisão valorativa entre os trabalhadores. O “bonzão” ou “badero”<sup>104</sup>, aquele com maior produtividade, está relacionado, em geral, aos trabalhadores do sertão. A maioria dos trabalhadores “da rua” explicam a produtividade mais elevada dos migrantes a partir da representação do sertanejo como um “povo sofrido”, “que aguenta a seca e o sol quente”, “que deve em seis meses juntar dinheiro para o ano todo”, e que por isso “não se importam em morrer”. Já os sertanejos costumam estereotipar “os da rua” como preguiçosos e “marimbeiros” (adjetivo local para os que deixam sobra de cana). Além da hierarquia entre os trabalhadores no interior de cada turma, ainda existe a hierarquia entre as diferentes turmas: a dos sertanejos (“bonzões”) e a dos “da rua” (“fracos”).

Cabe ainda indagar: por que o sertanejo é considerado um “bom cortador”? Teria alguma relação com a pobreza, o clima do sertão ou a ausência de medo da morte? Ora, hipóteses como essas não contribuem em nada, pois carecem de concretude e ainda reforçam os estereótipos alimentados pela gerência das usinas. Abaixo, seguem alguns apontamentos embrionários sobre o que motiva a alta produtividade dos sertanejos (PLANCHEREL & ALBUQUERQUE & VERÇOZA, 2011):

---

<sup>103</sup> Entrevista realizada no município de Teotônio Vilela.

<sup>104</sup> Termo empregado, entre os cortadores de cana, para adjetivar os trabalhadores mais produtivos.

- 1) [Os sertanejos] tornam-se triplamente explorados: como assalariados nos canaviais, como “locatários” dos alojamentos, à medida que a usina desconta mensalmente de seus rendimentos um valor pela “moradia”, e como trabalhadores domésticos, posto que preparam suas próprias refeições após o retorno dos canaviais, lavam seus utensílios domésticos e suas vestimentas e ganham “prêmios” os que mantiverem mais higiênicas suas instalações (dormitórios);
- 2) em sendo cotidiana e matutina e arregimentados e transportados, por prepostos da usina, de seus alojamentos aos canaviais, iniciam sua atividade laboral mais cedo (cerca de uma hora antes) que os canavieiros “da rua” e, em geral, o término de sua jornada de trabalho é posterior a dos canavieiros “da rua”, prolongando-se assim uma jornada de trabalho que amplia a exploração da força de trabalho sob a produção da mais valia absoluta;
- 3) por meio do critério de divisão das turmas, que separa os trabalhadores sertanejos dos “da rua”, estimula a fragmentação dos trabalhadores, servindo como mais um mecanismo adotado pelo capital agroindustrial canavieiro para dificultar ações de resistência construídas pelo conjunto dos trabalhadores canavieiros.

Esses apontamentos demonstram que o sertanejo tende a ser mais produtivo, não por um motivo inato, mas, em decorrência de métodos que prolongam a sua jornada de trabalho e que ainda transferem renda para os usineiros mediante o aluguel dos alojamentos. Ademais, o absentéismo tende a ser menor, pois os alojamentos ficam situados longe das cidades. O usineiro tem interesse direto em continuar afirmando que o sertanejo é “o bom cortador” por sua qualidade inata, pois, com isso “os da rua” são rebaixados, são adjetivados como fracos e “marimbeiros”. Assim, a hierarquia e a rivalidade entre os trabalhadores são incorporadas a serviço do capital agroindustrial canavieiro.

Outra questão relevante, diz respeito ao emprego de máquinas colheitadeiras. Na safra 2012/2013, a agroindústria canavieira alagoana contou com o uso de, aproximadamente, 50 máquinas colheitadeiras (todas operando em parte das terras planas dos tabuleiros)<sup>105</sup>, e ocorreu um crescimento significativo na safra 2014/2015<sup>106</sup>. O processo de mecanização do corte encontra-se em fase embrionária quando comparado ao de São Paulo<sup>107</sup> – é válido mencionar que o trabalho na colheita mecanizada também apresenta características insalubres (SCOPINHO *et al.*, 1999 e SILVA *et al.*, 2014). O plantio de cana em vastas áreas de topografia acidentada (sobretudo no norte do estado)

---

<sup>105</sup> Conforme informação concedida pelo coordenador de planejamento e administração rural de uma usina localizada na região dos tabuleiros de São Miguel dos Campos, em entrevista realizada no dia 21 de março de 2013.

<sup>106</sup> Uma usina localizada no município de Teotônio Vilela, que operava com três colheitadeiras, comprou mais 7 máquinas na última safra.

<sup>107</sup> Segundo estimativa do Sindaçúcar/AL, em 2011 o corte mecanizado correspondia a 20% da colheita de cana alagoana (Padilha, 2011), enquanto em São Paulo, de acordo com a União da Indústria da Cana de Açúcar (UNICA), mais 60% da colheita já era mecanizada no mesmo ano.

é um dos fatores que inviabiliza um maciço processo de mecanização da colheita em curto prazo<sup>108</sup> (na região de terras mais planas esse processo ganha outros contornos). Como demonstrou Alves (1991), a colheita mecanizada tende a enfraquecer as greves dos cortadores de cana, visto que a máquina não impõe somente o medo do desemprego, ela ainda possibilita que a produção de açúcar e álcool não seja paralisada durante uma greve dos cortadores. Portanto, existe também uma lógica política subjacente ao processo de emprego mais intensivo de colheitadeiras nos canaviais.

Em algumas dessas áreas acidentadas, consideradas até o momento como inacessíveis às modernas máquinas colheitadeiras (guiadas por GPS, equipadas de ar condicionado e movidas com tração por esteiras), ainda transitam burros e mulas carregando cana – guiados por cambiteiros que se abanam com o chapéu, e movida por tração animal.

O serviço de cambitagem, que, com a decadência dos engenhos, parecia condenado à extinção, continua usual em algumas encostas de Alagoas. Como um transporte que ainda requer amarração de feixes de canas cortadas, que em cada viagem até o caminhão leva apenas aproximadamente entre 20 e 30 feixes de cana no lombo do burro (em torno de no máximo 100 kg de cana), pode sobreviver na contemporaneidade? Talvez (a) (o) leitor (a) imagine que esse tipo de transporte sobreviva no século XXI por ser essa cana destinada a alguma produção artesanal de cachaça, a produção de uma mercadoria inserida em um pequeno mercado deveras específico, que, por não encontrar concorrentes, seria competitiva. No entanto, não é disso que se trata. A cambitagem em questão não leva a cana para um engenho que produz alguma cachaça especial, ela transporta parte da cana que é esmagada por uma usina de médio porte de Alagoas<sup>109</sup>. A cana transportada nesse serviço de cambitagem é transformada em açúcar para ser exportado para países de outros continentes, vira álcool que é vendido nos postos de combustível.

Além do trabalho de cambitagem – que é requisitado em áreas de difícil acesso, onde nem a máquina carregadeira de cana e nem o caminhão se aproximam –, existe, nas encostas mais íngremes, a embolada da cana. Esse serviço consiste em emaranhar as canas

---

<sup>108</sup> Conforme demonstram Torquato *et al* (2008), apenas 61% dos canaviais alagoanos têm topografia passível de mecanização da colheita.

<sup>109</sup> A referida usina fica localizada na Microrregião Serrana do Quilombo dos Palmares, área marcada pela grande quantidade de morros e serras. Durante a pesquisa de campo, uma trabalhadora nos informou que todas as fazendas da usina possuem criação de burros. Um morador de uma das fazendas da usina nos relatou que o serviço do cambiteiro é desempenhado por alguns trabalhadores canavieiros específicos que são deslocados para cambitagem quando existe necessidade desse serviço.



que foram cortadas por outros trabalhadores para rolá-las ladeira abaixo, de modo que elas cheguem até uma área que possa ser acessada por máquinas carregadeira ou por animais de tração. Para tal tarefa, o trabalhador utiliza um longo cabo de madeira que serve como alavanca para levantar as canas, que se amontoam cada vez mais a cada levantada. A atividade consiste em se agachar, colocar o cabo de madeira embaixo do monte de canas, e puxar o cabo para cima, de modo que o monte de cana seja empurrado para baixo. À medida que o trabalhador segue avançando morro abaixo, vai se formando um monte de cana cada vez mais pesado. Próximo ao pé do morro o esforço é ainda maior. A embolada termina quando o bolo de cana chega ao local acessível para os animais ou máquinas. Após o término da embolada, o trabalhador sobe o morro para embolar mais cana. A jornada de trabalho segue em desce e sobe, em agacha e levanta, em puxa e empurra. Esse ciclo repete-se até acabarem as canas de embolada.



**Foto 12: Cana embolada Foto: Lúcio Verçoza em Ibataguara/AL, 21 de janeiro de 2013**

Em pesquisa de campo realizada em Ibataguara, município localizado no norte de Alagoas, pudemos acompanhar o dia de trabalho de uma frente de corte, transporte e carregamento da cana.<sup>110</sup> Os canaviais queimados estavam em morros imensos, alguns

---

<sup>110</sup> A referida pesquisa de campo ocorreu no âmbito da pesquisa “Novas configurações do trabalho nos canaviais. Um estudo comparativo entre os estados de São Paulo e Alagoas”, mencionada anteriormente.

trechos eram tão íngremes que, como bem expressou um trabalhador canavieiro entrevistado: “para subir a rampa, tem que subir de quatro, tem quadra que aconteceu isso, que o trabalhador não tem condições de subir cortando, que é muito alto”. O risco de quedas era grande, não só pela inclinação acentuada ao extremo, mas também devido aos trechos de erosões e cortes nos morros. Em determinados casos, essas erosões podem ultrapassar 4 metros de altura. Alguns cortadores de cana nos falaram de amigos que já se machucaram em quedas nesses paredões. Os canaviais estendem-se até à beira dessas aberturas. Nessas condições, é preciso ter muito equilíbrio e perícia para manusear os facões. Além disso, não basta ter esses requisitos, é preciso cortar no mínimo 5,2 toneladas para manter-se empregado nessa usina. O calor era enlouquecedor, não havia uma sombra. Com as canas cortadas, a paisagem era a de um morro desfigurado, semelhante aos morros explorados por mineradoras. O ambiente era tão hostil, que tornava extenuante até a simples tarefa de subir e descer o morro acompanhando o trabalho alheio. A fuligem misturava-se à poeira que se misturava ao suor. Imagine para aqueles que estavam cortando cana! Imagine para os que as embolavam!



**Foto 13 – Frente de corte manual nos morros em Ibatiguara. Foto: Lúcio Verçoza, 21 de janeiro de 2013.**



**Foto 14: Corte da cana nas íngremes encostas de Ibatiguara. Foto: Lúcio Verçoza, 21 de janeiro de 2013.**

Esse trabalho nos canaviais das grotas e morros alagoanos nos remete ao mito de Sísifo, personagem que foi condenado por Zeus a empurrar uma enorme pedra morro acima, porém, ao alcançar o topo, a pedra invariavelmente rolaria morro abaixo, fazendo com que o esforço de Sísifo fosse sem fim. Tanto o mito de Sísifo, quanto o labor nesses canaviais – marcado por embolar cana morro abaixo, e depois subir para embolar mais cana – apontam quão degradantes são determinadas formas de trabalho. No entanto, existe uma grande diferença entre ambos, enquanto Sísifo foi condenado pelo Rei do Olimpo, e nada pôde fazer diante de tal poder, no caso dos trabalhadores canavieiros, o poder estranho diante deles, que o fazem embolar cana morro abaixo, é resultado das relações sociais.

Ainda consideramos válido levantar algumas indagações: Como podem conviver formas aparentemente tão díspares de trabalho na mesma agroindústria? Como podem sobreviver formas aparentemente tão arcaicas no mesmo território onde concorrentes empregam modernas máquinas colheitadeiras? Como essas usinas ainda não entraram em bancarrota? Como esses trabalhadores suportam tal carga laboral? Em relação aos primeiros questionamentos, ainda que de modo embrionário, cabe mencionar que a ideia de desenvolvimento desigual e combinado, muito bem utilizada por Francisco de Oliveira (2008) para analisar as disparidades regionais entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil,

talvez seja relevante, pois o desigual e combinado não ocorrem apenas entre distintos países, ou distintas regiões de um país, ele pode se dar no interior de um pequeno estado da federação, ou, talvez, no interior de um ramo agroindustrial específico. Sobre a última indagação, ela será mais bem problematizada no terceiro capítulo.

### **2.3 – Reflexões acerca das particularidades da agroindústria canavieiras e de sua relação com a degradação do trabalho**

Revelar os métodos de exploração-dominação da força de trabalho empregados pelo capital agroindustrial canavieiro e captar a lógica subjacente aos mesmos, são algumas das tarefas imprescindíveis quando nos propomos a responder por que o trabalho no corte da cana encontra-se entre os trabalhos mais degradantes. Essa linha de investigação implica descobrir como (de que forma) os trabalhadores são superexplorados, por que (qual a causa) são empregados tais métodos, e quais são as sequelas que permanecem no corpo e na alma dos trabalhadores. Entretanto, analisar as causas que movem os métodos de exploração-dominação não é uma tarefa simples, pois, detrás desses métodos existe uma série de fatores que os impulsionam. A dificuldade maior está em descobrir quais são os principais fatores que determinam os métodos de exploração-dominação do trabalho vigente na agroindústria canavieira. Em outras palavras, a questão é: por que na agroindústria canavieira encontramos um grau de exploração-dominação do trabalho tão elevado? Qualquer tentativa de resposta a essa questão deve levar em consideração as particularidades da agroindústria canavieira.

As agroindústrias, como o próprio nome já indica, têm como principal característica a industrialização de produtos agrícolas. Com o advento das agroindústrias, os processos de produção e trabalho da fase agrícola sofreram alterações, pois os produtos agrícolas destinados à agroindústria são produzidos em função das exigências oriundas do rendimento da fase industrial. A industrialização torna-se cada vez mais presente na agricultura, não somente pelo fato de a indústria ser o destino da maioria dos produtos agrícolas, mas também por meio da crescente utilização de maquinários, fertilizantes e de outros produtos industrializados que objetivam elevar a produtividade agrícola (AUBERT, 1977).

Existe uma dependência mútua entre a agricultura e a indústria nas agroindústrias. Essa dependência não é restrita apenas à relação entre a agricultura, que fornece o produto que será processado na indústria e vice-versa; a dependência mútua inclui ainda as

indústrias especializadas em fabricação de maquinários para a parte industrial da agroindústria e as indústrias que produzem máquinas e insumos para a parte agrícola. As agroindústrias têm como principal particularidade essa complexa relação dialética entre a agricultura e a indústria. A agricultura tenta modelar-se às exigências da indústria que irá processar seus produtos e a indústria de processamento deve modelar-se às limitações impostas pelo produto agrícola.<sup>111</sup>

Além das especificidades gerais das agroindústrias, existem particularidades nos distintos tipos de agroindústria que produzem derivados de diferentes produtos agrícolas. Sobre as particularidades da agroindústria canavieira, Lessa (2006, p.4) faz a seguinte análise:

O caráter extremamente perecível que a cana-de-açúcar adquire após o corte impede a existência de um comércio mundial desta matéria-prima. [...] A inexistência de um mercado mundial de cana para abastecer ininterruptamente as unidades fabris e a impossibilidade da constituição de estoques desta matéria-prima que tivesse o mesmo objetivo impõem à parte industrial do setor uma grande diminuição na velocidade de rotação do capital, o que determinará uma tendência de baixa significativa na massa de lucro. Sabe-se que dois capitais de igual grandeza e iguais taxas de mais-valia e de lucro produzem diferentes massas de mais-valia e de lucro, se tiverem tempos de rotação diferentes. Ou seja, pressupondo duas empresas de mesmo capital, é mais rentável a empresa que fabrica e vende mercadorias todos os dias do que uma empresa que gasta um tempo mais longo entre a preparação e a venda de seus produtos. A primeira empresa faz girar o seu capital circulante (matéria-prima e gastos com mão-de-obra) mais rapidamente e, portanto, mais vezes, o que determina uma maior absorção de mais-valia, uma maior massa de lucro, um menor tempo de amortização do capital e uma maior disponibilidade de liquidez.

Para Lessa, as principais particularidades da agroindústria canavieira decorrem de uma singularidade da cana-de-açúcar: seu caráter altamente perecível. Como a matéria-prima dessa agroindústria é a cana-de-açúcar, desse fator deriva uma série de consequências que caracterizam a agroindústria canavieira. Essa singularidade da cana, que impossibilita estoque e mercados mundiais dessa matéria-prima, obriga a usina (parte industrial) a produzir apenas durante seis a sete meses em um ano, acarretando baixa rotatividade de capital e tendência de queda da massa de lucro. Diante dessa singularidade adversa (para o usineiro), que dificulta a sobrevivência desse empreendimento num mercado capitalista, segundo o mesmo autor, para a agroindústria canavieira aumentar

---

<sup>111</sup> Existe uma relação contraditória nesse processo: a parte agrícola de uma agroindústria é subordinada às exigências da indústria que busca maior rendimento industrial, todavia, a própria parte industrial é ainda mais subordinada ao produto agrícola, pois esse é a matéria-prima de todo processo industrial numa agroindústria.

sua taxa de lucro e continuar acumulando capital, têm sido utilizados os seguintes expedientes:

1) ampliação das áreas de “cana própria” com o objetivo de amealhar as rendas absoluta e relativa da terra e para tornar frágil a posição dos fornecedores de cana no mercado dessa matéria-prima; 2) aumento contínuo das escalas de produção, com o intento de diminuir o impacto financeiro negativo da baixa absorção de valor por unidade de cana e de produto final, o que implica a multiplicação dos latifúndios e a imposição da monocultura; 3) efetivação de altas taxas de sonegação de impostos estaduais e federais, bem como de retenção ilícita das contribuições para a previdência social; 4) descumprimento de vários artigos fundamentais da legislação trabalhista, com graves prejuízos para a vida profissional dos trabalhadores canavieiros; 5) combinação do uso da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta, adquirindo esta última contornos realmente trágicos, expressos nos baixíssimos salários e na alta intensidade do trabalho, com impactos corrosivos para os sindicatos e outras organizações preocupadas com a organização dos trabalhadores agrícolas; 6) descumprimento da legislação ambiental, com o intuito de diminuir os custos de produção, com trágicos resultados para o equilíbrio ecológico; e 7) radicalização da captura das instâncias estadual e municipal da máquina pública e da cultura patrimonialista. (LESSA, 2006, p.6)

Dentre os pontos supracitados, gostaríamos de destacar a necessidade de o capital agroindustrial canavieiro elevar a taxa de mais-valia a níveis extremos. Mas, antes de adentrarmos esse aspecto, cabe investigar se a premissa proposta por Lessa está correta. Ou seja: o caráter extremamente perecível da matéria-prima da agroindústria canavieira é algo singular ou se repete em outras agroindústrias? O grande número de meses de paralisia da usina não é comum a todas as outras agroindústrias por estas também dependerem de matérias-primas agrícolas que são produzidas sazonalmente? O que Lessa destaca como singular na agroindústria canavieira, não seria algo universal nas agroindústrias?

A apreensão das particularidades da agroindústria canavieira só é possível se investigarmos outras agroindústrias. Mas será que isso não resulta num estudo longo e exaustivo que foge do objetivo do nosso trabalho? Não necessariamente. Se investigarmos somente pontos-chave como a sazonalidade, o caráter perecível da matéria-prima e a questão de longas paralisias na área industrial em algumas grandes agroindústrias, poderemos brevemente analisar essa questão sem fugir do principal foco de nosso estudo.

O aspecto da sazonalidade é comum a praticamente todas as grandes agroindústrias, pois, todas dependem de produtos agrícolas. Existem exceções como a da agroindústria do coco que, além da matéria-prima ser produzida durante o ano todo numa mesma região, ainda existe um mercado internacional desse produto que possibilita

realizar o processamento industrial, sem a paralisia que atinge as usinas de cana-de-açúcar.

O café é produzido sazonalmente, todavia, existe a possibilidade de transporte em longas distâncias e de estoques sem prejudicar a produtividade industrial. Um exemplo que ilustra bem essa característica do café é a empresa Indústria Reunidas Coringas Ltda. Segundo dados obtidos no site da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, 2013), a referida empresa está entre as cem maiores do setor no Brasil, mais precisamente na posição cinquenta e oito do *ranking*. Porém, o que nos chama atenção é o fato dessa empresa estar situada em Alagoas, local em que não se planta café.

Outros exemplos de matérias-primas sazonais que permitem transporte em longa distância e estocagem são a soja e o trigo. Com o trigo, encontramos outro exemplo ilustrativo e relevante com o moinho Motrisa, da empresa Sarandi, que fica localizado em Maceió, apesar da ausência de cultivo de trigo em solo alagoano. A possibilidade de estoques dessas matérias-primas e o transporte em longas distâncias permitem que a produção industrial não sofra a paralisia que ocorre no setor canavieiro.

Das grandes agroindústrias, a citrícola talvez seja a que tem características mais próximas da agroindústria canavieira. A parte industrial é concentrada próxima da agrícola, tanto para diminuir o custo com o transporte (MARGARIDO, 1996), quanto porque a laranja é uma matéria-prima perecível. Mesmo que a laranja não possa ser estocada como a soja, o café e o trigo, produtos que resistem por longos períodos, seu caráter perecível é muito mais lento do que o da cana, que vai perdendo rapidamente rendimento industrial após ser cortada. A produção de laranja também é sazonal; esse fator, aliado ao seu caráter perecível, aparentemente, levaria a uma paralisia longa da parte industrial, assim como ocorre com a cana. Entretanto, obtivemos informações no site da empresa Citrosuco (CITROSUCO, 2009), localizada no Estado de São Paulo, estado onde está concentrada a maior parte da agroindústria citrícola do país (MARGARIDO, 1996), que comprovam a existência de quatro principais variedades de laranjas que, por não terem períodos de safras idênticos, possibilitam uma ampliação no tempo total da safra. Não conseguimos descobrir qual é o tempo limite de estocagem da laranja, o que dificulta calcular o tempo de paralisia da indústria, caso ele exista. Mas, ainda assim foi evidenciado que, se existe paralisia industrial na agroindústria citrícola, ela será por um período menor quando comparada à agroindústria canavieira.

As agroindústrias de cítricos, trigo, soja e café representam uma parcela significativa das grandes agroindústrias do país. Vimos que a sazonalidade é um fator



presente nas quatro culturas, porém diferentemente da cana-de-açúcar, a sazonalidade desses produtos não causam uma paralisia tão longa na parte industrial quanto a que ocorre nas usinas de cana-de-açúcar. O caso da agroindústria citrícola é, provavelmente, o que mais se aproxima da agroindústria canavieira, mesmo considerando que os indícios que apontam menor período de paralisia industrial. Em suma, essa breve análise tende a confirmar os apontamentos de Lessa (2006) sobre a singularidade da cana-de-açúcar e as particularidades do setor canavieiro.

Retornando ao ponto da necessidade existente na agroindústria canavieira em elevar a taxa de mais-valia a níveis extremos, ou seja, de superexplorar o trabalho em virtude de sua massa de lucro ter a tendência de ser menor em decorrência da grande paralisia industrial, no caso da agroindústria canavieira de Alagoas existem fatores adversos que tendem a amplificar ainda mais essa necessidade de superexploração do trabalho.

Essa hipótese que levantamos é apoiada em dois fatores desfavoráveis para o setor em Alagoas, sendo relevantes no bojo da concorrência intercapitalista. O primeiro e mais importante é a produtividade agrícola do solo alagoano, pois, esta é muito baixa quando comparada à produtividade do sudeste do país<sup>112</sup>. A segunda desvantagem para a agroindústria canavieira de Alagoas está na capacidade de expansão, pois, o predomínio de relevos acidentados na Zona da Mata alagoana limita a capacidade de expansão horizontal do setor. Como a produtividade é um dos fatores que determinam a taxa de lucro, a agroindústria canavieira de Alagoas precisa compensar, de alguma forma, essa desvantagem em relação às agroindústrias canavieiras que têm produtividade agrícola mais alta. Dentre as várias estratégias que a agroindústria canavieira de Alagoas pode adotar para driblar essa desvantagem,<sup>113</sup> encontra-se a busca de elevar o grau de exploração da força de trabalho em níveis superiores aos das concorrentes.

Como veremos adiante, o “canguru”, fenômeno extremo de perda de controle sobre os movimentos do próprio corpo, está diretamente relacionado com essas

---

<sup>112</sup> Segundo dados da CONAB (2014), na safra 2013/2014 a produtividade média dos canaviais alagoanos foi de 53.790 kg/ha, enquanto em São Paulo ficou em 81.889 kg/ha, em Minas Gerais a média foi de 77.915 kg/ha.

<sup>113</sup> A radicalização da captura do Estado é uma das estratégias marcantes da agroindústria canavieira de Alagoas. Basta informar que durante os últimos 8 anos, o Estado foi governado por usineiro. Nesse período a secretaria da fazenda foi ocupada pela irmã do governador. O “acordo dos usineiros” é um exemplo emblemático de captura do Estado. Para mais informações sobre o “acordo dos usineiros”, ver o terceiro capítulo da dissertação de mestrado de Lima (LIMA, 2001).



particularidades da agroindústria canvieira, em geral, e com as particularidades da agroindústria canvieira alagoana.

## CAPÍTULO III

### O “esbagaçamento” do trabalho: sofrimento físico e moral

#### 3.1- Breves considerações sobre o estranhamento do trabalho

Introduziremos esta seção retomando, de modo sintético, as distintas dimensões do estranhamento<sup>114</sup> do trabalho delineadas por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (ou *Manuscritos de Paris*), de 1844. Após essas breves considerações – que julgamos necessárias para compreensão do caráter multifacetado do estranhamento<sup>115</sup> –, analisaremos os efeitos do estranhamento do trabalho nos eitos de cana da contemporaneidade.

O primeiro aspecto do trabalho estranhado examinado por Marx foi o da relação dos trabalhadores com o produto do seu trabalho. Nessa relação, o objeto produzido pelo trabalhador – o produto do seu trabalho – “se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2004, p. 80). A “vida que ele [o trabalhador] concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha” (Idem, p. 81), como algo que não depende do trabalhador. Ademais, no trabalho estranhado, o produto do trabalho não pertence a quem o cria, e o criador não se reconhece no objeto.

Para Marx, o estranhamento não se manifesta apenas no resultado da produção – esse é apenas o seu aspecto mais evidente –, “mas também, principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria atividade produtiva” (Idem, p. 82). Essa é a segunda dimensão do estranhamento, que diz respeito à relação do trabalhador com a atividade da produção no interior do trabalho. O próprio processo laboral aparece como algo estranho

---

<sup>114</sup> Adotamos o uso do termo estranhamento a partir da tradução proposta por Jesus Ranieri, que considera os conceitos marxianos de *Entäusserung/Entfremdung* como noções articuladas, mas, com sentidos distintos. Por isso Ranieri propõe que *Entäusserung/Entfremdung* sejam traduzidos para o português por nomes também distintos: alienação/estranhamento. Nessa perspectiva, a “primeira [alienação/*Entäusserung*] está carregada de um conteúdo voltado à noção de atividade, objetivação, exteriorizações históricas do ser humano; a segunda [estranhamento/*Entfremdung*], ao contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que a primeira se realize em conformidade com as potencialidades do homem, entraves que fazem com que, dadas as formas históricas de apropriação e organização do trabalho por meio da propriedade privada, a alienação apareça como um elemento concêntrico ao estranhamento.” (RANIERI, 2001, p.7).

<sup>115</sup> É válido sublinhar que para Marx o fenômeno do estranhamento não se restringe apenas ao estranhamento do trabalho, ele se manifesta ainda em outras esferas da sociabilidade humana, tais como na religião, no direito, na moral e arte. Levando em consideração o objetivo do presente estudo, nos deteremos apenas em alguns aspectos do estranhamento do trabalho.

ao trabalhador, a sua própria atividade não lhe pertence, “ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele [...], a atividade do trabalhador não é sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo” (Idem, p. 82 e 83).

O estranhamento-de-si é um dos corolários do estranhamento da atividade produtiva:

A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si*, tal qual acima o estranhamento da coisa (Idem, p. 83).

A própria vida individual torna-se estranhada, pois ela é determinada por uma objetividade externa ao indivíduo, que sequer determina o conteúdo, o ritmo e a finalidade de sua atividade vital – o trabalho. Desse modo, o trabalho aparece somente “como um *meio* para satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física” (Idem, p. 84).

Conforme o trabalho estranhado estranha os homens e as mulheres do produto do trabalho, da própria atividade produtiva e de si mesmo; ele também os estranha do gênero humano. Pois, se a atividade vital consciente e livre é “o caráter genérico do homem” (*Ibidem*), com o trabalho estranhado essa relação é invertida “a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua existência” (Idem, p. 85).

O último aspecto do estranhamento do trabalho sublinhado por Marx é o estranhamento do outro:

Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, com o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (Ibid., p. 85-86).

De modo deveras resumido, são essas as múltiplas formas de estranhamento do trabalho presentes nos *Manuscritos de Paris*. Esse texto, escrito por Marx em 1844, ficou desconhecido por quase um século, sendo publicado apenas em 1932. Em *O Capital*, as questões ligadas ao estranhamento do trabalho ganharam novos contornos, sobretudo no capítulo acerca do fetichismo da mercadoria.

Seguindo as pistas desse capítulo, Lukács, que, em 1923<sup>116</sup>, ainda desconhecia os *Manuscritos de Paris*, desenvolveu formulações acerca da reificação que se assemelham às teses sobre o trabalho estranhado levantadas por Marx:

Desse fato básico e estrutural [o fenômeno da reificação] é preciso reter sobretudo que, por meio dele, o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas. E isso ocorre tanto sob o aspecto objetivo quanto sob o subjetivo (LUKÁCS, 2003, p. 2003).

Tanto o escrito de Marx quanto o de Lukács, cada um ao seu modo – o primeiro teorizando sobre o estranhamento e o segundo acerca da reificação – demonstram o caráter desumanizado e desumanizante do trabalho assalariado. Apesar de os elementos fundamentais do trabalho assalariado terem permanecido intactos até o presente momento, ocorreram significativas transformações nos processos de produção das mercadorias e no padrão de acumulação do capital nas últimas décadas do século XX. Como sugere Antunes (2011), essas mudanças acarretaram (e ainda acarretam) consequências na subjetividade dos trabalhadores e nas distintas formas assumidas pelo fenômeno do estranhamento.

Até aqui a nossa exposição do estranhamento pode ter aparecido, para alguns leitores, como um fenômeno meramente metafísico, todavia, como demonstraremos, ele tem concretude. Nos canais ele assume as características gerais já sublinhadas acima e que são intrínsecas ao trabalho assalariado. Porém, seria tautológico buscar apenas os atributos gerais do estranhamento nessa atividade, por isso, o que nos interessa, é sobretudo a apreensão das particularidades das formas de estranhamento nessa atividade laboral específica.

### **3.2- O “canguru” e outras sequelas da superexploração da força de trabalho**

Conforme demonstra Laet (2010), o trabalhador no canal paulista realiza, aproximadamente, 3.080 flexões de coluna (cerca de 1,88 flexões a cada 10 segundos) e pelo menos 3.498 golpes de facão para cortar 12.960 kg em um dia. Ademais, os equipamentos de proteção individual (EPIs) são, geralmente, desconfortáveis e inadequados, o que dificulta a execução dos movimentos<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> Em 1923 Lukács publicou o livro *História e Consciência de Classe*, que contém o capítulo “A reificação e a consciência do proletariado”.

<sup>117</sup> Os estudos da Fundacentro (GONZAGA, 2002; LIMA & GONZAGA, 2011) demonstram quão inadequados são alguns EPIs.

Diante do desgaste físico, intrínseco ao corte manual da cana, Alves (2007, p.33) chega a comparar o preparo físico exigido nesta atividade ao dos atletas de maratona. Segundo o autor:

O conjunto das atividades realizadas por um cortador de cana exige desgaste de energia que pode ser comparado ao desgaste de um atleta corredor fundista. O corredor de longas distâncias tem desgastes e necessidades de energia diferentes de um corredor velocista, que necessita de explosão. Os cortadores de cana com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, tão necessária aos velocistas. Predominam trabalhadores de pouca massa muscular, corpo seco, com pouca gordura e muita resistência física, que são características corporais de corredores fundistas. Para os cortadores de cana é fundamental a resistência física, necessária para a realização daquele conjunto de atividades repetitivas e exaustivas, realizadas a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia de 8 a 12 horas de trabalho diário.

A comparação que Alves faz com o atleta de maratona ilustra bem o alto nível de desgaste físico requerido no corte da cana. Todavia, existem algumas diferenças fundamentais entre o cortador de cana e um atleta que participa de competições de alto rendimento. No caso dos atletas competidores, como demonstrou Laet (2010), existem uma minuciosa preparação e um planejamento que antecede as competições. A alimentação deve ser adequada ao tipo de atividade que o atleta exerce. Os treinamentos não podem exigir, diariamente, o limite máximo do corpo, pois isso levaria a um baixo rendimento durante as provas. A alimentação também deve ser adequada ao tipo de atividade que o atleta exerce. No caso do corte da cana, não existem treinos, todo dia de trabalho é dia de prova, ou melhor, de provação. O estresse físico (ou Síndrome de *Overtraining*)<sup>118</sup> que é evitado no atleta, por meio de um treinamento balanceado, no caso do corte da cana não pode ser evitado. Para garantir o salário, que é determinado por produção, é preciso ultrapassar o limite do corpo todo dia, e, na maioria das vezes, em condições de insegurança alimentar<sup>119</sup>. Nos canaviais, é uma maratona por dia de trabalho durante, pelo menos, seis meses ao ano. Como o corpo pode passar por isso sem marcas?

No universo canavieiro alagoano é comum ouvir os trabalhadores utilizando o termo “canguru” (PLANCHEREL, QUEIROZ e SANTOS, 2010; YABE, 2013). O fato de o “canguru” ser uma palavra consolidada no vocabulário dos trabalhadores canavieiros

---

<sup>118</sup> De acordo com Barbosa (2010, p. 22) a Síndrome de *Overtraining* “é compreendida por sinais e sintomas caracterizados por diminuição da performance, fadiga, alterações do sono, diminuição de peso, aumento dos níveis séricos de lactato, alterações hormonais, imunológicas, hematológicas e psicológicas”.

<sup>119</sup> A pesquisa realizada pela nutricionista Carla Santos (2009) demonstrou que a maior parte dos trabalhadores canavieiros alagoanos investigados encontrava-se em condições de insegurança alimentar.

de Alagoas indica que o mesmo ocorre com frequência. Ela é uma palavra ressignificada: o “canguru” dos trabalhadores canavieiros não significa o animal australiano, porém, uma sequela do excesso de trabalho. Nas usinas paulistas ele também é comum, entretanto, em São Paulo é mais conhecido por outro nome, os trabalhadores o conhecem como “birôla” (SILVA, *et al*, 2006). O “canguru” ou “birôla” foi descrito por um médico de Jaboticabal, entrevistado por Novaes (2007, p. 107 e 108), da seguinte forma:

‘Quando o trabalhador é submetido a uma carga de trabalho e seu físico não está acostumado, e se ele estiver debilitado ou se for portador de uma doença preexistente, uma cardiopatia, ele pode ter morte súbita se submetido a trabalho excessivo com sudorese. A transpiração excessiva provoca perda de eletrólitos, de sais do organismo. Se você pegar a camisa de um trabalhador ela chega a estar branca por causa da perda de sais. A câibra é o primeiro sintoma de quando você tem distúrbios hidroeletrólítico. A câibra é o acúmulo de ácido láctico na musculatura. Ele fica todo contorcido, parece um possuído. Para você ter uma ideia, é quase como uma convulsão. E dói, dói muito aquilo. Um jogador de futebol, um atleta preparado quando tem câibra ele é substituído. Imagine um trabalhador rural que se submete a uma rotina dura de trabalho. O tratamento correto é a hidratação com soro fisiológico. Existem usinas agora que fornecem um pó para misturar na comida para algumas perdas de vitaminas e proteínas. Eu nunca presenciei uma morte súbita por decorrência de distúrbio hidroeletrólítico, de câibra. Geralmente, a pessoa chega morta no pronto socorro’.

Esse processo de câibras que domina todo o corpo e que pode levar até a morte<sup>120</sup>, descrito pelo médico de forma técnica, mas, ao mesmo tempo, compreensível para um leigo, foi exposta por um trabalhador canavieiro da seguinte forma<sup>121</sup>:

*Entrevistado: Umás duas horas da tarde deu uma câibra na coxa. Câibra foi essa que eu caí no chão e comecei a gritar... Quando o vizinho de eito chegou lá eu já estava todo entrevado. Apesar disso ter acontecido, ainda foram esperar os trabalhadores acabar, para poder a gente vir embora. Até por baixo da língua dava câibra. Se eu fizesse qualquer movimento brusco que usasse algum nervo, dava câibra. Costela, barriga... por todo canto, onde tem músculo, a câibra pegou. Vomitei verde, bem verde mesmo: aquela água verde... Estado, digamos assim: de morte mesmo! Que chega a um ponto que a pessoa não sente nada. É tanta dor no corpo, que mais nada que aconteça a pessoa sente. [...] Calado, justamente para não fazer força. Para não fazer nenhum movimento brusco. [...] O desengano veio e a primeira coisa que eu pensei foi: se eu morrer eu não vou ver minha mãe de novo. Foi quando no meio de tanta dor veio o choro. Foi bem difícil mesmo. O desengano chega num momento, e é difícil de sair. O choro*

---

<sup>120</sup> Segundo o médico de uma usina alagoana, o “canguru” pode resultar em “morte, porque é um distúrbio hidroeletrólítico, e isso mexe com as células, que são as unidades fundamentais, e se não for atendido, hidratado e não tiver repostos esses eletrólitos, pode acontecer” o óbito.

<sup>121</sup> Entrevista realizada em 2014 no município de Teotônio Vilela.

*foi só lágrima. Porque nem força dava, quando bateu aquele tranco na garganta... [..] Uma teoria que o povo usa aqui... me enrolaram de borracha, que dizem que borracha acalma a câibra. E de certa forma acalmou um pouco. Era borracha de câmara de ar. Amarraram nos meus braços, nas pernas, barriga, pescoço. É um negócio que não é de se acreditar muito, mas de certa forma acalmou um pouco.*

*Pesquisador: Já ouviu falar de algum cortador de cana que morreu por excesso de trabalho?*

*E: Eu vi, a uns quatro anos atrás, que morreram duas pessoas, dois sertanejos em uma usina. E foi através do trabalho.*

*P: Usina daqui de Alagoas?*

*E: Sim, daqui de Alagoas.*

Em pesquisas anteriores, também ouvimos com frequência relatos sobre o “canguru” (VERÇOZA, pp. 84 e 85, 2012):

**Pesquisador (P):** O senhor já viu alguém desmaiar, ou ir para o hospital e morrer?

**Entrevistado (E):** Oxe, já vi muito!

**P:** Já viu falecer também? Em decorrência do esforço?

**E:** Dos tempos em que eu trabalhei só vi um.

**P:** Faleceu?

**E:** Faleceu, ele...

**P:** Caiu no corte?

**E:** Deu um negócio lá no serviço e levaram ele para o hospital. Quando ele chegou lá, morreu.

**P:** Foi aonde isso?

**E:** Isso aí foi na usina Seresta.

**P:** Em que ano? Há quanto tempo atrás, mais ou menos?

**E:** Tá com a faixa de uns dezoito anos. Por aí assim. Só foi quando eu vi. Agora, gente desmaiar assim, já vi um bocado.

**P:** Como é que chama quando desmaia?

**E:** Aí quando desmaia diz: “chega que o ‘canguru’ pegou ali o rapaz”. Já deu em mim esse tal de “canguru”.

**P:** Já deu “canguru”?

**E:** É um tipo de fraqueza que dá na gente, e chega câibra por todos os cantos. As usinas não fornecem ao cara um “suquinho”, é (...) potente, assim de limão. Um negócio assim e outro. Eles não querem saber de nada, eles só querem a safra dele terminada.

**P:** Quando deu o “canguru”, o senhor fez o quê?

**E:** Fica lá no chão caído e pronto.

**P:** Não foi para o posto não?

**E:** Não. Eu não fui para o posto, não. Porque às vezes fica em um canto meio longe da usina, aí às vezes o rádio não chega, não tem ninguém ali para avisar.

**P:** Nem mandaram ambulância?

**E:** É. Aí o “canguru” ali, ele dá e depois vai saindo de novo.

**P:** Aí o senhor se recuperou lá mesmo?

**E:** É, me recuperei no serviço mesmo.

**P:** Mas voltou a trabalhar depois do “canguru”, no mesmo dia?

**E:** Não. Voltei mais não. Porque não aguentava mais não. Passei dois dias sem trabalhar.

Esses casos de “canguru” ou “birôla” multiplicam-se nos eitos da cana. Eles são recorrentes. Um trabalhador nos relatou que quem vivencia esse processo generalizado de câibras costuma encolher os braços junto ao corpo, de tal forma, que se assemelha a posição das patas do canguru australiano. Para o entrevistado o nome “canguru” decorre dessa trágica e surreal semelhança. O “pulo do canguru” vai se transfigurando em perda de si. O corte de cana torna-se corte de si. O trabalhador estranha os seus movimentos, não se reconhece naquela convulsão autônoma. Está diante de si como se estivesse diante de um “canguru”. Está diante da cana como se estivesse diante de um ente personificado que o transfigura<sup>122</sup>. Desse modo, o “animal se torna humano e o humano animal” (MARX, 2008, p. 181).

No entanto, cabe ainda frisar, na esteira de Weil (1996), que esse processo deve ser compreendido para além da fadiga do corpo dos trabalhadores, pois, existe ainda a fadiga na alma. Afinal, como é possível que casos como a perda de controle sobre os movimentos do próprio corpo durante o trabalho (“canguru” ou birôla) – experiência extrema de estranhamento do ser – não atinjam também a subjetividade dos trabalhadores? Como é possível aguentar tais agruras? Como afirma Silva (2012, p. 23), a “barbárie produzida no i-mundo do trabalho atinge o fundo de ser, da condição humana”.

Vejamos agora um trecho da entrevista que realizamos com um pequeno agricultor, dono de uma pequena propriedade rural em Major Izidoro, município do sertão de Alagoas, que, várias vezes, durante a safra da cana migrou para a Zona da Mata alagoana para trabalhar no corte da cana. Por meio desse trecho da entrevista podemos continuar o paralelo que Alves fez entre o cortador de cana e o atleta.

*Pesquisador (P): Quando o senhor estava lá cortando cana, sentia alguma moléstia... tontura?*

*Entrevistado (E): Não. O que eu sentia às vezes era escurecimento de vista. Mas isso aí era besteira, era comum, não é? [um pequeno riso]*

*P: Não era dos agrotóxicos?*

*E: Não sei. Mas não dava para cair não. Dava só aquele escurecimento de vista.*

*P: Ou o sol quente?*

*E: É.*

*[...]*

---

<sup>122</sup> No apêndice segue uma descrição do “canguru” em forma de conto literário.



*P: Quando o senhor tinha escurecimento da vista, o que o senhor fazia?*

*E: Eu ficava parado um pouquinho e passava. Depois, quando passava, eu continuava a trabalhar.*

Será que um atleta de maratonas ou de outras provas de longa distância considera comum ter escurecimento de vista? Talvez isso possa ocorrer durante uma competição que exija o limite do corpo, mas, certamente, o escurecimento de vista não faz parte do cotidiano do atleta. Os treinamentos não podem exigir diariamente o limite máximo do corpo, pois isso atrapalharia o desempenho do atleta.

O trabalhador entrevistado ainda que afirme, com certo orgulho, que o escurecimento da vista era frequente, mas que para ele isso era “besteira”, nega que o duro trabalho no canavial tenha deixado sequelas em seu corpo. Como explicar a saúde de ferro desse homem de trinta e oito anos que já foi safrista no corte da cana várias vezes, e que, segundo ele, cortava uma média entre oito e doze toneladas diárias, dependendo da qualidade da cana? Ou este trabalhador é um fenômeno da resistência física, ou omitiu alguma sequela física decorrente do “serviço pesado” (SANTOS, 2009). Por que ele nos omitiria isso?

Um dos caminhos para compreender esse orgulho que o faz revelar a dureza do trabalho através da frase “é besteira escurecer a vista”, e que ao mesmo tempo o faz esconder as sequelas que esse trabalho duro deixa no corpo, esteja no personagem Fabiano, de *Vidas Secas*<sup>123</sup> (RAMOS, 2005). Se partirmos dessa perspectiva, veremos que o orgulho em mostrar que o trabalho é duro somente existe porque o orgulho maior está em mostrar que ele é mais duro do que o trabalho. Dessa maneira, faz sentido esconder marcas que demonstram a superioridade do trabalho estranhando sobre o trabalhador.

Dejours, que se deparou diversas vezes com a omissão da doença e do sofrimento durante suas pesquisas, analisa essa problemática como uma das “estratégias defensivas” dos trabalhadores pauperizados, que o autor denomina como “subproletariados”:

Seja em relação à prática médica ou à pesquisa a respeito da saúde, uma primeira observação se impõe de imediato. A reticência maciça em falar da doença e do sofrimento. Quando se está doente, tenta-se esconder o fato dos

---

<sup>123</sup> Para ilustrar, achamos pertinente transcrever um pequeno trecho que revela um dos polos da contradição na autoimagem que Fabiano constrói:

– *Você é um bicho, Fabiano.*

*Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.* (RAMOS, 2005, p.19)

outros, mas também da família e dos vizinhos. É somente após longas voltas que se chega, às vezes, a atingir a vivência da doença, que se confirma como vergonha: bastou uma doença ser evocada para que, em seguida, venham numerosas justificativas, como se fosse preciso se desculpar. Não se trata de culpa no sentido próprio que refletiria uma vivência individual, e sim de um sentimento coletivo de vergonha: “Não é de propósito que a gente está doente”. Maciçamente, com efeito, emerge uma verdadeira concepção de doença própria ao meio. Concepção dominada pela acusação. Toda doença seria de alguma forma voluntária: “Se a gente está doente, é porque é preguiçoso”. “Quando a gente está doente se sente julgado pelos outros”. Acusação cuja origem não se conhece claramente, acusação pelo grupo social no seu conjunto. Essa atitude em relação a doença pode ir muito longe: “Quando um cara está doente, acusam esse cara de passividade”, e se ele se afunda mais na doença e no sofrimento, é porque ele quer e porque ele cede à passividade. A associação entre a doença e a vagabundagem é característica do meio [...] (DEJOURS, 1992, p. 29 e 30).

Faz sentido esconder a doença e o sofrimento porque esses fatores estão associados ao parar de trabalhar, ao desemprego. Isso acarreta não só maior dificuldade de sobrevivência do trabalhador e de sua família, mas, também, na vergonha de ser acusado de vagabundo ou preguiçoso. Em atividades laborais que exigem um elevado dispêndio de energia articulado com altíssimas metas de produtividade, estar doente é sinônimo de estar caminhando no fio do facão e à beira do desemprego, é estar prestes a ser cortado.

Aqueles que não conseguem mais trabalhar em decorrência do adoecimento, ficam em uma situação parecida com a do personagem *Gregor Samsa* no livro *A Metamorfose* (KAFKA, 1997): que, ao ficar incapacitado para o trabalho, é visto como um outro ser (um “monstro”) que é responsável pela desgraça e pela vergonha da família, um “monstro” que deve ser escondido dos vizinhos, é como um estorvo para *outrem* e para si. O próprio *Gregor Samsa* também enxerga a sua metamorfose a partir dessa ótica, apesar dele não ter o mínimo controle sobre ela (deixar de trabalhar não foi uma escolha), ele ainda se sente responsável por sua condição de improdutivo. A vergonha que os outros sentem dele resulta em uma vergonha de si.

Outros trabalhadores nos relataram a experiência de trabalhar com dor numa atividade que exige elevado dispêndio de energia:

*Pesquisador (P): Foi muito tempo trabalhando com dor?*

*Entrevistado (E): Foi o tempo todinho, já ouviu falar em hérnia de disco?*

*P: Já. Dói muito?*

*E: Oxe, Ave Maria!*

[..]

*P: E tinha dia que o senhor não aguentava trabalhar?*

*E: Tinha.*

*P: Por causa da dor?*

*E: É. Tinha que ir... olha!*

*P: E o fiscal?*

*E: O fiscal ficava mangando [rindo]! Você acredita que o fiscal me fez ir trabalhar à pulso? O fiscal e o administrador. E eu dizendo que não podia. Ele me fez trabalhar à pulso... por que? À pulso assim: não pegado a força, mas ou eu trabalhava ou era dispensado por justa causa. Tinha hora, assim, que eu chorava... meu Deus do céu! Mas o “cabra” trabalhar a força assim que nem eu, chorando da lágrima correr de dor, sem o “cabra” poder se abaixar e nem pegar peso de nada no trabalho. Forçado por causa do administrador. [...] Disse ao fiscal e o administrador que trabalhava à pulso. Chorando [disse]: “Rapaz, eu não posso não. Estou doente.” [Eles respondiam:] “Tá com manha! Isso é manha! Se você não for vai ser suspenso por justa causa.” Me intimidei, olha....*

Relatos como esse, demonstram não somente o sofrimento de trabalhar com dor em uma atividade que exige tanto do corpo, mas também a humilhação por não conseguir comprovar a existência da dor, a humilhação presente na ameaça de demissão e na acusação de que não haveria dor, mas sim “manha”. Situações desse tipo expressam uma dupla dor: tanto corpórea, quanto moral. A voz do entrevistado era carregada de revolta moral. Após anos atingindo a média, ele não conseguia mais alcançá-la. Por causa da hérnia de disco, tinha dificuldades para realizar um simples agachamento. Após seus superiores questionarem por meses a veracidade de sua dor, recomendaram que ele pedisse demissão<sup>124</sup>. Ele não seguiu a recomendação dos superiores e, somente depois de um longo período trabalhando em outras funções, e outro (de 5 anos) no qual recebia benefício, conseguiu comprovar que as dores eram decorrentes da hérnia de disco e, finalmente, recebeu a aposentadoria.

Conversamos com outros trabalhadores que receberam – ou que ainda continuam recebendo – benefícios, eles nos relataram que essa situação é marcada pelas frequentes idas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pela incerteza de renovação do benefício. A incerteza decorre do parecer da Perícia Médica, que pode concluir que o trabalhador afastado tem condições de retornar ao trabalho no corte da cana, algo que

---

<sup>124</sup> Até a assistente social da usina sugeriu que ele pedisse demissão. O médico da usina disse-lhe: “como médico da empresa também devo recomendar que o senhor peça demissão, mas o senhor pede se quiser”. O entrevistado entendeu o “peça se quiser” como um sinal, implícito, de que ele não deveria pedir demissão e, assim, o fez.

acarreta muita ansiedade. Sobre essa situação, alguns entrevistados nos relataram o seguinte:

*Entrevistado 1: Prefiro trabalhar para comer piaba com farinha, do que estar recebendo, mas sem poder trabalhar.*

*Entrevistado 2: É melhor trabalhar mesmo que seja para ganhar, somente, 100 reais, do que estar como estou agora, doente e no benefício.*

Essas falas são carregadas de certa vergonha, ao mesmo tempo em que evidenciam o desejo de demonstrar o não-trabalho como algo contrário a própria vontade<sup>125</sup>. Sobre a ideologia da vergonha, Dejours, faz a seguinte observação:

[...] Vê-se que o trabalho atravessa profundamente a vivência da doença: doença-avesso-do-trabalho, a tal ponto que a falta de trabalho torna-se, em si, um sinônimo de doença: “Quando alguém diz para um cara que ele está muito velho para trabalhar ou que ele não é mais capaz de continuar, é como se ele estivesse doente”.

Doença e trabalho! Este par indissolúvelmente ligado guarda um conteúdo específico: a ideologia da vergonha erigida pelo sub-proletariado não visa a doença enquanto tal, mas a doença enquanto o impedimento ao trabalho. [...] A angústia contra a qual é dirigida a ideologia da vergonha não é a do sofrimento, da doença ou da morte; a angústia que ele ataca é, através da doença, a destruição do corpo enquanto força capaz de produzir trabalho.

Mas nem todos conseguem comprovar que a impossibilidade de continuar trabalhando decorre de um problema de saúde – sobretudo, os safristas<sup>126</sup>. Entrevistamos um trabalhador que, aos 52 anos de idade já não servia mais para os usineiros. No tempo em que ele foi útil ao capital agroindustrial canavieiro, fazia uma média de 7 a 9 toneladas diárias em solo alagoano. No Mato Grosso, chegava a fazer 12 toneladas em média. Começou a trabalhar com 8 anos de idade, ainda no sistema de feixes. Sua trajetória é marcada por ser “permanentemente temporário” (PLANCHEREL, ALBUQUERQUE & MELO, 2010) e com muitos momentos em que havia uma “permanente migração temporária” (SILVA, 2004, p.59). Chegou a trabalhar como safrista em Pernambuco,

---

<sup>125</sup> Relembrando que quem está nessa condição muitas vezes é considerado preguiçoso, como se a doença fosse, “de alguma forma, voluntária” (DEJOURS, 1992, p.29).

<sup>126</sup> Em geral, os trabalhadores safristas encontram maiores dificuldades para acessar o benefício do que os que trabalham por tempo indeterminado. Quando a safra acaba, os mesmos seguem com suas dores e doenças sem vínculo empregatício algum. No período da entressafra, os trabalhadores contratados por tempo indeterminado, realizam o corte de cana crua para semente, trabalham no plantio e nos tratamentos culturais.

Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e São Paulo, podendo ser comparado a um caminhoneiro que “mora no mundo e passeia em casa” (SANTOS, 2004, p. 285). Durante alguns anos, cortava cana na safra de Alagoas e migrava, no mesmo ano, para cortar em outros estados. Esse entrevistado já trabalhou em dez usinas de Alagoas, tanto com carteira assinada, quanto como clandestino.

Atualmente, esse trabalhador encontra-se desempregado “por conta do desmantelo”.<sup>127</sup> Mostrou-me a cicatriz do corte do facão acima do joelho, mas não foi esse o referido “desmantelo”, visto estar sarado há muito tempo. O motivo de estar “encostado” (desempregado), afirma o entrevistado, era a hérnia de disco. Esse trabalhador que já cortou cana das 5 horas às 21 horas, iluminado por farol de trator e caminhão no término da moagem, conclui sua entrevista dizendo: “hoje o que eu tenho é doença”.

O mais assombroso é que esse não é um caso isolado, nas cidades da Zona da Mata alagoana encontram-se amiúde trabalhadores na faixa etária entre quarenta e cinquenta anos de idade e que não estão mais enquadrados no perfil de trabalhador extremamente produtivo<sup>128</sup>. No interior do grupo dos “descartados” estão as mulheres, que foram excluídas das diversas etapas de trabalho nos canaviais alagoanos (colheita, plantio, tratos culturais).<sup>129</sup> Dentre os que ainda não foram descartados, muitos têm, ao longo das safras, a saúde corroída pela elevada intensidade do trabalho. Grande parte desses ex-cortadores de cana não se aposenta em decorrência da dificuldade de comprovação do nexos causal entre o trabalho e o adoecimento. Ademais, no tempo em que eram moradores dos engenhos e usinas, os mesmos não trabalhavam com carteira assinada. Diante do limbo da “inflexibilidade do não-emprego” (SILVA, 2004, p.42), muitos dos descartados passaram a engrossar as fileiras dos movimentos por reforma agrária. Outros vivem de pequeninos “bicos” e com o auxílio do programa Bolsa Família<sup>130</sup>.

Essas situações remetem ao conto *O que a vida significa para mim*, de Jack London – autor que, no início do século XX, conviveu com homens “estropiados,

---

<sup>127</sup> O termo “desmantelo” provavelmente derive da expressão “estar desmantelado”, que pode significar desconjuntado, desajeitado ou desarranjado. No fundo, o sentido empregado pelo entrevistado foi o de fisicamente arruinado.

<sup>128</sup> Que alcancem, no mínimo, uma média diária exigida pelas usinas.

<sup>129</sup> Uma usina situada no município de Teotônio Vilela emprega aproximadamente dois mil trabalhadores no corte manual da cana; entre esses, existe apenas uma mulher.

<sup>130</sup> É válido mencionar que a maioria esmagadora das famílias de cortadores de cana conta com o auxílio do Bolsa Família.

comidos e desfigurados pelo trabalho, pelas agruras e pelos acidentes e dispensados por seus patrões como cavalos velhos” (LONDON, 2008, p.32):

Sapatos, credibilidade e honra têm como se renovar. Constituem estoques imperecíveis. Mas os músculos, estes não se renovam. Quando um comerciante vende seus sapatos, repõe o estoque. Mas não há como repor o estoque de energia do trabalhador. Quanto mais vende sua força, menos sobra para si. A força física é sua única mercadoria, e a cada dia seu estoque diminui. No fim, se não morreu antes, vendeu tudo e fechou as portas. Está arruinado fisicamente e nada lhe restou senão descer aos porões da sociedade e morrer na miséria (Idem, pp. 21 e 22).

O trecho no qual London afirma que, “no fim, se [o trabalhador] não morreu antes”, pode ser interpretado como uma força de expressão, todavia, se transpormos essa frase para a realidade dos canaviais alagoanos, ela pode ser entendida ao pé da letra, em sentido literal:

*Pesquisador (P): Já soube de alguém que morreu durante o trabalho?*

*Entrevistado (E): Conheci um.*

*P: Foi como que ele morreu?*

*E: Ele morreu no serviço mesmo. Ele estava trabalhando... por que tem gente que às vezes força, não é? Então o pessoal chegou para pegar ele, mas ele se ajoelhou e já era.*

*P: Era da sua turma?*

*E: Sim.*

*P: Cortando cana?*

*E: Sim. Ele já foi retirado pelo IML<sup>131</sup>.*

*[...]*

*P: Ele estava cortando e morreu no lote?*

*E: Sim.*

*P: Você o conhecia?*

*E: Conhecia. Ele tinha até uma venda e nós comprávamos lá. E ele não era alagoano, ele era um paraibano.*

*P: Se esforçou muito cortando cana?*

*E: Ele já era um senhor de idade, eu acho que o problema dele foi de pressão.*

*P: Ele já tinha mais de quarenta anos?*

*E: Tinha, ele já tinha uns cinquenta anos. E isso acho que foi problema de pressão.*

*P: O senhor chegou ver o corpo dele?*

---

<sup>131</sup> Instituto Médico Legal.

*E: Sim, nós vimos.*

*P: Como foi na hora?*

*E: Na hora foi um alvoroço danado, e ainda deu um probleminha, mas os filhos, que ele tinha muitos filhos homens [...]*

*P: E corpo dele estava como, quando o senhor viu?*

*E: Estava emborcado, primeiro de joelho e depois emborcou, não teve como tirar, ele morreu rápido [...]*

*P: Mas o senhor acha que alguém pode se esforçar tanto a ponte de morrer?*

*E: Pode. Assim, pela minha vontade de trabalhar e a de outros que ainda trabalham mais do que eu, que você ainda vai entrevistar, como aquele magro mesmo, o Juarez, é o melhor da nossa equipe, ele é o primeiro que pega nos eitos. Então um cara desse é jovem e tem muito fôlego, sabe? Ele trabalha mais do que eu. Mas teve um dia que ele parou, pois não tinha condições, porque o canguru ia pegá-lo. Por quê? Tinha dois homens que iam atrás dele e não conseguiam acompanhá-lo. Isso foi perto de Campo Alegre, e deu, porque não trepa um cara daquele... Pois nesse dia ele parou e foi para trás do ônibus dizendo que uma coisa doía nele. Então eu acredito que se a pessoa forçar mesmo ela morre.*

Mortes como essa não são como um raio em céu azul. Durante os anos 2004-2005, foi registrado o falecimento de 13 trabalhadores dos canaviais paulistas em razão do excesso de trabalho (SILVA *et al.*, 2006). Apesar das denúncias feitas por agentes da Pastoral do Migrante, e das audiências públicas promovidas pelo Ministério Público de São Paulo, as mortes ocultas (que, quase sempre, ficam escondidas por detrás da fuligem dos canaviais), continuam ocorrendo nos eitos paulistas<sup>132</sup>. Ao longo da supracitada pesquisa *Novas configurações do trabalho nos canaviais. Um estudo comparativo entre os estados de São Paulo e Alagoas* (2011-2013), também ouvimos relatos de canavieiros que presenciaram a morte de colegas. Um deles, baiano que havia migrado para o corte da cana em Fernandópolis/SP, narrou o encontro com o corpo do companheiro de labor, que morreu abraçado a touceira de cana. Apesar do calor escaldante, seu corpo já estava frio no momento em que foi encontrado. Os músculos, travados, não largavam o podão,

---

<sup>132</sup> A Pastoral do Migrante conseguiu registrar seis casos de morte em 2006, quatro em 2007 e, até julho de 2008, um caso (FACIOLI, 2009) – lembrando que essa forma de morte dificilmente consta nos registros. De acordo com Laat (*et al.*, 2008), eles eram trabalhadores jovens, tinham entre 24 e 50 anos de idade, todos eram migrantes. Conforme demonstrou Alves (2006, p. 91), nos atestados de óbitos conta somente que os “trabalhadores morreram ou por parada cardíaca ou insuficiência respiratória ou acidente vascular cerebral. Amigos e familiares, porém, relaram que antes de morrerem eles haviam reclamado de excesso de trabalho, dores no corpo, câimbras, falta de ar, desmaios etc.”

não largavam a cana. Foi preciso força para libertar o corpo do instrumento de trabalho e da matéria-prima.

Mortes desse tipo, no Japão, receberam um nome específico: *karoshi*. “No qual *KARO* significa excesso de trabalho e *SHI*, morte” (CARREIRO, 2007, p. 131). Esse quadro de esgotamento letal, ou “overdose por trabalho” (SILVA *et al*, 2006), é reconhecido oficialmente pelo governo japonês<sup>133</sup>. O *karoshi* é um retrato macabro e emblemático de quando “a vida engendradora de vida” – o trabalho – (MARX, 2004) se converte em vida engendradora da morte.

Retornando, mais especificamente, ao tema do trabalho no corte manual da cana, em recente pesquisa de doutorado pela Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo), a pesquisadora Cristiane Maria Galvão Barbosa, motivada pela indignação diante das mortes que vêm ocorrendo nos canaviais paulistas, acompanhou 28 trabalhadores canavieiros durante e depois da safra. A autora concluiu que o trabalho nos canaviais provoca alterações cardiovasculares e respiratórios na saúde dos trabalhadores investigados. Em um dos trechos de sua pesquisa, Barbosa (2010, pp, 7 e 8) afirma que:

A fadiga, segundo Rossi L., pode ser definida como um conjunto alterações causadas pelo trabalho ou exercício prolongado, que leva a uma diminuição da capacidade funcional de manter o rendimento esperado. Entre os cortadores de cana é frequente a referência a fadiga.

Agravando ainda mais a situação destes trabalhadores outras manifestações patológicas podem também estar presentes decorrentes da ação do calor durante o corte de cana.

As manifestações clínicas da exposição ao calor são em geral inespecíficas e de caráter progressivo. Inicialmente aparece o edema de membros inferiores, devido à vasodilatação periférica. Em seguida é comum a aparição de câimbras, que ocorre pelo desequilíbrio hidroeletrolítico, sendo este sintoma um alerta sobre a possibilidade de lesões mais graves decorrentes do calor excessivo. Se o quadro evoluir, sintomas de exaustão com a presença de bradicardia, hipotensão e síncope podem se manifestar e finalmente um quadro de hipertermia poderá se instalar podendo levar à morte, se medidas terapêuticas não forem tomadas a tempo.

[...]

Todo este processo que demanda esforço físico excessivo e que pode estar associado à hipertermia e desbalanço eletrolítico é reconhecido como causa de lesão muscular, com rabdomiólise, podendo levar a insuficiência renal aguda, outra consequência que não pode ser descartada no trabalho realizado no corte de cana.

O perfil de morbidade dos cortadores reflete as condições de trabalho e exposição a fatores de riscos a que os mesmos estão submetidos. As queixas de sintomas inespecíficos como câimbras, dores nas pernas, cefaléia, cansaço físico e distúrbios visuais, associados a problemas osteomusculares predominam, conforme relatos de diversos estudos.

---

<sup>133</sup> Segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho japonês, anualmente 20 a 60 famílias são diretamente afetadas pelo *Karoshi* (CARREIRO, 2007).



Nesse fragmento, Barbosa reitera que o elevado dispêndio de energia requerido nessa atividade laboral, associado ao calor excessivo dos canaviais, acarretam “sintomas de exaustão” e, caso o tratamento adequado não seja realizado a tempo, esse quadro pode levar o trabalhador à morte. A autora também destaca outras possíveis sequelas, como: lesão muscular, insuficiência renal aguda, cefaleia, distúrbios visuais e problemas osteomusculares.

É importante não esquecer também dos casos de vidas ceifadas pelos acidentes de trabalho. Segundo relatório do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2013), em 2012, foram registrados 3.344 acidentes nas usinas alagoanas, representando 59% do total de acidentes registrados no estado. A análise dos dados indica que a maior parte dos acidentes dessa agroindústria ocorreu com os trabalhadores rurais (2.190 ou 65,5%). As partes do corpo mais atingidas nos acidentes do setor são os membros superiores e inferiores. O relatório ainda salienta que:

No ano de 2012 foram registrados 3.344 acidentes por meio da CAT, sendo 5 fatais. Possivelmente, a ocorrência dos acidentes nesse setor é *ainda maior*, devido à grande *subnotificação* da CAT [Comunicação de Acidente de Trabalho].

[...]

Cerca de 96% dos acidentes do setor são típicos. Deve-se observar que as doenças de trabalho são altamente *subnotificadas*, portanto, sua ocorrência é *provavelmente maior* do que a revelada pelos dados da CAT. (MTE, 2013, p.12. Grifos nossos).

Chama a atenção, o fato de cinco mortes terem sido oficialmente registradas no ano de 2012. O relatório não esclarece os motivos dos óbitos, mas indica que esses números podem ser maiores, porque a subnotificação é uma prática recorrente nessa agroindústria. Conforme argumenta Silva (2008c, p. 18):

A subnotificação está atrelada às formas de disciplina e controle existentes nesse sistema produtivo. Muitos trabalhadores relataram que aqueles que solicitam muitos atestados médicos – considerados ‘os reis do atestado’ – podem sofrer punições, como suspensão ou até mesmo perda do emprego. Para evitar essa situação, recorrem à automedicação, sendo muito comum levarem para o trabalho remédios para dores nos braços ou outros sintomas. Em se tratando de atividades que exigem o adestramento do corpo, possíveis pausas podem comprometer o rendimento do trabalho, afetando os interesses lucrativos das empresas. Por essa razão, aqueles que sofrem cortes ou rachaduras das mãos, causados pelos suores e pela qualidade ruim das luvas, muitas vezes não se ausentam do trabalho, em virtude do medo de serem substituídos por outros.

Entrevistamos uma cortadora de cana – a única mulher em uma usina que emprega aproximadamente 2.000 trabalhadores canavieiros –, que estava se recuperando de um corte no polegar.



**Foto 15: Corte decorrente do trabalho na colheita da cana. Foto: Lúcio Verçoza, novembro de 2014.**

Abaixo segue parte do relato sobre o acidente:

*Pesquisador [P]: A senhora já viu algum acidente no trabalho?*

*Entrevistada [E]: Não, só negócio de corte, assim... coisa besta! Corte de facão essas coisas...*

*P: E a senhora já se cortou?*

*E: [risos] Sete dias de atestado eu peguei, olha! [mostrando o ferimento]. Coisa que não gosto... Tirei os pontos ontem. Segunda-feira já é para voltar ao trabalho. Agora é bom de pegar a cana [em tom irônico]... Eu vou conseguir? Tem que prosseguir para não pegar mais atestado.*

*P: Costurou onde quando teve o acidente?*

*E: Eu costurei no hospital.*

*P: E foi como que aconteceu?*

*E: Quando eu estava trabalhando, peguei o mói de cana. Quando fui para esteira, estava cheio de rama. Aí passei o facão para cortar a rama, foi na hora que o facão, que estava muito amolado, cortou a rama e foi para o meu dedo.*

*P: E a senhora estava com aquela luva?*

*E: Estava com a luva. Levei a luva para usina para eles verem que eu estava com ela, só que no lugar do dedo ela... Ela tinha proteção nesse dedo grande aqui.*

*P: No indicador.*

*E: Nesse daqui ela não tem.*

*P: No polegar, não?*

*E: Sim. [...] Porque essa parte, aqui, tem os nervos. Aí elas costumam botar nessa parte de cima, mas só que nessa onde fica escondido, às vezes, ela não costuma botar. Tem umas que vem com eles [proteção mais completa], mas essa não tinha.*

*P: Quando bateu, a senhora não ficou com medo de perder o dedo?*

*E: Não. Eu vou fazer o que se perder? Se perder não tem nada (risos).*

*P: E sangrou muito na hora?*

*E: Sangrou. Sangrou muito. Já era para ter sarado, é porque cortou no nervo. Por isso que ainda não sarou.*

*P: E a dor foi grande?*

*E: Ainda está doendo. Tem hora que parece até que levei o corte na hora. De vez em quando dá uma dor que parece que até que estou me cortando.*

*P: E completou uma semana agora?*

*E: Foi. Hoje está com nove [dias].*

*P: E a senhora acha que vai ter condições de na segunda-feira voltar com o dedo assim?*

*E: Vou, tenho que ir trabalhar assim mesmo.*

*[...]*

*L: Quando ocorre isso normalmente é o que? É o cansaço...*

*E: Que se corta?*

*P: É.*

*E: É não, é a ligeireza. Você está cortando, aí você não imagina que de repente... É como se o facão cegasse você. O facão vem para sua mão sem você querer, você está trabalhando ali: vai, vai cortando, de repente o facão escapole e corta. Vem você, mete o facão na cana, aí corta a cana e vem diretamente para seus pés. Por isso mesmo que eles usam a caneleira, leva muita pancada de facão nas pernas.*

*P: E a caneleira? A senhora já levou pancada de facão?*

*E: Ela já levou. É toda pinicada de facão. Imagina se eu não tivesse com ela, como é que estava as minhas pernas de corte.*

*P: E tem a ver mais com a ligeireza?*

*E: É, tem a ver mais com a ligeireza. Se você não jogar o facão com força para cortar, se você jogar devagarzinho, você nunca vai conseguir cortar. E quando você vai cortar, você não vai cortar de uma e uma, você tem que corta cinco, quatro.*

*P: Num só golpe?*

*E: Num só golpe você tem que cortar cinco, seis, oito... tem vezes que a pessoa corta até oito canas de uma vez, de uma “facãozada” só.*

*P: E aqueles[trabalhadores] que começam cortando devagar?*

*E: Aqueles que começam cortando devagar perdem muitos pedaços. [...] Vai ficar dando muitas pancadas, e cada pancada que você dá fica perdendo os pedaços de cana. Aí você perde muita cana, você tem que ir com força, jogar o facão com força para cortar de uma vez.*

*P: E quem não sabe cortar, quem está começando e fica de uma cana para outra? O “jacaré”<sup>134</sup> pega?*

*E: Tem que pegar, porque não faz a média exigida, aí chama de “jacaré” por causa disso. Por isso tem que ter ligeireza.*

Decidimos transcrever esse longo trecho, porque dele podemos apreender diversas dimensões subjacentes ao acidente de trabalho. A primeira diz respeito a reação da trabalhadora diante do polegar cortado, ela não encarou essa situação como acidente, mas sim como “coisa besta”, como algo corriqueiro, intrínseco ao trabalho no corte da cana. Em seguida afirmou que não tinha medo de ter o dedo amputado, pois, se ela “perder o dedo, não tem nada”. Como interpretar essa negação do medo e do sofrimento? Para elucidar tal questão, parece-nos pertinente recorrer a ideia de estratégias defensivas e de “normalidade sofrente”:

A normalidade é interpretada como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário. Pode-se propor um conceito de “normalidade sofrente”, sendo pois a normalidade não o efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma “normalização” pejorativa e desprezível, obtida pela interiorização da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho.

Necessárias à proteção da saúde mental contra os efeitos deletérios do sofrimento, as estratégias defensivas podem também funcionar como uma armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz sofrer (DEJOURS, 2000, p. 36).

---

<sup>134</sup> Termo nativo para a seleção que elimina os trabalhadores com as menores médias. Os trabalhadores “pegos” pelo “jacaré”, são demitidos.

A aparente ausência de medo e de sofrimento, presente em alguns momentos do relato da entrevistada, não significa necessariamente ausência de ambos. Como sugere Dejours, o seu mascaramento muitas vezes tem relação com as formas de se defender (coletiva e individualmente) de condições de riscos e perigos reais. É necessário manter os cortes de facão, o “canguru” e a picada de cobra, longe da lembrança, ou então, tratá-los como “coisa besta”, para alcançar a “normalidade sofrente”, para conseguir cortar a média mínima diária de toneladas e encontrar emprego na próxima safra. Todavia essa estratégia de defesa (fundamental para prosseguir diante das agruras do cotidiano laboral) é extremamente limitada e paradoxal, porque pode criar uma “armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz sofrer”. Ela contribui para a minimização do sofrimento do trabalho, mas não ataca aquilo que o gera.

Ainda no que tange o relato do acidente de trabalho, nota-se que, mesmo sentindo dor, a trabalhadora regressará ao trabalho na segunda-feira. O motivo: “tem que prosseguir para não pegar mais atestado”. Esse receio é decorrente do alto risco de sofrer punição<sup>135</sup> por causa do “excesso” de atestado médico. Como demonstrou Scopinho (2003), as usinas detêm eficientes bancos de dados sobre os acidentes de trabalhos e acerca do número de faltas de cada trabalhador. Mesmo assim, em muitos casos, a empresa não emite o CAT e, dessa forma, os acidentes não são registrados nos dados oficiais do Ministério da Previdência Social. Especificamente no caso da trabalhadora entrevistada, muito provavelmente não ocorreu emissão do CAT, já que a prática mais frequente é a de comunicar acidente de trabalho, somente, nos casos em que o afastamento do trabalhador for superior a 15 dias – isto, porque, a legislação determina que a empresa deve arcar com a remuneração dos 15 primeiros dias de afastamento, ficando a cargo da Previdência a remuneração dos dias subsequentes (SILVA, 2008c).

Outra dimensão presente no relato da trabalhadora, diz respeito a causa do acidente. Nos discursos dos superiores hierárquicos das usinas, não é incomum, encontrar a vítima no papel de culpada pelo acidente (SANT’ANA, 2012 e LOURENÇO, 2013). Entretanto, o depoimento da trabalhadora aponta como causa um elemento que não pode ser controlado pelo trabalhador: “a ligeireza”. O ritmo frenético não é uma opção para o trabalhador, é uma exigência exterior. É uma condição *sine qua non* para alcançar a média mínima de 7 toneladas diárias em “eitos gigantes”. Tendo em vista, ainda, as fraudes na

---

<sup>135</sup> As punições podem variar desde descontos salariais até a recusa de contratação na safra seguinte.

medição e na pesagem da cana cortada, percebemos que a denominação “eito gigante” é válida tanto pela largura quanto pelo comprimento dos eitos.

Tem que ter “ligeireza” para o “jacaré” não pegar. Se cortar devagar: é cortado pela usina, perde o emprego. Se for rápido: é cortado pelo facão amolado, “que cega o trabalhador”. Não importa se os óculos de proteção individual embaçam a visão, se o botão é muito pesado e aperta o pé, se a luva não protege o polegar, se o último corte no dedo ainda dói, ainda sangra, é preciso derrubar no mínimo uma média de 7 toneladas diárias, mesmo que a cana seja deitada e esteja cheia de rama, mesmo que as câibras tenham anunciado a chegada – é hora, vamos embora!

Além dos “cangurus” e dos constantes casos de acidentes de trabalho, existe o contato diário com a fuligem da cana queimada. Um banho demorado, pode até apagar as marcas do contato com o carvão da cana, mas não limpa os vestígios do que foi inalado. Estudos nas áreas da saúde e da química têm destacado que, em razão da queima da cana, micropartículas (PM10) de poluentes atingem as porções mais profundas do sistema respiratório, alcançam o interstício pulmonar e são responsáveis pelo desencadeamento de doenças graves (ARBEX et al, 2004; RIBEIRO, 2008). Outro estudo (BOSSO et al, 2006) constatou que cortadores de cana apresentavam substâncias que indicavam a presença de HPAs genotóxicos e mutagênicos que podiam ser identificadas na urina. A pesquisa de Prado (2011), concluiu que o contato com a fuligem da cana resulta redução da função pulmonar e redução da variabilidade da frequência cardíaca. Segundo os autores, as condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco potencial de adoecimento, principalmente por problemas respiratórios e câncer de pulmão.



**Foto 16: Jovem canavieiro com o rosto coberto de fuligem. Foto: Jaqueline Silva, janeiro de 2013.**

A pesquisa de Alessi e Navarro (1997), realizada na macrorregião de Ribeirão Preto/SP e desenvolvida com observações diretas, entrevistas semiestruturadas com cortadores de cana e outros informantes-chave, consulta aos registros médicos e aos dados encontrados nas Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), concluiu que:

A exposição diária dos cortadores de cana a cargas físicas, químicas e biológicas, que se traduzem em uma série de doenças, traumas, ou acidentes a elas relacionadas: dermatites, conjuntivites, desidratação, câimbras, dispnéias, infecções respiratórias, alterações da pressão arterial, ferimentos e outros acidentes; destacando-se também cargas biopsíquicas configurando padrões de desgaste manifestos através de dores na coluna vertebral, dores torácicas, lombares, de cabeça, e tensão nervosa e outros tipos de manifestações psicossomáticas. (ALESSI; NAVARRO, 1997, p.12)

Além dessa extensa lista de sequelas, os movimentos repetitivos e monótonos, realizados com altíssima intensidade, fazem com que muitos trabalhadores sejam “acometidos por Lesões por Esforços Repetitivos e Doenças Osteomusculares (LER/DORT)” (SANTOS, 2011, p.31). Nogueira (2013), ao investigar essa questão, conclui que a maior parte de trabalhadores acometidos por essas doenças encontra uma série de dificuldades para conseguir retornar a suas atividades laborais.

Apesar da evidente relação entre essas doenças e o trabalho no corte da cana – não precisamos de muito para enxergar os fios que os unem, uma simples descrição de como se dá essa atividade laborativa, já revela seu caráter insalubre –, o não reconhecimento desse nexos é prática corriqueira pelos médicos peritos do INSS. Como demonstraram as pesquisas do DIESAT<sup>136</sup> (1989), a negação desse nexos é antiga e não se restringe ao trabalho no corte da cana.

Em pesquisa envolvendo entrevistas com médicos da Perícia Médica do INSS/RJ, com trabalhadores lesionados por LER, que encaminhavam processos de requisição de nexos causal a essa mesma Perícia, e análise de dados dos respectivos processos, Vertheim e Manayo Gomes (2001, pp.468 e 469), concluíram que, na perspectiva da Perícia Médica:

1) Os distúrbios osteomusculares, comuns nos trabalhadores que executam atividades de esforço muscular e repetitividade, são analisados sem o reconhecimento do trabalho na deflagração da patologia, por serem considerados em grandes grupos de doenças crônicas ou degenerativas que podem acometer as pessoas em geral.

2) A existência de uma personalidade que predispõe o trabalhador, em situações de conflito e tensão, a processos de adoecimento. As dificuldades no trabalho, assim como as pressões de instabilidade social, estariam entre os elementos ansiogênicos.

3) As LER não seriam propriamente “doenças”, mas um conjunto de sintomas de doenças dos nervos ou de estresses que acometeriam determinados “sujeitos predispostos” a transtornos mentais ou somatizações.

Assim, a ideia de um “sujeito-doente” pressupõe um certo tipo de personalidade de características mórbidas que expressa sintomas de doença em ambientes ansiogênicos e estressantes. Ao colocar em suspenso as atividades realizadas no trabalho vai destruindo, de forma estratégica, o campo de possibilidade do trabalho como elemento constituinte desse processo de adoecimento.

[...]

Tal relação mostra a radical separação entre trabalho e corpo-que-adoece. Esta separação acaba encontrando uma ancoragem na ideia de predisposição, posto que, nesse distanciamento do INSS quanto ao desenvolvimento das relações de trabalho, sejam elas prejudiciais ou não, o processo de adoecimento passa a ser encarado como efeito de alterações “psicogênicas”.

Essa lógica de separação do “corpo-que-adoece” do trabalho que este “corpo” executa (ou executou), pressupõe conceber o corpo como algo, meramente, biológico. Segundo Laurell e Noriega, um dos postulados fundamentais do pensamento médico, “é o caráter a-histórico da biologia humana” (1989, p.100). Nessa concepção, o corpo seria tanto a-histórico como não-social. O encontro desse tipo de racionalidade instrumental

---

<sup>136</sup> Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho.



(ADORNO & HORKEHEIMER, 1985) com as políticas neoliberais de redução dos benefícios previdenciários, gera uma “confluência perversa”<sup>137</sup>, que tem como consequências tanto a negação sistemática do reconhecimento de nexos causais entre o adoecimento e o trabalho, quanto a impossibilidade de o trabalhador acessar direitos fundamentais no momento em que mais precisa: justamente quando não dispõe de sua força de trabalho, que foi prematuramente consumida.

No que tange ao tema das políticas de previdência, Sara Granemann (2013, pp. 239 e 240) faz a seguinte análise:

1º) no cotidiano da vida laboral da classe trabalhadora, saúde e aposentadoria somente constituem-se preocupações por ausência, em geral, de uma ou de ambas; dito de outro modo, é quando a força de trabalho apresenta alguma dificuldade – quase sempre determinada pelos processos de trabalho mesmo a que está submetida – para cumprir, do ponto de vista do capital, a sua jornada de trabalho de modo ótimo que suas saúde e idade são compreendidas como problemas pelo próprio trabalhador, por seu empregador e pelo Estado; 2º) a proteção social, embora seja crucial à vida da força de trabalho, inexistente para contingentes da classe pelo planeta; tampouco, as frações e categorias profissionais que a conquistaram como direito – neste aspecto, não há países capitalistas como exceções dignas de nota – podem desfrutar da tranquilidade de tê-la em definitivo. Nada mais dolorosamente didático nos dias atuais, especialmente aos que devotam esperanças no Estado de direito, do que perceber – e não somente em períodos de crise do capital: sob a ordem do capital, todos os direitos dos trabalhadores são passíveis de regressão e de supressão; 3º) discutir saúde do trabalhador e previdência social implica ter claro que a força de trabalho utilizada ao limite pelo capital – e por seu Estado – pode tornar-se consumidora destes dois direitos quando metamorfoseados em mercadorias. Claro está, tal argumento somente tem validade para as frações mais bem-remuneradas da classe trabalhadora, aquelas a que é possível converter o desgaste e a exaustão das forças “físicas e espirituais” (Marx, 1983) em oportunidades lucrativas para os capitais. Referimo-nos às possibilidades de lucro decorrentes da mercantilização da saúde (a pública e a “suplementar”), dos seguros por acidentes do trabalho e da aposentadoria (a “complementar”, aberta e fechada).

A imensa maioria dos trabalhadores dos canaviais alagoanos, somente, acessou o mundo dos direitos trabalhista e previdenciário em meados dos anos 1990, após a constituinte de 1988. Todavia, esse acesso deu-se justamente no momento de ajustes neoliberais, marcado pela regressão dos direitos sociais recém-conquistados. Outro caráter aparentemente contraditório, diz respeito ao fato de a entrada no mundo do direito ter sido acompanhada pelas crescentes metas draconianas de produção, que acelera a exaustão das “forças físicas e espirituais” (MARX, 1985) do cortador de cana. O

---

<sup>137</sup> Tomamos esse termo emprestado de Dagnino (2004), que o utiliza em outro contexto: o da crise discursiva gerada pela semelhança de termos do projeto neoliberal e do projeto do campo autodenominado “democrático popular”. No nosso caso trata-se da confluência das políticas previdenciárias neoliberais com o paradigma médico dominante.

trabalhador exaurido, no momento de maior insegurança da sua vida e de seus familiares, se defronta com o saque dos direitos, que foram “metamorfosados em mercadorias”, mercadorias essas (previdência privada, seguro por acidente, plano de saúde...), que o cortador de cana não pode comprar. Resta o drama das filas do INSS, a destinação de parte dos poucos recursos financeiros para pagar exames que não são realizados pelo SUS<sup>138</sup> (ou que são realizados depois de longos meses de espera), na esperança de comprovação do nexo causal e da liberação do benefício ou da aposentadoria, que, muitas vezes, são negados.

No que diz respeito a concepção médica dominante (que se recusa a reconhecer o caráter social e histórico do processo saúde-doença), Laurell (1982), faz um relevante contraponto:

[...]Por um lado, o processo saúde-doença do grupo adquire historicidade porque está socialmente determinado. Isto é, para explicá-lo, não bastam os fatores biológicos, é necessário esclarecer como está articulado no processo social. Mas o caráter social do processo saúde-doença não se esgota em sua determinação social, já que o próprio processo biológico humano é social. É social na medida em que não é possível focalizar a normalidade biológica do homem à margem do momento histórico. Isso se expressa, por exemplo, no fato de que não é possível determinar qual é a duração normal do ciclo vital, por ser ele diverso em diferentes épocas. Isto leva a pensar que é possível estabelecer padrões distintos de desgaste-reprodução, dependendo das características da relação entre o homem e a natureza.

Se desta maneira a “normalidade” biológica define-se em função do social, também a “anormalidade” o faz, fato que demonstramos na primeira parte deste trabalho. O caráter simultaneamente social e biológico do processo saúde-doença não é contraditório, porém unicamente assinala que pode ser analisado com metodologia social e biológica, na realidade, como um processo único (LAURELL, 1982, p.12).

As formulações de Laurell, sugerem que o nexo causal da doença com o trabalho não pode ser encontrado se analisarmos somente os fatores biológicos, é necessário estabelecer as relações desses fatores com os processos sociais. Para a autora, essa característica simultaneamente social e biológica dos processos de saúde-doença assinala que eles podem ser analisados “com metodologia social e biológica, na realidade, como um processo único”.

Antes de adentrarmos a análise que articula o processo social com alguns indicadores biológicos, é importante frisar, que, mesmo nos casos de acesso a benefícios previdenciários e a aposentadoria, o sofrimento perdura. Entrevistamos um trabalhador

---

<sup>138</sup> Muitas vezes, os parentes contribuem no levantamento de recursos para cobrir essas despesas. A solidariedade familiar, é algo indispensável para reprodução social desses trabalhadores extremamente pauperizados.

que estava há dois anos afastado do serviço. Na infância ele foi morador de usina e, com 14 anos de idade, assumiu pela primeira vez o eito sozinho. Já adulto, chegava a cortar até 15 toneladas de cana em um dia. Desmaiou duas vezes em decorrência “do canguru” – “É a mesma coisa de você estar morrendo. Você revira os olhos e não consegue falar” –. Nos últimos anos da sua vida laboral, sentia dores insuportáveis na coluna e no ombro. Recorria a automedicação para prosseguir no trabalho. Atualmente ele encontra-se com 48 anos de idade, tem dias que não consegue levantar, sequer, uma colher. A cada cinco meses, vai ao INSS de São Miguel dos Campos levando novos exames (pagos por ele na rede particular) para renovar o benefício junto a Perícia Médica. No fim da entrevista, perguntei-lhe:

*Pesquisador: Qual o sonho que o senhor gostaria de realizar?*

*Entrevistado: Rapaz, eu não tenho mais nenhum. Não tenho mais nada para realizar, é só esperar a hora de morrer mesmo.*

### **3.3 A afirmação do nexa causal como uma forma de resistência**

A tese de Erivelton Laat (2010), que teve o objetivo de identificar os determinantes do trabalho que podem afetar a saúde dos canavieiros, calculou a carga cardiovascular (medida utilizada para mensurar a carga de trabalho físico – ou dispêndio de energia) de trabalhadores nordestinos que migram para o corte da cana, em Piracicaba/SP. Após análise da frequência cardíaca no grupo de 37 trabalhadores, concluiu-se que “pela média da carga cardiovascular de cada trabalhador, consagrado como parâmetro na literatura, já se pode confirmar a existência do risco e desgaste na colheita manual de cana-de-açúcar”. Além disso, Laat, com o uso do Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo (IBUTG), encontrou extrapolação do limite de sobrecarga térmica, algo que representa um grave risco ao trabalhador. Por meio do uso do software Captiv versão L3000, o autor constatou que durante a jornada laboral, os trabalhadores realizam cerca de 3.080 flexões de coluna e pelo menos 3.498 golpes de facão. No corte de cana tipo rolo (moroba<sup>139</sup>), a postura flexionada ocupa 62% do tempo total de trabalho.

---

<sup>139</sup> Terma nativo, utilizado pelos trabalhadores canavieiros alagoanos, para designar canas deitadas (que dificultam o trabalho do cortador e proporcionam o rebaixamento da produção de toneladas cortadas).

Seguindo a trilha aberta por Laet, decidimos mensurar a carga cardiovascular de trabalhadores canavieiros alagoanos. Essa questão, que nos parece altamente relevante, pode contribuir na elucidação da hipótese de que o elevado dispêndio de energia requerido nesse labor acarreta desgaste prematuro da força de trabalho. Ademias, esse dado pode ser útil na apreensão das particularidades desse labor em Alagoas.

Antes de iniciarmos a exposição sobre os índices de carga cardiovascular, convém esclarecer algo importante: uma determinada tarefa, realizada por pessoas com aptidões cardiorrespiratórias (aptidão física) muito distintas, resultam em cargas cardiovasculares (dispêndio de energia) também distintos. Ou seja, um sujeito com uma aptidão cardiorrespiratória muito fraca, pode ultrapassar o limite seguro de carga cardiovascular cortando meia tonelada de cana, enquanto outro, com uma aptidão cardiorrespiratória excelente, pode cortar esse mesmo *quantum* sem ultrapassar o limite aceitável de carga cardiovascular. Levando essa questão em consideração, decidimos<sup>140</sup> captar a capacidade cardiorrespiratória para melhor avaliar a carga cardiovascular.

A capacidade cardiorrespiratória foi avaliada por meio de teste ergométrico. Esse exame, submete o paciente a esforço físico gradualmente crescente em esteira rolante com inclinação. Além de avaliar a capacidade funcional e a condição aeróbica, ele é útil para uma ampla avaliação do funcionamento cardiovascular, servindo para diagnosticar doença arterial coronária (isquemia miocárdica), detectar arritmias, anormalidade de pressão arterial e sinais de falência ventricular esquerda (MENEGHELO *et al*, 2010).

Os exames foram realizados nas primeiras semanas da safra 2014/2015, no Hospital do Coração de Maceió. Eles ocorreram nos três primeiros domingos do mês de novembro (dia de folga dos cortadores de cana): Ao todo, 33 trabalhadores participaram dessa etapa da pesquisa. Todos eram safristas e moradores da área urbana de Teotônio Vilela. No decurso da safra, alguns desses trabalhadores foram demitidos, outros realocados para outra função e também houve caso de afastamento por problema de saúde. A amostra final foi de 22 trabalhadores. Abaixo seguem imagens do momento do exame:

---

<sup>140</sup> Em conjunto com o médico cardiologista Roberto Lúcio de Gusmão Verçoza, que sugeriu esse encaminhamento após discussões sobre o projeto de pesquisa e acerca da tese do Laet (2010).



**Foto 17: Teste ergométrico com trabalhador canavieiro. Foto: Lúcio Verçoza, 2 de novembro de 2014.**



**Foto 18: Teste ergométrico com esteira inclinada. Foto, Lúcio Verçoza. 2 de novembro de 2014.**

Os exames não detectaram casos de cardiopatia e demonstraram que a maior parte dos trabalhadores examinados tem capacidade cardiorrespiratória (medida em VO<sub>2</sub> Max.) excelente. Abaixo segue a tabela com a aptidão cardiorrespiratória da amostra final:

**Tabela 2: Aptidão Cardiorrespiratória**

<b>Cortadores</b>	<b>Idade</b>	<b>VO2 Max.</b>	<b>Índice AHA</b>
1	44	62,91	Excelente
2	40	69,45	Excelente
3	42	62,09	Excelente
4	34	54,35	Excelente
5	31	66,85	Excelente
6	40	67,03	Excelente
7	20	70,74	Excelente
8	48	45,65	Excelente
9	44	52,63	Excelente
10	31	67,62	Excelente
11	37	60,00	Excelente
12	33	49,84	Excelente
13	36	52,31	Excelente
14	23	49,18	Boa
15	27	45,72	Boa
16	34	55,86	Excelente
17	44	53,28	Excelente
18	20	44,71	Boa
19	46	42,65	Boa
20	50	53,07	Excelente
21	24	51,83	Boa
22	21	68,66	Excelente
<b>Média</b>	<b>34,95</b>	<b>56,65</b>	<b>Excelente</b>

**Fonte: Dados Primários**

*VO2: Volume de Oxigênio Máximo*

*Índice da American Heart Association*

A média de aptidão cardiorrespiratória dos cortadores de cana avaliados é excelente. Alguns deles detêm uma capacidade física impressionante, com índices típicos de corredores de longa distância (AGUIAR *et al*, 2015) – os resultados mais extraordinários foram destacados de vermelho. Os dados levantados corroboram a análise de Alves (2006, p.94):

é necessário ter maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia entre 8 e 12 horas.

Posteriormente veremos como esses dados serão relevantes para a análise da carga cardiovascular. Por enquanto, cabe esclarecer alguns aspectos dessa forma de medir o esforço despendido em determinada atividade.

De acordo com Edholm (1968), a frequência cardíaca é um importante indicador para avaliar o dispêndio de energia do trabalho, pois ela é um indicador confiável e de fácil registro. Para obter a carga cardiovascular (CCV), utilizamos a equação proposta por Apud (1989):

$$CCV = \frac{(FCmt - FCrp)}{(FCmax - FCrp)} * 100$$

Em que: CCV: carga cardiovascular em %

FCmt: frequência cardíaca média durante a jornada de trabalho

FCrp: frequência cardíaca de repouso

FCmax: frequência cardíaca máxima teórica estimada pela formula (220 – idade)

Segundo Rodgers (1986), 33% é o limite aceitável do percentual da máxima carga cardiovascular utilizada para uma jornada de trabalho. No que concerne, especificamente, o corte manual da cana, Lambers *et al* (1994), indicam o valor de 30% como limite máximo, pois essa atividade é realizada em ambiente com altas temperaturas e com roupas de difícil dissipação de calor. Grandjean (1988), também propõe um método para estabelecer o limite da carga laboral por meio dos batimentos cardíacos, o autor indica que este deve ser de 35 batimentos do coração por minuto, acima da frequência cardíaca em repouso, tendo em vista uma atividade contínua.

Para obter a carga cardiovascular do trabalho, foi realizado o acompanhamento da frequência cardíaca ao longo da jornada laboral. Os dados foram levantados mediante o uso do monitor de frequência cardíaca, modelo Polar RC3 GPS, que foi ativado minutos antes dos trabalhadores entrarem no ônibus que os leva ao eito, no fim da jornada laboral, o monitor era desligado. A cada dia monitorávamos os batimentos cardíacos de um ou, no máximo, dois trabalhadores<sup>141</sup>. Os dados foram coletados entre os dias 17 de novembro e 22 de dezembro de 2014.

---

<sup>141</sup> Só dispúnhamos de dois frequencímetros, além disso, em algumas ocasiões, os trabalhadores partiam de pontos diferentes da cidade, e não era possível estar em dois lugares ao mesmo tempo.

Abaixo segue a tabela com frequência cardíaca média em repouso, máxima teórica, carga cardiovascular, diferença de batimentos por minuto e toneladas de cana cortada:

**Tabela3: Batimentos cardíacos, carga cardiovascular e produção**

Cortadores	Idade	Fc maxr (bpm)	Fcmt (bpm)	Fec Rep (bpm)	CCV(%)	Fcmt - FecRep	Produção (Ton)
1	44	133	93	50	34,12	43	6
2	40	150	102	55	37,60	47	10
3	42	142	92	48	33,84	44	13
4	34	155	102	62	32,25	40	4
5	31	175	112	56	42,10	56	4,5
6	40	135	100	53	37,00	47	9,8
7	20	189	108	63	32,84	45	6
8	48	126	89	48	33,06	41	6,5
9	44	134	83	42	30,59	43	4,2
10	31	161	107	60	36,43	47	5,5
11	37	140	88	45	31,15	43	10
12	33	141	100	50	36,49	50	6,5
13	36	187	112	46	46,15	66	9,8
14	23	189	114	48	43,33	65	6,8
15	27	160	102	47	37,67	55	6,5
16	34	169	101	55	35,11	46	7
17	44	145	102	57	37,81	45	8
18	26	200	107	50	39,58	57	7
19	46	173	98	53	37,19	45	7,5
20	50	159	95	50	36,75	45	9
21	24	186	109	56	39,16	53	8,7
22	21	181	105	59	35,61	46	6,3
<b>Média</b>	<b>35,22</b>	<b>163,18</b>	<b>100,95</b>	<b>49,77</b>	<b>36,62</b>	<b>48,59</b>	<b>7,3</b>

Fonte: Dados Primários

Média do grupo acima de 35 bpm

Média do grupo acima de 33%

Fcm: frequência cardíaca média durante a jornada de trabalho

Fc Rep: frequência cardíaca de repouso

Fc max: frequência cardíaca máxima teórica estimada pela fórmula (220 – idade)

Fc maxr: frequência cardíaca máxima real, atingida durante o trabalho

CCV: carga cardiovascular em %

Produção: produção do dia em toneladas

Idade: em anos

Fcmt – Fec Rep: diferença entre frequência cardíaca de repouso e frequência cardíaca média

Obs: dados em vermelho ultrapassam o limite de CCV



Nota-se que somente 4 trabalhadores não extrapolaram a carga cardiovascular limite de 33%. Dentre eles, dois foram os que produziram menos toneladas. Ao todo, 81,82% ultrapassaram o limite da carga física de trabalho, esse dado tenebroso, é semelhante aos 82,26% obtidos por Laa (2010), ao analisar uma turma de 36 trabalhadores.

Destacam-se alguns trabalhadores que ultrapassaram o limite de carga cardiovascular em níveis extremos, como a situação alarmante do trabalhador “13”, que atingiu 46,15% de CCV, com uma produção de 9,8 toneladas de cana cortada. A média de CCV do grupo foi de 36,62%, número muito próximo dos 36,68% de média encontrada por Laa (2010, p. 160).

Também é preocupante o fato de todos trabalhadores terem superado a diferença entre a frequência cardíaca média e a frequência cardíaca de repouso, prescritos pela literatura como 35 batimentos por minuto. A média da amostra foi de 49,77 batimentos de diferença<sup>142</sup>.

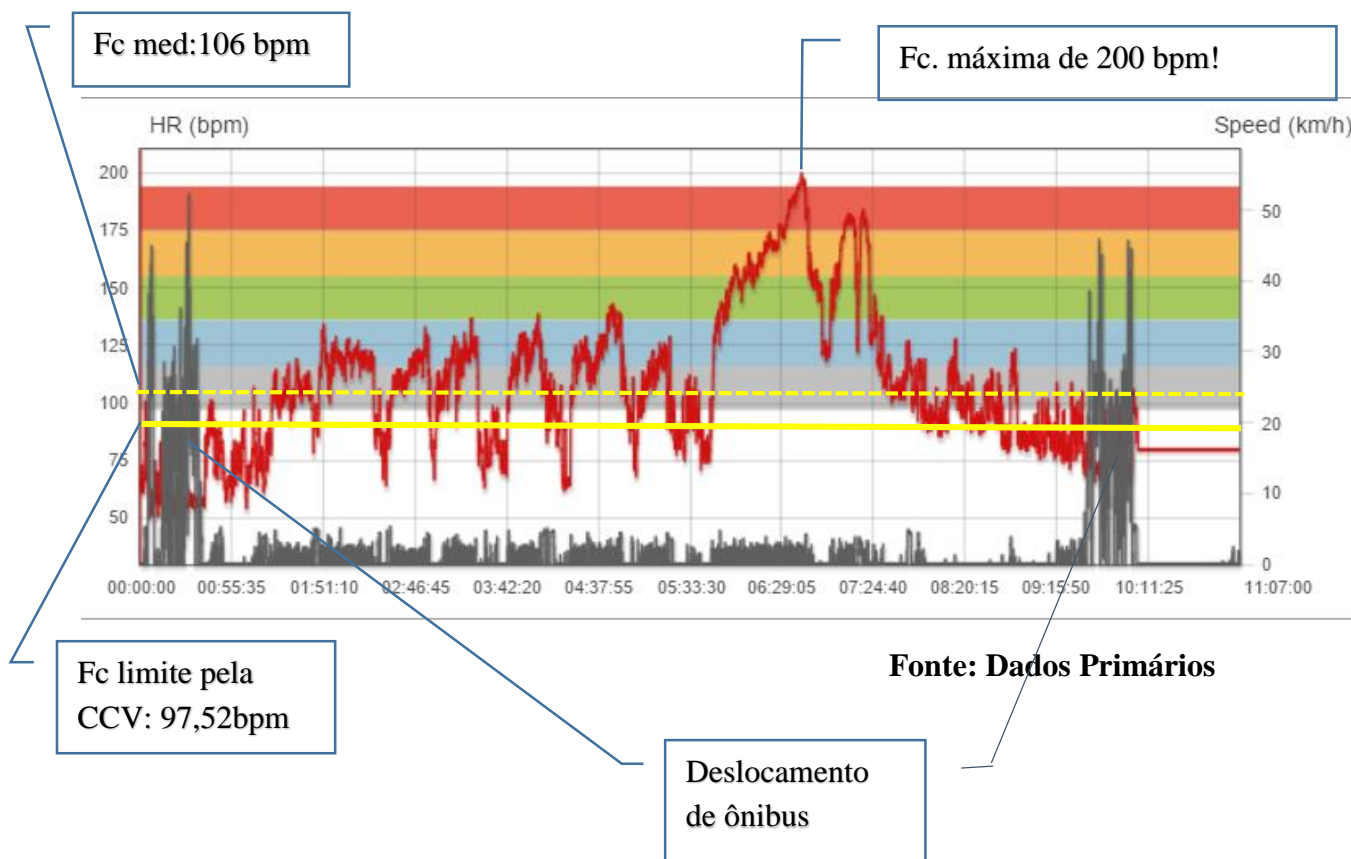
Os resultados também demonstram incidência de elevadíssimos índices de frequência cardíaca máxima. Os trabalhadores “13” e “18” ultrapassaram o limite da frequência máxima teórica, chegando, respectivamente a picos críticos de 187 e 200 batimentos por minutos. De acordo com Domingues Filho (1993, *apud* LAAT, 2010 p. 155): “Nenhuma atividade física deverá ultrapassar esse limite crítico, com risco imediato de complicações à saúde, pois a frequência cardíaca máxima teórica é o número máximo de batimentos que o coração pode atingir por minuto durante um determinado esforço”.

Abaixo, segue o gráfico com os dados do monitoramento da frequência cardíaca do trabalhador “18”:

---

<sup>142</sup> Na pesquisa de Erivelton Laa (2010), essa média foi de 51,91bpm

**Gráfico 2: Dados detalhados do monitoramento da frequência cardíaca do trabalhador “18”**



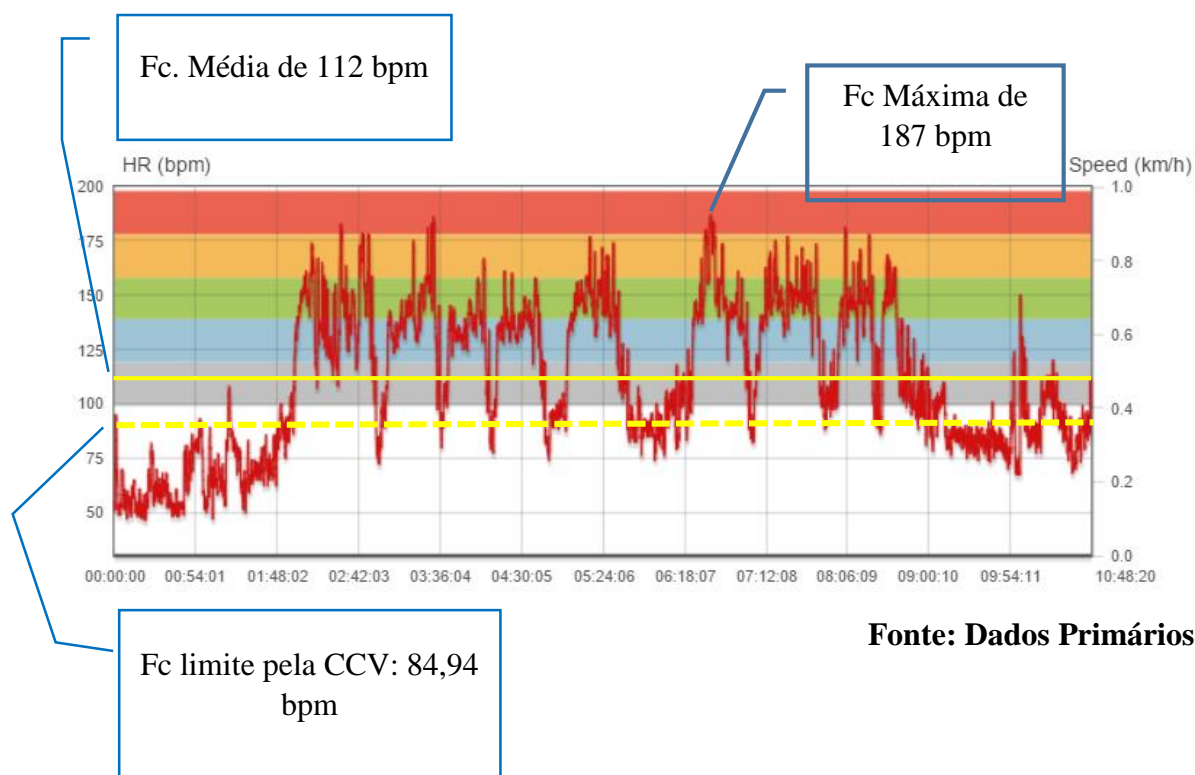
Os dados, coletados no dia 19 de novembro de 2014, demonstram que o trabalhador “18”, ao longo de uma jornada de mais de 10 horas, atingiu o pico de 200 bpm (seu limite máximo teórico é de 194 bpm!). Observa-se que esse número extremo de batimentos cardíacos foi alcançado após, aproximadamente, uma hora de trabalho ininterrupto e em ritmo frenético. O trabalhador revelou-nos que no ápice da aceleração dos batimentos sentiu o coração “saindo pela boca”. Também é possível constatar que sua frequência cardíaca média – destacada na linha pontilhada amarela – foi bastante superior a frequência limite de carga vascular (marcada pela linha contínua amarela). Em 53% do tempo monitorado, o trabalhador esteve acima da frequência limite de CCV.

Nesse dia, o trabalhador “18” cortou 7 toneladas de cana do tipo em pé (reta). Para lograr tal desempenho, ingeriu 10 litros de água, caminhou aproximadamente 6

quilômetros e teve um gasto calórico de 4.395kcal. É válido sublinhar, que esse trabalhador esteve entre os poucos que não obtiveram uma aptidão cardiorrespiratória excelente no teste ergométrico.

A seguir, destacamos os dados relacionados ao trabalhador “13”, que atingiu o mais elevado índice de carga cardiovascular do grupo, chegando aos 46,15%:

**Gráfico 3: Dados detalhados do monitoramento da frequência cardíaca do trabalhador “13”**



O gráfico 3 ilustra os dados coletados no dia 29 de novembro de 2014, durante uma jornada de trabalho de quase 11 horas. Nota-se que, assim como no caso do trabalhador “18”, a frequência cardíaca chega ao ápice após seis horas e meia de jornada, em horário calor insuportável nos canaviais. O pico máximo do trabalhador “13” foi de 187 bpm, ultrapassando o seu máximo teórico, que é de 184 bpm. Percebe-se ainda, que sua frequência cardíaca média (destacada com a linha amarela) foi flagrantemente superior a frequência limite de CCV aceitável. Também podemos atentar para a imensa diferença entre a frequência cardíaca média e a frequência cardíaca em repouso. Nesse item, o trabalhador “13” foi novamente o que apresentou dados mais alarmantes, com 66

batimentos por minuto de diferença, enquanto o limite proposto pela literatura especializada é de 35bpm.

Esse dispêndio de energia absurdo, materializou-se em 9,8 toneladas de cana cortadas. A cana era do tipo “moroba”, que dificulta o trabalho e exige mais agachamentos. Nesse dia o cortador de cana “13” teve uma jornada de trabalho de quase onze horas, ingeriu sete litros de água e alcançou um gasto calórico de 3.853 kJcal. A sua aptidão física excelente não o impediu de ultrapassar o limite de carga cardiovascular.

Conforme demonstrou Laet (2010), existe uma relação direta entre o aumento de toneladas de cana cortada e a elevação da carga cardiovascular. Entretanto, é preciso sublinhar, que essa relação é muito complexa, pois a quantidade de toneladas de cana cortada não depende exclusivamente do dispêndio de energia do trabalhador, ainda que esse fator seja central, existem variáveis que também pesam nessa relação, como o tipo de cana (se é crua ou queimada, se é em pé ou “moroba”), o perfil do terreno (se é plano ou acidentado), a técnica do trabalhador, as condições climáticas, dentre outras.

Para ilustrar tal afirmação, recorreremos a alguns exemplos: no corte de cana crua o número de toneladas cortadas decai expressivamente, mas o dispêndio de energia do trabalhador pode ser o mesmo ou até maior. Ou então, quando o trabalhador ainda está aperfeiçoando sua técnica, ele pode cortar um *quantum* de cana abaixo da média, mas não necessariamente ter o dispêndio de energia inferior ao dos outros. Ou ainda: dois trabalhadores com técnicas semelhantes, mas com aptidões físicas muito distintas, podem cortar o mesmo número de tonelada com porcentagem de carga cardiovascular bastante discrepantes.

A tabela 4, que segue abaixo, demonstra algumas dessas complexas relações:

**Tabela 4: Carga Cardiovascular associada a outras variáveis.**

Cortadores	Gasto Calórico	Tipo de Cana	Tempo	Produção (Ton)	Hidrat. (Litros)	VO2 Max.	Ind. AHA	CCV(%)
1	3.198	moroba	11:58,00	6	10	62,91	Exc.	34,12
2	2.890	Reta	11:35:46	10	9	69,45	Exc.	37,60
3	2.654	Reta	10:13:14	13	8	62,09	Exc.	33,84
4	3.589	moroba	12:03:09	4	7,5	54,35	Exc.	32,25
5	5.103	Crua	11:39:36	4,5	9	66,85	Exc.	42,10
6	3.690	Reta	11:37:33	9,8	10	67,03	Exc.	37,00
7	3.108	Reta	11:19:35	6	8	70,74	Exc.	32,84
8	2.047	moroba	09:06:38	6,5	10	45,65	Exc.	33,06
9	2.308	moroba	11:05,00	4,2	10	52,63	Exc.	30,59
10	3.778	moroba	09:14:51	5,5	11	67,62	Exc.	36,43
11	3.071	Reta	11:04:37	8	9	60,00	Exc.	31,15
12	3.185	moroba	11:05:46	6,5	10	49,84	Exc.	36,49
13	3.853	moroba	10:48:20	9,8	8	52,31	Exc.	46,15
14	4.475	moroba	11:07:49	7,8	13	49,18	Boa	43,33
15	3.519	moroba	11:44:44	6,5	6	45,72	Boa	37,67
16	4.173	Reta	12:13:53	8	7,5	55,86	Exc.	35,11
17	3.070	moroba	11:04:41	8	7	53,28	Exc.	37,81
18	4.395	Reta	11:06:59	7	10	44,71	Boa	39,58
19	3.765	moroba	12:06:34	7,5	8	42,65	Boa	37,19
20	3.573	Reta	11:45:34	9	10	53,07	Exc.	36,75
21	3.865	Reta	10:29:38	8,7	8	51,83	Boa	39,16
22	4.086	moroba	09:57,00	6,3	7	68,66	Exc.	35,61
<b>Média</b>	<b>3.517,95</b>		<b>11:06</b>	<b>7,3</b>	<b>8,90</b>	<b>56,65</b>	<b>Exc.</b>	<b>36,62</b>

**Fonte: Dados Primários**

Os dados apresentados na tabela 4, indicam que os trabalhadores cortaram em média 7,3 toneladas de cana, ingeriram uma média 8,9 litros de água, em jornadas de trabalho médias de 11 horas. As informações referentes ao *quantum* de cana cortada e a hidratação foram concedidas pelos canavieiros após a jornada de trabalho.

O gasto calórico médio, estimado pelo monitor de frequência cardíaca, foi de 3.517,95 kcal. A pesquisa de Silva Neta (2009, p.60), que contou com uma amostra de 150 cortadores de cana dos canaviais paulistas, estimou um gasto calórico médio de 3,577 kcal diários, número muito próximo ao que estimamos.

Por causa de problemas na ativação do GPS do monitor de frequência, conseguimos acompanhar a distância percorrida de apenas 9 trabalhadores. A média de

distância caminhada foi de 7,1 quilômetros, sendo que alguns desses caminharam até mais de 10 quilômetros durante um dia de trabalho.

Acerca da carga cardiovascular, os dados demonstram que a CCV do trabalhador “5”, no corte de cana crua, foi de 42,5% (quase 10% acima do limite) para cortar 4,5 toneladas. O gasto calórico desse trabalhador atingiu o impressionante número de 5.103 kgcal. Para se ter uma ideia do que representa esse gasto calórico, basta citar que segundo McArdle *et al* (1999, *Apud FERREIRA et alli* 2001) a média do gasto energético dos ciclistas de ponta durante o *Tour de France* é de 6.500kcal/dia. Ainda no que tange à colheita de cana crua, os trabalhadores nos relatam que, nessa forma de colheita, o calor torna-se mais intenso.

Também é possível notar que o limite de carga cardiovascular foi ultrapassado tanto pelos 5 trabalhadores com aptidão cardiorrespiratória avaliada como boa, quanto por 13 dos 17 que apresentaram uma aptidão cardiorrespiratória excelente. Isso nos leva a concluir que, independentemente do condicionamento físico do canavieiro, esse trabalho é altamente extenuante.

A fim de investigar se ao longo da safra ocorrem mudanças antropométricas, realizamos avaliações físicas no início e no término da colheita. As primeiras ocorreram nas três primeiras semanas de novembro, no Hospital do Coração de Maceió, as últimas deram-se durante o início de março, na casa dos trabalhadores. A amostra foi de 21 trabalhadores, pois no término da safra, um dos trabalhadores da amostra inicial, migrou para Minas Gerais. Todas avaliações foram coordenadas pelo educador físico, Michell Salgado Porto.

**Foto 19: Avaliação física dos cortadores de cana realizada no início da safra.**

**Foto: Lúcio Verçoza, 9 de novembro de 2014.**



**Foto 20: Avaliação física no término da safra. Foto: Lúcio Verçoza, março de 2015**



Abaixo seguem as tabelas 5 e 6 com os resultados das respectivas avaliações:

**Tabela 5: Avaliação Física dos cortadores de cana no início da safra 2014/2015.**

<b>Cortadores</b>	<b>Idade</b>	<b>Altura</b>	<b>Peso</b>	<b>%G<sup>143</sup> - Pollok 7</b>	<b>M.M<sup>144</sup></b>	<b>M.G<sup>145</sup></b>
1	40	1,62	64,8	12,96	56,39	8,4
2	42	1,7	62,3	14,45	53,29	9
3	20	1,52	51,5	8,21	47,27	4,22
4	27	1,72	59,6	6,22	55,88	3,71
5	30	1,635	82,3	9,12	47,25	4,74
6	44	1,65	63,5	20,24	50,64	12,85
7	22	1,685	65,5	15,43	55,39	10,1
8	24	1,69	58,2	9,31	52,77	5,42
9	36	1,59	69,3	23,89	52,74	16,55
10	46	1,52	59	17,08	48,92	10,02
11	50	1,525	63,7	22,05	49,65	14,04
12	34	1,55	60,5	21,97	47,2	13,29
13	44	1,6	66	18,22	53,97	12,02
14	31	1,71	77,5	20,48	61,62	15,87
15	48	1,8	70	9,91	63,05	6,94
16	44	1,65	73	17,8	59,99	13
17	21	1,8	60	5,82	56,5	3,49
18	37	1,72	79	23,31	60,58	18,41
19	28	1,71	74	20,71	58,67	15,32
20	33	1,57	69,5	27,01	50,72	18,77
21	21	1,7	72	12,07	63,03	8,69
<b>Média</b>	<b>34,38</b>	<b>1,65</b>	<b>66,72</b>	<b>16,01</b>	<b>54,54</b>	<b>10,70</b>

**Fonte: Dados Primários**

---

<sup>143</sup> Percentual de gordura.<sup>144</sup> Massa magra.<sup>145</sup> Massa gorda.



**Tabela 6: Avaliação Física dos cortadores de cana no fim da safra 2014/2015.**

Cortadores	Idade	Altura	Peso	%G - Pollock 7	M.M	M.G
1	40	1,62	64,1	9,53	57,98	6,11
2	42	1,70	69,5	9,33	53,94	5,55
3	20	1,52	52,3	8,67	47,76	4,53
4	27	1,72	57,7	4,92	54,85	2,84
5	30	1,63	82,3	8,46	47,23	4,36
6	44	1,65	58,7	17,8	48,24	10,45
7	23	1,68	63,9	9,01	58,14	5,75
8	24	1,69	56,7	4,89	53,92	2,77
9	36	1,59	61	13,11	53	7,99
10	46	1,52	56,6	14,14	48,59	8
11	50	1,52	62,8	21,53	49,27	13,52
12	34	1,55	61	20,11	48,72	12,27
13	44	1,60	67	16,96	55,63	11,38
14	31	1,71	71,9	15,88	60,48	11,41
15	48	1,80	65,8	8,29	60,34	5,45
16	44	1,65	70,7	14,8	60,23	10,46
17	21	1,80	60,4	6,13	56,69	3,7
18	37	1,72	77,2	21,51	60,59	16,6
19	28	1,71	74,1	22,83	57,17	16,92
20	33	1,57	67,3	24,27	50,92	16,33
21	21	1,70	70,7	10,15	63,51	7,18
<b>Média</b>	<b>34,42</b>	<b>1,65</b>	<b>65,31</b>	<b>13,44</b>	<b>54,62</b>	<b>8,74</b>

Fonte: Dados Primários

Os dados colhidos indicaram que no decorrer da safra, a média de peso do grupo avaliado decresceu 1,41kg. Caso tivéssemos conseguido pesá-los no primeiro dia da safra, muito provavelmente esse número seria maior, pois no momento inicial a perda de peso tende a ser mais acentuada. Destaca-se o trabalhador “9”, que, em quatro meses, perdeu 8,3kg. Apesar da relativamente pequena redução de peso do grupo, atenta-se para significativa redução da média de percentual de gordura, que baixou de 16,01% para 13,44%. Essa expressiva mudança corpórea, foi percebida antes mesmo da conclusão da segunda avaliação, pois o simples contato visual já nos avisava. Com base nos parâmetros estabelecidos por Lohman (1992), constatamos que os trabalhadores iniciaram a safra dentro da média masculina de percentual de gordura (que varia entre 16% a 24% ), e no término estavam, em média, 2,57% abaixo. O indicador de massa gorda também apontou queda, que foi de 10,70 para 8,74.

Silva Neta (2009, p.54), em pesquisa envolvendo trabalhadores que labutam na safra dos canaviais paulistas, detectou uma redução média de 2,2kg – numa amostra de 50 trabalhadores –. Outro apontamento de seu estudo, foi o de que o percentual de gordura corporal médio desses trabalhadores era 13,71%, somente 0,27, % maior do que o dado apreendido pela nossa investigação.

Os dados revelam uma expressiva mudança corpórea para um período de tempo tão diminuto, mas, se nos detivermos apenas nos números, a dor, que acompanha essas transformações, permanece invisível, permanece não dita. Segundo Carvalho e Pastre (2008 apud NOGUEIRA, 2013), que analisaram o afastamento de trabalhadores canavieiros em Lucélia/SP, dentre as principais causas de afastamento no corte da cana, foram encontrados os distúrbios musculoesqueléticos, que costumam acarretar fortes dores. Para a identificação desses distúrbios, utilizamos a versão brasileira do *Nordic Musculoskeletal Questionnaire* (Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares<sup>146</sup>), desenvolvido com o intuito de padronizar relatos de sintomas osteomusculares e, dessa forma, contribuir para comparação dos resultados. Segundo Pinheiro, Troccoli e Carvalho (2002), esse instrumento de pesquisa apresenta um alto índice de validade, e recomendam sua utilização como medida de morbidade osteomuscular.

Ao todo, 33 trabalhadores canavieiros, participantes da primeira etapa das avaliações físicas, responderam o questionário – que consiste em perguntas simples e diretas sobre a auto percepção da dor, desconforto ou dormência em partes do corpo durante os últimos doze meses. Abaixo segue a tabela 7 com alguns dos dados levantados:

---

<sup>146</sup> No anexo, segue o modelo do questionário utilizado.

**Tabela 7: Resultados da aplicação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares: principais partes do corpo comprometidas**

Cortadores	Lombar	Punho Direito	Punho esquerdo	Ombro Direito	Ombro Esquerdo
1	X		X		X
2	X	X			X
3	X	X		X	
4	X	X			
5	X	X			X
6		X			
7					
8	X	X			X
9	X	X			X
10	X			X	
11	X	X	X	X	X
12	X	X			
13	X	X			
14	X	X			X
15	X	X			X
16		X			
17	X				
18	X	X			X
19	X				
20	X				X
21	X	X		X	
22	X		X	X	
23	X	X			
24		X			
25	X	X			
26	X			X	
27	X	X			
28	X				
29	X		X		
30	X				
31	X	X			
32	X	X	X		
33	X	X			
<b>Média em %</b>	<b>87,88</b>	66,67	15,15%	18,18	30,30

**Fonte: Dados Primários**

Os dados levantados demonstram prevalência de dor na região lombar, punhos e ombros. Também foi detectada incidência de dores em outras partes do corpo, mas não com números tão expressivos quanto nas regiões supracitadas.

Chama a atenção, a elevada porcentagem de trabalhadores que sentem dor, desconforto ou dormência na região lombar. Os problemas nessa região afetam 87,88%

dos trabalhadores que responderam o questionário – algo que corrobora os relatos colhidos durante a pesquisa de campo e com os achados de Nogueira (2013). Para se ter uma ideia da gravidade desse número, Ferreira (*et al*, 2011), em pesquisa que avaliou 972 adultos residentes na área urbana do município de Pelotas/RS, com idade entre 20 e 69 anos, conclui, mediante aplicação de questionário, que 40% das pessoas entrevistadas sentiram dor ou desconforto na região lombar nos últimos doze meses – aproximadamente metade da incidência que encontramos nos trabalhadores canavieiros com idade entre 20 e 50 anos.

O alto índice de trabalhadores com dores nos punhos, também merecem destaque. Os dados sugerem que existe maior tendência de lesões e distúrbios no punho do membro dominante, responsável por golpear com o facão (66,67% no punho direito e 15,55% no esquerdo<sup>147</sup>). Esse padrão se repete no caso das dores no ombro, sendo que de modo inverso, pois os dados revelaram prevalência de dores no ombro responsável pelo movimento de abraçar a cana (30,30% no ombro esquerdo e 18.18% no direito).

Além disso, cabe sublinhar a situação do trabalhador “11”, que sentia dores em diversas partes do corpo. Para não perder o emprego, ele continuava trabalhando por meio de uso de automedicação. Queixou-se de dores crônicas, que estão se agravando com o passar das safras. Dores que aumentam a cada jornada, tonelada, golpe de facão, como se o corpo afirmasse: “Chega! Basta!” Mas, se as dores o fizerem desacelerar, se elas o impedirem de continuar cortando sete toneladas de cana, ele não será contratado na safra seguinte.

A dissertação de Nogueira (2013), analisou a situação dos cortadores de cana que foram diagnosticados com Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) e que passaram pelo tratamento fisioterapêutico durante os anos de 2006 a 2007, em Rubiataba/GO. Foram identificados ao todo 112 prontuários, e localizados, após cinco anos, 36 trabalhadores que consentiram em participar da pesquisa, o restante não foi localizado (muitos por causa da migração) e três cometeram suicídio – a autora sustenta que a doença osteomuscular, o afastamento do trabalho, e a diminuição da renda que já era ínfima, são fatores importantes para compreender as possíveis causas dos suicídios. Dos 36 trabalhadores localizados, 50% permaneceram afastados por 2 meses, 39% por 2 a 6 meses e, somente, 11% foram afastados por mais de seis meses. Considerando o total

---

<sup>147</sup> Parte dos 15,5% que sentiram dores no punho esquerdo é composta por canhotos.

da amostra de trabalhadores com DORT, somente 16,66% continuaram no corte da cana, e apenas 5 trabalhadores conseguiram se aposentar, sendo 3 por invalidez.

Além do “saque lento da vida” (LOURENÇO, 2013) – como as DORTs, negadas rotineiramente pelos laudos das Perícias Médicas do INSS –, uma pessoa com uma cardiopatia grave, se for submetida aos índices extremos de carga vascular demonstrados nesta pesquisa, sofre grande risco de morte súbita<sup>148</sup>.

Entrevistamos o médico de uma usina localizada na região dos tabuleiros de São Miguel dos Campos, indagamos-lhe sobre os critérios médicos adotados para empregar os cortadores de cana. Ele nos disse que existem “critérios físicos: avaliação para verificar se o trabalhador tem problemas posturais e de coluna” e que faz “uma avaliação abrangente para saber qual é a situação desse trabalhador”. Todavia o mesmo não especificou como seria essa avaliação abrangente.

Decidimos investigar perguntando diretamente aos cortadores de cana contratados pela usina em que o médico trabalha:

*Pesquisador: Qual é o exame de rotina para entrar no emprego? Para ser admitido?*

*Entrevistado: Lá o doutor fica que nem a você tá aí [sentado], e aqui ele tem uma mesa de ferro dessa altura aqui [apontando a altura]. Fica aquele bocado de homem olhando, tudo nu, 5 a 6 homens, o médico manda tirar a roupa. Aí ele fica assim de frente, fica aquele monte homem sentado em cima da banca. Tem uma maromba aqui, uma marombinha deste tamanho assim, de ferro. Aí vai descendo de um em um, aí pega na maromba, e levanta, depois bota aqui. Ele [o médico] diz “bote no chão”! Aí o cara vai, devagarzinho, e bota lá.*

*P: Sabe quantos quilos tem essa maromba?*

*E: É... acho que é de 5kg. Porque é para ver se o pessoal tem hérnia. [...] É de 13 kg. Aí pronto, depois vai vestir a roupa. Dali já passou. Não bota um aparelho, não bota nada.*

*P: Só é isso o exame?*

*E: Só é esse o exame!*

*P: E o coração?*

*E: A pressão já tem outra mulher lá para tirar a pressão.*

*P: Esses são os dois exames de entrada?*

*E: É, são esses dois exames, da maromba e a pressão.*

*P: Na entrada e na saída é o mesmo exame?*

*E: Para sair não tem negócio de exame não. É só chegar, entregou a carteira, assinou, pronto!*

---

<sup>148</sup> Conforme relato do médico cardiologista Roberto de Gusmão Verçoza, colaborador fundamental da pesquisa.

*P: E o médico pergunta o que no exame? Ele pergunta o que na entrada?*

*E: Na entrada ele só faz dizer assim: ‘ah rapaz, você é aquele “cabra” que eu vi ano passado. Ai pronto, já passou.*

*P: Não faz exame nenhum? Não pergunta o que é vocês estão sentindo?*

*E: Não, não pergunta não. Não pergunta o que é que o cara tem, não pergunta nada. Mas também se o cara for dizer, ele não entra. [risos] Se você for dizer como é que tá, ele não entra.*

Esse relato, demonstra não somente a ausência de preocupação em avaliar se algum candidato ao emprego corre grave risco de morte súbita no corte da cana, ele revela, sobretudo, que os trabalhadores antes mesmo de serem contratados, já são tratados como coisas, como mera força de trabalho. A reificação, o sofrimento moral, precede o início da safra. A ausência do direito à privacidade, a fila de homens pelados aguardando ordens, nos faz lembrar, *mutatis mutandis*, os relatos sobre os campos de concentração. No fim, o trabalhador revela o caráter hipócrita dessa farsa que ao, literalmente, despir os trabalhadores, põe a nu o caráter radicalmente reificante e hipócrita das relações que envolvem a usina e os trabalhadores: *Não pergunta o que é que o cara tem, não pergunta nada. Mas também se o cara for dizer, ele não entra.*

Em entrevista com um ex-cortador de cana, afastado por problemas de saúde, perguntamos como ele havia descoberto sua doença cardíaca:

*Pesquisador (P): E quando foi que você percebeu que tinha esse problema?*

*Entrevistado (E): Vim perceber esse problema de dois anos para cá. Estava cortando cana crua quando desmaiei de repente, então telefonaram para a usina e me levaram para o hospital de Junqueiro. O médico falou que era problema de coração. Fiz os exames e deu problema de coração.*

*P: Quais foram os exames que o senhor fez?*

*E: Fiz o eco, o eletro, o mapa, fiz todos.*

Apesar desse quadro nefasto, marcado pelo risco de morte, no discurso público da gerência das usinas a preocupação com a saúde e segurança dos trabalhadores aparece como prioridade. Para sustentar tal imagem, eles não citam mudança na organização do trabalho, diminuição da largura “dos eitos gigantes”, fim da média mínima de toneladas diárias, redução da jornada de trabalho, abolição das fraudes que ampliam o rebaixamento

salarial, tampouco, a eliminação do salário por produção, não, nada disso, para demonstrar a sensibilidade dos usineiros, são mencionados o uso dos EPIs (que pela legislação é obrigatório), a ginástica laboral (com aulas de alongamento ministradas pelo cabo, que, por sua vez, se baseia nas tentativas de imitar os movimentos retratados em fotocópias com desenhos do corpo humano) e o soro para hidratação oral e reposição de sais minerais (afim de tentar diminuir os casos de “canguru” sem diminuir a carga de trabalho)<sup>149</sup>.

Ao analisar o tema em usinas do interior paulista, Scopinho chegou à seguinte conclusão (2003, p.261):

[...] Apesar de as empresas terem renovado seus discursos e práticas de gestão introduzindo o ideário de qualidade total, a saúde do trabalhador ainda é tratada, predominantemente, como um fator de produção essencial. A política empresarial nessa área está voltada para o *marketing* social e as práticas restringem-se, quando muito, ao cumprimento da legislação. A saúde do trabalhador tem importância na medida em que a ocorrência de acidentes e/ou de doenças, além de representar uma diminuição da produtividade e custos adicionais de produção, pode também prejudicar a imagem da empresa no mercado. O cuidado com a saúde e a segurança dos trabalhadores constitui um dos requisitos para as conquistas dos selos, das certificações e para a elaboração dos pactos sociais, hoje tão necessários para romper as medidas protecionista e facilitar a colocação de produtos no mercado, principalmente o internacional.

Em suma, a análise da política e das práticas em saúde e segurança no trabalho nesse setor a partir da experiência do Comando revelou que é grande a preocupação empresarial com a qualidade dos produtos, mas o mesmo não pode ser dito em relação à qualidade da vida dos trabalhadores.

Na perspectiva do capital agroindustrial canavieiro, a temática da saúde do trabalhador é preocupante, somente, quando ela pode afetar a saúde financeira da empresa. Enquanto o “canguru” continuar desconhecido fora dos eitos, enquanto as mortes súbitas forem consideradas uma fatalidade supostamente proveniente da predisposição de um corpo biológico frágil, enquanto os trabalhadores com DORT permanecerem sendo substituídos pelos mais jovens expropriados da terra, a pauta da saúde continuará como prioridade somente para o departamento de *marketing* das usinas – no sentido de tentar promover um ilusionismo.

---

<sup>149</sup> Neta (2009), conclui que o alto gasto calórico requerido no corte da cana coloca os trabalhadores em situação de risco, todavia, como alternativa ela não propôs redução da intensidade do trabalho, mas sim soro repositores de eletrólitos associado a complemento calórico.

Os dados levantados ao longo desta pesquisa, vão na contramão da imagem criada por esses departamentos de *marketing* – que costumam mencionar certificações e selos para, supostamente, atestar compromisso ambiental e social –. O monitoramento da frequência cardíaca dos cortadores de cana ao longo da jornada de trabalho (que dura em média 11 horas!), revelou a superação do limite de risco de carga cardiovascular estabelecido pela literatura (RODEGERS, 1986 e LAMBERS, *et al*, 1994), indicando que esse dispêndio de energia extremo (atingindo média de 36,68% de CCV!) acarreta desgaste prematuro das energias “físicas e espirituais” do trabalhador. Esse altíssimo nível de esforço, realizado em calor inimaginável e com movimentos repetitivos em posições flexionadas, resulta em gasto calórico médio diário de 3.517,95 kcal, ingestão de 8,9 litros de água e fortes dores no corpo e na alma (mais de 80% dos trabalhadores avaliados convivem com dores na coluna e nos punhos!<sup>150</sup>).

Parece-nos que a categoria superexploração, cunhada por Marini ao analisar o padrão de acumulação das economias dependentes à luz da teoria marxiana, é substancialmente relevante para compreensão da relação entre trabalho e adoecimento no corte manual da cana:

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. [...]

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2005, pp 156 e 157).

Ao longo do percurso percorrido até aqui, vimos que a elevação do grau de exploração da força de trabalho pela intensificação e prolongamento da jornada de trabalho é prática trivial na agroindústria canavieira. Mas qual é o significado da

---

<sup>150</sup> De acordo com os dados levantados pela aplicação do Questionário Nórdico de Doenças Osteomusculares.



expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador? O que significa afirmar que na superexploração o trabalho é remunerado abaixo de seu valor?

Para elucidar tais questões, recorreremos as observações de Jaime Osorio (2009, pp. 176, 177):

Na análise feita por Marx sobre o valor da força de trabalho, encontram-se presentes duas dimensões: de uma lado o valor diário, de outro, o valor total. Este último considera o tempo total de vida útil do trabalhador ou total de dias que o possuidor da força de trabalho pode vender a sua mercadoria no mercado em boas condições, além dos anos de vida que não participará da produção (ou anos de aposentadoria).

É o valor total da força de trabalho que determina o seu valor diário. A isso Marx alude quando indica que “o valor de um dia de força de trabalho é calculado [...] sobre a sua duração normal média ou sobre *a duração normal de vida de um operário* e sobre o desgaste normal médio [...]”.

Então, o valor diário da força de trabalho deve ser calculado considerando um determinado tempo de vida útil dos trabalhadores e de vida média total, de acordo com as condições existentes na época. Os avanços na medicina social, por exemplo, permitem elevar a expectativa de vida, razão por que o tempo da vida produtiva e o de vida total também se prolongaram. Isso implica que, se atualmente um indivíduo pode trabalhar por trinta anos sob condições normais, o pagamento diário da força de trabalho deve permitir a ele se reproduzir de tal forma que possa apresentar-se no mercado de trabalho durante trinta anos e viver por um determinado número de anos de aposentadoria em condições normais, e não menos.

Um salário insuficiente ou um processo de trabalho com superdesgaste (seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho), que encurte o tempo de vida útil total e de vida total, constitui um caso no qual o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida. Definitivamente, estamos diante de processos de superexploração, na medida em que se viola o valor da força de trabalho.

Transcrevemos essa longa citação, porque ela apresenta de modo didático pressupostos básicos do valor da força de trabalho. Se a superexploração é definida pela violação desse valor, temos que esclarecer do que ele é composto. O primeiro ponto fundamental diz respeito ao fato de ser o valor total da força de trabalho que determina o valor diário da mesma. Mas o que determina o valor total? Como salienta Osório: “determinado tempo de vida útil dos trabalhadores e de vida média total, de acordo com as condições existentes na época”. Ora, se a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada encurtam o tempo de vida útil e o tempo de vida total, logo o capital está “se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida”. Como distinguiu Marx (1985, p189): “A utilização da minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes”.

Vimos como o capital agroindustrial canavieiro se apropria hoje dos anos futuros do cortador de cana por meio dos mecanismos de intensificação e extensão do trabalho –

podendo desencadear até morte súbita –. Mas, além desses dois mecanismos supracitados, existe ainda o terceiro: a expropriação de parte do trabalho necessário ao assalariado. Esse último mecanismo, que se dá de modo combinado com os primeiros, está presente nas fraudes das medições e pesagens de cana cortada, na ausência de controles sobre os descontos nos holerites, “no pulo da vara” do cabo, que tem como outro lado da mesma moeda “o pulo do ‘canguru’” e o rebaixamento salarial da remuneração que já seria baixa mesmo sem fraude. A usina não abocanha somente o camuflado trabalho excedente, ela abocanha o trabalho necessário com a mesma indiferença de uma fornalha que queima bagaço.

Essa forma de exploração-dominação, denominada por Marini como superexploração, pode parecer, para alguns, como resquício de formas primitivas de acumulação, como uma espécie de arcaísmo anacrônico. Para evitar esse tipo de confusão, Marini esclarece de modo preciso:

O que importa assinalar aqui, em primeiro lugar, é que a superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação do capital, mas que é inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho. Supor o contrário equivale a admitir que o capitalismo, à medida que se aproxima de seu modelo puro, converte-se em um sistema cada vez menos explorador e logra reunir as condições para solucionar indefinidamente as contradições internas (MARINI, 2005b, p. 192).

Ainda no que tange a apropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador, os dados levantados revelam que o dispêndio de energia (CCV) encontrado no trabalho dos canaviais alagoanos foi muito semelhante ao dos eitos paulistas (LAAT, 2010), o mesmo pode ser afirmado em relação ao gasto calórico (NETA, 2009) e quantidade de água ingerida (ALVES, 2006), todavia, a discrepância da média de tonelada cortada nos chamou a atenção. Enquanto Laa (2010, p. 153) encontrou uma produção média de 12,77 toneladas de cana cortada, ao acompanhar 36 trabalhadores em um talhão de cana deitada (tipo rolo), nos detectamos uma média de 7,3 toneladas em talhões nas terras planas dos tabuleiros e com diversos tipos de cana. Esse fator fortalece a tese de que, em decorrência dos “eitos gigantes” e das fraudes colossais, a tonelada de cana em Alagoas tenha mais trabalho não pago do que a paulista – que já apresenta níveis absurdos. Desse modo, a maior média encontrada nos canaviais paulistas não representa necessariamente mais

trabalho corporificado, mas talvez menor largura de eito e menor margem de fraude no cálculo da tonelada.

Ainda é preciso mencionar que o trabalhador sai do canavial, mas o canavial não sai do trabalhador. Ele não se reconhece naqueles montes de canas cortadas, mas se reconhece a cana em seu rosto sujo de fuligem, nas dores de madrugada, na ausência de energia para acariciar a esposa, que, na maioria esmagadora dos casos, lava a roupa melada de suor e poeira. A cana se faz presente até na ausência do trabalhador, que não pôde ir à festa porque estava esgotado, e quando tinha disposição para levar a família a praia, não tinha dinheiro para pagar o transporte e a refeição – é preciso pensar na entressafra, como iremos sobreviver? –. Até a ausência dele no canavial, por não conseguir mais atingir a média mínima diária.

O prefácio do belo romance *Homens e Caranguejos*, escrito por Josué de Castro em 1966, constrói uma metáfora impactante sobre o trabalho nos canaviais nordestinos:

Foi o que viram, assustados e sem compreender bem todo o drama, os meus olhos de criança. Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio dessa área onde eu vivia – a área dos mangues. Depois verifiquei que, no cenário da fome do nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra da promessa que atraía os homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Da área da seca e da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço.

Podemos afirmar que, atualmente, essa brilhante metáfora é ainda mais válida. O cortador de cana, após trabalhar durante alguns anos em níveis altíssimos de produção, vai tendo a sua força de trabalho prematuramente desgastada. A produtividade de um trabalhador experiente ao longo do tempo vai diminuindo, enquanto as exigências por maiores taxas de produtividade vão, paralelamente, aumentando. Quando o trabalhador não suporta mais manter os níveis de produtividade exigidos pela agroindústria canavieira, é porque a sua força de trabalho já perdeu “sacarose”. Assim como a cana esmagada que não serve mais para a extração do açúcar e do álcool porque já deu o que tinha de dar, a força de trabalho desgastada prematuramente é descartada, descartada após ter dado toda a mais-valia que tinha de dar, dispensada somente após virar um bagaço. Assim como sempre são garantidas novas canas para a próxima safra, são também garantidos novos braços, força de trabalho nova para suportar os níveis de intensidade exigidos pelos métodos de superexploração da força de trabalho. Se o trabalhador pode

ser comparado à cana, os métodos de exploração-dominação do trabalho podem ser comparados à moenda.

Entretanto, por mais que essas metáforas sejam uma forma literária de abordar a questão, não podemos esquecer de uma diferença importante, sob o risco de adentrarmos uma grande confusão: a cana é uma mercadoria, mas o trabalhador não. A única mercadoria do trabalhador assalariado é a sua força de trabalho, é da venda dessa mercadoria que o trabalhador sobrevive. A agroindústria canavieira depende da cana, assim como depende do trabalhador, mas a cana não pode rebelar-se, o máximo que ela pode fazer para prejudicar o usineiro é produzir pouca sacarose e continuar sendo rapidamente perecível. A cana não pode destruir a moenda que a esmaga, mas o trabalhador, sim.

Existe uma luta incessante contra o estranhamento vivenciado no trabalho. A reificação do trabalhador não é total. Além da reação mediante greves e paralisações – nos canaviais paulistas e alagoanos pululam ações desse tipo –, ocorrem ainda as “resistências miúdas” (SILVA, 2008) do cotidiano, que acontecem de modo oculto, por trás do verde monocromático do canavial. O etanol e o açúcar que aparecem nas prateleiras e nas bombas de combustível não escondem apenas as relações sociais que os criam enquanto mercadorias, mas encobrem ainda as lutas que contestam as formas brutais de estranhamento, escondem os homens e as mulheres que continuam “estranhando o trabalho estranhado”, e “desestranhando” a possibilidade de sua superação.

Como convém recordar:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2002, p. 21).

Em suma: o ser social é produto e produtor da realidade social e da história. Desse modo, não existe uma separação mecânica entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, ambos estão dialeticamente articulados. As possibilidades de atividade humana para modificar uma dada realidade social são determinadas pelos limites objetivos dessa mesma realidade. No entanto, as transformações não ocorrem por um movimento

mecânico das forças produtivas, pois “as circunstâncias são precisamente modificadas pelos homens”, por sua *práxis*. O ser humano é radicalmente histórico e social.

É a partir desses pressupostos que Thompson formula o conceito de *experiência*.  
Para o autor

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que *experimentam* suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa *experiência* em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes), agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1978, p.182, grifos nossos).

Conforme sublinha Silva (2009b, p. 108), afirmar “que a experiência é resultante da imbricação da ação dos sujeitos e das estruturas sociais existentes é o mesmo que admitir que as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias.” Para a autora, no conceito proposto por Thompson, a experiência é tratada pela consciência e pela cultura dos homens e mulheres, “que diz respeito à reelaboração, ressignificação de sentimentos, maneiras de pensar, de ser e de agir a partir do mundo social em que se vive” (Ibidem). O que nos interessa reter do conceito de experiência é que, nele, a resistência dos canavieiros pode ser compreendida como um processo presente no cotidiano e inserida em relações sociais determinadas.

Os canavieiros resistem, sabotando os padrões técnicos do corte da cana de modo dissimulado, tocando fogo nos canaviais, plantando macaxeira numa “boca de grota” (VERÇOZA & SILVA, 2012). Como diria o cabo de uma usina: “Em toda turma tem um trabalhador desenquadrado”. E eles também resistem de modo coletivo, ao organizar greve, na maior parte das vezes à revelia do sindicato, ao bloquear uma rodovia para reivindicar o pagamento de salários atrasados, dentre outras (SILVA, 2011).

Todavia, nessas ações dificilmente a temática da saúde surge à tona. Em geral, somente é considerada importante quando o trabalhador já se encontra doente e, nesse caso, o terreno da batalha costuma ficar restrito ao INSS e ao judiciário, espaços que tendem a individualizar a questão e descaracterizar a causa do adoecimento. A luta pelo reconhecimento do nexos causal se faz urgente, e não tem como essa luta ser vitoriosa sem mudanças profundas na forma de trabalho que gera o adoecimento. Caso não seja esse o norte da luta, estaremos condenados lutar contra “os efeitos, mas, não contra a causa desses efeitos” (MARX, 1982, p. 184).

## **Considerações finais**

O trajeto que percorremos nesta pesquisa demonstrou que na agroindústria canavieira alagoana o trabalho não pago assume taxas altíssimas. A “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004) não se realizou somente quando as terras dos tabuleiros foram expropriadas, ela ainda se realiza em cada “eito gigante”, “pulo da vara” e fraude na pesagem. Parte do trabalho necessário ao trabalhador canavieiro para repor a sua força de trabalho também é expropriada pelos usineiros que, para realizar isso, empregam trabalhadores dotados de um perfil altamente produtivo e os submetem a novos mecanismos de organização e controle/disciplinamento do trabalho. Esses fatores, aliados ao método de remuneração por produção, fazem com que o trabalhador, mesmo não recebendo sequer o valor da sua força de trabalho, intensifique ainda mais o trabalho nos canaviais.

Essa superexploração (MARINI, 2005) do trabalho dos assalariados canavieiros, engendra o desgaste prematuro da sua força de trabalho. Isso significa que, em decorrência da intensidade do trabalho, das extensas jornadas laborais e das precárias condições de vida, muitos trabalhadores desenvolvem problemas de saúde que os impossibilitam de continuar trabalhando, ainda na flor da idade. Só interessa ao capital agroindustrial canavieiro desgastar prematuramente a força de trabalho porque o mercado para o corte da cana está repleto de trabalhadores jovens. Dessa forma, a rápida e barata reposição da força de trabalho está garantida e o trabalho degradante pode ser prolongado no tempo e no espaço.

Por outro lado, seria um ledó engano imaginarmos que os trabalhadores canavieiros são completamente submissos e resignados em relação à exploração-dominância da força de trabalho. Ainda que envolvidos em uma correlação de forças extremamente desfavorável, os trabalhadores canavieiros resistem, tanto em ações individuais e ocultas (boicotando os padrões do corte, sabotando o canavial, abrindo roçados em suas fendas, etc.), quanto em formas de lutas coletivas e públicas. Prevaecem nessas ações o encobrimento da questão do adoecimento, algo que perpassa a vida (e a morte) desses trabalhadores, mas que permanece silenciado. Apesar dos limites dessas ações que combatem os efeitos da exploração-dominância da força de trabalho, mas não as suas causas, essas práticas de resistência são fundamentais para minimizar a

degradação do trabalho e para possibilitar que as lutas sejam elevadas a um patamar que questione o próprio trabalho assalariado e seus fundamentos.

Em resposta às greves e paralisações iniciadas em número expressivo a partir de 2007, que objetivavam melhorar as condições de trabalho, alguns usineiros reagiram com o emprego de mais máquinas colheitadeiras. Com isso, nas usinas que adotam o corte mecanizado, não basta que os cortadores de cana entrem em greve para paralisar a produção de açúcar e álcool, pois, as máquinas colheitadeiras possibilitam que a usina continue sendo abastecida com canas cortadas. Nesse novo quadro, se as greves e paralisações dos cortadores de cana não forem articuladas ao conjunto dos trabalhadores dessa agroindústria (especialmente com os operadores de colheitadeiras), elas tendem a perder força.

O fato de as últimas greves e paralisações dos canavieiros terem sido organizadas à revelia dos sindicatos, sem o apoio de trabalhadores de outras atividades dessa agroindústria e de organizações dos trabalhadores de outros setores da economia, não ilustra somente a falência dos sindicatos de trabalhadores rurais, mas, também, a debilidade da esquerda alagoana que poderia estar efetivamente apoiando a luta pela melhoria das condições de trabalho dos canavieiros. As ações grevistas desses trabalhadores em Alagoas nem foi produto da atuação de uma organização política externa e nem produziu uma organização política permanente dos canavieiros.

Os movimentos de luta pela terra empreendidos por organizações como: MST, CPT, MLST, MTL e LCP em Alagoas, que já organizaram um expressivo número de trabalhadores em acampamentos e assentamentos, os partidos de esquerda e o movimento estudantil, poderiam se tornar pontos de apoio essenciais para o fortalecimento das ações de resistência dos canavieiros. Mas para que essa frente se torne concreta, essas forças não podem se relacionar com os canavieiros apenas e enquanto eles possam ser imediatamente úteis para os seus programas específicos<sup>151</sup>. Para que essa frente se torne efetiva, o ponto de partida deve ser a luta contra os problemas mais imediatos dos trabalhadores canavieiros, e, dentre eles, encontra-se a negação do nexos causal – consideramos sua afirmação uma importante forma de resistência –. Desse modo, os partidos e os movimentos não estariam apenas apoiando esses trabalhadores, mas, sobretudo, ouvindo e aprendendo em meio a uma luta que pode atacar diretamente o

---

<sup>151</sup> As poucas tentativas de aproximação foram regidas por essa lógica.

núcleo de produção de mais-valia dos capitalistas que dirigem o Estado em Alagoas: os usineiros.

A presente pesquisa revelou, por meio de uma metodologia que articulou a investigação sociológica aos instrumentos de pesquisa característicos da área de saúde, que o trabalho no corte da cana, além de gerar o adoecimento, pode levar à morte. Esperemos que esta tese contribua para o surgimento de novos estudos com semelhante esforço interdisciplinar, pois, na temática do trabalho rural, predominam estudos sociológicos que citam dados de pesquisas da área da saúde, e estudos da área da saúde que citam pesquisas sociológicas. Preencher esta lacuna dos estudos rurais e dos estudos da saúde, foi um dos objetivos desta tese. Para além da contribuição no universo acadêmico, temos esperança de que pesquisas com esse caráter possam fortalecer a luta dos trabalhadores canavieiros, pois, afinal, os dados levantados apontam que, no caso do corte da cana, não se trata somente de lutar por uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho, infelizmente ainda é necessário lutar por algo ainda mais básico: pelo direito de não morrer em decorrência do excesso de trabalho.

Ao se deparar com esta narrativa, que busca expor o que está por trás das palhas dos canaviais, expor o que está por trás do “canguru”, das dores e da hérnia de disco, das mortes nos eitos, uma criança perguntou, estarecida:

– Por que? Por que isso existe? Por que eles têm que passar por isso? Como elas aguentam? Ninguém faz nada para mudar?

Os adultos, ao ouvir tais indagações, responderam:

– Pergunta de menino! Vá brincar de bola!

É, mas é preciso fazer pergunta de menino para enxergar além das palhas, é preciso fazer perguntas de menino para a paisagem ir mudando...



## Referências

ABIC, Associação Brasileira da Indústria do Café. 2013. Acesso disponível em /www.abic.com.br

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

AGUIAR, Rafal Alves de; *et al.* The Effects of Different Training Backgrounds on VO2 Responses to All-Out and Supramaximal Constant-Velocity Running Bouts. **PLoS ONE** 10(8): e0133785. doi:10.1371/journal, 2015.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Casa, Cana e Poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

ALESSI, NeiryPrimo; NAVARRO, Vera Lúcia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores dacultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p.111-121, 1997.

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. Campinas, 1991. Tese de Doutorado – Universidade de Campinas.

\_\_\_\_\_. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (Orgs.). São Carlos: EdUFSCar, 2007, pp. 21-54.

\_\_\_\_\_. **Por que morrem os cortadores de cana?** s.l.:s.e., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf> Acesso em 2 de Junho de 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar no nordeste oriental: IV Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

\_\_\_\_\_. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Adeus ao trabalho?** 5ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: **O Avesso do Trabalho**. ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria A. de Moraes (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros. In: **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. Org. Ivana Jinkings e Rodrigo Nobile. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. pp.75-88.

ABIC, Associação Brasileira da Indústria do Café. 2013. Acesso disponível em [/www.abic.com.br](http://www.abic.com.br)

APUD, E. **Guidelines on ergonomics study in forestry**. Genebra: ILO, 1989.

ARBEX, Marcos Abdo et al. Queima de biomassa e efeitos sobre a saúde. **Jornal Brasileiro de Pneumatologia**. V. 30, p. 158-175, 2004.

AUBERT, Claude. **A Industrialização da Agricultura**. Editora Afrontamento, 1977.

BARBOSA, Cristiane Maria Galvão. **Avaliação cardiovascular e respiratória em um grupo de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar queimada no Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

BEZERRA, Gregório. **Memórias (Primeira parte 1900 – 1945)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. (vol. 1, série 1ª, Estudos Brasileiros). São Paulo: Edusp, 1987, 484p.

\_\_\_\_\_. Cultura e desenraizamento. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2004, p. 16-41.

BOSSO, Rosa Maria do Vale et al. Effects of genetic polymorphisms CYP1A1, GSTM1 and GSTP1 on urinary 1-hydroxypyrene levels in sugarcane workers. **Science on the Total Environment**. V. 370, p. 382-390, 2006.

BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007

CARREIRO Líbia. Morte por excesso de trabalho (Karoshi). **Rev. Trib. Reg. Trab.**, Belo Horizonte, v.46, n.76, p.131-141, jul/dez. 2007.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2009.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CITROSUCO, 2009. Acesso disponível em: [//www.citrosuco.com.br](http://www.citrosuco.com.br)

CMI, Centro de Mídia Independente, **BARBÁRIE AVANÇA: VIDA ÚTIL DOS BÓIAS-FRIAS DE SP SE IGUALA À DOS ESCRAVOS**. 2009. Acesso em: [/www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra, 2009. Em: <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1858> .

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento.). **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. V. 1 - SAFRA 2014/15 N. 3 - Terceiro Levantamento Dezembro/2014. Brasília : Conab, 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>

DAL ROSSO, Sadi. **Intensificação do Trabalho** – Teoria e Método, In: Condições de Trabalho no Limiar do Século XXI. DAL ROSSO, Sadi & FORTES, José Augusto Abreu Sá. Brasília: Época, 2008.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

\_\_\_\_\_. Christophe. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Do estudo sobre as convenções coletivas da categoria canavieira em São Paulo, Pernambuco e Goiás nos anos de 1989, 1995 e 2005. Julho de 2006. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/cedoc/3024.pdf>.

DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) **Insalubridade. Morte lenta no trabalho**. Aboré, São Paulo, 1989.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel, **O bangüê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió, EDUFAL, 2006.

DRUCK, Graça. TERCEIRIZAÇÃO: A CHAVE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL. In: **Retratos do Trabalho no Brasil**. Org. Vera Lucia Navarro & Valquíria Padilha. Uberlândia: Edufu, 2009.

EDHOLM, O. G. **Biologia do trabalho**. Porto: Inova, 1968.

ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE. 2005. Disponível em: [http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/teses\\_pdf/NORDESTE %20 %20FINAL.pdf](http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/teses_pdf/NORDESTE%20%20FINAL.pdf).

ENGELS, Friedrich, **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**, Boitempo, 2010.

FACIOLI, Inês (Org.). **Vozes do eito**. Guariba: eco.das.letras, 2009.

FERREIRA, Antonio Marcio Domingues, *et al.* Consumo de carboidratos e lipídios no desempenho em exercícios de ultra-resistência. In: **Revista Brasileira de Medicina do Esporte** \_ Vol. 7, Nº 2 – Mar/Abr, 2001.

FERREIRA, Gustavo D. *et al.* Prevalência de dor nas costas e fatores associados em adultos do sul do Brasil: estudo de base populacional. In: **Revista brasileira de fisioterapia**. [online]. 2011, vol.15, n.1, pp. 31-36.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- GARCIA, Afrânio. **Sujeitos e Libertos**: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 7, v.3, p.05-41. 1988.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Editora Estampa, 1977.
- GONZAGA, Maria Cristina. **O uso dos equipamentos individuais de proteção e das ferramentas de trabalho no corte manual da cana - de - açúcar**. FUNDACENTRO, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. In: *Cadernos do Cárcere V. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRANDJEAN, Etienne . **Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 1998.
- GRANEMANN, Sara. Previdência social: Da Comuna de Paris aos (falsos) privilégios dos trabalhadores. In: Vera Navarro e Edvânia Lourenço. (Org.). **O avesso do trabalho - III**. 1ªed.São paulo: Outras Expressões, 2013.
- GRAZIANO, José. **De bóias-frias a empregados rurais**. Maceió: Edufal, 1997.
- GUANAIS, Juliana Biondi. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. UNICAMP/SP, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- GUIMARÃES, J. C. *et al.* Desenvolvimento de um programa de capacitação de mão de obra para profissionais do corte manual da cana-de-açúcar. In: **Anais do 9º Congresso Nacional da Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil**. Maceió: Q Gráfica, 2008.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.
- \_\_\_\_\_. O Campesinato e a *Plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, Vol. I Formas tuteladas de constituição camponesa**. Orgs. NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- JOUTARD, Philippe. Nuevas Polémicas Sobre Historia Oral: algunos retos que se le plantean a la Historia Oral del Siglo XXI. In: *Historia, Antropologia y Fuentes Orales*, num. 21, 1999.

KAFKA, Fraz. **A metamorfose**. Tradução de Modesto Carone. Sao Paulo: Companhia das letras,1997.

LAAT, Erivelton Fontana. *et al.* Impacto sobre as condições de trabalho: o desgaste físico dos cortadores de cana-de-açúcar. In: IBASE - Plataforma BNDES. (org.). **Impactos da indústria canavieira no Brasil**: poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores. Rio de Janeiro: Ibase - Plataforma Bndes, 2008, v. 1, p. 36-46.

LAAT, Erivelton Fontana de. **Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar**: a maratona perigosa nos canaviais. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Metodista de Piracicaba. Santa Bárbara d' Oeste – SP, 2010.

LAMBERS, M. I.; CHEEVERS, E. J.; COOPOO, Y. Relationship between energy expenditure and productivity of sugar cane cutters and stackers. **Occupational Medicine**. v. 44, p. 190-194, 1994.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: Nunes, E. D., org. **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo, Ed. Global, 1983.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário**. Tradução: Amélia Cohn et. al. São Paulo: Editora HUCITEC: 1989.

LESSA, Golbery. Os Principais Momentos do PCB em Alagoas. In: **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. SALDANHA, Alberto (Org.). Maceió: EDUFAL, 2011.

\_\_\_\_\_. **Alternativas sustentáveis para as terras e os parques industriais das antigas usinas AGRISA e PEIXE a partir das suas eventuais desapropriações para fins de reforma agrária**. *Nota Técnica 01-2006*. Maceió:INCRA, 2006.

LIMA, Araken Alves de. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas, 2006. Tese de doutorado. Instituto de Economia da Unicamp.

\_\_\_\_\_. **A agroindústria canavieira alagoana – da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990**. Campinas, 2001. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia da Unicamp.

\_\_\_\_\_. **A crise que vem do verde da cana**. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96. Maceió: EDUFAL, 1998.

LIMA, Cristiane Queiroz Barbeiro & GONZAGA, Maria Cristina. **Análise de luvas de proteção usadas no corte manual da cana-de-açúcar**. FUNDACENTRO, São Paulo, 2011.

LINDOSO, Dirceu. **A Utopia Armada: Rebelião de Pobres nas matas do Tombo Real**. 2. Ed. rev. – Maceió: EDUFAL, 2005.

LOHMAN, T.G. **Advances in body composition assessment: current issues in exercise series**. Champaign, IL: *Human Kinetics*, 1992.

LONDON, Jack. **Jack London Contos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOUREIRO, Osman. **Açúcar: notas e comentários**. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969.

LOURENÇO, E. A. S. Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza, NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do trabalho III**. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. Outras Expressões. São Paulo, 2013.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: **Rui Mauro Marine vida e obra**. Orgs João Pedro Stedile e Roberta Transpadini. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Sobre a *Dialética da dependência*. In: **Rui Mauro Marine vida e obra**. Orgs João Pedro Stedile e Roberta Transpadini. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Global, 1980.

\_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl; **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política/Livro Primeiro, Tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política /Livro Primeiro, Volume I**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A.. 1989

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARGARIDO, M. A. A **Agroindústria Citrícola: Aspectos Estruturais e Mercadológicos**. Informações Econômicas. Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 45-65, 1996 Disponível em //www.iea.sp.gov.br

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Cana-de-açúcar e reestruturação produtiva: ação sindical e os movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. Recife, 2002. Tese

de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

MENEGHELO, RS *et al.* III Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre teste ergométrico. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo, v. 95, n. 5, supl. 1, p. 1-26, 2010.

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). **Perfil dos Acidentes de Trabalho no Estado de Alagoas**, 2013. Disponível em:  
[file:///C:/Users/L%C3%BAcio/Downloads/Estudo%20dos%20Acidentes%20no%20Setor%20Sucroalcooleiro%202012%20ENIT%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/L%C3%BAcio/Downloads/Estudo%20dos%20Acidentes%20no%20Setor%20Sucroalcooleiro%202012%20ENIT%20(1).pdf)

NETA, Maria de Lourdes da Silva. **Perfil nutricional e de saúde de cortadores de cana nordestinos migrantes no sudeste do Brasil**. Dissertação do Mestrado em Nutrição da Universidade Federal de Alagoas, 2009.

NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Introdução In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, Vol. I Formas tuteladas de constituição camponesa**. Orgs. NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NOGUEIRA, Suelen Marçal. **Perfil socioeconômico de cortadores de cana-de-açúcar que desenvolveram distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) Rubiataba-Goiás**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde da PUC de Goiás.

NOVAES, José Roberto. Modernização, **Relações de Trabalho e Poder**. Um estudo das transformações recentes da agroindústria canavieira do nordeste. Campinas: IE/Unicamp, 1993. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp.

\_\_\_\_\_. Idas e Vindas: disparidades e conexões regionais. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. Org. José Roberto Novaes e Francisco Alves. São Carlos: EdUFSCar, 2007a, pp. 87-118.

\_\_\_\_\_. Campeões de Produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA, 2007b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OSÓRIO, J. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, A.S.(Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização** – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PADILHA, Tiago. **Doce verde amargo**. Traços de influência da cana-de-açúcar na sociedade de Alagoas. Brasília: Athalaia Solução Digital, 2011.

PADRÃO, Luciano Nunes. O trabalho na cana-de-açúcar, reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais. 1997. Disponível em: [http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01\\_14.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf). Acesso em: 11 dez. 2008.

PINHEIRO, F., TRÓCCOLI, B., CARVALHO, C. Validação do Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares como medida de morbidade. **Rev. Saúde Pública**, 2002.

PLANCHEREL, Alice & ALBUQUERQUE, Cícero & MELO, Sérgio dos Santos. Trabalho na agroindústria açucareira de Alagoas. **Latitude**, América do Norte, 1, nov. 2010a. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/81>. Acesso em: 19 dez. 2010.

PLANCHEREL, Alice Anabuki & QUEIROZ, Allan Souza & SANTOS, Charles dos. O “canguru” no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. **Revista Rede de Estudos do Trabalho (RRET)**, Ano IV, Número 7, 2010b. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/08RevistaRET7.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

PLANCHEREL, Alice & ALBUQUERQUE, Cícero & VERÇOZA, Lúcio. Os sertanejos e os “da rua”; idas e vindas do trabalho nos canaviais de Alagoas. In: **Anais do I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**. UFSCar, São Carlos: 2011.

PRADO, Gustavo Faibischew. **Impactos cardiopulmonares e inflamatórios da exposição à poluição da queima de biomassa em cortadores de cana queimada e em voluntários saudáveis do município de Mendonça**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências. Programa de Pneumologia, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Allan Souza. **Modernização, reestruturação produtiva e precarização do trabalho nos canaviais**. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais (UFAL). Maceió, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RANIERI, Jesus José. **A Câmara Escura**. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

RIBEIRO, Helena. Sugar cane burning in Brazil: respiration heath effects. **Rev. Saúde Pública**, N. 42, V. 2, 2008, p. 370-376. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n2/en\\_6804.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n2/en_6804.pdf).

RODGERS, S. Ergonomic design for people at work. **New York**: John Wiley & Sons, 1986.



SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. V. (Org.) **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1988. P. 143-78.

SANT'ANA, Moacir. **Contribuição à história da cana-de-açúcar de Alagoas**. Recife: IAA; Museu do Açúcar, 1970.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Carla Caroline Silva dos. Condições de (In)segurança Alimentar de Famílias de Trabalhadores Canavieiros de Usinas Alagoanas. 2009. Disponível em: [http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo\\_180.pdf](http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_180.pdf).

SANTOS, Charles dos. “Serviço pesado”: uma análise das condições de saúde do trabalhador canavieiro alagoano. 2009a. Disponível em [http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo\\_307.pdf](http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_307.pdf).

SANTOS, Luciane dos. “Moro no mundo e passeio em casa”: vida e trabalho dos caminhoneiros. In: **O Averso do Trabalho**. ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria A. de Moraes (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTOS, Adriano Pereira. Contradições do desenvolvimento capitalista no Brasil: as transformações do trabalhador rural em proletariado agrícola. In: **Questão Agrária e Saúde dos Trabalhadores: desafios para o século XXI**. SANT'ANA, Raquel Santos & CARMO, Onilda & LOURENÇO, Edvania Ângela. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida et al. **Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar**. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan. 1999, pp. 147-161.

\_\_\_\_\_. **Vigiando a Vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. In: **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**/ Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 1, n. 01. Campina Grande, 2002.

SENAR. **Programa Cana Limpa: sistema de colheita manual**. São Paulo: SENAR, 2009.

SIGAUD, Lygia. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, Maria Aparecida de. Como “expulsar o camponês” do proletariado. In: **TRAVESSIA** revista do migrante. Publicação do CEM – Ano III, número 8, Setembro-Dezembro / 1990.

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: **O Averso do Trabalho**. ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria A. de Moraes (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. et al., Do karoshi no Japão, à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Nera** (Núcleo de estudos, pesquisa e projeto de reforma agrária). Revista eletrônica do PPG/Geografia e dep. De Geografia da UNESP/PP, Ano 9, n. 8, 2006, p. 74-109. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/revista.php>.

\_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. Org. José Roberto Novaes e Francisco Alves, São Carlos: EduFScar, 2007.

\_\_\_\_\_. Cortadores de Cana e os (Não) Direitos. In: **TRAVESSIA** revista do migrante. Publicação CEM – Ano XXI, número 61, Maio- Agosto/ 2008.

\_\_\_\_\_. Greve na Fazenda. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, Vol. I Formas tuteladas de constituição camponesa**. Orgs. NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Aparecida de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 2008b.

\_\_\_\_\_. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. InterfacEHS – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.3, n.2. abr-ago/2008c.

\_\_\_\_\_. A barbárie do i-mundo eitos dos canaviais. In: FACIOLI, Inês (Org.). **Vozes do eito**. Guariba: eco.das.letras, 2009.

\_\_\_\_\_. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: **Travessia: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Org. MARTINS, José de Souza, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de Verçoza; BUENO, Juliana Dourado. . A imagem do etanol como 'desenvolvimento sustentável' e a (nova) morfologia do trabalho. In: **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), v. 26, p. 253-271, 2013.

SILVA, Maria A. Moraes; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 85-115.

SILVA, Paulo Candido. **Paradeiros e Revoltas dos Canavieiros Alagoanos** Entre 2007 e 2009. Tese de Doutorado Programa em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

SOUZA, Maria Zélia de Almeida. **Modernização sem mudanças**: da contagem de cabeças a gestão estratégica de pessoas. São Carlos, 2011. Tese de Doutorado pelo

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.

SUAREZ, Maria Tereza Sales de Melo. **Cassacos e Corumbas**. São Paulo: Ática, 1977.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TONET, Ivo. Cidadão ou Homem Livre?. In: **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997. p. 163-184.

TORQUATO, Sergio Alves, FRONZAGILA, Thomaz e MARTINS, Renata- Colheita Mecanizada e Adequação da tecnologia nas regiões produtoras de cana de açúcar. IN: Anais do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa Tecnológica, Campina Grande, 2008.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas**: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. Dissertação de Mestrado, São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas/Universidade Federal de São Carlos, 2012.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de; SILVA, Maria Aparecida de Moraes . A resistência dos trabalhadores nos canaviais alagoanos. In: **Agrária** (São Paulo. Online), v. 13, p. 137-168, 2012.

VERTHEIM, Marilene Affonso Romualdo & GOMEZ, Carlos Minayo. **As armadilhas: bases discursivas da neuropsiquiatrização das LER**. *Ciênc. saúde coletiva*, 2001, vol.6, no.2, p.457-470.

VINICIUS, Marcus. **Tartamudeios**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015.

WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

YABE, Márcio. **Mais rápido, mais alto, mais forte**. A superexploração e a saúde dos “atletas olímpicos” dos canaviais alagoanos. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

## **Glossário**

*Badero*: termo nativo utilizado para designar os trabalhadores mais produtivos.

*Bituca*: termo utilizado para designar as sobras de canas cortadas ou a própria atividade manual de recolhimento e arrumação das sobras de canas cortadas.

*Bituqueiro*: trabalhador que recolhe e organiza manualmente as sobras de canas cortadas.

*Braça*: unidade de comprimento que equivale a 2,20 metros.

*Cabra*: utilizado tanto no sentido genérico para designar determinado indivíduo; sujeito; cara; quanto para designar alguém valente.

*Cabo*: Fiscal, feitor.

*Cambitar*: transportar cana em burros de cargas ou em carros de boi.

*Cambiteiro*: trabalhador que transporta cana em burros de cargas ou em carros de boi.

*Cambão*: também conhecido como “*dias de condição*”, consiste em determinados dias de trabalho para o engenho sem remuneração ou com uma remuneração muito ínfima. Geralmente eram os moradores com os maiores *roçados* (ou moradores do sítio) que se inseriam nessa forma de relação de trabalho.

“*Canguru*”: processo de câibras generalizadas em diversas partes do corpo que pode resultar em morte súbita.

*Clandestinos*: Trabalhadores empregados sem carteira assinada.

*Embolada da cana*: serviço que consiste em emaranhar as canas que foram cortadas por outros trabalhadores para rolá-las ladeira abaixo, de modo que elas cheguem até uma área que possa ser acessada por máquinas carregadeiras ou por animais de tração.

*Jacaré*: Termo nativo para a seleção que elimina os trabalhadores com as menores médias. Os trabalhadores “pegos” pelo “jacaré”, são demitidos.

*Malassombro*: Algo mal-assombrado, que tem relação com o sobrenatural.

*Marimba*: sobras de cana queimada que os trabalhadores não conseguiram cortar durante a jornada de trabalho.

*Marimbeiro*: trabalhador que deixa *marimba*.

*Maromba*: peso, de aproximadamente 13 kg, utilizado nos exames de admissão das usinas para verificar se o candidato tem algum problema de saúde.

*Moroba*: cana deitada, ou cana tipo rolo, que dificulta o trabalho do cortador e exige uma maior quantidade de agachado.

“*Os da rua*”: moradores das áreas urbanas dos municípios canavieiros.

“*Pulo da vara*”: o momento em que são subtraídos metros de cana que efetivamente foram cortados, é uma forma de fraude.

“*Pulo do gato*”: razão secreta do sucesso alcançado.

*Sertanejos*: como são denominados os cortadores de cana oriundos dos municípios do sertão de Alagoas e de Pernambuco.

*Tomar uma fuga*: descansar; fugir do trabalho; poupar energia.

*Tremiado*: caminhão com três reboques.

*Turma*: Grupo de cortadores de cana, em geral composto por, no mínimo, 50 trabalhadores, coordenados por um cabo.

*Vara*: instrumento com 2,20 metros de comprimento utilizado para medir a metragem das canas cortadas.

*Rolagem*: eitos com diferentes comprimentos e que são estabelecidos pelo cabo de acordo com o histórico de produção de cada trabalhador.

*Rodagens*: estradas de terra que circundam os canaviais.

*Roçado*: terra em que o morador produzia os cultivos de subsistência, em geral consistia numa pequena parcela de terra localizada nos fundos da casa do morador.

## APÊNDICE

### Um conto muito pouco contado<sup>152</sup>

Lúcio Verçosa

Nesse dia, Juarez levantou-se com ódio. - Eu vou acabar com todas as canas - repetiu Juarez a si próprio.

Mal havia dormido na noite anterior. O choro de sua criança buchuda foi como um martelo batendo imagens que, em vão, ele tentava afastar da sua cabeça.

Comeu o cuscuz seco e calado, enquanto repetia mentalmente a mesma frase em busca de fortalecer a sua decisão.

Chegou ao eito antes do sol que ameaçava raiar. Amolou o facão com tanta intensidade que fizera o objeto pressentir que iria sofrer naquele dia.

Antes do primeiro golpe, Juarez respirou fundo. Numa profundidade comparável ao saborear do último pedaço da carne de porco numa festa de casamento, pois é certa a incerteza de quando isso ocorrerá novamente.

O longo e lento respirar foi sucedido por um suspiro alto, que não se realizou por completo<sup>153</sup>. Juarez o interrompeu bruscamente e se atirou veloz para pegar as inimigas desprevenidas. - Vocês vão morrer desgraçadas!

Juarez não parou. À medida que o sol corria, ele corria mais. Não queria ficar para trás. Sabia que tinha que ser mais rápido que o sol. Se o sol tivesse chegado ao meio do caminho com ele ainda no início, era derrota na certa.

Por isso, Juarez corria. Estava determinado a acabar com todas as canas. Sua inabalável concentração não era questão de opção, a morte das canas para ele era a sua morte e vida em jogo. Por isso encontrava forças para matar. - Eu mato para viver.

O sol estava no meio. Juarez sabia que era o momento de trégua. Parou na mesma velocidade com que golpeava a cana. O seu parar era acelerado, não queria esfriar o corpo. O reaquecimento poderia ser demorado, acarretando em desvantagens na batalha.

Abriu rapidamente a vasilha de feijão que insistia em esconder os miúdos e raros pedaços de charque. Era dessa mistura inicialmente quente, posteriormente fria, e agora

---

<sup>152</sup> Conto que retrata o “canguru” de modo literário.

novamente quente pela ação do sol, que ele iria retirar mais forças para enfrentar o calor do eito. Ele comia com tanta pressa que parecia estar comendo comida roubada.

Não quis conversa. Foi terminando a comida e recomeçando a batalha. Estava ciente de que aquele que acabasse primeiro com a trégua teria vantagem.

Dáí em diante derrubou as canas sem olhar para o sol. O sol corria contra ele, por isso evitou cair na tentação de olhá-lo e ser abatido pelo desânimo. Além do mais, levantar a cabeça para olhar o sol era perda de tempo, e isso era deixar de avançar no terreno do inimigo.

Batalhava sem trégua. A sua determinação em acabar com todas as canas, naquele momento, era maior do que tudo.

O sol foi fugindo, foi se escondendo cansado. Juarez não fugia. As canas também não.

Quando começou a penumbra, Juarez pensou: - Deve estar no fim. Se até o sol morre por que a cana não?

Ele continuou. Animado por esse pensamento encontrou forças para vencer os talhões de cana que apareciam por detrás dos que caíam. A cada cana derrubada, Juarez pensava ser a última. Porém, após cada golpe do facão surgiam mais canas, quanto mais canas eram derrubadas mais apareciam. A vista de Juarez, que outrora se perdera no verde da cana, se perdia agora no escuro total.

O silêncio do escuro foi quebrado com um grito de uma voz estranha: - Acuda o Juarez! Acuda!

Nessa hora, ele se deu conta da tremedeira de seu corpo. Tentou fazer com que seu copo parasse de tremer, mas não tinha controle. Seu corpo desobedecia a sua alma. Contorcendo-se todo e debatendo-se sobre a terra, o seu corpo gritava por autonomia, queria expulsar a alma.

No meio de toda aquela confusão, Juarez voltou seu pensamento para a cana. Pensou na impossibilidade de se levantar para voltar à batalha. Jogou a toalha, mas não se conformou completamente, queria saber os motivos de sua derrota.

- Minha desgraça é por causa da cana. Mas, quanto mais cana eu mato, mais desgraça aparece. Eu perdi que nem o Seu Zé da Tapioca, que querendo acabar com a desgraça da cachaça tentou beber toda a cachaça do mundo e acabou morrendo. Ora, por que nós dois perdemos em nossa luta?



O pensamento acabou sendo cortado por alguém que falava: -Temos que levar ele daqui. Nisso, ele se desconcentrou. Sentia que seu corpo tremia mais forte como se resistisse a ser carregado.

Voltou a se concentrar na derrota. - Por que eu e Seu Zé da Tapioca perdemos as nossas batalhas? A cana e a cachaça são mais fortes do que nós? Não! Será possível?

Seu corpo resistia, queria continuar debatendo-se na terra. As mãos tentavam carregá-lo. - Levem ele pra usina!

Ao ouvir isso, veio uma imagem de surpresa na cabeça de Juarez. Ele, que não era de sentir medo, sentiu até um calafrio na espinha diante de tal imagem. - Eu sou como a cana. Ao tentar matar todas as canas, Juarez se matava, pois ele era como a cana. Ele morria aos poucos em cada golpe de facão.

A batalha estava errada. A cana não era sua inimiga, ela era como ele.

Juarez sentiu a dor de seu corpo se contorcendo com uma força inimaginável. Seus ossos estavam sendo dobrados.

De repente, ele viu um clarão.

- Eu estou na moenda.

- A partir de agora eu não serei mais eu. Eu vou virar pó. Vou virar açúcar e meu sangue álcool.

## ANEXO A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

(Em 2 vias, firmado por cada participante voluntário(a) da pesquisa e pelo responsável)

*“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”*

Eu,....., tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo “Os saltos do ‘canguru’ nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde”, que será realizado em Teotônio Vilela e no Hospital do Coração de Alagoas, localizado na Av. Ariosvaldo Pereira Cintra, 152 Gruta de Lourdes – Maceió/AL, recebi de Lúcio Vasconcellos de Verçoza, Sociólogo, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- 1) Que o estudo se destina a avaliação das condições de trabalho e saúde dos cortadores de cana do município de Teotônio Vilela;
- 2) Que a importância deste estudo é de contribuir para verificar se existe relação entre as condições de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores;
- 3) Que os resultados que se desejam alcançar são: caracterizar o trabalho do corte manual da cana e avaliar os efeitos das condições de trabalho na saúde do trabalhador;
- 4) Que este estudo começará em agosto de 2014 e terminará em setembro de 2015;
- 5) Que eu participarei do estudo da seguinte maneira: realizando teste de esforço ergométrico na Clinitor; medidas antropométricas de circunferência abdominal, quadril e membros superiores, peso, altura; teste de autopercepção de dor (Questionário Nórdico); acompanhamento da frequência cardíaca mediante utilização de um frequencímetro (POLAR) durante o trabalho no corte da cana.
- 6) Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são relacionados a realização do teste de esforço ergométrico que irá testar a minha capacidade física; ao risco de constrangimento, confidencialidade e de quebra de sigilo.
- 7) Que os pesquisadores adotarão as seguintes medidas para minimizar os riscos: o teste de esforço ergométrico será realizado em clínica específica com profissional habilitado, afim de, minimizar qualquer risco a sua saúde; caso exista necessidade de assistência médica, o médico cardiologista, Roberto Lúcio de Gusmão Verçoza, encaminhará e acompanhará os pacientes; para que os trabalhadores pesquisados não sejam identificados, seus nomes serão trocados por nomes fictícios; o nome da usina em que eles trabalham também não será divulgado; todos os exames e avaliações serão realizadas em ambiente reservado, preservando o sujeito em toda sua integridade físico e moral; o participante poderá recusar participar da pesquisa a qualquer momento.
- 8) Que os benefícios diretos que deverei esperar com a minha participação são: Após as avaliações físicas, todos serão beneficiados com um programa de exercícios e alongamentos, realizado por um educador físico, com o intuito de minimizar os possíveis agravos relacionados ao trabalho do corte da cana. Como benefício indireto, será divulgado o resultado da pesquisa (em publicações e debates públicos) - com o objetivo de contribuir com ações que possam melhorar a realidade do trabalhador do corte da cana.

10) Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;

11) Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;

12) Que as informações conseguidas através de minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto ao responsável pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto;

13) Que eu deverei ser ressarcido por qualquer despesa que venha a ter com a minha participação nesse estudo e, também, indenizado por todos os danos que venha a sofrer pela mesma razão, sendo que, para estas despesas foi-me garantida a existência de recursos.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e, estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dela participar e, para tanto eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

**Endereço do(a) participante voluntário(a):**

Domicílio: (rua, conjunto).....Bloco: .....

Nº: ....., complemento: .....Bairro: .....

Cidade: .....CEP: .....Telefone: .....

Ponto de referência: .....

**Nome e Endereço do Pesquisador Responsável:** Lúcio Vasconcellos de Verçoza, Av. Moreira e Silva, 951, Farol, Maceió. (82) 9665-1968/ 9116-6659.

**Instituição:** CLINICOR – Clínica de Exames Cardiológicos e Ecografia, Av. Moreira e Silva, 951, Farol, Maceió- AL Telefone: 3215-5062.

**ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa e Ensino (COEPE), pertencente ao Centro Universitário Cesmac – FEJAL: Rua Cônego Machado, 918. Farol, CEP.: 57021-060. Telefone: 3215-5062. Correio eletrônico: cepcesmac@gmail.com**

Maceió, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) voluntário(a) ou responsável legal**  
(rubricar as demais folhas)

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do responsável pelo Estudo**  
(rubricar as demais folhas)

## ANEXO B

### Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares

Número:

Idade:

Média de toneladas diárias:

Tempo de serviço no corte de cana:

Membro dominante (esquerdo ou direito):

#### *INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO*

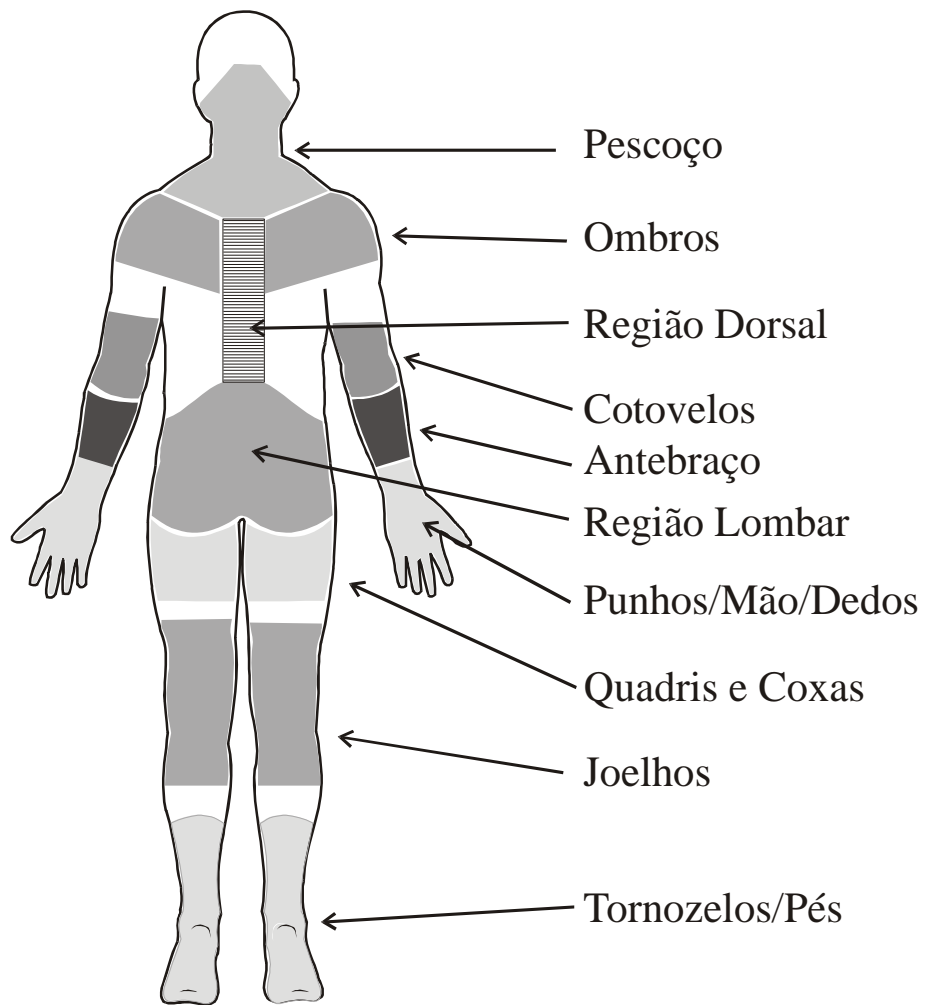
Por favor, responda a cada questão assinalando um “x” na caixa apropriada  X

Marque apenas um “x” em cada questão.

Não deixe nenhuma questão em branco, mesmo se você não tiver nenhum problema

em nenhuma parte do corpo.

Para responder, considere as regiões do corpo conforme ilustra a figura abaixo.


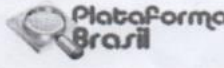


<p><i>Considerando os últimos 12 meses, você tem tido algum problema (tal como dor, desconforto ou dormência) nas seguintes regiões:</i></p>	<p><i>Você tem tido algum problema nos últimos 7 dias, nas seguintes regiões:</i></p>	<p><i>Durante os últimos 12 meses você teve que evitar suas atividades normais (trabalho, serviço doméstico ou passatempos) por causa de problemas nas seguintes regiões:</i></p>
<p>1. Pescoço?          Não Sim          1Ž 2Ž</p>	<p>2. Pescoço?          Não Sim          1Ž 2Ž</p>	<p>3. Pescoço?          Não Sim          1Ž 2Ž</p>
<p>4. Ombros?          Não Sim          1Ž 2Ž, no ombro direito          3□, no ombro esquerdo          4□, em ambos</p>	<p>5. Ombros?          Não Sim          1Ž 2Ž, no ombro direito          3□, no ombro esquerdo          4□, em ambos</p>	<p>6. Ombros?          Não Sim          1Ž 2Ž, no ombro direito          3□, no ombro esquerdo          4□ em ambos</p>
<p>7. Cotovelo?          Não Sim          1Ž 2Ž, no cotovelo direito          3□, no cotovelo esquerdo          4□ em ambos</p>	<p>8. Cotovelo?          Não Sim          1Ž 2Ž, no cotovelo direito          3□, no cotovelo esquerdo          4□ em ambos</p>	<p>9. . Cotovelo?          Não Sim          1Ž 2Ž, no cotovelo direito          3□, no cotovelo esquerdo          4□ em ambos</p>
<p>10. Antebraço?          Não Sim          1Ž 2Ž, no antebraço direito          3□, no antebraço esquerdo          4□ em ambos</p>	<p>11. Antebraço?          Não Sim          1Ž 2Ž, no antebraço direito          3□, no antebraço esquerdo          4□ em ambos</p>	<p>12. . Antebraço?          Não Sim          1Ž 2Ž, no antebraço direito          3□, no antebraço esquerdo          4□ em ambos</p>



## ANEXO C

### Parecer de aprovação do CEP:

 <b>CESMAC</b> CENTRO UNIVERSITÁRIO	<b>CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE MACEIÓ - CESMAC</b>	
---	--	--

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Os saltos do "canguru" nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde.

**Pesquisador:** Lúcio Vasconcellos de Verçoza

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 35819714.2.0000.0039

**Instituição Proponente:** CLINICOR - Clínica de Exames Cardiológicos e Ecografia S/S Ltda

**Patrocinador Principal:** FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SAO PAULO

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 786.421

**Data da Relatoria:** 17/09/2014


**Apresentação do Projeto:**

O presente projeto visa ao estudo das condições de trabalho na agroindústria canavieira alagoana e seus reflexos sobre a saúde dos trabalhadores.

A problemática a ser estudada é a análise das condições de trabalho e saúde, vis-à-vis o momento atual da agroindústria canavieira alagoana:

caracterizado pela reestruturação produtiva e pela intensificação do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. O aumento do esforço exigido nessa atividade laboral produz, além do sofrimento físico, o sofrimento moral e psíquico. Em Alagoas, é comum ouvir o termo "canguru" no universo canavieiro, "canguru" ou "birôla" são expressões regionais cunhadas pelos canavieiros em Alagoas e São Paulo, respectivamente. Significam o momento em que, em razão dos altos níveis de sudorese, provocados pelo calor e excesso de trabalho, eles são acometidos por câimbras por todo o corpo, podendo, até mesmo, levá-los, em alguns, casos, à morte, como ocorreu a 23 trabalhadores no período de 2004 a 2011 em São Paulo. Tendo em vista o supracitado quadro, o intuito dessa investigação é contribuir para as reflexões acerca do nexos causal entre o adoecimento e o trabalho do corte da cana. A metodologia será de caráter qualitativo (entrevistas gravadas e transcritas) e também quantitativo, além da realização de teste ergométrico (para aferir o limite máximo de esforço), aplicação de Questionário Nórdico de

<b>Endereço:</b> Rua Cônego Machado nº 918	<b>CEP:</b> 57.051-160
<b>Bairro:</b> Farol	
<b>UF:</b> AL	<b>Município:</b> MACEIO
<b>Telefone:</b> (82)3215-5187	<b>Fax:</b> (82)3215-5062
	<b>E-mail:</b> coepe.cesmac@cesmac.edu.br

  
Página 01 de 06



Continuação do Parecer: 786.421

Sintomas Osteomusculares (com o objetivo de verificar a autopercepção de dor - caso exista), uso de frequencímetro durante a safra (para investigar se o limite máximo de esforço é ultrapassado durante o trabalho), avaliação física e da consulta em fontes secundárias. A amostra será composta por homens adultos com idade entre 18 e 60 anos, residentes no município de Teotônio Vilela, e que laboram no corte da cana. No presente trabalho, usaremos uma amostragem não probabilística por conveniência. O tamanho da amostra foi estimado em 30 trabalhadores, a partir de trabalhos anteriores que utilizaram investigação em um contexto semelhante ao nosso. Elegemos Teotônio Vilela como universo empírico, em razão, fundamentalmente, de este município estar localizado na principal região de produção canavieira do estado, abrigando, ainda, uma usina muito próxima da área de habitação urbana, e por ser polo aglutinador de trabalhadores para, pelo menos, cinco usinas de municípios próximos; ademais, existe uma relevante pesquisa, realizada durante o final da década de 1970 e início de 1980, que nos servirá de ponto de apoio, em virtude de analisar os impactos da expansão canavieira na área do referido município.

**Metodologia Proposta:**

1) Entrevistas. Adotamos o método da história oral, não apenas por nos possibilitar uma reconstrução histórica das transformações decorrentes da reestruturação produtiva na agroindústria canavieira de Alagoas, mas, porque a história oral possibilita, ainda, que as experiências dos sujeitos ao longo da história sejam narradas pelos próprios sujeitos. Os relatos orais também serão importantes porque "a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrão de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação" (THOMPSON, 1992, p. 184) dos sujeitos inseridos em determinadas realidades. Com isso, esse método permite ainda apreender como os trabalhadores percebem e significam sua realidade e suas experiências. Com o auxílio de um roteiro de entrevista previamente elaborado, colheremos narrativas de trabalhadores (as) dos canais do município de Teotônio de Vilela, com o intuito de recompor e compreender as mais recentes transformações no mundo do trabalho. Além disso, almejamos colher narrativas que contribuam para a reflexão sobre as causas e consequências dos processos de sofrimento e adoecimento desencadeados pelo trabalho, bem como para a compreensão de como os trabalhadores resistem a esse processo. Os

**Endereço:** Rua Cônego Machado nº 918  
**Bairro:** Farol **CEP:** 57.051-160  
**UF:** AL **Município:** MACEIO  
**Telefone:** (82)3215-5187 **Fax:** (82)3215-5062 **E-mail:** coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Página 02 de 06

Continuação do Parecer: 786.421

trabalhadores serão entrevistados fora do local de trabalho, para que não sejam prejudicados. Ademais, buscaremos entrevistar outros informantes chave como: cabos (fiscais), gerentes de campo, agrônomos, profissionais de saúde, entre outros.

2) Cadernos de Campo. Durante o período em que estivermos na pesquisa de campo, escreveremos Cadernos de Campo, com descrições sobre o contexto de interação das entrevistas, bem como sobre impressões e acontecimentos inusitados que escapam à capacidade de captação de qualquer gravador. Dessa forma, o Diário de

Campo contribuirá significativamente para a análise das informações colhidas, assim como nos auxiliará a refletir sobre a nossa interação com os trabalhadores.

3) Registro imagético. Serão também produzidas fotos dos lugares percorridos pela pesquisa. As fotografias serão analisadas à luz da sociologia visual (MARTINS, 2008).

4) Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares, versão brasileira traduzida e validada por Pinheiro, Tróccoli e Carvalho (2002), que a partir da autopercepção de dor, identifica os locais de prevalência de sintomas osteomusculares.

5) Avaliação Física, Teste Ergométrico e acompanhamento da frequência cardíaca: A avaliação física, o teste ergométrico e o acompanhamento da frequência cardíaca mediante o uso de frequencímetro, serão utilizados para verificar se existe sobrecarga cardiovascular durante esse trabalho. Além disso, objetiva-se realizar uma análise comparativa com os resultados de pesquisas realizada anteriormente em São Paulo (LAAT, 2010; BARBOZA, 2010), tendo em vista que, em Alagoas, existem particularidades climáticas, topográficas e na largura dos eitos (que são formados por 7 ou até 9 ruas).

6) Revisão bibliográfica. Retornaremos aos escritos de diferentes áreas do conhecimento sempre que o contato com a realidade esboçada trouxer novos questionamentos.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Caracterizar o trabalho do corte manual da cana e avaliar os efeitos das condições laborais do trabalhador canavieiro na sua saúde físico-subjetiva.

**Objetivo Secundário:**

Contribuir para as reflexões acerca do nexos causal entre o adoecimento e o trabalho do corte da cana.

Endereço: Rua Cônego Machado nº 918  
Bairro: Farol CEP: 57.051-160  
UF: AL Município: MACEIO  
Telefone: (82)3215-5187 Fax: (82)3215-5062 E-mail: coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Continuação do Parecer: 786.421

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Possíveis riscos à saúde física e mental são relacionados a realização do teste de esforço ergométrico que irá testar a capacidade física do trabalhador; ao risco de constrangimento, confidencialidade e de quebra de sigilo. Serão adotadas as seguintes medidas para minimizar os riscos: o teste de esforço ergométrico será realizado em clínica específica com profissional habilitado, afim de, minimizar qualquer risco a sua saúde; caso exista necessidade de assistência médica, o médico cardiologista, Roberto Lúcio de Gusmão Verçoza, encaminhará e acompanhará os pacientes; para que os trabalhadores pesquisados não sejam identificados, seus nomes serão trocados por nomes fictícios; o nome da usina em que eles trabalham também não será divulgado; todos os exames e avaliações serão realizadas em ambiente reservado, preservando o sujeito em toda sua integridade físico e moral; o participante poderá recusar participar da pesquisa a qualquer momento.

**Benefícios:**

Após as avaliações físicas, todos serão beneficiados com um programa de exercícios e alongamentos, realizado por um educador físico, com o intuito de minimizar os possíveis agravos relacionados ao trabalho do corte da cana. Como benefício indireto, será divulgado o resultado da pesquisa (em publicações e debates públicos) - com o objetivo de contribuir com ações que possam melhorar a realidade do trabalhador do corte da cana.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O presente estudo se encontra de acordo com a Resolução 466/12.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Sem pendências

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Rua Cônego Machado nº 918  
Bairro: Farol CEP: 57.051-160  
UF: AL Município: MACEIO  
Telefone: (82)3215-5187 Fax: (82)3215-5062 E-mail: coepe.cesmac@cesmac.edu.br

Página 04 de 06



Continuação do Parecer: 786.421

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ilmo. (a) Prof. (a) Lúcio Vasconcellos de Verçozza, lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12:

O Sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, por ele assinado, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S.<sup>a</sup>. deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).

**Endereço:** Rua Cônego Machado nº 918

**Bairro:** Farol

**CEP:** 57.051-160

**UF:** AL

**Município:** MACEIO

**Telefone:** (82)3215-5187

**Fax:** (82)3215-5062

**E-mail:** coepe.cesmac@cesmac.edu.br



Página 05 de 06

Continuação do Parecer: 786.421

MACEIO, 10 de Setembro de 2014

Assinado por:

Ana Freire

*Profa. Msc. Ana Lúcia de Almeida Freire*

Coordenadora

Comitê de Ética em Pesquisa e Ensino - COEPE

Centro Universitário Cesmac

Reg 25000.196771 / 7001 - 70 CONEP-MS

Endereço: Rua Cônego Machado nº 918

Bairro: Farol

CEP: 57.051-160

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3215-5187

Fax: (82)3215-5062

E-mail: coepe.cesmac@cesmac.edu.br

## ANEXO D

**Imagens do Trabalho (registro feito pelos próprios trabalhadores)<sup>154</sup>:**



---

<sup>154</sup> Durante a pesquisa de campo, fornecemos uma máquina fotográfica e pedimos para os trabalhadores registrarem momentos do trabalho nos canaviais.











